

ISSN 1983-9391



Anais (resumos) VII CONECOTUR

Congresso Nacional de Ecoturismo

III ECOUC

Encontro Interdisciplinar de
Ecoturismo em Unidades de Conservação

Espírito Santo - 17 a 22 de Novembro / 2009

Revista Brasileira de Ecoturismo
Brazilian Ecotourism Journal
Volume 2, Nº 4, Novembro 2009

Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 02, Número 04, novembro de 2009

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os resumos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. **Zysman Neiman**

Editores:

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Editor Executivo Junior

Prof. Esp. **Carlos Eduardo Silva**

Editoras de Idiomas

Malila Carvalho de Almeida Prado

Mônica Ribeiro Gusmão Saba

Capa

Marcus Cardoso e Lucas Neiman

Fotos

Mara Aristeu Pessoa

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Ana María Wegmann Saquel**

Profa. Dra. **Andrea Rabinovici**

Profa. Dra. **Beatriz Veroneze Stigliano**

Profa. Dra. **Célia Maria de Toledo Serrano**

Prof. Dr. **Davis Gruber Sansolo**

Prof. Dr. **Eduardo Humberto Ditt**

Prof. Dr. **Flávio José de Lima Silva**

Prof. Dr. **Giovanni de Farias Seabra**

Arq. **Hector Ceballos-Lascurain**

Profa. Dra. **Heloisa Turini Bruhns**

Prof. Drando. **Heros Augusto Santos Lobo**

Prof. Dra. **Ivani Ferreira de Faria**

Prof. Dr. **Jesús Manuel López Bonilla**

Profa. Dra. **Lilia dos Santos Seabra**

Prof. Dr. **José Artur Barroso Fernandes**

Prof. Dr. **José Martins da Silva Júnior**

Profa. Dra. **Marilia Cunha Lignon**

Profa. Dra. **Marta de Azevedo Irving**

Prof. Dr. **Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Profa. Dra. **Nadja Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Pedro de Alcântara Bittencourt Césat**

Prof. Dr. **Sidnei Raimundo**

Profa. Dra. **Solange Terezinha de Lima Guimarães**

Profa. Dra. **Sueli Ângelo Furlan**

Prof.a. Dra. **Suzana Machado Padua**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Zysman Neiman**

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

Publica artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os eixos temáticos desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas idéias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Neste número especial da Revista Brasileira de Ecoturismo estão presentes os resumos de todos os trabalhos aprovados e apresentados no VII Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) e no III Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), constituindo-se, assim, nos anais oficiais dos eventos. Esses trabalhos foram avaliados pelo Comitê Técnico-Científico dos eventos, com os mesmos membros desta Revista, sendo esse o motivo pelo qual os resumos estão aqui publicados sem passar pelo trâmite regular. Cabe salientar que este número não faz parte das edições regulares da Revista, que mantêm sua periodicidade quadrimestral, mas representa o registro de todos os trabalhos apresentados, alguns dos quais foram enviados no formato de artigo original, encontrando-se em avaliação pelo Comitê Avaliador para publicação em edições futuras.

Realizado entre 17 e 22 de novembro de 2009, os eventos constituíram-se no marco de fundação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo e discutiu os rumos do Ecoturismo no Brasil para a segunda década do século XXI. Promoveu um amplo debate entre profissionais das universidades, instituições de ensino em geral, poder público e iniciativa privada, operadoras, agências, comunidades tradicionais e locais e organizações não governamentais, no que tange a aplicação do planejamento e manejo do ecoturismo voltado à práticas de mínimo impacto, visando não somente avaliar o conhecimento e as atividades que estão sendo implementadas no setor, como também promover uma relação interdisciplinar de aprendizado coletivo, aglutinando os diversos setores numa discussão única entorno da temática e das áreas afins.

As Plenárias nacionais realizadas foram compostas por 01 moderador, 01 painelistas e 04 debatedores, estes representando cada "setor" (Academia, Órgãos Públicos, Comunidades, Empresas e Organizações não Governamentais) que apresentaram e debateram sobre os temas transversais definido para cada plenária setorial: 1) Atuação e experiências das comunidades nas práticas de ecoturismo e sua influência nos destinos receptores e no mercado; 2) Atuação e experiências da academia e instituições de ensino nas práticas de ecoturismo e sua influência nos destinos receptores e no mercado; 3) Atuação e experiência do Poder Público nas práticas de ecoturismo e sua influência nas UCs, destinos receptores e no mercado; 4) Atuação e experiência das empresas, entidades de classe e sistema S nas práticas de ecoturismo e sua influência nos destinos receptores e no mercado; 5) Atuação e experiência do terceiro setor turístico e ambiental nas práticas de ecoturismo e sua influência nos destinos receptores e no mercado. Ao final dos trabalhos foi elaborada e aprovada a carta do Espírito Santo.

Nos eventos foram recolhidas sugestões para a elaboração da "Carta do Espírito Santo", um documento síntese que apontará sugestões para os rumos do ecoturismo na segunda década deste século. Também foram aprovados os Estatutos da Sociedade Brasileira de Ecoturismo, e eleita sua primeira Diretoria composta dos seguintes membros: Zysman Neiman, Alexandre de Gusmão Pedrini, Sérgio Salazar Salvati, Luiz Fernando Ferreira, Nadja Maria Castilho da Costa, Carlos Eduardo Silva e Giovanni de Farias Seabra. Para o Conselho Fiscal foram aprovados os membros: Simone Mamede, Olga França, Marcelo Teixeira César de Oliveira, Vivian Castilho da Costa, Maria do Carmo B. Coutinho Ferreira, e Adriano Severo Figueiró.

Ao todo foram enviados 192 trabalhos para os eventos, estando seus resumos a disposição nesta edição.

A coordenação geral ficou a cargo do Instituto Capixaba de Ecoturismo, presidido por Jayme Henriques Pacheco Henriques.

A Equipe Técnica dos eventos foi assim constituída:

1 - COMISSÃO EXECUTIVA

Instituições participantes:

ICE, ETEREA E FOMATUR.

2 - COMISSÃO GERAL

Instituições participantes:

SETUR, IEMA, SECULT, Fomatur, Sesc, Prefeitura Municipal de Aracruz, ICE, Representantes das comunidades tradicionais, UVV, FESV, UFES, ADETUR.

3 - COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E APOIO

Instituições participantes:

ICE, Asteya Comunicações, SETUR, IEMA, SECULT.

4 - COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Coordenação:

Prof. Dr. Zysman Neiman

Avaliadores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Profa. Dra. Lília dos Santos Seabra

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Andrea Rabinovici

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Marília Cunha Lignon

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Zysman Neiman

Comissão Técnica:

Anderson Portuguese

Hélio Hintze

Jayme Henrique Pacheco Henriques

Marcelo Teixeira César de Oliveira

Milton Dines

Carlos Eduardo Silva

Daniel da Rocha Ramos

Heros Lobo

Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Simone Mamede

Ana Paula Lolato Secco

Maristela Benites

5 - COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO E EVENTOS

Instituições participantes:

Prospecta Eventos, ICE.

6 - COMISSÃO DE VISITAS TÉCNICAS

Instituições participantes:

ICE, Fomatur, Representantes das comunidades tradicionais e locais, Prefeituras dos locais que receberam as visitas.

7 - COMISSÃO FINANCEIRA

Instituições participantes:

ICE, SESC-ES, ETEREA viagens e turismo.

Boa leitura!

Zysman Neiman

Editor Chefe

SEÇÃO RESUMOS

**Primavera. Manhã azul toda bonanças.
O sol doira um painel faiscante de alegria:
Frisam o claro rio auras frescas e mansas
E treme de prazer a verde ramaria...**

**Gorjeiam sabiás nas virentes retrancas...
Para o banho se despe uma aldeã esguia
E lirial...Desata as bastas, negras tranças,
E mostra uma nudez de olímpica harmonia...**

**Sobre a água de cristal, vaidosa, ela se inclina:
E uma estatueta antiga - uma faiança fina,
Vê dançando, alva e nua, à flor da correnteza...**

**Estrídula, de chofre, à beira da devesa
Um bem-te-vi...E à voz da irônica avezinha
De pudor faz-se rósea a linda figurinha!...**

(Maria Antonieta Tatagiba - Aquarela)



O ECOTURISMO COMO EXPERIÊNCIA E PRÁTICA DE LIBERDADE

Denise Lima Rabelo

Mestranda em Educação pela UFES. Analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do IEMA.

E-mail: rabelo.d@gmail.com

De acordo com Larrosa (2004)¹, experiência é o que nos passa, nos acontece, nos toca! E é ele quem nos diz também que ter experiências é cada vez mais raro: o sujeito da sociedade pós-moderna convive com o excesso de trabalho e com o excesso de informação e, assim, não dispõe de tempo para o silêncio. A falta de silêncio e de memória, de acordo com Larrosa (2004)¹, são inimigas mortais da experiência. A vida nas cidades está se convertendo em um estado de natureza caracterizado pela regra do terror e pelo medo onipresente que a acompanha, de acordo com Baumann (2009)². Pereira (2003)³ nos fala da nossa vida em condomínios, da mesmice e impessoalidade dos nossos produtos, da dificuldade de dotar um objeto de alguma característica pessoal. Fala de nós como seres confinados em espécies de prisões domiciliares... O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. De acordo com Foucault (*apud* NASCIMENTO, s.d)⁴, para cada limite que criarmos em nossa convivência social, uma possibilidade de transgressão também se desenvolverá e só uma formação como prática de liberdade pode promover uma ética e estética da existência que faz considerar a própria vida como uma obra de arte e em que o cuidado de si e com o outro seja resultado de um modo de ver a ética. Acreditamos que o ecoturismo é um espaço/tempo de formação que pode contribuir para tal.

Palavras-chave: Ecoturismo – Experiência - Liberdade

Notas:

¹LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

²PEREIRA, Marcos Vilela. O desafio da tolerância na cidade contemporânea. In: PORTO, Tania Maria Esperon. (Org) **Redes em construção: meios de comunicação e práticas educativas**. Araraquara: JM Editora, 2003. p. 19-32

³BAUMANN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

⁴NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Nos rastros de Foucault: ética e subjetivação**. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art02.html> Acesso em 01/05/2009.

ANÁLISE DA CAPACIDADE DE CARGA ANTRÓPICA DE TRILHAS LOCALIZADAS EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ-SP

Cristiane M. Romero¹; Andréa Martins²; Silvia Gomes Passos³

^{1,2} SEMASA - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André
E-mail: cristiane_m.romero@yahoo.com.br

O Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André-SP (SEMASA), é uma autarquia responsável pelos serviços de saneamento da cidade, e entre outros serviços, está a gestão ambiental. O Departamento de Gestão Ambiental da referida autarquia, por meio de sua Gerência de Educação e Mobilização Ambiental (GEMA), desenvolve, há mais de 10 anos, um programa de visitas monitoradas em uma Unidade de Conservação, o Parque Natural Municipal do Pedroso. Este espaço, conhecido como Recanto Arco-Íris, possui duas trilhas interpretativas em meio a remanescentes da Mata Atlântica, porém a constante utilização destas trilhas em áreas protegidas pode causar impactos negativos. O planejamento ambiental destas áreas necessita de estudos que estabeleçam práticas de manejo que atendam à necessidade de conservação ambiental e se adaptem à dinâmica das necessidades dos usuários. Existem diversas metodologias para regular o manejo de visitantes em áreas protegidas, sendo que neste trabalho destacamos a Capacidade de Carga Antrópica, proposta por CIFUENTES, 1992. Essa metodologia leva em consideração fatores ambientais, climáticos e administrativos, para quantificar o número de visitantes diários que poderiam utilizar a trilha sem impactos negativos ao local da visita. Para a realização deste estudo as trilhas foram denominadas trilha "A" e trilha "B". Segundo os cálculos realizados neste trabalho, a Capacidade de Carga Antrópica da trilha "A", que é a mais utilizada, é de 9.343,01 visitantes anuais e na trilha "B" é de 3.986,60, porém, nos últimos 5 anos, recebemos no total, somente 8.249 pessoas. Apesar da subutilização da trilha em termos numéricos, estes dados podem significar um ganho em termos ambientais e educacionais, pois garante as características do local como Unidade de Conservação e mantém a paisagem como recurso das atividades de Educação Ambiental.

Palavras-Chave: Capacidade de Carga Antrópica, Educação Ambiental, Trilhas Interpretativas

ESTUDO DE CASO DAS TRILHAS INTERPRETATIVAS DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE, MINAS GERAIS¹

Vinícius A. Moreira

Analista Ambiental. Instituto Estadual de Floresta. Coordenador de Uso Público e Integração com o Entorno. Parque Estadual do Rio Doce.

E-mail: vinicius.moreira@meioambientemg.gov.br.

Em 2002 foi aprovado o Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) e o seu Programa de Uso Público que organizou as atividades já oferecidas aos visitantes e propôs a criação de outras sem, no entanto, detalhar o seu plano de ação para a execução das atividades propostas. Em 2005 foi elaborado o Plano de Uso Público da unidade, fruto da cooperação financeira entre do IEF/KFW. Neste contexto, o presente estudo pretende analisar, ainda que de forma preliminar, a situação do uso público do PERD a partir da implementação das trilhas interpretativas, iniciada em 2005. O PERD foi fechado à visitação pública em 1987 para reforma de suas estruturas. Reaberto em 1993, não possuía até 2002 o seu Plano de Manejo. Neste período, todas as atividades realizadas relacionadas aos visitantes resultaram de iniciativas desvinculadas de um planejamento integrado. No PERD existe a melhor infra-estrutura de apoio ao turista das UCs mineiras e é uma das unidades do IEF que mais recebem visitantes por ano. Na época da confecção do Plano de Uso Público, a visitação encontrava-se muito restrita. O público, em sua maioria da própria região, vê o parque como área de lazer, sendo pouco ou raramente percebido o principal objetivo da unidade. As estatísticas do Parque registram um decréscimo do número de visitantes. Ainda assim, em 2002, a unidade foi visitada por cerca de 20.000 pessoas que a procuraram para atividades de acampamento, de banhos e pesca esportiva. Com a confecção do Plano de Uso Público em 2005, houve um direcionamento das atividades de interpretação e educação ambiental nas trilhas já existentes. Objetivando-se tais resultados, o presente Plano desenvolveu-se em torno da metodologia de tópicos para cada uma das trilhas interpretativas, apontando temas específicos a serem abordados em cada trilha, de acordo com o grau de preservação, impactos, zoneamento da unidade, entre outros. Neste contexto sugere-se com este trabalho a formulação de estratégias de *marketing* e propaganda para divulgação das trilhas interpretativas da unidade, fortalecendo as parcerias atuais e atraindo outras. A implementação efetiva do plano de uso público do PERD aumentará o número de visitantes e se tornará mais uma alternativa de lazer e recreação para a região do Vale do Aço.

Palavras-Chave: Interpretação ambiental, Trilhas, Uso Público

Nota:

¹**Apoio:** Parque Estadual do Rio Doce; **Financiamento:** IEF, Banco Alemão KFW.

PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM REGIÕES DE ELEVADO POTENCIAL ECOTURÍSTICO.

Isabelle Pedreira Déjardin

Universidade do Estado da Bahia. E-mail: belledejardin@hotmail.com

Os atuais desafios da sustentabilidade apontam a necessidade premente de articulação entre diferentes atores e instituições locais e internacionais diante dos objetivos de desenvolvimento sustentável, sobretudo no quesito inclusão social e preservação do meio ambiente. Isso equivale dizer que as maiores dificuldades encontradas para o planejamento e gestão de políticas públicas e empreendimentos voltados para a proteção ambiental e o bem-estar das sociedades residem especialmente no fato de serem continuamente entendidos como verdadeiros obstáculos operacionais e financeiros para governos e agentes locais do desenvolvimento. Por outro lado, a ausência de um melhor entendimento das diferentes propostas de desenvolvimento territorial entre atores sociais ocasiona uma maior dependência por recursos materiais e humanos muitas vezes disponíveis em localidades cujas potencialidades locais são julgadas ineficientes. Tendo em vista tal contexto, este trabalho tem como objetivo demonstrar que somente uma articulação entre atores locais do desenvolvimento pode efetivamente tornar a gestão do ecoturismo uma proposta viável de sustentabilidade em determinadas regiões do país, sobretudo em localidades do interior com um comprovado potencial ecoturístico, passíveis, portanto, de crescentes conflitos sociais, como a Chapada Diamantina e o Sul da Bahia, especificamente. Parte-se do pressuposto que a freqüente desarticulação interna de planejamento e gestão para as práticas do ecoturismo como alternativa de sustentabilidade dificulta os objetivos regionais de incluir comunidades e proteger, ao mesmo tempo, biomas nativos. Para analisar tais pressupostos e atender os objetivos deste estudo, a metodologia adotada destaca, inicialmente, o referencial teórico de diferentes autores em cujos trabalhos encontram-se abordagens que evidenciam a ausência de articulação local como fator de empecilho às práticas do ecoturismo; em seguida, dois estudos de caso são devidamente analisados, um para cada região escolhida do estado da Bahia, chegando-se às considerações finais. Conclui-se com este trabalho que o ecoturismo é uma excelente proposta de sustentabilidade, dada sua capacidade de controlar impactos sobre o meio ambiente e de incluir econômica e socialmente comunidades locais, todavia a ausência de um efetivo planejamento e gestão locais aumenta consideravelmente as probabilidades para seu insucesso.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, ecoturismo, desenvolvimento territorial.

PERFIL E PERCEPÇÃO DE VISITANTES COMO FERRAMENTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS – ES

Luciana Franco Veríssimo¹; Edgard Alencar²; André Luiz Campos Tebaldi³; Savana de Freitas Nunes³; Gilcimar Santana Pereira³; Tarciley Gonçalves de São José³; Valéria Maia³; Maria José Maia³; Terence Jorge Caixeta Nascentes Ramos³

¹Projeto TAMAR/ICMBio Base Praia do Forte/BA; ²Universidade Federal de Lavras; ³Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Gerência de Recursos Naturais.

E-mail: luciana.verissimo@tamar.org.br

O Parque Estadual de Itaúnas (PEI), criado em novembro de 1991 através de Decreto Estadual nº4.966-E, abrange uma área de 3.481 ha. e está localizado no Município de Conceição da Barra, norte do Estado do Espírito Santo. O parque tem o papel de garantir a preservação permanente de um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do estado. Todavia, as comunidades do entorno, principalmente na Vila de Itaúnas, tem sido alvo do turismo descontrolado após a explosão do forró universitário e o público interessado nas belezas naturais deixou de ser o público alvo na região, trazendo prejuízos para as comunidades tradicionais do entorno e para a conservação do Parque. Para estudar estes problemas foi realizado um diagnóstico objetivando levantar o perfil e identificar a percepção dos visitantes sobre o parque. Com tais informações espera-se obter respostas que respaldem possíveis intervenções para implantação e monitoramento de programas de ecoturismo. O método *Survey* foi usado para levantamento, sendo aplicados 811 questionários. Os dados sugerem que a falta de informação referente às tradições e aos costumes bem como das normas de visitação e das belezas naturais da unidade é evidente, o que torna urgente o estabelecimento de estratégias que proporcionaria ao visitante conhecer as belezas naturais integradas e em harmonia com a tradição e cultura das comunidades locais. Este trabalho chama também a atenção para a necessidade de se pensar como fazer para que estudos dessa natureza sejam efetuados em parceria com a comunidade para que o ecoturismo seja uma prática que traga benefícios para o parque e para as populações do seu entorno.

Palavras-Chave: Unidade de Conservação; Proteção Ambiental, Ecoturismo, Diagnóstico, Planejamento, Itaúnas, Espírito Santo.

INTERACCIÓN DE PROGRAMAS DE SENSIBILIZACIÓN AMBIENTAL VINCULADOS A ANP EN URUGUAY: PEQUEÑOS GUARDAPARQUES (ROCHA) Y TRIBHUMEDAL (CANELONES)

Andrea Bresso; Gabriela Rodríguez



**VIDA
SILVESTRE
URUGUAY**

Vida Silvestre Uruguay

E-mail: info@vidasilvestre.org.uy

En el año 2005 se consolidó el Programa de Pequeños Guardaparques (PPG) y en el año 2006 nace el Programa TRIBHUMEDAL, hoy se unen para potenciar acciones de conservación ambiental en zonas vinculadas a las Áreas Naturales Protegidas en Uruguay. Ambos Programas han permitido: a) generar espacios de participación para jóvenes rurales mediante acciones directas; b) contribuir a la conservación de su área; c) contribuir al desarrollo local sostenible; e) contribuir a visualizar oportunidades laborales en el medio rural y medidas para superar las migraciones del campo a la ciudad; f) fortalecer del sentido de pertenencia. Entendiendo la baja participación de la población como una de las problemáticas que enfrenta la naturaleza y el desarrollo sostenible, muchas veces por falta de modelos, se propone una iniciativa que promueve el empoderamiento de los jóvenes rurales de Uruguay vinculados a Áreas Protegidas así como al desarrollo local sostenible, a través de iniciativas de conservación ambiental. A su vez, se propone el trabajo articulado entre iniciativas similares para lograr resultados más sólidos. Esta iniciativa busca: 1) generar y fortalecer los espacios de participación de jóvenes rurales; 2) formar jóvenes locales que participen activamente en la protección de los recursos naturales; 3) estimular la formación de jóvenes líderes como multiplicadores de estas experiencias; 4) propiciar espacios y momentos de reflexión a nivel individual y grupal para la formación en valores; 5) intercambiar y fortalecer experiencias locales. Se trabaja mediante: 1) salidas de campo por zonas cercanas a su residencia; 2) jornadas de sensibilización ambiental a través de técnicas recreativas y de campamentismo; 3) campamentos de intercambio; 4) evaluación sobre la percepción de los jóvenes sobre las acciones de otros jóvenes en la conservación ambiental. Creemos que para que haya conservación, los jóvenes tienen que respetar la naturaleza y, para ello, deben conocerla. Hemos identificado que estas iniciativas de contacto directo de los jóvenes con la naturaleza, aprendiendo a respetarla e incorporarla a su persona, se ha reflejado en una mejora del rendimiento como estudiantes así como también ha permitido introducir y/o fortalecer hábitos en cuanto a respeto, compañerismo, solidaridad, paciencia, comprensión, de los niños y jóvenes para con su entorno. Apostamos a la educación de las jóvenes generaciones in situ porque deben vivirlo, sentirlo, para que puedan mañana protegerlo y pensar prácticas de manejo adecuadas.

Palabras-Clave: Áreas Naturales Protegidas, Educación Ambiental, Inclusión Social.

SINERGIA ORGANIZACIONAL E COMUNITÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE DO ECOTURISMO NA COSTA DO CACAU

Ismar Borges de Lima

The University of Waikato, Nova Zelândia (2008)

E-mail: ismarlima@yahoo.com.br

O artigo debate o papel das parcerias para o planejamento e gestão das atividades no turismo de natureza, e é fundamentado – além da revisão da literatura - por estudos de caso realizados pelo autor em Itacaré e Una, na Costa do Cacao. Em termos de planejamento, as parcerias, as alianças, *networks* e a colaboração podem fazer todo um diferencial estratégico para o desenvolvimento regional e para a prática dos princípios da sustentabilidade. A junção de esforços, idéias, e recursos termina por respaldar projetos e programas que, caso fossem implementados isoladamente, poderiam vir a malograr devido ao desperdício de tempo, pessoal e de capital, oferecendo assim nenhum, ou poucos resultados, para o desenvolvimento socioeconômico. Os diversos setores da sociedade tendem a colaborar de forma mais intensa para se maximizar benefícios. Por ‘turismo de natureza’ entende-se ser um termo amplo, englobando o turismo rural/*agroturismo*, turismo ‘eco-histórico’, ecoturismo, turismo verde, turismo alternativo e o turismo aventura. O artigo discute duas estratégias que podem resultar promissoras na sustentabilidade dos recursos eco-culturais no turismo de natureza: i) mapeamento das principais parcerias e cooperações, públicas e/ou privadas, existentes na região; ii) identificação de áreas e problemas comuns para uma gestão (eco)turística integrada entre os atores locais e regionais. A preocupação concerne à preservação do patrimônio cultural, do próprio destino turístico como produto e espaço de uso e relevância coletivos, e à sustentabilidade regional com seus múltiplos desdobramentos em termos ambientais, culturais, econômicos e sociais. Sienta-se ainda que o turismo na Costa do Cacao tem aumentado exponencialmente nas últimas duas décadas, servindo de instrumento modernizante e gerador de empregos, e, assim, mostrando-se um setor de enorme impacto nas economias locais. Ao usar a palavra ‘mapear’, o autor não se refere a um ‘mapeamento topográfico’, mas, sim, a diagnósticos e relatórios fundamentados geograficamente, evidenciando áreas problemáticas bem como setores com perspectivas de inovação e melhorias no planejamento e gerenciamento do turismo de natureza. Tal ‘mapeamento geoturístico’ tem como propósito servir de ‘roteiro contextualizado’ para as tomadas de decisões na gestão e preservação dos recursos eco-culturais pelos atores envolvidos nas atividades turísticas.

Palavras-Chave: Parcerias; Planejamento Ecoturístico; Costa do Cacao.

O USO DO MIV NAS TRILHAS DO RECANTO ARCO-ÍRIS COMO FERRAMENTA DE MANEJO E PRESERVAÇÃO, PARQUE NATURAL DO PEDROSO EM SANTO ANDRÉ.

Cristiane M. Romero; Andréa Martins

Biólogas, Agentes Ambientais do SEMASA

E-mail: cristiane_m.romero@yahoo.com.br

O Recanto Arco-Íris, é um espaço destinado a atividades educativas, localizado dentro da maior Unidade de Conservação do Grande ABC, o Parque Natural do Pedroso. O acesso ao local é realizado com acompanhamento de agentes ambientais da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental pertencente ao Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André. Possui uma casa-sede e conta com duas trilhas interpretativas em meio a remanescentes de Mata Atlântica. A atividade educativa em trilhas é muito enriquecedora já que proporciona um contato do indivíduo com o objeto estudado, porém a constante visitação pode impactar o local e levar a perda de características importantes do ambiente de estudo. A identificação dos impactos decorrentes da visitação é importante para um correto manejo da área, possibilitando a manutenção das características naturais sem impedir a execução das atividades de Educação Ambiental para qual o espaço está destinado. Neste trabalho, foi realizado um estudo da Capacidade de Visitação nas trilhas do Recanto Arco-Íris, e dentre as várias metodologias existentes, foi utilizada a do MIV (Manejo do Impacto de Visitação). Sempre existiu uma preocupação no manejo das trilhas do Recanto Arco Iris. Esse estudo foi realizado para diagnosticar se as medidas já tomadas foram satisfatórias e analisar novas características inerentes do local além de sugerir a periodicidade nas manutenções. O maior problema constatado foi o de erosão devido a falhas no sistema de drenagem de água já existente que compromete a serrapilheira num trecho da trilha. Outro problema identificado foi o de alteração na largura da trilha durante todo o percurso com alterações que variaram de 40 cm a 3,5m. Para tanto sugestões foram propostas e seu monitoramento previsto. Em contrapartida aspectos positivos foram encontrados como a percepção de sons de aves durante todo o percurso e a observação de outros animais e seus vestígios.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Trilhas Interpretativas, Manejo de Impacto de Visitação

ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO EXPEDIÇÃO ECOLÓGICA E CLUBE DA CAMINHADA DO SESC RIO - UNIDADE MADUREIRA

Fellipe José Silva Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail: felliperusty@hotmail.com

A busca da excitação agradável de forma responsável nas atividades de lazer turístico em contato com a natureza têm gerado resultados positivos nos projetos Expedição Ecológica e Clube da Caminhada do SESC Rio (Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro) – Unidade Madureira. Estes projetos fazem parte do programa de Turismo Social do SESC Rio, tendo desdobramento e estará a venda no conectur

nas unidades do estado Rio de Janeiro. Este estudo é um relato de experiência, resultante de um ano de estágio no setor de turismo social da Unidade Madureira, onde pude lidar diretamente com os *stakeholders*, principalmente com os frequentadores, e, neste contexto, busquei mensurar de forma qualitativa as nuances das experiências turísticas dos participantes destes dois projetos entre 2008 e 2009. A análise qualitativa destes passeios foi realizada através da observação participante, aliada à aplicação de entrevistas semi-estruturadas e questionários aos participantes no término das atividades. Os passeios promovidos por esta instituição são baseados no fomento da inclusão social e experiências sensíveis em ambientes naturais, permeados de forma sutil por conceitos e práticas relacionadas à educação ambiental que promovem a conscientização dos fenômenos naturais; gravidade dos atuais impactos antrópicos sobre a natureza e das alternativas para alcançar a relação mais harmônica entre sociedade-ambiente. A sociabilidade e a formação de grupos específicos para o usufruto das atividades turísticas nos espaços naturais foram constatações relevantes desta pesquisa, ao observarmos a criação de relações de amizade e companheirismo durante as trilhas e visitação a atrativos. A avaliação positiva por parte dos frequentadores destes projetos (eco) turísticos executados em unidades de conservação pelo setor de Turismo Social do SESC Rio – Unidade Madureira é marca de um produto de qualidade alicerçado na agregação de valor aos serviços prestados. E, a capacitação dos guias de turismo gera um processo de mediação diferenciado do geral ofertado no mercado, por propor novas práticas e olhares aos visitantes; numa relação de respeito e valorização do patrimônio natural. Estes fatos nos possibilitam considerar que a educação ambiental aliada ao respeito das diretrizes basilares do ecoturismo permite o uso público dos espaços naturais de forma sustentável para o lazer turístico; potencializa a educação informal e sensibiliza os participantes sobre a importância da conservação dos recursos naturais e da dinâmica dos serviços ambientais ofertados pelas UCs; constitui um fator relevante para a conservação dos ambientes naturais ainda preservados na contemporaneidade do Rio de Janeiro.



POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O TURISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Mário Júnior de Carvalho Arnaud; José Carlos da Silva Cordovil

Mestrando do Programa de Mestrado em Geografia - PPGeo-UFPA;
Mestre em Geografia-UFPA, Professor da Rede Estadual de Ensino-Pará, **SEDUC-PA**

E-mail: mariogeog@hotmail.com

O presente trabalho tem por objetivo refletir a idéia de desenvolvimento e as políticas públicas que permearam e permeiam os planos e estratégias regionais no que se refere à Amazônia, que pelos seus atributos naturais é apontado como modalidade mais viável, nos principais documentos como PDAs (Planos de desenvolvimento da Amazônia), PTAs (Planos de Turismo da Amazônia) e PROECOTUR (Programa Nacional de Ecoturismo da Amazônia Legal), o incentivo ao ecoturismo. Isto explicado é pelo fato da atividade ser considerada como uma das mais “viáveis” no paradigma do desenvolvimento sustentável, aparecendo nesse contexto, o “turismo ecológico” ou ecoturismo, vendido pelo *marketing* como uma atividade alternativa, que consegue fazer a conciliação entre o uso dito racional e a conservação do patrimônio natural e cultural dos lugares visitados. Finalmente, se procurará relacionar estas questões com o desenvolvimento sustentável e local que envolve em sua maioria as questões ambientais da atualidade bem como políticas públicas para o turismo na Amazônia. Nessa análise vai se estabelecer um paralelo do de lições do passado e como num futuro o desenvolvimento local sustentável e ambiental em consonância com as políticas para o turismo que de certa forma se integra às políticas regionais e locais e mantendo íntima relação com o desenvolvimento sustentável e econômico.

Palavras-Chave: Turismo, Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Sustentável.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: UM OLHAR DE BASE COMUNITÁRIA

Edilaine Albertino de Moraes¹, Marta de Azevedo Irving²

¹Bacharel em Turismo e Mestre pelo Programa EICOS/UFRJ; ² Professora Associada da UFRJ

E-mail: edilaineturmoraes@hotmail.com

O compromisso de participação dos diferentes atores sociais no processo de decisão e ações coletivas no planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação vem sendo cada vez mais incorporado às diretrizes de políticas públicas de proteção da natureza e ecoturismo. No entanto, esforços são ainda necessários para que este compromisso se efetive, considerando que estas populações são protagonistas do desenvolvimento local, mas têm sido negligenciadas em planejamento turístico. Sob esta lógica, o envolvimento das populações tradicionais residentes nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, é fundamental para a adequação do planejamento e gestão do ecoturismo às demandas locais. Este engajamento representa o diferencial nas referências culturais locais (COUTINHO, 2000; DORIA, 2007; MORAES, 2009). Portanto, o engajamento das populações locais no processo de desenvolvimento do ecoturismo constitui um passo essencial para a transformação de sua realidade. Assim, no caso de projetos ecoturísticos, as populações locais devem discutir com autonomia suas prioridades e identificar o tipo de turismo que desejam desenvolver, que passos deverão ser dados com este objetivo, que concessões estarão dispostas a fazer, e quais os elementos inegociáveis no processo. Isto implica na necessidade de garantir localmente, a pluralidade possível de idéias e controvérsias, e aceitar que estes são elementos constitutivos do princípio dialógico, que envolve incerteza e risco (SAVIOLO, DELAMARO & BARTHOLO, 2005). Com base neste argumento, o presente trabalho tem como objetivo central interpretar o modo pelo qual a população local interpreta a sua potencial participação no processo de desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre). Este trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica e documental, e realização de entrevistas semi-estruturadas, no ano de 2008, e representa um recorte da dissertação de mestrado, intitulada "Encontro na Floresta... Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)", desenvolvida no âmbito do Programa EICOS/UFRJ.

Palavras-Chave: Participação social; Ecoturismo; Reservas Extrativistas

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DE NOVAS RACIONALIDADES

Sebastião Ferreira; Martha Tristão

Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. E-mail: tiaof@hotmail.com

Este trabalho é uma pesquisa de mestrado, em andamento, que trata da articulação da Educação Ambiental com a Educação do Campo. A fundamentação que está sendo construída pretende ter uma visão complexa dos problemas socioambientais contemporâneos. Parte do pressuposto de que a comunidade rural é uma *comunidade aprendente* que busca a sustentabilidade do meio, rompendo com o dualismo gerado pela ciência moderna, de que o meio rural é um local atrasado e arcaico, contemplando assim outra racionalidade, a racionalidade de sociedades sustentáveis. Como metodologia para realizar esta pesquisa, utilizamos a fenomenológica hermenêutica, para interpretar os *fenômenos que mostram por si mesmos*. Os sujeitos da pesquisa são: estudantes, monitores(as)/professores(as) e camponeses que tenham vínculo com a Escola Família Agrícola de Jaguaré-ES. A pesquisa tem como objetivo investigar se o trabalho de Educação Ambiental desenvolvido nas escolas do campo tem promovido práticas comunitárias ambientalmente sustentáveis com abertura a outras racionalidades. Evidencia que esta Escola realiza um trabalho de formação dos/com os estudantes e suas famílias, mas na realidade socioambiental familiar, as mudanças se manifestam de forma tímida. Os estudantes participam de formação agroecológicas, com apoio da família, e em algumas propriedades encontram dificuldades de colocar em prática esta formação, sendo constatados dois motivos principais como entrave: em algumas propriedades familiares, as decisões são patriarcais, centradas no pai, e nesta centralização o estudante acaba não tendo abertura para desenvolver projetos inovadores; e em outros contextos, o modelo agrícola desenvolvido na região, seduzido pelo agronegócio, dificulta o desenvolvimento de projetos que favoreça a emancipação destes sujeitos. Assim, os que conseguem desenvolver projetos sustentáveis ficam “ilhados” dentro do modelo hegemônico agrícola local. Após a interpretação e os fenômenos locais, que se mostram por si mesmo, constata que os estudantes e suas famílias têm consciência dos problemas que a racionalidade imediatista e economicista trás ao meio ambiente bem como suas consequências socioambientais, ao mesmo tempo percebe que faltam-lhe sensibilização e iniciativas de mudança. Diante do analisado até o momento, percebe que a visão urbanocêntrica, fruto do paradigma hegemônico da ciência moderna, paira no meio rural e interfere nas organizações sociais e comunitárias desencadeando crises sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticos locais, gerando a perda do sentimento de *pertencimento* local e com isso os sujeitos destes locais passam a privilegiar e desejar o que está fora de seu contexto ou de suas necessidades.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Educação do Campo, Racionalidades.

CAMINHADA NO ENTORNO DA BARRAGEM DO JUNDIÁ

Sebastião Ferreira, Marirlei do Nascimento

Universidade Federal do Espírito Santo/UFES; Professora da Rede Pública Municipal de Jaguaré-ES.

E-mail: tiaof@hotmail.com

O paradigma moderno que fragmenta, que especializa e que alimenta o imediatismo, tem interferido no processo de mudanças em vários contextos. Contrapondo este, emerge na atualidade um novo paradigma, que questiona e propõe a tradução epistemológica vivenciada. A Educação Física Escolar, na sua evolução, esteve vinculada a fins biológicos e esportivos, caracterizado pelas tendências pedagógicas de cada época, e no momento está emergindo uma nova concepção desta Disciplina Escolar, *com uma nova antropologia, onde os movimentos estão de acordo com a cultura do país*. A LDB de 1996 mostra o caráter essencial de sua prática, bem como a integração com outras disciplinas da Educação Básica. Assim surge este trabalho interdisciplinar entre as Disciplinas de Educação Física e de Técnicas Agrícolas, com o apoio dos(as) professores(as) titulares das turmas, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Santa Catarina”¹, Jaguaré-ES, intitulado de “Caminhada no entorno da Barragem do Jundiá”², com o objetivo de trabalhar de maneira interdisciplinar temas ambientais e por compreender que o meio ambiente é um tema complexo e recorrente. Este trabalho começou a ser desenvolvido no ano de 2004, na referida escola. Ao longo de todas as atividades, os alunos são estimulados a refletir, questionar, criticar, observar a realidade e propor alternativas para uma qualidade de vida melhor. A avaliação é feita durante a execução das atividades, por meio de observações e diálogos entre os estudantes e os professores(as) que participam do projeto e ao final é feita discussão em grupo, abordando os pontos positivos e desafios para melhorar a qualidade de vida local. De acordo com o explorado durante as atividades é feito um relatório, com ilustração, de caráter avaliativo/qualitativo. A questão ambiental na atualidade é assunto pertinente a qualquer área do ensino e requer estudo crítico sobre o uso do meio ambiente pela humanidade. A exploração do meio ambiente como “recurso natural” e a desigualdade social alavancam as crises socioambientais contemporânea, e a implementação da interdisciplinaridade, por meio da Educação Ambiental, possibilita uma nova racionalidade sobre o meio ambiente, visando a formação do educando com responsabilidade social e ambiental, o que não minimiza a qualidade do ensino, pelo contrário produz efeitos que contribuirão no seu desenvolvimento formativo integral e de forma solidária, rumo a uma ética integradora de *pertencimento* – rompendo com fragmentação e dualidades – o que por sua vez promove melhor qualidade de vida a todos os seres vivos.

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade, Meio Ambiente, Educação Ambiental.

Notas:

¹A EMEF “Santa Catarina” atende as séries iniciais do Ensino Fundamental.

²É da Barragem do Córrego do Jundiá que é captado a água que abastece a população urbana do município de Jaguaré.



A INTER-RELAÇÃO DO ARTESANATO TRADICIONAL COM A MATA ATLÂNTICA E SEUS ECOSSISTEMAS ASSOCIADOS NA ROTA TURÍSTICA DO VERDE E DAS ÁGUAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Mário Vinícius Zanetti Cinelli; Ubirajara Corrêa Nascimento

E-mail: mariozaneti@gmail.com

Para este estudo optou-se por analisar “A inter-relação do Artesanato Tradicional e a Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados na Rota Turística do Verde e das Águas no Estado do Espírito Santo”. O objetivo geral da pesquisa caracteriza-se por catalogar as matérias-primas oriundas da flora local a partir do levantamento norteado através da “inter-relação do Artesanato Tradicional e a Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados na Rota Turística do Verde e das Águas no Estado do Espírito Santo” o qual foram definidas as seguintes metas: 1. Identificar amostras de peças artesanais produzidas por artesãos da Rota do Verde e das Águas no Estado do Espírito Santo (composto por Vitória, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra), sendo 1 (um) artesão (a) por município; 2. Elencar as matérias-primas de viés extrativista oriundas da Mata Atlântica e de seus Ecossistemas Associados e 3. Propor ações de valorização do artesanato tradicional através do desenvolvimento do Ecoturismo. A metodologia utilizada foi: Pesquisa de Gabinete; Visitas de Campo; Tabulação de Dados e Formatação dos Resultados; Redação Final e Publicação dos Resultados. A partir da análise das informações obtidas nas entrevistas foi possível identificar que em grande parte, as matérias-primas são coletadas nas áreas de cobertura vegetal caracterizadas pela Mata Atlântica, a Restinga e o Manguezal. Os recursos naturais aproveitados pelos artesãos devem ser tratados com sustentabilidade de modo a propiciar o uso das gerações futuras conforme destacado nos textos dos autores consultados. Destaca-se que os objetivos da proposta inicial foram alcançados conforme o levantamento textual do artesanato local (embasado na metodologia apresentada) e suas respectivas matérias-primas utilizadas pelos artesãos entrevistados. Sugerem-se como intervenções: mobilizar e sensibilizar os moradores, turistas e visitantes no que se refere à preservação ambiental; assegurar o desenvolvimento econômico local através do desenvolvimento da cultura, do meio ambiente e do turismo; propor ações de Educação Ambiental além de outras ações necessárias para o desenvolvimento local e a preservação da natureza. O turismo pode ser uma estratégia para levar o turista a adquirir produtos de iniciativas que tem o cuidado com a preservação ambiental, através do Ecoturismo por exemplo. Cabe a cada um dar a sua contribuição.

Palavras-Chave: Artesanato, Meio Ambiente, Turismo.

SERRA DO MAR: O TURISMO E AS ALTERNATIVAS DE SE TRABALHAR A IDEIA DE ECOMERCADO DE TRABALHO

Rodrigo Machado; Rodrigo Montaldi Morales

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; Programa de Jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo.

E-mail: rodrigomachado@usp.br

Este trabalho relata ações que ocorrem no âmbito do Projeto Serra do Mar (Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo), com o Programa de Jovens, da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (Instituto Florestal de São Paulo). Essas ações vinculam-se à oficina de turismo, propondo uma formação direcionada ao turismo como vetor do ecomercado (conceitos apoiado nas ideias de economia solidária e ecodesenvolvimento) e também como recurso formativo. A finalidade é promover outras relações, mais solidárias e esclarecidas, entre pessoas e local onde vivem através do turismo desenvolvido em outras bases que não exclusivamente econômico-financeiras, de forma a propor a atividade como uma forma de conservação ambiental correspondendo a outra lógica de produção direcionada a necessidades sociais. O percurso para a exposição passa pela apresentação do contexto socioambiental e da noção de ecomercado, além de sintetizar as ações desenvolvidas.

Palavras-Chave: Serra do Mar; turismo; ecomercado

Proposições conservadora e crítica em Educação Ambiental: a discussão das duas possibilidades em um mesmo espaço

Rodrigo Machado

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP

rodrigomachado@usp.br

A proposta deste trabalho é apresentar as unidades de conservação em regiões metropolitanas como relacionadas a ambientes diversos em um mesmo espaço: o núcleo protegido e seu entorno. Ainda, oferecer possibilidades para a abordagem de duas proposições antagônicas em educação ambiental, uma identificada como crítica, popular e transformadora; outra afeta a ações comportamentalistas com apelo a mudanças individuais. A discussão promovida no texto se pauta por apresentar o debate acerca do modelo de unidades de conservação no Brasil, as diferenças entre as perspectivas conservadora e emancipatória da educação ambiental e a ideia do turismo como recurso pedagógico, tendo como contexto o referido espaço que guarda dois ambientes em conflito: a preservação dos recursos naturais e a tensão resultante da expressão socioespacial de uma sociedade estratificada.

Palavras-Chave: unidade de conservação, turismo pedagógico, educação ambiental

REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO POVO DO AVENTUREIRO

***Janaina Nascimento Simões de Souza; Lorena Almeida Alves da Silva;
Marcos Azevedo Bena;, Selma Veloso Fontes***

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail: jananss@ufrj.br

A praia do Aventureiro, localizada na Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, possui uma população por volta de 150 pessoas. Através de atividades lúdicas para o desenvolvimento de frase (slogan) e símbolo (identidade visual) que represente e identifique seu povo e sua localidade, os moradores apresentam a imagem que tem do local, a forma de vida de sua gente, a personificação do modo caiçara, nesta parte da ilha, sua religiosidade e misticismo, a presença do outsider turista visitante, o culto ao surf, além de mostrarem o que para eles pode ser identificado como signos de relevância, como o futebol e o coqueiro torto em 90°, chamado de coqueiro deitado. É mostrado como o Aventureiro é categorizado e representado de fora para dentro e como a comunidade local se percebe de dentro para fora, através de análise do olhar de pensadores do simbolismo, da identidade e representação como Bauman, Gooffman, Simel e Bourdie, trabalhando com análise de resultados de atividades feitas com a população, através da expressão da arte e da palavra. Atualmente, no ano de 2009, a praia do Aventureiro é enquadrada como uma Reserva Biológica, que negocia através de seus representantes, como a Associação dos Moradores, para ser identificada como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. As famílias caiçaras desta praia da ilha vivem do turismo ecológico e do segmento de surf, que buscam a localidade por seu atrativo natural. Oferecem camping e alimentação para quem vem de fora. A vila é de pescadores e o mar é um desafio à aventura.

Palavras-Chave: Praia do Aventureiro, Identidade visual, Representações



PERFIL DOS VISITANTES DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO AÇUDE DA CONCÓRDIA – VALENÇA (RJ)

Delfina Maria Soares Vaz

Pós Graduada do Curso de Gestão e Auditoria Ambiental - Universidade Gama Filho

E-mail: delfinavaz@hotmail.com

A finalidade principal deste trabalho foi de traçar o perfil, a percepção e a motivação dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia, em Valença (RJ). A metodologia utilizada baseou-se na aplicação de 70 questionários para os visitantes do Parque, no período de fevereiro a maio de 2008. Para a elaboração dos questionários procuraram-se referências bibliográficas de trabalhos semelhantes realizados em outros Parques. Foram elaborados dois tipos de questionários: 1º - levantamento de informações sociais, econômicas e culturais dos visitantes e a motivação dos mesmos para a visita (entregue na entrada do Parque); 2º - experiências vivenciadas durante a visita, expectativas futuras e grau de satisfação (entregue na saída do Parque). A amostra contemplou grupo de estudantes de faculdades, famílias, amigos e outros grupos de pessoas. Os resultados obtidos foram eficazes para conhecer as características estruturais dos visitantes, suas demandas para direcionar as atividades de manejo, atender as necessidades de lazer e promover melhorias nos serviços oferecidos. Coincidiram com o perfil das agências de ecoturismo no Brasil com o seguinte: a maioria possui instrução e renda alta, predominância da faixa etária de 26 a 55 anos e distribuição dos gêneros quase igual, diferindo no item referente à renda, que é baixa para a região estudada. A motivação principal foi o contato com a natureza, seguida pela busca de emoções e aventura, curiosidade, estar com amigos, conhecer novas pessoas, estudar o meio ambiente e exercitar-se fisicamente. Verificou-se que o Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia atende as expectativas dos visitantes, já que eles também entendem a necessidade de se investir em atividades de lazer. Desta maneira, o parque poderá vir a contribuir muito para o desenvolvimento ecoturístico da região, ser atração para visitantes, fonte de estudo para pesquisadores e também ajudar na formação da consciência ambiental nas escolas do município, através de programas de educação ambiental. Com os resultados obtidos pretende-se oferecer à Administração do Parque subsídios para a elaboração do seu Plano de Manejo e a viabilização das expectativas dos visitantes.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação, Ecoturismo e Percepção Ambiental.

TURISMO E TREKKING: IMPACTOS E CONSIDERAÇÕES

Diego Luiz Carvalho de Brito Pereira; Rodrigo Burkowski

Discente – UFOP; Docente/orientador – UFOP

E-mail: diegocarvalhop@hotmail.com

O turismo e o *trekking* são atividades crescentes no Brasil. Suas relações podem surgir de diversas formas. Partindo-se de desejos e interesses pessoais, juntamente com a carência de estudos no Brasil relacionados com o tema proposto, surge tal produção. Ela busca diagnosticar e mensurar quais são os tipos de impactos que podem surgir à medida que o turismo e o *trekking* se relacionam, se o *trekking* pode funcionar como uma ferramenta fomentadora da atividade turística, se os empreendimentos que acolhem estes eventos estão satisfeitos, além de comprovar que, apesar da ocorrência de alguns impactos ambientais, eles em sua maioria são de baixa magnitude. Tais esforços possuem como relevância a possibilidade de um planejamento que venha a minimizar os impactos e maximizar os benefícios, levando a uma parceria mais qualificada entre ambas as atividades. Para a produção deste trabalho, foram realizadas duas visitas *in loco* ao Hotel Centro Dom Bosco, em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, para mapear a trilha que seria usada pelos praticantes durante a competição. Com auxílio do GPS foi traçado o caminho e também foram tiradas fotografias de alguns pontos que poderiam ser suscetíveis a algum tipo de impacto. Posteriormente, as fotos dos locais em seu estado normal seriam comparadas com aquelas tiradas após a competição. No dia 15 de março de 2009 fez-se a primeira visita e a seguinte, data da competição, no dia 29 de março de 2009. Além disso, foi feita uma pesquisa bibliográfica que evidenciou a influência do *trekking*, principalmente nos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais frente ao turismo. Uma entrevista também foi realizada com o gerente do Centro Dom Bosco, assim como outra junto ao organizador da competição. Após, foi produzida uma tabela teórica que demonstra quais são os impactos causados pelo *trekking* e que podem trazer benefícios ou malefícios ao turismo. Cada impacto possui uma qualificação quanto a sua severidade, frequência, área e variável independente, culminando em um resultado chamado de índice de importância. Comprovou-se que os impactos existem nas esferas mencionadas, dependendo de alguns fatores. Ambientalmente, os impactos são mais perceptíveis e merecem um cuidado maior, apesar de serem de baixa magnitude. No campo econômico, deve-se buscar uma melhor integração entre os organizadores e os empreendimentos, para que ambos alcancem seus objetivos. Nas esferas sociais e culturais as interações são harmoniosas. Por fim, discute-se a possibilidade de interpretar o *trekking* como uma ferramenta fomentadora da atividade turística.

Palavras-Chave: Turismo, *trekking*, impactos.

ANALISE DO PERFIL DO ESCALADOR QUE FREQUENTA O GRUPO 3 DA APA – MORRO DA PEDREIRA - SERRA DO CIPÓ (MG)

Ana Cristina Magalhães Costa; Luis Guilherme Monteiro Oliveira

Instituto Federal Minas Gerais – Campus Bambuí; PUC -MG

E-mail: acmc5@hotmail.com

Este trabalho analisa o perfil do público frequentador da APA Morro da Pedreira - como estratégia fundamental ao processo de planejamento do uso público da área. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de 156 questionários semi-estruturados em um local pré-determinado e de grande relevância entre o público escalador – o Grupo 3. A realização da pesquisa ocorreu durante o Carnaval e a Semana Santa de 2009 considerando que são dois feriados prolongados de grande fluxo de visitantes na região pesquisada. O Morro da Pedreira, local de interesse internacional para a prática de escalada, é um maciço calcário recoberto por matas secas, matas mesófilas e vegetação rupícola. Está inserido na área de proteção ambiental de mesmo nome, unidade de conservação com 100 mil ha que funciona como *buffer zone* do Parque Nacional da Serra do Cipó, que conta com décadas de estudos botânicos e faunísticos, excelente caracterização geológica e boa base cartográfica em escala 1:100.000. Por se tratar de um complexo biológico e vegetacional com calcários, quartzitos, rochas ígneas, com savanas, campos rupestres, matas secas, florestas; com numerosos sítios arqueológicos e grutas, a Serra do Cipó é um importante patrimônio natural e cultural brasileiro. A existência da APA, importante proteção ao Parque Nacional, deve-se à forte mobilização liderada pela comunidade de escaladores nos anos 80. No entanto, esta comunidade, como em todo o mundo, enfrenta hoje novos desafios e mudanças de paradigma. Atualmente percebe-se um aumento no número de praticantes do esporte existindo a concentração de escaladores em algumas áreas com vias de grande dificuldade, gerando impactos concentrados, o que convive com permanente demanda por novidades, impactando novas áreas. É preciso avaliar criteriosamente os impactos e características dos vários componentes ambientais e sociais das várias práticas e expectativas da comunidade de escaladores e comunidade local e desenvolver coletivamente uma forma de convivência mais harmoniosa e embasada em critérios técnicos. Por outro lado, são estes os atores mais interessados e empenhados em conter a expansão urbana e o desmatamento na área, que ocorre principalmente para retirada de lenha. Este estudo contribui ainda que de forma preliminar no diagnóstico do perfil e necessidades do público freqüentador – escaladores auxiliando na compreensão do impacto causado pelo uso público de áreas naturais protegidas. A região do Morro da Pedreira especificamente é tema de estudo em termos geológicos e espeleológicos, porém ainda carece de estudos biológicos e de investigações sobre a interação ecossistema-uso público.

Palavras-Chave: Perfil do Escalador, Ecoturismo, Serra do Cipó, APA.

AS PALESTRAS COMO MEIO INTERPRETATIVO: ESTUDO DE CASO COM PALESTRANTES EM FERNANDO DE NORONHA (PE)

Jasmine Cardozo Moreira¹, Rafael Azevedo Robles², Claudio Bellini³

¹Departamento de Turismo – Universidade Estadual de Ponta Grossa; ²Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo; ³Coordenador Regional - Projeto Tamar/ICMBio RN/PE

E-mail: jasmine@uepg.br

A iniciativa de proporcionar palestras gratuitas e com periodicidade diária em Centros de Visitantes não é das mais comuns no Brasil. Em Fernando de Noronha (PE), um dos paraísos ecoturísticos do Brasil, tal panorama é diferente. Há treze anos realizadas diariamente e gratuitamente no Centro de Visitantes – Museu Aberto das Tartarugas Marinhas do Projeto Tamar/ ICMBio, já foram mais de quatro mil e duzentas palestras durante toda a sua atividade. Seguem uma programação semanal, abordando temas pertinentes a espécies de fauna encontradas no Arquipélago (como as tartarugas marinhas, tubarões, golfinhos rotadores), informações sobre as Unidades de Conservação, ecoturismo, e uma programação especial que inclui palestras sobre as pesquisas que são realizadas na região e demais ilhas oceânicas. Antes das palestras, são também exibidos vídeos, com o intuito de repassar informações sobre outras espécies marinhas e noções de educação ambiental. No sentido de conhecer a opinião sobre o trabalho que vem sendo feito no CV-Tamar/ICMBio, esta pesquisa teve como objetivo realizar entrevistas com todos os palestrantes que ministraram ao menos dez palestras durante o ano de 2007 e primeiro trimestre de 2008. Os dez palestrantes, voluntários, foram questionados se através da sua palestra acreditavam que estavam conseguindo educar ambientalmente e conscientizar os visitantes. O resultado demonstrou que a totalidade dos palestrantes concorda com o fato de que consegue despertar uma possível mudança de atitude dos visitantes. Além disso, os mesmos observam benefícios na comunidade: sociais (81,8%) econômicos (90,9%) e ambientais (100 %). Por intermédio das palestras e dos outros meios interpretativos disponíveis no CV Tamar/ICMBio (vídeos, painéis e exposição), todos os entrevistados acreditam que o CV vem cumprindo o seu papel, ao proporcionar educação ambiental e auxiliar na conscientização dos visitantes de uma forma em geral. Percebeu-se assim que as palestras são importantes no que diz respeito à transmissão de informações aos visitantes, ao trazerem informação de forma descontraída, a respeito das questões ambientais da ilha e do mundo. As sugestões feitas incluem a ampliação do espaço (no verão a superlotação é freqüente) e a diversificação dos temas, que poderiam também incluir os aspectos geológicos e da avifauna do Arquipélago. Destarte, percebeu-se que os palestrantes estão satisfeitos com os resultados proporcionados. Conclui-se que durante os treze anos de atividade do CV Tamar/ICMBio, as palestras vêm caracterizando seu sucesso, principalmente pelo fato de ser o principal meio interpretativo utilizado visando a conscientização e sensibilização não só dos visitantes, mas também da comunidade.

Palavras-Chave: Palestras, Fernando de Noronha, Meios Interpretativos.

PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM REGIÕES DE ELEVADO POTENCIAL ECOTURÍSTICO

Isabelle Pedreira Déjardin

Universidade do Estado da Bahia

E-mail: belledejardin@hotmail.com

Os atuais desafios da sustentabilidade apontam a necessidade premente de articulação entre diferentes atores e instituições locais e internacionais diante dos objetivos do desenvolvimento sustentável, sobretudo nos quesitos inclusão social e preservação do meio ambiente. Isso equivale dizer que as maiores dificuldades encontradas para o planejamento e gestão de políticas públicas e empreendimentos voltados para a proteção ambiental e o bem-estar das sociedades residem especialmente no fato de serem continuamente entendidos como verdadeiros obstáculos operacionais e financeiros para governos e agentes locais do desenvolvimento. Por outro lado, a ausência de um melhor entendimento entre atores sociais em relação às diferentes propostas de desenvolvimento territorial ocasiona uma maior dependência por recursos materiais e humanos muitas vezes disponíveis em localidades cujas potencialidades são julgadas ineficientes. Tendo em vista tal contexto, este trabalho tem como objetivo demonstrar que somente uma articulação entre atores locais do desenvolvimento pode tornar a gestão do ecoturismo uma proposta viável de sustentabilidade em determinadas regiões do país, sobretudo naquelas com comprovado potencial ecoturístico, passíveis, portanto, de crescentes conflitos sociais, como a Chapada Diamantina e o Sul da Bahia, especificamente. Parte-se do pressuposto que a frequente desarticulação interna de planejamento e gestão para as práticas do ecoturismo como alternativa de sustentabilidade dificulta os objetivos regionais de incluir comunidades e proteger, ao mesmo tempo, biomas nativos. Para analisar tal pressuposto e atender os objetivos deste estudo, a metodologia adotada destaca, inicialmente, o referencial teórico de diferentes autores em cujos trabalhos encontram-se abordagens que evidenciam a ausência de articulação local como fator de empecilho às práticas do ecoturismo; em seguida, dois estudos de caso são devidamente analisados, um para cada região escolhida do estado da Bahia, chegando-se às considerações finais. Conclui-se com este trabalho que o ecoturismo é uma excelente proposta de sustentabilidade – dada sua capacidade de controlar impactos sobre o meio ambiente e de incluir econômica e socialmente comunidades locais –, todavia a ausência de um efetivo planejamento e gestão locais aumenta consideravelmente as probabilidades para seu insucesso.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, ecoturismo, desenvolvimento territorial.

CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PRÁTICAS TURÍSTICAS SUSTENTÁVEIS EM VARGEM (SP)

***Sônia Regina da Cal Seixas; Cristiane Ferraz e Silva Suarez; Giovana Dominicci
Silva; Almerinda Antonia Barbosa Fadini***

Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais Universidade Estadual de Campinas
Centro de Estudos Ambientais – Sociedades e Naturezas/Universidade São Francisco
E-mail: srcal@unicamp.br

O crescimento acelerado do turismo em áreas protegidas tem gerado debates quanto às dificuldades de integrar ações sustentáveis no planejamento turístico-ambiental dos municípios. Neste contexto, este artigo busca discutir a conservação dos recursos naturais através de práticas turísticas - ambientais sustentáveis no município de Vargem/SP – pertencente à Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, Região Bragantina, utilizando o diagnóstico ambiental e a identificação dos atrativos naturais reais e potenciais como instrumento de planejamento local. Além de fortalecer a educação ambiental aliada a práticas sustentáveis, sempre envolvendo os turistas nesses processos, visando proporcionar a sustentabilidade dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Esta APA possui várias nascentes e pontos de captação de importância regional e remanescentes significativos de Mata Atlântica, apresentando uma problemática ambiental centrada na conservação de recursos hídricos gerados, principalmente, a partir das alterações decorrentes da construção do Sistema Cantareira e da duplicação da Rodovia Fernão Dias. Ambos foram determinantes nos processos de expansão industrial e urbana e de incremento turístico na região. Assim, o município de Vargem vem passando por transformações socioambientais e de urbanização, prejudicando a qualidade dos recursos naturais locais. Mesmo possuindo alguns remanescentes vegetais e uma variada fauna, as consequências dos usos e ocupação do solo, ações predatórias e antrópicas vêm dificultando a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Esta realidade tem exigido a elaboração e implantação de estudos, projetos e planos de ação, que visem minimizar os impactos negativos gerados a partir da atividade turística e maximizar os positivos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores e na conservação dos recursos naturais da região. Este artigo é fruto da pesquisa Qualidade de vida, turismo e sustentabilidade na APA do Sistema Cantareira: um estudo de caso em Vargem / SP (conta com apoio financeiro da FAPESP - Processo 2007/59833-0), que é parte integrante da tese de doutorado da pesquisadora Cristiane Ferraz e Silva Suarez no Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Pesquisas Ambientais – NEPAM da Universidade Estadual de Campinas - SP/ Brasil.

Palavras-Chave: sustentabilidade, turismo e Áreas de Proteção Ambiental

A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA E A PRÁXIS DO TURISMO: UM (RE) ENCONTRO PARA A PRESERVAÇÃO

***Bruna Raquel Alves Pinheiro; Artemísia dos Santos Soares;
Francisco Fransualdo de Azevedo***

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: brunaraquele@gmail.com

O presente estudo trata de um ensaio teórico conceitual focalizado nas relações homem-natureza que se dão no espaço. Acredita-se assim, que por meio da prática do turismo em ambientes naturais, o homem pode (re)encontrar-se consigo mesmo em uma relação individual, praxiológica que viabiliza a preservação ambiental. Para tanto, o estudo aborda posicionamentos de estudiosos do turismo, geografia e filosofia que versam acerca desta temática, embasados no imperativo da preservação, no conceito de totalidade intrínseco a todos os elementos do Universo e na capacidade de percepção do turista. Portanto, defende-se a premissa de que o turismo pode ser um meio de sensibilização capaz de proporcionar a unicidade do ser humano com a natureza que na sociedade contemporânea ainda tem se revelado paradoxal.

Palavras-Chave: Homem; Natureza; Preservação.

O ECOTURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: UM INSTRUMENTO PARA A COMPETITIVIDADE

Artemísia dos Santos Soares; Queila Pahim da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: artemisiasoares@yahoo.com.br

O presente artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre a prática do ecoturismo em áreas naturais protegidas para o fomento da competitividade na atividade turística. Nessa perspectiva, coloca-se em relevância a importância de gerar competitividade através das vantagens comparativas existentes no destino. Salientando, para isso, que a sustentabilidade não anula a existência de competitividade e vice-versa. Para tanto, o estudo fundamenta-se em autores que tratam acerca da problemática visando uma análise reflexiva e argumentativa sob a ótica de diversas disciplinas como geografia, turismo, administração e biologia que versam acerca desta temática. Portanto, enfatiza-se o ecoturismo em áreas naturais protegidas como promotor de desenvolvimento em sua totalidade, ou seja, nas dimensões econômica, ambiental, social e cultural. Premissas, estas, que na contemporaneidade se evidenciam fundantes para o alcance da competitividade global.

Palavras-Chave: Ecoturismo. Competitividade. Sustentabilidade.



O ECOTURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS SOB A ÉGIDE DA SOCIEDADE DO CONSUMO

Artemísia dos Santos Soares; Francisco Fransualdo de Azevedo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: artemisiasoares@yahoo.com.br

O presente artigo constitui-se de um ensaio teórico-conceitual sobre a prática do ecoturismo em áreas naturais protegidas sob a lógica da sociedade do consumo. Nessa perspectiva, colocam-se em relevância as influências dos agentes hegemônicos da atividade turística, provenientes das (novas) necessidades de consumo ocasionadas pela globalização em oposição à observação aos princípios do ecoturismo. Para tanto, o estudo fundamenta-se em posicionamentos díspares de autores que tratam acerca da problemática visando uma análise reflexiva e argumentativa sob a ótica de diversas disciplinas como geografia, turismo, administração, sociologia e filosofia que versam acerca desta temática. Portanto, defende-se a prática do ecoturismo em áreas naturais protegidas como promotora de transformação na forma como o ecoturista se apropria do espaço natural, transformando-o, portanto, num sujeito detentor da consciência de seu lugar no mundo: um verdadeiro sujeito ecológico.

Palavras-Chave: Consumo; Ecoturismo; Áreas naturais protegidas.

APROVEITAMENTO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA (AM)

Adriana Meinking Guimarães

Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

E-mail: amg@usp.br

Este trabalho pretende apresentar o projeto “Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico no município de Iranduba, AM” e apontar questões que tem se apresentado no decorrer do mesmo. Para isso, discorre-se brevemente sobre a arqueologia e sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Inicia-se uma argumentação sobre o desenvolvimento do turismo arqueológico no Brasil, sugerindo-se algumas abordagens, dentre as quais a aproximação com o ecoturismo e o estímulo à utilização da interpretação patrimonial como uma ferramenta valiosa no desenvolvimento dessa atividade. Embora essas sejam apenas discussões preliminares acerca de um tema complexo espera-se que elas contribuam para a colocação do tema na pauta de discussões do ecoturismo brasileiro.

Palavras-Chave: Ecoturismo, Arqueologia brasileira, Interpretação do Patrimônio.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES EM TURISMO E MEIO AMBIENTE

Zysman Neiman; Andréa Rabinovici

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

E-mail: zysman@ufscar.br

Em 2006 foi criado o *campus* Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, nele, diversos cursos, como o de Turismo. O *Campus* tem ênfase na sustentabilidade, a qual deve permear desde o planejamento da ocupação do terreno até os projetos pedagógicos. Há diversas atividades sendo realizadas no *campus* em nível de ensino, pesquisa e extensão. Vários cursos possuem disciplina específica de Educação Ambiental, realizam atividades de campo e extraclasse voltadas ao tema e trabalhos de conclusão de curso e estágios profissionais em Unidades de Conservação (UCs), ou, tem como foco a questão da sustentabilidade. Em 2008 foi criado o Laboratório de Pesquisas em Ecoturismo, Percepção e Educação Ambiental (LEPEA). Participam alunos e professores que gostam do tema. Este grupo participou de diversos estágios e apoio técnico em UCs distintas, tais como: Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (SP), Parque Nacional das Emas (GO) entre outros e criou o Clube Excursionista Universitário de Sorocaba. Sua mais recente atividade foi a criação coletiva de um livro com preocupações didáticas para auxiliar estudantes de graduação a conhecer os princípios do Turismo Sustentável. O projeto consistiu em desenvolver, sob a coordenação dos Professores Andréa Rabinovici e Zysman Neiman, e com 17 alunos em fase de conclusão do curso, um livro didático para servir de material básico para os cursos de turismo. Trata-se de um marco inicial que servirá para expor o estado da arte e os questionamentos endereçados ao tema e assim avançar na qualificação do debate entre os interessados, especialmente àqueles que estão iniciando seus estudos e pesquisas com a interface entre o turismo e o meio ambiente, permeados pelo debate sobre a sustentabilidade. Este livro, **Turismo e Meio Ambiente no Brasil** (Editora Manole) é o resultado deste projeto. A obra está dividida em 15 capítulos, sendo que cada um deles aborda temáticas relativas ao turismo e o meio ambiente. Todos os capítulos buscam inserir as principais reflexões sobre o tema elaboradas por autores importantes da área, exemplificando nos boxes com experiências brasileiras importantes por sua abrangência, mérito, ou pioneirismo – houve uma tentativa de selecionar casos de todo o território nacional. Por fim, são lançadas questões com intuito de provocar um debate entre os leitores. Ressaltamos o que o mérito maior desta obra é ela ter sido escrita por alunos de graduação, os quais pesquisaram, selecionaram temas, redigiram, ilustraram e apresentaram estudos de caso sob a coordenação e a supervisão dos docentes especialistas que lideraram o projeto, redigiram junto com os alunos os textos e organizaram o livro em um processo bastante participativo.

Palavras-Chave: Ecoturismo; produção de conhecimento; pesquisa

AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DE ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS PARA A MUDANÇA DE VALORES E ATITUDES PRÓ-AMBIENTAIS

Isabela Barbosa Frederico¹; Zysman Neiman¹; Júlio César Pereira²

¹Laboratório de Ecoturismo, Percepção e Educação Ambiental, Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Sorocaba; ²Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Sorocaba

E-mail: isabf_tur@yahoo.com.br

As visitas técnicas no ensino superior, uma forma de ecoturismo, podem configurar-se como estratégias alternativas para a inserção do estudante universitário nos problemas sócio-ambientais nos quais estão inseridos, e a partir de então pensar ações cabíveis para a melhora dos problemas encontrados. A presente pesquisa analisou o direcionamento que as visitas técnicas do *campus* da UFSCar-Sorocaba, realizadas durante o período de setembro de 2008 a maio de 2009, estão tendo em relação à adição de conhecimentos dos alunos, e da imersão dos mesmos nos ideais da sustentabilidade ambiental. Além disso, pretendeu avaliar e sugerir a educação ambiental como alternativa para o planejamento e a execução destas atividades visando o desenvolvimento pessoal e coletivo, a responsabilidade sócio-ambiental, e a postura cidadã dos futuros gestores e líderes de nossa sociedade. A metodologia utilizada ao longo da pesquisa se utilizou tanto de uma abordagem qualitativa como de uma quantitativa. No âmbito da qualitativa foi utilizada a chamada observação participante, já a quantitativa fez uso da aplicação de questionários. Como sujeitos de pesquisa foram utilizados alunos da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, que realizaram segundo calendário acadêmico (entre o segundo semestre do ano de 2008 e o primeiro semestre de 2009) visitas técnicas para o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP), o Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picin-guaba), e as cidades de Curitiba (PR), Morretes (PR) e Iguape (SP). Os questionários foram embasados no método chamado “Escala Visual Analógica”, com 3 conjuntos de questões: o primeiro pretendeu avaliar o conhecimento que o aluno possuía antes e depois da visita sobre alguns temas. Uma análise estatística comparou as respostas ao questionário antes e depois das visitas técnicas, para detectar se houve mudanças significativa entre esses dois momentos. O segundo desejava avaliar se houve alguma mudança de atitudes e se a visita contribuiu para a mesma. Já o terceiro abordou os valores ecológicos, no âmbito da sustentabilidade ambiental. Vê-se pelos resultados que os alunos apresentaram pouca mudança em direção à sustentabilidade ambiental, o que revela que, apesar da grande possibilidade de transformações significativas que as visitas técnicas podem produzir, elas ainda não foram plenamente exploradas. Conclui-se, portanto, a importância de se rever as práticas de visitas técnicas como forma de priorizar as vivências e não apenas os conteúdos conceituais.

PADRONIZAÇÃO E MELHORIAS DA INFRA-ESTRUTURA DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS (GO/MS) COMO FORMA DE INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

***Regiane Avena Facó¹; Adriano Alves de Aquino¹;
Débora de Moura Mello Antunes¹; Zysman Neiman²***

¹ Discentes UFSCar Campus Sorocaba; ² Docente UFSCar Campus Sorocaba
E-mail: regianeavena@yahoo.com.br

Conforme enfatiza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a visitação às áreas protegidas é uma importante estratégia de preservação dos recursos naturais. Neste contexto, o Ecoturismo, como segmento especializado, atualmente tem se tornado uma importante fonte de obtenção de recursos, conservação e Educação Ambiental, além de se constituir numa ferramenta de desenvolvimento econômico das comunidades do entorno dessas áreas. Assim, visando o acesso a todos os indivíduos, a inclusão de portadores de necessidades especiais tem sido um desafio ao segmento de Ecoturismo, principalmente no que se refere às possibilidades de visitação às áreas naturais. Como uma prática do chamado Turismo Sustentável, deve-se prever a inclusão de toda a população nesta atividade e, segundo censo do IBGE de 2000, o país possui cerca de 14,5% da população com algum tipo de deficiência. Atento a essa questão, organizou-se uma equipe de técnicos do Parque Nacional das Emas (GO-MS)(PNE), com a colaboração de alunos de turismo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba, para, reunidos, discutir e sugerir algumas alternativas que atendessem a esse público, sendo que após as quais foram elencadas algumas estratégias para que o parque atraísse uma gama maior de visitantes, incluindo nesse rol os portadores de necessidades especiais. Foi realizada também, uma palestra no curso de formação de monitores ambientais na qual foram apresentadas diversas sugestões relacionadas às necessidades de adequação da infra-estrutura tanto no que diz a inclusão de portadores de necessidades especiais quanto a outras questões que vão desde as lixeiras para coleta seletiva, até a reformulação das zonas de uso intensivo (utilizadas para a recepção de turistas e pesquisadores), com implantação do museu e centro de visitantes, ambos contendo atividades auxiliares na Educação Ambiental e informações pertinentes. Debateram-se, também, melhorias de acesso às áreas de uso extensivo, principalmente as que, por sua riqueza de recursos, permitam um contato humano controlado, possibilitando assim, a contemplação de fauna e flora do cerrado. Assim, a expectativa é que a parceria entre o PNE e a UFSCar dê continuidade a estes estudos, para que seja possível atingir o objetivo de inclusão, assim como tornar o trabalho de conscientização ambiental no bioma cerrado mais efetivo.

Palavras-Chave: Parque Nacional das Emas, Acessibilidade, Ecoturismo

O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VISUAL DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS (GO/MS) COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ECOTURISMO

***Regiane Avena Facó¹; Adriano Alves de Aquino¹;
Débora de Moura Mello Antunes¹; Zysman Neiman²***

¹ Discentes UFSCar Campus Sorocaba; ² Docente UFSCar Campus Sorocaba
E-mail: regianeavena@yahoo.com.br

Nas Unidades de Conservação (UCs) do Brasil uma das atividades que vem crescendo nos últimos anos e que auxilia na preservação dos recursos naturais é o Ecoturismo. Para que seja efetivo, é fundamental que as UCs estejam estruturadas para a recepção dos visitantes, seja através de sua presença de recursos humanos qualificados, bem como de equipamentos que possibilitem uma estadia segura e educativa. O Parque Nacional das Emas, situado no Estado de Goiás, próximo as cidade de Chapadão do Céu e Mineiros, no Brasil, considerado Patrimônio Natural da Humanidade e reserva da Biosfera do Cerrado, é uma das Unidades de Conservação que mais favorecem a contemplação da biodiversidade do Cerrado brasileiro, e assim o referido plano tem por objetivo sinalizar de modo informativo às trilhas e espaços comuns de uso turístico e/ou técnico científico das dependências do parque. Para tal, foi formalizada uma parceria entre o PNE e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na qual os alunos de turismo idealizaram um projeto de sinalização cujo objetivo foi possibilitar uma integração maior dos visitantes com a biodiversidade peculiar local, a fim de promover a atividade turística com mais qualidade enfocando também a educação ambiental. Para tal foram elaboradas placas conforme as normas do IBAMA, no que diz respeito à altura, tamanho e tipos de fonte, diagramação de texto e figuras, logotipo de patrocinadores. Como a sinalização representa uma intrusão no ambiente natural e será usada somente quando não existirem alternativas para se transmitir às mensagens educativas, o presente projeto atentou-se a utilizar somente material ecológico, o que diminuirá os danos em relação ao meio ambiente e o impacto em relação aos animais e visitantes. Nesse processo de elaboração, cabe ressaltar que ao ser preparado, foram levadas em conta a expectativa de aproveitamento e o menor esforço requerido pelos visitantes na compreensão das mesmas, levando em consideração que a linguagem e o modo de exposição das informações é de extrema importância para a transmissão da informação de forma clara e objetiva, aproximando o visitante do ambiente natural.

Palavras-Chave: Programa de Sinalização; Parque Nacional das Emas; Interpretação Ambiental

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL - PROECOTUR: UMA ANÁLISE SOBRE OUTROS OLHARES

Jimena Risuenho Viana¹; Júlia Galvão¹; Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos²; Regiane Avena Faco¹; Tatiane Silva¹

E-mail: jimena@uol.com.br

O Ecoturismo é um segmento do turismo que ganha cada vez mais espaço no mercado, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, enquanto o turismo em geral cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo cresce 20%. No Brasil, principalmente nos anos de 1990, como consequência dos movimentos ambientalistas, os órgãos públicos a fim de criarem instrumentos para desenvolver o Ecoturismo de forma responsável, determinaram metas, diretrizes e ações em vários documentos para esta finalidade, entre eles podemos citar: Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (1994), Diretrizes para a Política Estadual de Ecoturismo-SP (1997), Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) (1998), Pólos de Ecoturismo do Brasil (1999). Sendo os principais atrativos da Amazônia os de cunho natural e cultural, há necessidade de fortalecer a economia da região em instância municipal e estadual, de acordo com a Política Nacional integrada, promovendo ações conjuntas entre o setor público e privado, assim como no envolvimento da sociedade em geral. Dessa forma, este trabalho visa analisar o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) (1998), executado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, focando em seu desenvolvimento, metas, objetivos e resultados, promovendo uma reflexão através da análise do discurso de autores que estudaram a forma como a qual o PROECOTUR tem se desenvolvido nos estados do Amazonas e do Pará, já que estes foram os Estados que receberam o maior volume de recursos aprovados, traçando uma visão de quais tem sido os avanços desde a implantação desta política e pontuando também obstáculos encontrados e possíveis soluções.

Palavras-Chave: Proecotur, políticas, Amazônia

RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ECOTURISMO: CONCEITO OU PRÁTICA?

Letícia Galvão Galdino; Regiane Avena Faco

Discentes do curso de Turismo – UFSCar Campus Sorocaba

E-mail: leticiabebi@hotmail.com

O exorbitante crescimento do Turismo não é totalmente benéfico, e apesar da atividade ser bem vista aos olhos das repartições públicas e privadas, esta pode também desencadear uma série de problemas de ordem econômica, social e ambiental, fato amplamente discutido com o evento do Turismo de massa. Dentro desse contexto, entre as décadas de 1970 e 1980, o movimento ambientalista levanta a ideia de uma busca por alternativas menos impactantes de conceber o desenvolvimento de atividades econômicas, por meio da conservação da natureza e pelo respeito para com as culturas das sociedades, e assim dá-se o surgimento do Ecoturismo. Contudo, dentro do contexto do mercado o conceito da atividade é levado à prática ou é deixado de lado em vista dos lucros que podem ser proporcionados aos empresários? Em que condições são deixadas as comunidades locais e outros atores envolvidos no desenvolvimento da atividade? Há uma conduta ética ou uma forma de certificação para empreendimentos que tenham uma conduta realmente responsável em relação ao ambiente e a sociedade? Nesse sentido, empresas ligadas às atividades ecoturísticas, devem atenção às exigências de seu consumidor, pois é este que impulsiona o surgimento de ações responsáveis para o Turismo. Algumas empresas turísticas com certificação internacional, já conquistaram seus lugares de destaque na preferência do consumidor, o que indica de certa maneira que o empresariado está em busca de um diferencial que o fixe dentro desse segmento de mercado e é exatamente nesse momento que a Responsabilidade Social se insere, como uma vantagem competitiva para o produto turístico, um agregador de valor ao que é oferecido aos turistas. O presente artigo pretende desenvolver, portanto, os fatores que caracterizam o Ecoturismo enquanto atividade e também tecer uma análise em relação às práticas de mercado que podem ser observadas no setor, assim como as certificações e as ações de marketing que vem sendo desenvolvidas.

Palavras-Chave: Responsabilidade; Ecoturismo; Certificação.

ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM FOCO EM GUARAQUEÇABA (PR)

Marco Aurélio Tarlombani da Silveira

Universidade Federal do Paraná.

E-mail: marcos.tarlombani@ufpr.br

O foco de análise deste trabalho é Guaraqueçaba, município situado na porção norte do litoral do Estado do Paraná. Apresentamos os resultados de um projeto de pesquisa executado entre 2007/2009, que teve como objeto a região configurada pela Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. O território da APA de Guaraqueçaba engloba em suas porções continental, costeira e estuarina, uma variedade de ambientes – serra do mar, planície costeira, ilhas e manguezais – que apresentam grande diversidade biológica, com destaque para os remanescentes da Mata Atlântica. Apesar do potencial turístico da região, observa-se uma carência na oferta de equipamentos, de serviços e de roteiros. Assim como, observa-se também a falta de condições e de organização dos moradores locais no que concerne à exploração do potencial turístico da região, de modo a torná-lo efetivamente uma alternativa na geração de renda e empregos para eles próprios. Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em fornecer subsídios para um desenvolvimento turístico em escala local, que venha promover ao mesmo tempo a melhora das condições de vida das comunidades locais e a conservação ambiental dentro de uma perspectiva sustentável. Para alcançar este objetivo elaboramos o diagnóstico da região objeto, iniciando pelo levantamento bibliográfico e documental. Somando-se a essa atividade realizamos visitas a campo para identificação da realidade pesquisada, utilizando-se de diversos instrumentos metodológicos, tais como: levantamento fotográfico, observação participante, e a coleta de dados qualitativos junto à comunidade local, mediante a realização de uma oficina para aplicação do Método DAFO ou Análise SWOT. A partir do diagnóstico foi possível identificarmos a estrutura territorial da região, suas características quanto ao uso e ocupação do solo, situação sócio-econômica da população, sistema viário e de transportes. Também identificamos a oferta dos serviços e da infraestrutura turística disponível na região configurada pela APA de Guaraqueçaba, suas potencialidades turísticas, bem como a visão dos moradores sobre o turismo e o papel da comunidade local no que se refere ao desenvolvimento desta atividade. Do ponto de vista dos moradores locais os resultados obtidos confirmam a hipótese que o ecoturismo pode ser uma alternativa econômica viável para o município de Guaraqueçaba. No entanto, os resultados apontam para a necessidade de uma maior articulação entre os atores locais e a adoção de estratégias de desenvolvimento local, como a capacitação de agentes locais, o incentivo ao empreendedorismo e ao associativismo, enquanto medidas que podem contribuir para desenvolver o ecoturismo na região.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Desenvolvimento Local; APA de Guaraqueçaba.

Ecoturismo e seu planejamento como instrumento de gestão sustentável no Parque Estadual da Serra da Tiririca (RJ)

Felipe Ferreira Fraga

Universidade Federal Fluminense.

E-mail: felipeffraga@yahoo.com.br

O Ecoturismo responde por parcela cada vez maior dos fluxos turísticos, consequência principalmente das mudanças na relação da sociedade com a natureza, ocorridas após a aceleração, no século XX, dos desequilíbrios ecológicos associados às atividades humanas de ocupação/transformação do espaço e intervenção no meio natural. Essas mudanças caracterizam-se por uma crescente preocupação com a conservação ambiental e pela valorização do contato com o meio ambiente, fatores fundamentais para a expansão do Ecoturismo. O turismo, como grande condicionante de organização sócio-espacial através de sua prática, acarreta diversos impactos sócio-econômicos e ambientais quando realizado de forma não-planejada. Porém, conciliando preservação ambiental e desenvolvimento, o Ecoturismo pode ser uma atividade sustentável para áreas naturais e seus entornos. Nesse cenário de crise ambiental e valorização da natureza, intensifica-se o processo de demarcação de áreas naturais protegidas, com o intuito de garantir a qualidade do meio ambiente e a proteção da biodiversidade. Essas áreas demarcadas tornam-se um dos destinos principais no Turismo Ecológico, gerando a necessidade de conciliar o planejamento da atividade com a regulação dos espaços protegidos, envolvendo questões complexas de interação entre desenvolvimento econômico e conservação da natureza. Este trabalho propõe-se a estudar o planejamento do Ecoturismo e de atividades de lazer em Unidades de Conservação, aplicando essa discussão ao Parque Estadual da Serra da Tiririca. O Parque localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo terras dos municípios de Niterói e Maricá e uma área marinha, consistindo um local de grande beleza cênica e com diversos atrativos naturais. Criado em 1991, somente em 2007 teve sua área estabelecida, existindo ainda discussões sobre a inclusão de novas terras ao seu limite. A demora no processo de delimitação causou a degradação da área de entorno, por ocupações irregulares e especulação imobiliária, além de pressionar e prejudicar os sítios tradicionais. A falta de uma política efetiva para a região é o principal fator impulsionador dos conflitos. São imprescindíveis, portanto, a concretização das propostas de demarcação física e a adequação do uso do solo dentro e no entorno da unidade. O Plano de Manejo do Parque, previsto para estar definido em 2010, é fundamental para a resolução dessas questões. Esse estudo objetiva identificar as possibilidades de realização do Ecoturismo e de atividades de lazer dentro do parque e as bases necessárias para isso, para que essa prática esteja prevista e regulamentada no Plano de Manejo em equilíbrio com as condições para a sustentabilidade da área.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Planejamento Ambiental; Sustentabilidade.

TURISMO SUSTENTÁVEL NO BAIXO RIO NEGRO (AM)

***Nailza Pereira Sousa; Sherre Prince Nelson; José Eduardo Lozano Badialli;
Marco Antônio Vaz de Lima; Suzana Machado Padua***

IPÊ- Instituto de Pesquisas Ecológicas.

E-mail: nailza@ipe.org.br

Este artigo aborda os passos realizados para o ordenamento da atividade turística no baixo Rio Negro do Estado do Amazonas, tornando-o mais sustentável por envolver representantes dos segmentos sociais, incluindo comunidades, guias, donos de barcos, operadores, ONGs e entidades governamentais de turismo e meio ambiente, e também por ampliar o conhecimento destes protagonistas em relação à biodiversidade local. Infelizmente, ao longo das últimas décadas, os envolvidos nesta atividade tiveram muitas dificuldades para interagir, o que levou a práticas isoladas. Apesar do fato de o baixo rio Negro ser composto por um mosaico de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, muitos dos protagonistas locais não estavam cientes disto, nem tampouco dos potenciais que estas áreas podem representar para o turismo, de acordo com suas respectivas categorias de manejo. O IPÊ- Instituto de Pesquisas Ecológicas, uma organização sem fins lucrativos que por mais de uma década atua na região em programas socioambientais, começou, no ano de 2002, a promover diálogos entre os diferentes setores e membros das comunidades regionais, com o intuito de re-direcionar este quadro para uma atividade mais sustentável. O IPÊ parte do pressuposto que os temas turismo e meio ambiente no baixo Rio Negro, como em muitos outros lugares, precisam ser trabalhados de maneira integrada: o êxito do turismo depende de um meio ambiente conservado onde fundos derivados desta atividade econômica devam ser aplicados tanto para a conservação como também para promover benefícios diretos para as comunidades locais. Oficinas e cursos estão sendo realizados com a participação de representantes de todos os segmentos sociais e os resultados iniciais indicam eficácia. Percebeu-se a melhoria das habilidades de interpretação ambiental, que ampliou o conhecimento dos guias e os níveis de empenho, além de iniciativas de lideranças comunitárias para desenvolver produtos sustentáveis. Este projeto está em fase de execução e seus resultados iniciais demonstram que é possível através de educação e integração dos protagonistas buscar uma atividade turística mais responsável e sustentável sob o ponto de vista socioambiental.

Palavras-Chave: Meio Ambiente; Turismo Sustentável; Ordenamento da Atividade

DIAGNÓSTICO DO IMPACTO DO USO DA TRILHA DO PESCADOR, LOCALIZADA NO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE (MG)

Emerson Diniz Pacheco; Fernanda Souza Garcia; Jorge Luiz dos Santos; Nilcéia Maria da Silva; Anderson Luiz Babilon; Gilséia Maria Alves

Centro Universitário de Caratinga; Centro Universitário do Leste de Minas Gerais

E-mail: emersondpacheco@yahoo.com.br

A presente pesquisa ocorreu no Parque Estadual do Rio Doce – PERD localizado nos municípios de Timóteo, Marliéria e Dionísio no estado de Minas Gerais. O PERD possui 6 trilhas, sendo 4 abertas ao uso público e 2 fechadas, liberadas apenas para pesquisadores e polícia ambiental. A trilha escolhida nesta pesquisa foi a trilha do Pescador, que está localizada na área de uso público do PERD, nas proximidades do acampamento, desenvolvendo-se paralela à Lagoa do Bispo, na meia encosta, sendo sua coordenada geográfica no sistema UTM 23K 751800.64 mW e 7811049.24 mS. O percurso total é de 819 metros, com ida e volta pelo mesmo trecho. Possui uma saída para a área de camping cerca de 230 metros após sua entrada. Além desta saída, mostram cinco outras de acesso à lagoa do Bispo, conhecidas como pesqueiros. Os objetivos foram analisar os impactos ambientais decorrentes da utilização da trilha do Pescador e propor um plano de ação com recomendações e sugestões para a trilha, a ser incorporado ao Plano de Manejo do PERD. A metodologia utilizada envolveu quatro etapas: na etapa um, foi revisada a literatura relacionada ao tema do trabalho, verificando os dados referentes aos estudos do PERD para compilação de dados históricos; na etapa dois realizaram-se os levantamentos de campo, onde foi investigada a trilha do Pescador durante os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007, janeiro e fevereiro de 2008. Os levantamentos de campo ocorreram entre os horários de 09h00min às 16h00min. Para a avaliação dos impactos da visitação, a metodologia utilizada foi o VIM – Visitor Impact Management. Na etapa três foram feitas as análises e interpretações dos dados coletados que foram analisados através de estatística descritiva e percentual utilizando o software Excel. Os resultados foram apresentados através de tabelas e gráficos. Para finalizar o estudo, etapa quatro, foi elaborada uma proposta de um Plano de Ação a ser incorporado ao plano de manejo do PERD. Após a tabulação e discussão dos dados recolhidos na trilha do Pescador, pode-se concluir que a trilha possui impactos devido ao uso como grande número de raízes expostas e existência de trilhas não oficiais, além de três pequenas erosões de fácil manejo. Os indicadores de impactos biofísicos selecionados foram fundamentais para a elaboração do Plano de Ação junto às recomendações e sugestões de medidas de mitigação dos impactos em potencial encontrados.

Palavras-Chave: Trilhas; Impacto do Uso Público; Parque Estadual do Rio Doce.

COMPARAÇÃO DO IMPACTO DO USO DA TRILHA DO VINHÁTICO - PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE (MG) - EM RELAÇÃO AOS PERÍODOS DE SECA E DE CHUVA

Emerson Diniz Pacheco, Fernanda Souza Garcia, Jorge Luiz dos Santos, Nilcéia Maria da Silva, Anderson Luiz Babilon, Gilséia Maria Alves

Centro Universitário de Caratinga; Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.

E-mail: emersondpacheco@yahoo.com.br

O Parque Estadual do Rio Doce (PERD), localizado no leste do estado de Minas Gerais é um ambiente propício à prática do esporte, lazer e pesquisa. O PERD, vinculado ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) é o maior parque do estado situado, integralmente, no bioma Mata Atlântica e um dos que recebem maior número de visitantes por ano, sendo uma das Unidades de Conservação que detém a maior infra-estrutura de apoio ao turista, no Estado de Minas Gerais. A trilha do Vinhático é uma das trilhas quatro trilhas abertas ao uso público e por isso foi escolhida para a pesquisa, que tem como objetivos comparar o impacto do uso público em dois períodos diferentes, período de seca e de chuva, e propor um plano de ação com recomendações e sugestões para o manejo da trilha. A metodologia utilizada envolveu quatro etapas: na etapa um, foi revisada a literatura relacionada ao tema do trabalho; na etapa dois, realizaram-se os levantamentos de campo, onde foi investigada a trilha do Vinhático em dois períodos distintos: primeiro nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2007, correspondendo ao período de seca e nos meses de novembro e dezembro de 2007, janeiro e fevereiro de 2008 que corresponde ao período de chuva. Os levantamentos de campo ocorreram entre os horários de 09h00min as 16h00min. Para a avaliação dos impactos da visitação, a metodologia utilizada foi o VIM – Visitor Impact Management. Na etapa três, foram feitas as análises e interpretações dos dados coletados que foram analisados através de estatística descritiva e percentual utilizando o software Excel. Os resultados foram apresentados através de tabelas e gráficos. Para finalizar o estudo, etapa quatro, foi elaborada uma proposta de um Plano de Ação a ser incorporado ao Plano de Manejo do PERD. A trilha do Vinhático está localizada mais precisamente a 1800 metros da portaria, sendo sua coordenada geográfica no sistema UTM 23K 749054.69 mW e 7812549.14 mS. Possui um percurso de 1004 metros inserida em ambiente de Mata Atlântica. Após a tabulação e análise dos dados, constataram-se vários impactos no período de chuva em relação ao de seca. Foram detectadas 36 raízes no período de seca contra 55 no de chuva, observou-se que no período de seca havia dois pontos com pequena erosão lateral da trilha (0,65m), corrigidas pela equipe de manutenção do parque, pois não se encontrou erosão no período de chuva. Os outros indicadores investigados não ocorreram diferenças significativas em relação aos dois períodos. Portanto conclui-se que é o manejo feito na trilha do Vinhático é bom, porém necessita melhorar no período de chuva, onde a trilha perde material (solo) devido ao pisoteio dos visitantes e das fortes chuvas, necessitando de manutenção após esse período e permitir a atividade na trilha somente nos finais de semana e feriados para melhor recuperação.

Palavras-Chave: Trilhas; Impacto do Uso Público; Parque Estadual do Rio Doce.

Nota: ¹GRAEFE, A. R.; KUSS, F. R.; VASKE, J. J. Visitor Impac Managements – the planning framework. Washington D. C.: National Paerks and Conservation Association, 1990.

ECOTURISMO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS FAXINAIS DE TABOÃOZINHO E BARRA BONITA DE PRUDENTÓPOLIS (PR) – O CURSO DE AGENTE BIODINAMICO

Jasmine Cardozo Moreira; Vânia Mara Moreira dos Santos; Marcela Tatiana Schirlo; Viviane Giselle de Souza; José Basílio Salomão; Ronaldo Ferreira Maganhoto

Universidade Estadual de Ponta Grossa; Instituto os Guardiões da Natureza; Universidade Estadual do Centro-Oeste.

E-mail: jasmine@uepg.br

Prudentópolis, município localizado na região Centro-Sul do Paraná, abriga um dos últimos remanescentes significativos da Floresta com Araucária, possui rica biodiversidade e mais de 42 saltos catalogados (entre eles o Salto São Francisco, um dos maiores do sul do Brasil). Devido a esses atrativos, o município já vem despertando para o turismo, utilizando seu potencial para a realização de atividades de ecoturismo e turismo de aventura. A maior parte desses atrativos naturais concentra-se nos Faxinais: um aspecto cultural singular que abriga uma população tradicional. Tal sistema constitui-se numa forma histórica de organização social da produção que mais preservou as condições ambientais, comparada a outras formas organizacionais. Por serem sistemas coletivos de produção que miscigenaram a cultura cabocla e as culturas européias no final do século XIX, combinam o cultivo agrícola em lotes individuais com a criação comunitária de animais em ambientes que mantiveram de modo peculiar a floresta. Atualmente, os Faxinais encontram-se ameaçados, pois os faxinalenses por manterem a floresta em estágio avançado de conservação sofrem com a intensa pressão para a conversão ao uso agrícola e florestal, além da exploração da madeira restante. Deste modo, no Projeto intitulado “Ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável dos Faxinais de Taboãozinho e Barra Bonita de Prudentópolis-PR”, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente através do PDA e executado pela ONG Instituto Os Guardiões da Natureza (ING) uma das ações realizada foi a seleção de dez famílias desses dois Faxinais, que tivessem a potencialidade e o interesse em receber turistas. Após estudos de mercado (a nível local, nacional e regional), o diagnóstico (sócio, econômico e ambiental) e o georreferenciamento dessas áreas, foi verificado que há o potencial para a implantação de atividades sustentáveis de turismo. Portanto, em 2008 foi oferecido o Curso de Capacitação de Agente Biodinâmico, com a duração de 128 horas, dividido em quatro módulos, tratando de assuntos como técnicas de condução e implantação de trilhas, turismo sustentável, certificação, hospitalidade, primeiros socorros, gestão de negócios, agrossilvicultura, entre outros. O curso foi ministrado por profissionais de diversas áreas e contou com a participação de 36 faxinalenses. Deste modo, ao capacitar a comunidade para trabalhar com o ecoturismo, um primeiro passo já foi dado, no sentido de transformar os Faxinais num modelo econômico sustentável, visando melhorar a qualidade de vida e o rendimento econômico da população, demonstrando a sua importância para conservação do Bioma Floresta com Araucária.

Palavras-Chave: Faxinal; Prudentópolis; Capacitação.



UMA REFLEXÃO PRELIMINAR ACERCA DOS POSSÍVEIS CENÁRIOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA (ES)

Anderson Biett Simões

E-mail: a.biett@hotmail.com

O presente trabalho pretende discutir à partir do cenário sócio-político-econômico e cultural outros olhares sobre o potencial turístico das comunidades do entorno da Bacia do Rio Santa Maria da Vitória, que corta os municípios de Viana, Cariacica, Domingos Martins e Santa Leopoldina. Pretende ainda, apontar uma possibilidade de construção coletiva de geração de renda que considere a comunidade residente, como principal agente transformador da lógica vigente, estimulando o desenvolvimento, o crescimento local e protagonizando a responsabilidade social. Como metodologia, trata-se de um estudo exploratório cujo delineamento é a pesquisa bibliográfica e documental. No debate com a comunidade local será considerada a caminhada realizada por Dom Pedro II (1860), como proposta de um caminho histórico turístico a ser desenvolvido, com o intuito de constituir nova política de preservação ambiental ou de reflorestamento vegetal nas propriedades à margem da Bacia do Rio Santa Maria da Vitória.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Políticas Públicas; Bacia do Rio Santa Maria da Vitória.

LEGISLAÇÃO E CONFLITOS: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MATO GROSSO

Giseli Dalla Nora Felix; Luiz da Rosa Garcia Netto; Patrícia Helena Mirandola

Universidade Federal de Mato Grosso; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: gisanora@hotmail.com

Um olhar mais atento para a relação existente entre os recursos naturais (clima, hidrografia, relevo, vegetação e solos) e percebe-se a necessidade de conhecer cada elemento para compreender o todo. Os recursos naturais são importantes para a manutenção do modelo de produção vigente e por este motivo a sociedade mundial precisa se preocupar com a sustentabilidade destes recursos. Nesse sentido, promove encontros, simpósios, cúpulas mundiais sobre a sustentabilidade ambiental. As universidades, academias, sociedade civil e ONGs estão discutindo vários temas ligados ao meio ambiente. O Estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, apresenta um grande crescimento econômico, baseado inicialmente na monocultura e na exploração dos recursos naturais. Apresenta uma biodiversidade expressiva reconhecida mundialmente, resultante dos biomas presentes em seu território (Amazônia, Cerrado e Complexo do Pantanal), mas a atividade humana, embasada no modo capitalista de produção tem colocado em risco a manutenção desta biodiversidade. Daí a importância de criar e manter Unidades de Conservação - UCs com o intuito de preservar os recursos naturais e promover a sustentabilidade dessa biodiversidade. A abordagem que aqui se faz é, se, realmente as unidades de conservação cumprem seus papéis no contexto da preservação dos recursos naturais? A sustentabilidade das unidades de conservação aqui abordada não se refere só à sustentabilidade ambiental, mas sim a sustentabilidade legal, ou seja, a sustentação dos recursos naturais pautada na legislação ambiental, nas esferas federal e estadual. Ao final, sugerimos o maior envolvimento da população local, através de programas de preservação ambiental e educação ambiental, com vistas a melhorias no processo de preservação e sustentabilidade dos recursos naturais.

Palavras-Chave: Sustentabilidade Legal; Legislação Ambiental; Unidades de Conservação.

EMPREENDEMENTOS TURÍSTICOS LOCALIZADOS EM ÁREAS NATURAIS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO ECOTURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE AIURUOCA (MG)

Luiza Alípag Schmidt de Andrade

Universidade Federal de Juiz de Fora.

E-mail: luizaalipaz@yahoo.com.br

A atividade ecoturística representa hoje, um grande subsegmento do turismo em áreas naturais, constrói assim debates de extrema relevância já que envolve premissas a cerca do desenvolvimento local, da conservação da biodiversidade e do respeito e valorização do patrimônio cultural e natural. Desta maneira, cada característica supracitada sugere diferentes discussões. A partir de diversos conceitos podemos resumir que o ecoturismo sugere a prática de atividades turísticas em áreas naturais, atividades relacionadas aos esportes de aventura ou não, proporcionando contato com a cultura de comunidades locais, valorizando a participação ativa dessas comunidades e contribuindo para seu desenvolvimento socioeconômico. Buscando sempre atrelar comportamento conservacionista em relação ao meio ambiente. Sabemos que o ecoturismo, como qualquer outra atividade turística, necessita de infra-estrutura e equipamentos apropriados para se promover, sendo assim um dos setores que merece atenção dentro desta atividade são os meios de hospedagem utilizados. Na procura pela prática do ecoturismo, é evidente a preferência pela hospedagem em meio a áreas naturais, em empreendimentos localizados no perímetro rural dos municípios. O objeto de nosso estudo de caso, é um município situado no sul de Minas Gerais, conhecido em todo estado por sua bela paisagem cênica, Aiuruoca possui um rico conjunto de cachoeiras além de ser referência territorial do Parque Estadual do Pico do Papagaio, unidade de conservação criada a pouco tempo em Minas Gerais. O município tem cerca de 20 pousadas, 80% destas estão localizadas em áreas rurais, em meio ao ambiente natural, muitas vezes também dentro de RPPN's. Como já dito, o ecoturismo tem objetivos conservacionistas, sendo assim, deve implementar a necessidade de conservação em diversos setores envolvidos, sendo objetivo geral deste estudo de caso evidenciar a importância das ações de conservação da natureza utilizadas pelos meios de hospedagem, já que estes são muitas vezes o ponto de referência do visitante. Ações de conservação ambiental devem ser construídas e praticadas. Será que estas orientações e ações têm sido elaboradas e utilizadas nestes tipos de empreendimentos? E como a existência ou não destas ações podem influenciar no desenvolvimento da atividade ecoturística na localidade? O comportamento consciente dentro destes empreendimentos é o ponto crucial e inicial para que a atividade ecoturística seja realizada da maneira como prevê os mais adequados conceitos sobre o assunto. Sendo o papel conscientizador uma maneira de divulgar os destinos e também de disseminar não só entre os praticantes, mas em meio a toda sociedade, as ações de conservação do meio ambiente. O trabalho é construído através de pesquisa bibliográfica e virtual objetivando a construção de um quadro de referência teórica que subsidie a análise das estratégias de conservação da natureza como elemento essencial ao desenvolvimento ecoturístico no município. Sendo realizado também pesquisa de campo através de entrevista semi-estruturada com objetivo de encontrar respostas às perguntas propostas.

Palavras-Chave: Conservação; Meio Ambiente; Ecoturismo.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM DEBATE: UM CAMPO DE POSSIBILIDADES A PARTIR DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CURIÓ DE PARACAMBI (RJ)

Thiago Ferreira de Souza; Débora Silva de Azevedo; Vivian Castilho da Costa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: thi_floresta@hotmail.com

O presente trabalho consiste no estudo sobre o desenvolvimento das atividades de cadastramento nas reuniões de mobilização dos atores sociais, grupos ou comunidades e propriedades rurais presentes na zona de amortecimento do Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi – RJ que abrange os municípios de Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro. As atividades no entorno, história e interesses a partir da implementação de uma futura unidade de conservação são pontos-chave em uma ação que ocorre sob uma perspectiva de integração através de oficinas dinâmicas e participativas. Entendendo a dicotomia sociedade/natureza e os conflitos oriundos dessa relação, verifica-se a abertura de um campo de possibilidades – ecoturismo, extensão rural, educação ambiental, agrofloresta – através do zoneamento. Esta experiência está sendo desenvolvida com o objetivo de elaborar o Plano de Manejo do Parque a partir da indicação da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – em conjunto com a utilização do Roteiro Metodológico de Planejamento desenvolvido pelo IBAMA para Unidades de Conservação de Uso Indireto que prevê esta abordagem. Nesse sentido, investigam-se os processos que permeiam a consolidação de uma Unidade de Conservação bem com as trocas de saberes, experiência e expectativas com a comunidade do entorno.

Palavras-Chave: Campo de Possibilidades; Plano de Manejo; Zona de Amortecimento.

CAMPOS NATURAIS BRAGANTINOS: VIABILIDADE TURÍSTICA E SUSTENTÁVEL

Letícia Lima de Freitas

Universidade Federal do Pará.

E-mail: leticialif@yahoo.com.br

Foi um estudo dos campos naturais bragantinos, que estão situados no nordeste paraense, para se verificar a viabilidade de inserção, da atividade turística. O Ecoturismo é o tipo de turismo mais adequado para ser desenvolvido nestes campos, por ter como premissa a prática de atividades de aventura, aliado com a preservação dos atrativos naturais desta região. O objetivo proposto foi verificar viabilidade de incrementar a atividade turística, de modo que traga benefícios, tanto para o município como para as comunidades locais, além de propor o equilíbrio entre preservação e proteção. Entender o que os moradores querem compartilhar e quais os lugares especiais que eles querem manter reservados, somente para o desfrute local. A partir daí, evidenciar, quais os atrativos dos campos naturais, podem ser utilizado como produto turístico. Somente com um planejamento turístico adequado, com uma preocupação voltada para o discurso do desenvolvimento sustentável, é que o Ecoturismo poderá ser desenvolvido neste local. A metodologia utilizada foi à revisão de literatura, referente ao discurso ao turismo e o meio ambiente, visando sempre a sustentabilidade, além da pesquisa qualitativa que contribui para coleta de informações, durante a pesquisa de campo. É importante ressaltar, que este presente estudo é inédito, em relação ao turismo, sendo encontrados apenas, textos com informações sobre o ecossistema dos Campos Naturais.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Desenvolvimento Sustentável; Planejamento.



PERCEPÇÃO ECOTURÍSTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ECOTURISMO DA REGIÃO SERRANA DE VENÂNCIO AIRES (RS)

Wilson Junior Weschenfelder; Mario Riedl

A região serrana do município de Venâncio Aires, RS, tem como sua principal base produtiva o tabaco. Além do êxodo rural, a possibilidade do desenvolvimento de outras atividades agrícolas também não é favorecida por causa do relevo muito acentuado. Apesar de algumas intervenções para desencadear um processo de organização e capacitação em Ecoturismo, a região ainda se manteve estática frente a esta atividade. Para tal, foi definida a hipótese sobre o nível de percepção dos moradores da região serrana do município de Venâncio Aires, RS, é compatível com as atividades desenvolvidas pelo Ecoturismo. Consequentemente, o projeto teve como objetivos verificar o nível de percepção dos moradores da região de estudo, se este nível de percepção seria compatível para a implantação de atividades de Ecoturismo e quais seriam os fatores que colaboram ou inviabilizam o desenvolvimento do Ecoturismo na região. Para o desenvolvimento dos procedimentos para a determinação do nível de percepção dos moradores, foram realizadas visitas às residências para entrevista com os moradores. Como não há informação acerca do nível de percepção ecoturística dos moradores da região, até mesmo porque a denominação “percepção ecoturística” é inovadora por este projeto, optou-se pela elaboração de um formulário com base em estudos de percepção ambiental desenvolvidos em diversos projetos de cunho ambiental, sendo denominado de Formulário de Percepção Ecoturística – FPE. A coleta de dados se deu de forma voluntária, utilizando o método de comunicação não disfarçada, onde o FPE foi aplicado a uma amostra de 108 moradores. Os dados coletados foram analisados e valorados com a utilização dos softwares SPSS (Statistical Package for Social Science) e EXCEL (Microsoft Office Excel). Para esta amostra, analisado as questões que determinam a percepção ecoturística, encontramos um percentual de 84,259% de acertos (relação positiva benéfica ao Ecoturismo) sendo este valor atribuído à Percepção Ecoturística. Este valor confirma a hipótese e demonstra que os moradores possuem hábitos e comportamentos compatíveis com os princípios do Ecoturismo. Assim, entendido que a “Percepção Ecoturística” pode apontar tendências, hábitos e comportamentos específicos sobre esta temática, também pode apontar novas alternativas para o desenvolvimento regional e para a construção de novas cadeias de produtos e serviços ligados ao Ecoturismo.

Palavras-Chave: Percepção Ecoturística; Ecoturismo; Desenvolvimento Local.

LEVANTAMENTO DOS POTENCIAIS NATURAIS AO ECOTURISMO NA REGIÃO SERRANA DE VENÂNCIO AIRES (RS)

Wilson Junior Weschenfelder, Mario Riedl

O Ecoturismo, em sua concepção, apresenta três premissas principais que são a sustentabilidade, a conservação ambiental e o fortalecimento das comunidades receptoras. Estas premissas, colocadas em prática, podem fortalecer a organização social de comunidades rurais e amenizar o processo de inviabilização da atividade econômica familiar no meio rural. O desenvolvimento de atividades de Ecoturismo baseadas nos recursos naturais devem se dar de uma maneira que preserve sua atração, ou seja, que ao longo do tempo seus atrativos continuem intactos e motivando a vinda de turistas, sendo assim, o planejamento é imprescindível de modo a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente eqüitativo. Este planejamento também pode ser entendido como a definição de estratégias e meios para sair de uma situação atual visando alcançar uma situação futura desejada. Assim, este trabalho teve como objetivo buscar informações sobre os potenciais naturais existentes na região serrana do município de Venâncio Aires, RS, como base inicial para um futuro planejamento de implantação de atividades de Ecoturismo. O levantamento ocorreu através de visitas às residências para com a aplicação do Formulário de Percepção Ecoturística entre maio de 2008 e janeiro de 2009 com a coleta de dados através do Formulário de Percepção Ecoturística contemplando 104 residências. Os resultados apresentaram que os moradores conhecem 26 locais que acreditam ser um potencial, distribuídos em quase todas as comunidades da região serrana. Destes 26 locais indicados pelos entrevistados, as cascatas foram mais citadas com 11 locais sendo que os três locais mais citados foram a Figueira Centenária com 21 citações (19,4 % dos entrevistados) em Linha Silva Tavares, a Cascata Véu de Noiva com 14 citações (13% dos entrevistados) em Linha Cachoeira Baixa. Os demais locais citados são mirantes, grutas, balneários, lagos, nascentes, uma floresta e um vale. Importante ressaltar é que ocorreram 16 citações informando não haver ou não conhecer algum potencial natural na região de estudo. Em conclusão, verificou-se que a região possui um grande potencial para o Ecoturismo dispondo de diversos locais distribuídos uniformemente em várias localidades que, futuramente, devem ser avaliados individualmente para avaliar sua capacidade de uso e de visitação, bem como o seu acesso e impactos ambientais decorrentes de qualquer atividade desenvolvida no local.

Palavras-Chave: Potenciais Naturais; Ecoturismo; Venâncio Aires.

A PRÁTICA DO TURISMO CIDADÃO NO BOSQUE DOS NAMORADOS (RN): UM INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Anna Karenina Chaves Delgado; Josemery Araújo Alves; Darlyne Fontes Virginio

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: annajpa22@hotmail.com

O ser humano, a princípio, estabelecia uma relação íntima com o meio ambiente, a sua posição frente ao mundo era de objeto inserido numa grandiosidade mágica que não entendia. Com a Revolução Científica, e a ascensão do pensamento racionalista/determinista, o homem é deslocado de objeto para sujeito da natureza. Sendo o mundo entendido como uma máquina perfeita capaz de ser dessecada e totalmente entendida. Atualmente a crise de percepção de mundo gerada pela ênfase no yang (lado racional/ masculino), no consumismo e competitividade exacerbados tem gerado uma sociedade em desequilíbrio, ao sentir-se agredido em seu ambiente, o ser humano acaba por reproduzir a agressividade recebida nos ambientes em que visita, assim, com a finalidade de romper esta lógica perversa devem ser pensadas formas de trazer maior equilíbrio para a vida cotidiana. O objetivo principal do presente artigo é apresentar a relação existente entre a incorporação da prática freqüente do turismo cidadão em ambientes naturais com a formação de uma consciência ambiental, em especial quando a prática do turismo cidadão esta atrelada a um programa de educação ambiental, como ocorre no Bosque dos Namorados, em Natal. Os procedimentos metodológicos utilizados foram o levantamento bibliográfico, a observação in loco e a pesquisa de campo no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), órgão responsável pela gestão do Parque Estadual das Dunas onde se localiza o Bosque dos Namorados, o método de abordagem utilizado foi o descritivo baseado numa percepção holística. Os resultados obtidos corroboram a constatação de que o turismo cidadão em ambientes naturais consiste não apenas numa ferramenta lúdica, mas também educativa que auxilia na formação de uma consciência ambiental.

Palavras-Chave: Bosque dos Namorados; Turismo Cidadão; Conscientização.

ECOTURISMO: É UMA REALIDADE NOS PARQUES?

Eduardo de Ávila Coelho

Centro Universitário UNA.

E-mail: meioambiente@yahoo.com.br

O Ecoturismo tem as premissas de conservar o ambiente visitado, envolver, com empoderamento, as comunidades receptoras e desenvolver uma conscientização nos visitantes para questões ecológicas e sociais. Dessa forma, o Ecoturismo se destaca como a atividade ideal a ser implementada em parques e demais unidades de conservação (UCs), onde o ambiente apresenta riquezas e fragilidades e seu entorno é habitado por populações rurais, sejam consideradas tradicionais ou não, que possuem estilo de vida baseado em uma relação mais direta com a natureza. No entanto, a realidade de grande parte dos parques brasileiros não demonstra que haja planejamento adequado na implantação da atividade turística e nem a participação das populações locais. Nos parques onde o turismo já acontece, os impactos negativos da atividade podem ser claramente percebidos através da degradação dos ambientes físicos pelo excesso de carga, do êxodo das populações nativas pela especulação imobiliária ou do elevado número de empreendimentos turísticos com capital externo. Em uma pesquisa realizada em três parques de Minas Gerais, o nacional da Serra do Cipó e os estaduais do Ibitipoca e da Serra do Intendente, constatou-se que as UCs apresentam diferentes estágios de desenvolvimento do turismo em sua área e entorno. Os gerentes das UCs apontam inúmeros problemas e desafios para que os parques alcancem seus objetivos e as comunidades próximas às suas portarias percebem benefícios e malefícios da implementação do parque, sendo que o tempo de existência de cada um, aliado aos investimentos dos órgãos de conservação, tende a aumentar os aspectos positivos, principalmente referentes às estruturas nas vilas. Os visitantes percebem que algumas questões primárias ainda devem ser aprimoradas para que o ecoturismo seja de fato desenvolvido. O momento inicial da criação de um parque tende a deixar as comunidades de fora do processo e gerar inúmeros conflitos, que levam anos para serem solucionados, quando os são. A chegada do turismo acontece sem planejamento e, nem as populações, nem o próprio parque estão preparados para receber os visitantes. O resultado dessa falta de preparo é a intensa modificação dos ambientes naturais e sociais, descaracterizando-os e comprometendo a manutenção das atividades de subsistência, anteriores aos parques, e o próprio turismo. Ainda falta muito para que o Ecoturismo realmente aconteça em nossas UCs e os envolvidos no processo sejam beneficiados com isso.

Palavras-Chave: Comunidades; Turismo; Unidades de Conservação.

ACESSIBILIDADE NAS ESTRUTURAS DE RECEPTIVO DOS ATRATIVOS DE TURISMO DE AVENTURA – TRILHAS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (PR)

Claudio Alexandre de Souza; Deise Cristina da Silva; Nadia Michele Neitzel

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

E-mail: cas_tur@yahoo.com.br

O presente trabalho tem como tema principal a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais (cadeirantes) ao turismo de aventura, especificamente nas estruturas de receptivo dos atrativos turísticos do turismo de aventura do Parque Nacional do Iguaçu. Teve-se o propósito de analisar as condições de acessibilidade aos atrativos turísticos de turismo de aventura do Parque Nacional do Iguaçu para as pessoas com necessidades especiais (cadeirantes). Os instrumentos de pesquisa foram aplicados in loco nas estruturas de receptivo das Trilhas do Poço Preto e Trilha das Bananeiras. Os resultados alcançados demonstram que ambas as trilhas não estão 100% conforme as normas da ABNT e o Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos. As estruturas de receptivo desta trilhas podem receber as adaptações necessárias, as quais o Manual acima citado descreve, porém alguns fatores naturais tornam-se obstáculos nesta busca de adaptação destes atrativos. Por fim, acredita-se que este estudo serve de referencia para trabalhos futuros, além de significar, dentro de suas limitações, uma contribuição aos estudos da academia sobre este tema.

Palavras-Chave: Acessibilidade; Turismo de Aventura; Cadeirantes.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA ILHA DE COTIJUBA

***Karolina Miranda de Camargo; Emanuela Silva do Nascimento;
Anaryê Ybotira Gonçalves Rocha***

Universidade Federal do Pará.

E-mail: kkarol_karolina@hotmail.com

O ecoturismo vem sendo apontado como o segmento turístico que mais cresce no mundo, e este é relacionado às questões que envolvem as formas de interação entre o ser humano e a natureza. Historicamente, o processo de ocupação e colonização da Amazônia tem provocado um crescimento desordenado assim como sérios problemas às comunidades autóctones, contudo não se pode deixar de mencionar o potencial contido nesta localidade. Baseado no conceito de sustentabilidade, o ecoturismo vem contribuindo para a formação de uma consciência ecológica tornando cada vez mais ativa a participação da comunidade bem como a ação individual de agentes sociais e possui como uma de suas características a prática da educação ambiental. A Ilha de Cotijuba, localizada na região metropolitana de Belém, no estado do Pará, onde a ação do homem dissociada a natureza causam sérios problemas ambientais, o que tem despertado em grupos iniciativas para reverter esse quadro atual. Este trabalho tem como principal objetivo analisar a prática da educação ambiental relacionadas à conservação da natureza e ao ecoturismo e como este pode beneficiar os moradores da ilha de Cotijuba e elevá-la à um modelo sustentável; utilizando como procedimento metodológico o uso de pesquisa bibliográfica e documental para análise e confronto de hipóteses pré-estabelecidas fornecendo subsídios para pesquisas posteriores.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Conservação da Natureza.

O ECOTURISMO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DA POBREZA

Marcelo Teixeira César de Oliveira

Ipá Ti-uá Vivência Ambiental; Centro Universitário São Camilo.

E-mail: marcelotco@usp.br

O desenvolvimento recente do turismo é um fenômeno da modernidade associado à industrialização e à produção em massa que tem impulsionado a economia de diversos países. O objetivo foi discutir o potencial do setor de turismo, em específico o do ecoturismo, para contribuir na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável das populações receptoras de turistas trazendo prosperidade e melhor distribuição da renda. Através de pesquisa bibliográfica e webgráfica, compilaram-se artigos sobre o tema em várias áreas do conhecimento com enfoques multidisciplinares, além de relatos de experiências e estudos de caso. Para que haja de fato inserção social devem ser considerados fatores como direito a educação, qualificação para o trabalho, capital e recursos naturais e não apenas o aspecto monetário. Dessa forma, é importante a distinção entre crescimento e desenvolvimento para a abordagem dos potenciais de combate à pobreza, desigualdade, criação de renda e empregos. Práticas atuais, melhor disseminadas em alguns países europeus, como o comércio justo e a responsabilidade social das empresas, podem tornar a atividade turística mais solidária, mais incluyente e de caráter associativista. O ecoturismo apresenta bom potencial para geração de emprego e redução da pobreza no Brasil, e por não se tratar de turismo de massa, a atividade pode ser tocada por pequenos empresários e trabalhadores autônomos. Os benefícios do turismo sobre as classes de renda mais baixa da população brasileira podem reduzir a desigualdade de ganhos, mas, as famílias de mais baixa renda (abaixo da linha de pobreza de U\$ 1,00/dia) não são, contudo, as principais beneficiárias, mas sim as famílias pobres logo acima desta renda média. Isso ocorre, pois, na atividade existe um peso significativo na participação de um trabalhador semi-qualificado e qualificado com relação ao não qualificado. Não se devem alimentar, portanto, ilusões de imediata inserção social antes de garantir que um conjunto de medidas como oportunidades de acesso a serviços públicos, tais como, educação, proteção à saúde e moradia, atenda a um número cada vez maior da população. O ecoturismo pode converter-se no Brasil em uma atividade importante para o desenvolvimento dos destinos turísticos, das comunidades receptoras, da conservação dos ecossistemas e do patrimônio natural. A reaproximação da ética, da economia e da política poderão minimizar as desigualdades que só serão superadas por políticas públicas em ações de maior responsabilidade socioambiental e sustentabilidade da atividade de turismo na garantia de melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras e ao ambiente natural.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Desenvolvimento Sustentável; Turismo de Base Comunitária.

ECOTURISMO E (DES)EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Euler Sandeville Júnior; Flávia Tiemi Suguimoto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; Programa de Mestrado na Ciência Ambiental da USP.
E-mail: esandeville@gmail.com

Este trabalho decorre de observações em locais de ecoturismo (no interior do Estado de São Paulo) e de discussões anteriores dos autores sobre a forma de se pensar e se fazer o turismo na natureza (SANDEVILLE Jr.; SUGUIMOTO, 2008). Essas pesquisas, juntamente com uma bibliografia atual sobre o tema, permitem questionar se os formatos padronizados no segmento podem ainda favorecer, ou em que medida, a formação de uma consciência ambiental. Ou seja, o ecoturismo, como se constitui, não estará contribuindo para uma idéia fantasiosa de consciência ambiental? O contato com a natureza é um grande estímulo à sensibilização sobre o ambiente e à sua conservação, mas existe um espaço a preencher entre essa sensibilização e a educação ambiental. O grande desafio se encontra em conseguir transformar essa sensibilização em educação e, conseqüentemente, em ações afetivas e efetivas. No entanto, a relação entre educação ambiental e o ecoturismo, que seria esperada como integrante desse segmento se aceitarmos as diversas definições e entendimentos para essa atividade, na prática, tem apresentado problemas que comprometem o próprio alcance da idéia de ecoturismo. Essas dificuldades têm sido apontadas tanto no âmbito acadêmico quanto no empresarial. Existem estudos recentes (HINTZE, 2008; NEIMAN, 2002) que identificam esse problema e procuram construir uma interpretação. Trazer os impasses à discussão é o grande mérito desses trabalhos, contribuindo para desmistificar a atividade. O entendimento da questão, contudo, deverá relacionar os problemas já apontados com quadros sociais nos quais se constituem. A questão tem sido reduzida a uma crítica (necessária) da espetacularização da sociedade de consumo, ou creditada a uma deficiência de conhecimento técnico e de falta de capacitação do setor para lidar adequadamente com essa integração entre ecoturismo e educação ambiental (o que certamente ocorre). A dificuldade, entretanto, não pode ser creditada apenas ao ecoturismo, e ao comportamento do turista ou do empresário, e nem mesmo aos impasses nas práticas de educação ambiental (estes não têm sido considerados nos trabalhos que consultamos). O arcabouço das práticas e suas referências empíricas e teóricas precisa ser trazido para a discussão da realidade social em que se dão, inclusive em seus aspectos estruturais, culturais e afetivos, o que poderá mostrar contradições importantes e mais profundas do que aquelas já indicadas acima. A não percepção dessas relações gera reducionismos que condenarão as soluções apresentadas a apenas renovar as dificuldades e a não colocar plenamente em cheque as suas causas.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Consciência Ambiental.

ANÁLISE DOS FATORES MOTIVACIONAIS E DETERMINANTES NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR TURÍSTICO NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA NA REGIÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS (MG)

Ana Cristina M. Costa; Miguel R. Peres Jr.; Michella C. do Prado; Ronaldo F. Silva

IFMG - Campus Bambuí e Campus Formiga; Universidad de Deusto, Espanha.
E-mail: acmc5@hotmail.com

O estudo do comportamento do consumidor tem se mostrado uma poderosa ferramenta na implementação de ações mercadológicas eficazes. Na atividade turística – em particular no segmento ecoturístico – estes estudos são ainda incipientes. Acredita-se que o conhecimento dos padrões comportamentais e dos processos que motivam e definem as escolhas dos turistas pode auxiliar sobremaneira na correta gestão das Unidades de Conservação. A partir dessa premissa, desenvolveu-se este trabalho que pretendia investigar as características do consumidor turístico que visita o entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra, na região de São Roque de Minas, MG, procurando categorizá-los a partir dos fatores motivacionais e determinantes identificados. O presente artigo apresenta os principais resultados que mostraram que os fatores motivadores mais importantes para os turistas entrevistados estão relacionados ao contato com a natureza e à possibilidade de relaxamento e meditação em espaços naturais. Quanto aos fatores determinantes – aqueles que definem a escolha dos destinos – observou-se, na amostra pesquisada, que de modo geral, o preço e a indicação de amigos e/ou parentes são os mais importantes. Já para os fatores determinantes específicos – aqueles decisivos na escolha da região de São Roque de Minas, MG – verificou-se que a distância e o acesso são os fatores mais impactantes. O trabalho traz ainda a proposta de segmentação dos ecoturistas que visitam a região em dois grupos: os refratários, para quem o fator preço é o mais importante e que não são influenciados, no processo de decisão de escolha do destino, por informações vindas de agentes de turismo, amigos, parentes, ou pela divulgação na mídia; e os permeáveis, para quem estes mesmos fatores são os mais importantes. Espera-se que, como decorrência dessa pesquisa, os agentes envolvidos na atividade turística no local, tanto públicos quanto privados, e, em especial os gestores do Parque Nacional da Serra da Canastra, possam aperfeiçoar seus esforços de marketing, levando a região ao crescimento da atividade turística de forma sustentável.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Marketing; Comportamento do Consumidor.

ECOTURISMO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira; Mayne da Silva Santos; Tatiana Passos Gomes

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

E-mail: cferrazgp99@yahoo.com.br

Diversos destinos ecoturísticos no Brasil se deparam com a presença de comunidades tradicionais e locais. Estas, mesmo com o reconhecimento atual de sua importância cultural, muitas vezes são excluídas dos processos participativos pela dificuldade de entenderem um procedimento que seguem moldes distantes de sua realidade sociocultural. Este artigo foi construído através de pesquisa bibliográfica e apresenta uma discussão teórica breve do histórico do Ecoturismo, o processo de proposição do ecoturismo de base comunitária, bem como da problemática e potencialidade da participação das comunidades envolvidas no desenvolvimento do segmento. Entre estas temáticas foi observado a necessidade de considerar a forma de organização social das comunidades tradicionais e locais na construção dos processos participativos para implementação da atividade. Com isso espera-se contribuir para uma reflexão sobre o Ecoturismo e a participação comunitária como base para sua sustentabilidade, considerando os diferentes meios e níveis que ela se apresenta.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Comunidade; Participação.

ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL: AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS COMUNIDADES RURAIS E GUIAS REGIONAIS DO ENTORNO.

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

E-mail: cferrazgp99@yahoo.com.br

O Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB) está localizado no município turístico de Porto Seguro no extremo sul da Bahia, esta unidade de conservação (UC) por não possuir um plano de manejo e um programa de uso público não é aberta para visitação. Este artigo foi construído utilizando técnicas de observação participante e aplicação de questionários mistos com a finalidade de descrever e refletir sobre as ações iniciais do processo de construção participativa do uso público no PNPB e entorno, promovidas pelo PNPB/ICMBio, Projeto Corredores Ecológico (PCE/BA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estas ações tiveram como objetivo iniciar uma co-responsabilidade no planejamento do uso público desta UC realizando oficinas para qualificação de condutores de visitantes do PNPB e entorno, com guias regionais e comunidades rurais, que utilizaram técnicas participativas visando o desencadeamento de mudanças de pensamentos e atitudes individuais e coletivas sobre as temáticas abordadas. Estas resultaram na potencialização de inserção, através de um processo de desenvolvimento humano, de dois agentes sociais na gestão do uso público do PNPB: os guias regionais de Porto Seguro e comunidades rurais do entorno da UC. A reflexão sobre os resultados alcançados com estas ações de desenvolvimento humano oportunizaram indicações de atividades necessárias para continuidade deste processo.

Palavras-Chave: Uso Público; Condutores Visitantes; Gestão Participativa.

INVENTÁRIO AMBIENTAL DE PONTOS INTERPRETATIVOS NAS TRILHAS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CURIÓ DE PARACAMBI (RJ)

Thiago Ferreira de Souza; Vivian Castilho da Costa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: thi_floresta@hotmail.com

Este estudo tem como objetivo o inventário de pontos de atrativos para a criação de trilhas auto guiadas como ferramenta de educação ambiental no interior do Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi – RJ, criado através do decreto nº1001, de 29.01.2002 retificado pelo decreto nº1730, de 31.07.2007, e em sua zona de amortecimento. Este inventário irá subsidiar o Plano de Manejo que está sendo elaborado para consolidar as diretrizes desta Unidade de Conservação. Como metodologia, foi adotada a marcação de pontos interpretativos definidos a partir da realização de trabalhos de campo, coleta de dados georreferenciados com o uso do GPS e da descrição das informações interpretativas dos atrativos com a utilização da trena de roda que mediu toda a extensão do percurso e localização dos pontos. A marcação dos pontos também considerou informações sobre as necessidades de recuperação, possibilidades de uso e relevância cênica das trilhas. Visando o planejamento da malha de trilhas interpretativas, se prevê a utilização de placas de informação, orientação ou sinalização referentes ao parque, sua geomorfologia, além dos atrativos socioculturais e ambientais do município. O manejo adequado da área deverá contemplar a conservação, diminuindo os impactos antrópicos sobre a malha de trilhas do Parque e sua zona de amortecimento de maneira a garantir qualitativamente e quantitativamente a preservação de seus elementos naturais. Considerando a interação dessa dinâmica, esperamos com esse estudo fazer com que as placas interpretativas sejam realmente objeto de integração, percepção, educação ambiental e conhecimento sobre a importância da conservação da paisagem e dos recursos naturais no Parque do Curió.

Palavras-Chave: Trilhas Interpretativas; Educação Ambiental; Parque do Curió.



O NOROESTE FLUMINENSE E SEU POTENCIAL TURÍSTICO: UM ESTUDO BASEADO NA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Bruna Lourenço Ribeiro; Roberta de Sousa Ramalho; Luis Felipe Umbelino; Camila Cabral de Castro; Paulo Victor Pinto Rodriguez Rivera

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

E-mail: bubukalourenco@hotmail.com

O turismo vem sendo caracterizado como atividade capaz de promover aquecimento na economia local, regional e até internacional. Ao se incentivar atividades turísticas sustentáveis a expectativa é minimizar impactos ecológicos e sociais, além de promover a dinamização econômica e ambiental local. Sob essa perspectiva o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro se destaca como área potencial ao desenvolvimento do ecoturismo, tanto por seus aspectos naturais, quanto por seus aspectos sócio-econômicos. De acordo com o órgão gestores turísticos do Estado essa região recebeu a denominação de “Águas do Noroeste”, para indicar a presença de uma vasta rede de drenagem associada a desníveis topográficos e aos encachoeiramentos naturais. Essa região também é fortemente marcada pelos ciclos econômicos brasileiros que imprimiram uma paisagem rural, onde a mata densa de floresta tropical foi substituída por pastagens e a economia, nesse sentido, encontra-se apoiada nas atividades agropecuárias principalmente. O sucesso sócio-econômico e ambiental de empreendimentos baseados no ecoturismo depende, fundamentalmente, da participação da comunidade local. Nesse sentido, desenvolveu-se um diagnóstico de percepção ambiental da população do Município de Itaperuna visando-se detectar tanto o potencial de interação entre as pessoas e a atividade turística vigente, notadamente no Distrito Turístico de Raposo, como também se essa população apresenta receptividade para o desenvolvimento de atividades que se caracterizam como ecoturísticas. A escolha desse recorte espacial relaciona-se ao fato de ser o município mais dinâmico da região com cerca de 1/3 do seu PIB e quase 30% da população regional; além disso, exerce maior centralidade regional, através da concentração de atividades diversificadas, principalmente a indústria de laticínios, a prestação de serviços médicos e a consolidação de um parque educacional voltado para o ensino superior. Então, foram realizadas entrevistas estruturadas com os moradores locais e diagnósticos da paisagem, além de caracterização sócio-econômica do município. Com o estudo realizado é possível afirmar que metade da população local não reconhece a visitação no município e não identificam suas potencialidades naturais. O diagnóstico também possibilitou identificar que atividades turísticas ecológicas são mais adequadas ao município, capazes tanto de dinamizar a economia local, como também estimular a recuperação das paisagens e resgatar a história e a cultura local.

Palavras-Chave: Turismo Sustentável; Percepção Ambiental; Recuperação das Paisagens.

TERRA INDÍGENA URU EU WAU WAU E PARQUE NACIONAL DOS PACAÁS NOVOS: SOBREPOSIÇÃO, COMPLICADORES E NOVAS ALTERNATIVAS DE GESTÃO

Israel Correa do Vale Junior; Ederson Lauri Leandro

Universidade Federal de Rondônia; Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental.
E-mail: israel_vale@yahoo.com.br

A Terra Indígena Uru eu Wau Wau (TIUEWW) é a maior Área Protegida de Rondônia com 1.867.118,64 hectares localizada no centro do Estado abrangendo em 13 municípios. Totalmente sobreposta a ela está o Parque Nacional de Pacaás Novos (PNPN) com 764.801ha e 650km de perímetro. Este estudo pretende discutir as alternativas para a gestão destas áreas e suas implicações para as comunidades indígenas (inclusive os povos isolados). A problemática metodológica para a manutenção dessas áreas representam praticamente as mazelas e a guerra de interesses impostas sobre espaços em constante pressão antrópica. Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade o problema da falta de comunicação entre os órgãos responsáveis por tais áreas apenas ganhou mais um participante, porém o discurso conservacionista continua o mesmo de algum anos atrás quando o IBAMA defendia o Parque Nacional sem a presença humana (no caso os indígenas) e não reconhece os grupos isolados. Ao longo desses anos, as iniciativas da Associação do Povo Indígena Amondawa, Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau e da Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental tem mostrado que a ação integrada (ainda que pontual) com a FUNAI, IBAMA e outros órgãos tem resultado na preservação dos limites da TIUEWW e conseqüentemente do PNPN. Atualmente a Kanindé e o WWF Brasil em parceria com as instituições já mencionadas vêm buscando o desenvolvimento do Plano de Proteção Integrada daquelas áreas de forma a garantir maior interação das instituições públicas e privadas mantendo a identidade institucional de cada um somando esforços e recursos humanos e financeiros agilizando a operacionalização da gestão ambiental das áreas. Esse modelo de Gestão poderá ser utilizado para orientar a resolução de conflitos sócio-ambientais semelhantes em outras unidades da Federação. Somado a esse latente cenário destaca-se as discussão quanto ao desenvolvimento ou não de atividade relacionadas ao turismo, que antes de tudo depende da aplicação do Plano de Manejo da UC e das conseqüências para os indígenas voluntaria e involuntariamente envolvidos. Tal tessitura, porém, não tem a pretensão de esgotar os sulcos problemáticos impostos ao longo desse intenso processo de transformações geopolíticas, mas sim, iniciar uma contribuição reflexiva necessária sobre as demandas constatadas, onde os eventos atuais não se distinguem consideravelmente/positivamente dos de outrora.

Palavras-Chave: Terra Indígena Uru eu Wau Wau; Parque Nacional Pacaás Novos; Gestão integrada.

A ATRATIVIDADE RECREATIVA E ECOTURÍSTICA DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTO DE VIAGEM

Ricardo Rodrigues Malta

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: ricomalta14@ig.com.br

O objetivo deste trabalho é destacar a importância do Parque Nacional da Tijuca (PNT) como área de lazer, recreação e ecoturismo para a população carioca, moradores da cidade do Rio de Janeiro que visitam essa área natural protegida para praticar atividades ecoturísticas, recreativas, esportivas, lúdicas, assim como para relaxar e contemplar diferentes paisagens. A proposta metodológica foi a de confeccionar um mapa de proximidade das zonas de origem (bairros) dos visitantes com o PNT, ou seja, um mapa que representasse a atratividade que o Parque exerce sobre seus visitantes. Os dados primários foram obtidos a partir de 228 questionários aplicados aleatoriamente aos visitantes, no período de janeiro a dezembro de 2006, em três locais distintos da Floresta da Tijuca (um dos setores do parque): largo do Bom Retiro, Meu Recanto e Cascatinha. A aplicação do Método de Custo de Viagem (MCV) justificou-se para estimar o valor de uso recreativo da Floresta da Tijuca, que representa a soma dos gastos incorridos pelos visitantes – moradores da cidade do Rio de Janeiro – desde o local de origem até o término da visita, considerando despesas com transporte, combustível, alimentação e compras de souvenirs. O custo de viagem representa o quanto que o visitante gastou para efetivamente visitar e usufruir da área de lazer visitada, no caso a Floresta da Tijuca. Os resultados comprovaram as hipóteses de que as despesas de viagem afetariam a taxa de visitação e de que o PNT exerce “centralidade” em termos de lazer, recreação e ecoturismo para os moradores da cidade do Rio de Janeiro, exercendo uma forte atratividade sobre os bairros mais próximos – tais como Tijuca, Jacarepaguá, Vila Isabel e Grajaú –, localizados próximos a seus limites territoriais. O Valor de Uso Recreativo e Ecoturístico da Floresta da Tijuca obtido pelo MCV foi de R\$ 16.028.594,36/ano, ou R\$ 47,14/visita (CVme). A utilização de uma metodologia de valoração econômica ambiental conduziu a resultados que ressaltaram ainda mais a importância da Floresta da Tijuca como área de lazer e de convívio socioambiental para seus principais visitantes, os moradores da cidade do Rio de Janeiro. A aplicação dessas técnicas e métodos pode ainda se justificar como contribuição para a conservação do bioma Mata Atlântica, e de seus recursos e serviços naturais, bem como fonte de informações para posteriores estudos científicos e acadêmicos em uma área ainda pouco explorada.

Palavras-Chave: Valoração Econômica Ambiental; Parque Nacional da Tijuca; Método de Custo de Viagem.

O TURISMO ECOLÓGICO PARA APA LAGOAS DE CARATINGA COMO ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

**Jorge Luiz dos Santos; Nilcéia Maria da Silva; Emerson Diniz Pacheco;
Fernanda Souza Garcia; Anderson Luiz Babilon; Gilséia Maria Alves**

Centro Universitário de Caratinga (UNEC-MG); Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE-MG).

E-mail: santosjorgeluiz@hotmail.com

O município de Caratinga-MG, por meio da Lei nº. 2.317, em 23 de maio de 1996¹, criou a Área de Proteção Ambiental - APA Lagoa Silvana, que após várias alterações legislativas, passou a ser denominada Área de Proteção Ambiental – APA Lagoas de Caratinga por força da Lei nº 3.120, em 16 de junho de 2009². Esta Unidade de Conservação (UC) possui área total de 18.604,54 hectares que se estende, principalmente, pelas terras do Distrito de Cordeiro de Minas localizado na porção noroeste do município de Caratinga, situado a 90 km da sede do Poder Executivo municipal e a apenas 10 km do centro da cidade de Ipatinga-MG³. Sua principal via de acesso é a BR 458 que liga os municípios de Caratinga e Ipatinga. A parte oeste da UC compõe a zona de amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce (PERD). Este fato ratifica a importância ambiental da região que está inserida no 3º maior sistema lacustre do Brasil, formado por um conjunto de 150 lagoas naturais. Especificamente nesta APA, seguramente encontram-se pelo menos seis destas lagoas e, em especial, a Lagoa Silvana, possuidora de um espelho d'água de 400 hectares e que, anualmente, é visitada por milhares de turistas, sobretudo pescadores e veranistas. Utilizando-se da técnica do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e do método survey de entrevistas, estudos realizados, em 2008, com instituições públicas e privadas e com a população residente no interior da UC, indicaram que, para esses atores sociais, o turismo ecológico é uma alternativa exequível tanto para geração de empregos na região, quanto para a conservação de seus atributos ambientais⁴. Neste sentido, evidenciou-se a predisposição desses agentes sociais em participar de um processo, gerenciado pelo poder público municipal, para elaboração de um plano de gestão ambiental que oriente, controle e estabeleça normas que regulamentem as atividades humanas no interior da APA e permitam sua consolidação como uma Unidade de Conservação de fato.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Ecológico; APA Lagoas de Caratinga; Diagnóstico Rápido Participativo.

Notas:

¹ CARATINGA. Decreto-Lei 2.317, de 23 de maio de 1996. Cria a Área de Proteção Ambiental Lagoa Silvana. Caratinga, 23 de maio de 1996.

² CARATINGA. Decreto-Lei 3.120, de 16 de junho de 2009. Cria a Área de Proteção Ambiental Lagoas de Caratinga. Caratinga, 16 de junho 2009.

³ SILVA, N. M.. Caracterização Geoambiental da Área de Proteção Ambiental Lagoa Silvana: subsídios ao zoneamento ecológico-econômico. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga. 55p. 2008.

⁴ SANTOS, J. L.. Diretrizes para Gestão da Área de Proteção Ambiental Lagoa Silvana, sob a Perspectiva dos Atores Sociais. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga. 87p. 2008.



ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL IPANEMA, ZONA RURAL DE IPATINGA-MG: CONFLITOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Jorge Luiz dos Santos; Nilcéia Maria da Silva; Anderson Luiz Babilon; Emerson Diniz Pacheco; Fernanda Souza Garcia; Gilséia Maria Alves

Centro Universitário de Caratinga (UNEC-MG); Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE-MG).

E-mail: santosjorgeluz@hotmail.com

A cidade de Ipatinga-MG está localizada na região leste de Minas Gerais, no trecho médio da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e se destaca como o principal pólo de desenvolvimento industrial, econômico e político da Região Metropolitana do Vale do Aço – MG. A instalação, em 1962, da Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais SA - tornou-se o marco inicial que de profundas transformações socioambientais percebidas no município. Estima-se que, em 2009, a população da cidade será de 244.508 mil¹, dos quais mais de 90% residem na zona urbana e os demais na zona rural. A Área de Proteção Ambiental - APA Ipanema foi criada pela Lei Nº 1.535, em 26 de agosto de 1997, comportando uma área de 74 km² que abrange a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Ipanema² e se estende por 55% do território ipatinguense, ocupando toda a área rural e parte da urbana do município. O Ribeirão Ipanema, homônimo da APA, nasce na zona rural de Ipatinga, espaço que compõe o conjunto da Serra dos Cocais, presente na Região Metropolitana do Vale do Aço, sendo abastecido na porção norte pelos córregos Ipaneminha, Tribuna, Pedra Branca e Chácara Madalena e, na porção sul, pelos córregos Santa Cruz e Limoeiro. Este ribeirão percorre seu trecho final dentro da zona urbana do município desaguando, por fim, no Rio Doce. Os recursos metodológicos utilizados neste trabalho realizado na APA Ipanema foram o levantamento e análise de dados documentais e bibliográficos, pesquisas em instituições públicas e privadas e visitas a campo que, em conjunto, permitiram realizar a avaliação do grau de antropização e o uso da terra, estratificar o meio físico em unidades geoambientais e caracterizar geomorfológica. Com os dados do trabalho pode-se concluir que a atividade de turismo é intencionalmente relacionada aos componentes ambientais locais e é praticada e incentivada por proprietários rurais e donos das pousadas que exploram esses atributos de forma intensiva, aleatória e sem fiscalização adequada. Frente aos indícios de degradação ambiental identificados na área da APA Ipanema, conseqüente da ação humana desordenada, ligada à expansão urbana acelerada, um dos produtos gerados pela pesquisa foi um diagnóstico socioambiental direcionado ao poder público municipal e ao conselho gestor da APA, contendo diretrizes que visem assegurar e controlar a ocupação racional da região. Neste sentido, faz-se necessário a criação de um programa de divulgação, orientação, ordenamento, regulação e fiscalização da prática do ecoturismo local que promova a geração de renda, a sobrevivência dessa atividade e a conservação dos bens naturais regionais.

Palavras-Chave: APA Ipanema; Ecoturismo; Zona Rural.

Notas:

¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas Populacionais para os municípios brasileiros em 01/07/2009.

² Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 30 de agosto de 2009.

IPATINGA. Decreto – Lei Nº 1.535, de 26 de agosto de 1997. Cria a Área de Proteção Ambiental Ipanema. Ipatinga, 26 de agosto de 1997.

O ECOTURISMO COMO TEMÁTICA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE MINAS GERAIS

Natália Rodrigues de Melo

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: naty_rmelo@hotmail.com

Durante a década de 70, surge o primeiro curso de Turismo no Brasil, ao mesmo tempo em que se iniciam as primeiras discussões ambientais, dando suporte para o surgimento, um tempo depois, de mais uma segmentação da área, o Ecoturismo. Atualmente o interesse pelo Ecoturismo, como unidade temática nas instituições de ensino superior, foi motivado pelo crescente apelo que a questão ambiental ganhou na sociedade nos últimos anos, porém, por ser um segmento novo, ainda carece de maiores estudos e pesquisas no âmbito científico. O presente estudo propõe-se a analisar a questão metodológica voltada para esse ramo, utilizando, pra isso, uma pesquisa bibliográfica com os periódicos de Turismo que possuem qualificação da CAPES (QUALIS), e que se apresentem de livre acesso. Além disso, comparar-se-á a grade curricular das principais universidades públicas de Minas Gerais, discutindo a inserção de disciplinas que abordem o Ecoturismo como importante vertente na formação do Turismólogo, utilizando como fonte de análise os sites oficiais da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora e UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto. Sendo assim, analisando as grades curriculares e os periódicos que abordem o tema Ecoturismo como pesquisa, extensão ou ensino, é intento perceber como o turismo em unidades de conservação vem sendo abordado nas principais instituições do Estado, bem como, contribuir para acrescentar mais um estudo sobre o tema, através de uma vertente pedagógica, tão escassa nos dias atuais.

Palavras-Chave: Minas Gerais; Universidades Públicas; Ecoturismo.

GEOPARQUES: UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA A CONSERVAÇÃO - A INSERÇÃO DO ECOTURISMO NESTA PERSPECTIVA

Charles Fonseca; Danilo Raslan de Freitas; Marina Carneiro Bernardes Moss; Thiago de Lima Linch; Fabiana Bernardes Almeida

Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: fabianabernardes@hotmail.com

Os Geoparques são uma iniciativa de conservação do patrimônio geológico, proposta pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), que se caracteriza por ser uma convenção internacional entre países que reconhecem áreas de interesse geológico para a humanidade (UNESCO, 1999). O conceito de Geoparques é recente, tendo surgido na Europa nos final dos anos 90, e diz respeito a determinadas áreas detentoras de notável patrimônio geológico que suporta toda uma estratégia com vista ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Assim, em termos ambientais, embora a geologia seja essencial ao Geoparque, os aspectos bióticos, históricos e culturais são também vitais para sua consolidação. Além do interesse científico presente no patrimônio geológico, o mesmo possui importância pedagógica e de interesse turístico. Isto significa que estas áreas especiais conjugam a geoconservação e o desenvolvimento local, através do estímulo a atividades econômicas apoiadas na geodiversidade e na promoção da consciência ambiental e pesquisas geocientíficas. Desta forma, os Geoparques são uma iniciativa de conservação que associa a geodiversidade ao turismo. No Brasil, como no resto do mundo, tem se concordado com a idéia de que o estabelecimento de uma rede de Geoparques no território é o próximo passo para o desenvolvimento do turismo com ênfase no Ecoturismo e no Geoturismo. O presente artigo tem por objetivo analisar as concepções de um Geoparque e compreender a inserção da atividade turística nesta perspectiva. Para tal, foi realizada uma pesquisa exploratória, de caráter teórico, sobre o tema em questão, a partir do paradigma do ecoturismo. De acordo com Wearing & Neil (2001) o ecoturismo pode ser compreendido como uma forma alternativa de turismo, com ênfase no ambiente natural e culturas autóctones, que se caracteriza pela relação com áreas naturais relativamente protegidas, sendo indutor da conservação, por meio de processos interpretativos, educativos e atitudes de mínimo impacto. Este estudo compreende que um Geoparque vai ao encontro das premissas do ecoturismo, pois permite e incentiva a aplicação dos princípios norteadores do mesmo. Além disso, entende-se que a UNESCO propõe o geoturismo como alternativa turística em áreas de Geoparque porque esta forma de turismo na natureza é uma das aplicações práticas dos paradigmas do ecoturismo, direcionadas aos aspectos da geodiversidade.

Palavras-Chave: Geoparques; Ecoturismo; Geoturismo.

APIECOTURISMO: UM NOVO MODELO DE ATIVIDADE ECOTURÍSTICA

A. M. Carvalho; H. A. Werneck

Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: amoraesdecarvalho@hotmail.com

A ideia de preservação ambiental vem crescendo em todo o mundo ao longo dos anos, e o ecoturismo surge como ferramenta para a efetiva conservação do meio ambiente através de uma atividade que alia lazer, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e preservação do patrimônio natural e cultural. Outra atividade com foco na preservação é a apicultura (criação das abelhas *Apis mellifera*) e a meliponicultura (criação de abelhas indígenas sem ferrão, os Meliponídeos). As abelhas desenvolvem um papel fundamental na manutenção e preservação da biodiversidade, constituindo o principal grupo de polinizadores de diversos ecossistemas. Há alguns anos vem se desenvolvendo no Brasil uma atividade diferenciada na apicultura, chamada oportunamente em outros estudos de apiecoturismo, a partir da junção dos conceitos de apicultura e ecoturismo. Essa atividade foi identificada como um trabalho de educação não-formal dentro de apiários que recebem grupos de ecoturistas, escolas e pessoas interessadas na atividade apícola. Os apiários desenvolveram infra-estrutura e técnicas especiais para apresentar a importância das abelhas na conservação da vida e nos benefícios de seus produtos para a saúde humana. O ecoturismo apícola tem agregado valor ao apiário e aos seus produtos, implementado a renda de médios e pequenos apicultores. Portanto, essa atividade tornou-se grande aliada na construção de uma consciência ambiental em todos os níveis de conhecimento e no desenvolvimento sustentável de diversas localidades. A apresentação dessa nova modalidade de ecoturismo visa a difusão da atividade e a proposição de discussões específicas sobre o conceito ora exposto, considerando suas dimensões educacionais, ambientais e socioeconômicas.

Palavras-Chave: Apicultura; Ecoturismo; Educação Ambiental.

VIVÊNCIAS COM A NATUREZA: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Fernando Protti Bueno

Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: fernando@rosana.unesp.br

As unidades de conservação são consideradas espaços territoriais que instituídos pelo poder público tem por principal objetivo a proteção dos recursos naturais. Em função da manutenção de suas áreas conservadas, as unidades de conservação representam espaços propícios para a pesquisa científica, o uso sustentável e para as diferentes formas de lazer e turismo em contato com a natureza. A partir desse contexto, vislumbra-se a visitação em unidades de conservação como um importante instrumento para a conservação da natureza desses espaços, em função do incremento econômico, do investimento em pesquisas, do desenvolvimento de compreensões sobre as formas de vida e seus ciclos vitais, e dos hábitos e costumes das populações tradicionais, além do fomento de atividades turístico-recreativas. Diante do exposto e pressupondo que o contato com a natureza possibilita a ampliação da consciência ambiental dos indivíduos sobre a atual situação de degradação dos recursos naturais e de suas potenciais formas de utilização pela sociedade, tem-se como necessário o provimento de atividades de educação ambiental atreladas à visitação / uso público de unidades de conservação. Assim, essa pesquisa teve por objetivos caracterizar e analisar a técnica do Aprendizado Sequencial enquanto uma possível proposta metodológica de educação ambiental, a ser implantada e desenvolvida para o uso público em unidades de conservação. Para tanto, adotaram-se como procedimentos metodológicos o método indutivo com abordagem qualitativa, as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de observação assistemática para coleta e análise dos dados. Por fim, tem-se a indicação de que a proposta metodológica desenvolvida pela técnica do aprendizado sequencial possibilita ao indivíduo aprender e desenvolver características de transformação interior, pautadas na afetividade e na experiência direta com a natureza, que elucidam os valores necessários para uma efetiva conservação da natureza, auxiliando assim, o planejamento e o manejo do uso público nas unidades de conservação.

Palavras-Chave: Educação ambiental; Uso público; Unidades de conservação.

ANÁLISE PRELIMINAR DA INFRA-ESTRUTURA E DO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ (SP).

Heloisa P. S. Borges; Caroline B. Croitor; Luciana da C. Frade; Eduardo R. Nunes; Marcelo T. C. de Oliveira

Centro Universitário São Camilo; Ipá Ti-uá Vivência Ambiental; Depto de Geografia/FFLCH - Universidade de São Paulo.

E-mail: heloisa.passarelli@gmail.com

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Unidades de Proteção Integral compõem um grupo onde se enquadram os Parques Estaduais. O Parque Estadual do Jurupará (23° 55' S 47° 16' W) é uma Unidade de Conservação criada a partir do Decreto nº 35.703, de 22/09/1992 cujos objetivos são a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Possui 26.250,47 hectares, dos quais 95% estão situados no município de Ibiúna e o restante no município de Piedade. Possui relevo montanhoso com altitude entre 700 e 900 metros em uma região de transição entre a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Estacional Semidecidual constituindo-se numa rica área de manancial. O presente trabalho tem por objetivo realizar um levantamento preliminar das condições de uso público e infra-estrutura do Parque Estadual do Jurupará, com a finalidade de conhecer e avaliar estes aspectos e registrar a situação atual encontrada. Foi realizada pesquisa bibliográfica e webgráfica além do levantamento das informações em campo durante o mês de março de 2009, através de visita as bases Juquiá-Bonito, Viveiro e Fumaça, onde foi feito o registro fotográfico e a notação de relatos de visitantes, de moradores e funcionários. Notou-se que a unidade apresenta infra-estrutura deficitária para receber visitantes devido à ausência de: centro de visitantes, sanitários, lixeiras ao longo das trilhas, monitores para acompanhar o público, poucos funcionários para dar suporte as atividade de visitação e fiscalização, ausência de placas informativas e ausência de portaria em um dos acessos à área. É necessária a implantação de infra-estruturas e equipamentos adequados para atender a visitação, bem como constante monitoramento das atividades. Sugere-se implantar também atividades de educação ambiental junto aos visitantes, as comunidades do entorno e moradores. Além disso, pode-se observar a existência de problemas quanto à: extrativismo vegetal (principalmente de palmito e plantas ornamentais), caça de animais, presença de moradores que não pertencem à equipe de funcionários do Parque ou à comunidade tradicional e a presença no interior do Parque de quatro hidrelétricas de particulares fugindo dos objetivos de criação desta Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Palavras-Chave: Conservação da Natureza; Unidade de Conservação; Parque Estadual.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E TURISMO: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA DE 2006 À 2009

Rodrigo Burkowski

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: rodrigo@turismo.ufop.br

A percepção de que as Unidades de Conservação podem vir a ser um importante componente do produto turístico nacional, possibilitou a emergência de diversas formas de perceber, discutir e apropriar-se deste espaço. O presente estudo busca por meio de uma pesquisa bibliográfica apresentar o estado de arte da produção nacional. Utilizou-se como fonte os principais periódicos nacionais de turismo (Revista Turismo em Análise; Revista Turismo Visão e Ação; Revista da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Turismo; Revista OIT-FGV e Instituto Virtual de Turismo) e dois periódicos internacionais (Revista Pasos e Estudios e perspectivas em Turismo). A escolha desses periódicos se deu por dois critérios: livre acesso aos textos e qualificação na avaliação da CAPES(QUALIS). O período das publicações foi de 2006 à 2009. Utilizou-se como critérios de busca a palavra-chave “unidade de conservação”. Dessa forma examina-se os avanços e retrocessos conceituais, importância do tema, sofisticação das abordagens, metodologia, temática, autores de referência, dentro outros. Constata-se que apesar de representar, de acordo com o Ministério do Turismo, 20% do mercado nacional, a produção acadêmica no que se refere ao uso turístico de Unidades de Conservação ainda é tímida. Isto porque foram encontrados somente 11 artigos relacionados diretamente com o tema, ao passo que no periódicos internacional foram 56 artigos. Além disso, percebe-se certa limitação nas abordagens teóricas e pouca inovação nas pesquisas. Espera-se que o presente trabalho contribua para aprofundar as discussões sobre percepção, uso e apropriação conceitual das Unidades de Conservação pela atividade turística.

Palavras-Chave: Periódicos; Unidade de conservação; Produção Científica.



ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS ACAMPAMENTOS DE FÉRIAS COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Aliceane Aleixo Monteiro; Lana Camila Ferreira Pinheiro

Universidade Federal do Pará.

E-mail: alice_aleixo69@hotmail.com

O modelo econômico internacional implantado ao longo dos anos nos países capitalistas desencadeou uma série de problemas de ordem social, ambiental, cultural e econômica. Ressalta-se aqui que muitos dos problemas ambientais são causados pela falta de informação ou mesmo de conscientização por parte dos indivíduos e, portanto, práticas sociais como o ecoturismo por meio dos acampamentos de férias podem transformar este contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema. Dentro deste contexto, realiza-se uma abordagem conceitual e reflexiva sobre duas categorias analíticas: o ecoturismo, enquanto uma atividade turística voltada para a natureza e a educação ambiental como elemento facilitador da construção de um pensamento crítico e da reformulação do comportamento do indivíduo diante o meio ambiente. Faz-se ainda uma análise acerca dos acampamentos de férias, como instrumentos viabilizadores da associação entre educação ambiental e ecoturismo, a fim de comprovar que tais instrumentos podem não apenas promover o bom desempenho da atividade como estimular a transformação do contexto sócio-ambiental em que o homem contemporâneo está inserido.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Acampamento de Férias.

ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO QUALIDADE AMBIENTAL, APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DE SANTOS (SP).

Aristides Faria Lopes dos Santos; Lucas Siqueira Silva

Escola de Educação Profissional Microlins Unidade São Vicente (SP);
Universidade Federal de Lavras.

E-mail: aristidesfaria@rhemhospitalidade.com

O consumo de produtos, serviços e destinos turísticos é marcado pela simultaneidade. Isso acontece por que estes bens são intangíveis e dependem da presença e, até mesmo, da participação do consumidor no processo de 'entrega'. Nesse contexto surge o conceito de 'experiência turística', que é a oportunidade em que o visitante encontra-se com o visitado e o seu entorno habitual para apropriar-se do bem que foi adquirido anteriormente, na origem. Os intermediadores dessas relações de trocas – múltiplas – têm a responsabilidade de sensibilizar consumidores e fornecedores quanto a importância de um relacionamento justo, respeitoso e que preze a perenidade dos fluxos turísticos na localidade de destino, o que tende a gerar sustentabilidade na cadeia produtiva do turismo. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a Educação Ambiental (EA) como meio de aproximação e mitigação de tensões entre turistas e a comunidade local por meio do uso compartilhado do espaço. Para desenvolver esta investigação utilizou-se de recurso bibliográfico e pesquisa documental. Este estudo de caso caracteriza-se como qualitativo, pois verificou, por meio da análise documental, as médias anuais de balneabilidade das praias de Santos (SP) entre os anos de 1985 e 2007. Verificou-se que a partir do início dos anos de 1990 os índices passaram a ser positivo predominantemente, o que parece ter gerado maior 'identidade' entre o espaço 'praia' e os frequentadores do local; e que a EA pode consolidar-se, sim, enquanto um meio para a geração de múltiplas identificações entre visitantes e visitados.

Palavras-Chave: Produtos Turísticos; Experiência Turística; Educação Ambiental.

PROPOSTA DE SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA - AS TRILHAS DA ILHA DE ITACURUÇÁ (RJ)

Lucas Siqueira Silva

Universidade Federal de Lavras.

E-mail: lucas.siqueira@gmail.com

Proposta de sustentabilidade turística das trilhas na Ilha de Itacuruça (RJ) através da utilização de análise de capacidade de carga e metodologias de planejamento e monitoramento da visitação como, Metodologia de Cifuentes (Capacidade de Carga Efetiva), Espectro de Oportunidade de Recreação (ROS), Limite Aceitável de Câmbio (LAC), Manejo de Impacto de Visitantes (VIM), Processo de Administração da Atividade do Visitante (VAMP). A utilização de trilhas foi descrita em tópico separado, por ser a principal razão da elaboração do projeto. Também foram elaboradas, uma análise de mercado do município baseada em informações coletadas em sites oficiais e uma análise SWOT, que proporcionam uma melhor compreensão da localidade e suas características gerais. A parte final do projeto contempla as ações sugeridas para a sustentabilidade das trilhas.

Palavras-Chave: Turismo Sustentável; Manejo de Trilhas; Ilha de Itacuruça.

A GESTÃO ALIADA AO PLANEJAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS COM FINS TURÍSTICOS

Betania de Lourdes Trindade Cruz; Laís Maria Barbabela e Silva; Tatiane de Oliveira Paludetti

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: toptti@hotmail.com

Sendo o Brasil um dos países com maior biodiversidade do planeta, há a necessidade de gestores bem formados que possam trabalhar com o ecoturismo nestas áreas de forma que a degradação da mesma seja a menor possível. Estes gestores devem utilizar do ecoturismo para viabilizar, também economicamente, um melhor manejo e conservação destas áreas. Ou seja, há de se analisar não somente o potencial da área em questão, mas também, e principalmente, que nível de turismo pode ser realizado na mesma. Isso porque algumas áreas protegidas simplesmente não suportariam nenhum tipo de atividade turística por mais leve que seja. A partir destas análises, demonstraremos que o planejamento entra em ação no intuito de elaborar estratégias que possibilitem um bom desenvolvimento destas áreas além de uma gestão correta. Este planejamento deve envolver algumas etapas, e dentre todas as mais importante é a avaliação do potencial da área em questão, para que posteriormente se determine corretamente o turismo desejado e ainda mais, para que seja possível identificar quais processos seguir para obter o sucesso da atividade turística nesta área. Todo este processo faz com que se possa elaborar um diagnóstico correto da área e por consequência dá a possibilidade de elaborar a estratégia ecoturística da área protegida. Após um documento estratégico bem elaborado se deve escolher quais metodologias adotar baseadas no tipo de parque ou atrativo a se criar na área escolhida. Há de se fazer também com que a comunidade, caso esta exista na área protegida, participe da elaboração não só do diagnóstico como também da implantação da atividade turística no local. Na realidade a comunidade local é uma das partes mais importantes para que se obtenha sucesso da atividade ecoturística, é ela que vai colaborar diretamente na criação de diretrizes que vão reger esta atividade. Para tanto, o que se pretende com este artigo é demonstrar que o planejamento que engloba diretrizes bem formadas com a colaboração dos líderes locais e comunidade pode, sim, fazer com que se implante uma atividade ecoturística em uma área protegida sem degradá-la, ou ainda com o menor impacto humano possível.

Palavras-Chave: Planejamento e Gestão; Áreas Protegidas; Ecoturismo.



INVENTARIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS NATURAIS DO PARQUE ESTADUAL DAS FURNAS DO BOM JESUS: ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE USO PÚBLICO RESPONSÁVEL

Mateus Robim de Figueiredo Silva; Sérgio Domingos de Oliveira

UNESP - Campus Experimental de Rosana.

E-mail: mateus_figueiredo@yahoo.com.br

O Parque Estadual das Furnas do Bom Jesus está localizado no município de Pedregulho, ao nordeste do Estado de São Paulo. Criado em 12 de outubro de 1989 pelo decreto de lei estadual nº 30591, está vinculado à Fundação Florestal da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O Parque tem como finalidade disponibilizar acesso a pesquisas científicas, uso público, preservação dos ecossistemas, sítios geomorfológicos, paisagens naturais de grande valor cênico, assim como, da sua biodiversidade de fauna e flora. Esse panorama contribui para que a Unidade de Conservação conte com um relevante potencial turístico natural, apesar de contar com um fluxo de visitação inexpressivo, além de irregular. Diante desse cenário, a pesquisa terá como objetivo identificar mecanismos de estudos na área do turismo que se enquadre a situação e especificidades na qual o local se encontra com o intuito de incrementar e organizar o uso público do Parque, além de incentivar a qualificação dos funcionários para que estes estejam aptos a receber os turistas. A realização de um inventário turístico do local se faz necessário, pois a partir do levantamento dos dados, serão identificados os recursos que ainda não se consolidaram como atrativos, mas que possuem fortes apelos cênicos e naturais, quão também os atrativos consolidados e a infraestrutura já existente. Esse inventário se constituirá de base para a aplicação de novas diretrizes que permitam que o Parque amplie a visitação turística e, ao mesmo tempo, valorize o patrimônio natural e paisagístico da área.

Palavras-Chave: Uso Público; Inventariação; Unidade de Conservação.

PLANIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO DE TURISMO NATURALEZA EN EL MARCO DE LA CONSERVACIÓN DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS AMAZÓNICAS DEL SUR ESTE DEL PERÚ

Jans Huayca

Universidad Nacional Federico Villarreal; Universidad de San Martín de Porres; Programa de Manejo de Hábitats Clave y Turismo Naturaleza de la Sociedad Zoológica de Francfort.

E-mail: jans@szfperu.org; natyql@yahoo.es

La actividad turística en la Amazonía del sureste peruano, que inicia los años 70's con la instalación de dos establecimientos de hospedaje, actualmente cuenta con más de treinta albergues y número similar de operadores turísticos que reciben alrededor de 40 mil turistas al año solo en atractivos del Parque Nacional del Manu y la Reserva Nacional Tambopata, dos destinos de Turismo Naturaleza reconocidos mundialmente. Como en ecosistemas amazónicos el turismo aprovecha la naturaleza, desarrollándose prioritariamente dentro de Áreas Naturales Protegidas (ANPs) o zonas aledañas, se identificó como problemática de gestión, que el turismo sin manejo presionaba zonas de reproducción, alimentación y descanso de especies más frágiles como lobo de río (*Pteronura brasiliensis*) y caimán negro (*Melanusuchus niger*); las que a la vez son atractivos que motivan la visita del turista. Ante esta problemática el Programa Manejo de Turismo Naturaleza (Sociedad Zoológica de Francfort) desarrollo conjuntamente con el Instituto Nacional de Recursos Naturales una metodología de planificación y ordenamiento turístico, aplicable a Áreas Protegidas; un intenso proceso de formulación, aplicación y reevaluación en tres ANPs, dió como resultado el "Plan de Sitio de Área Turística" que con una validez de cinco años: 1. Microzonifica áreas turísticas por fragilidad y grado permisible de uso e impacto. 2. Planifica actividades específicas (tareas, cronogramas, responsables) para actuar sobre problemas identificados participativamente. Los resultados combinan éxito en conservación, turismo y gestión de Áreas Protegidas: Como ejemplo, en el Lago Sandoval –Reserva Nacional Tambopata, el éxito reproductivo del lobo de río incrementó en más de 300% (de 3 a 11 individuos) y su éxito de avistamiento por turistas subió de 15% a 60%. La lección aprendida más importante fue asegurar un proceso participativo desde la elaboración a la aplicación: actores turísticos (tour operadores y guías) pobladores locales, comunidad científica y en especial la administración del ANP como líder del proceso generan un plan viable y consensuado obteniendo un atractivo natural sostenible y un grupo dinámico y colaborativo de actores. Aunque las experiencias iniciaron en ecosistemas lacustres Amazónicos, una Guía metodológica elaborada, se viene adaptando y replicando en otros ecosistemas (andinos, sitios histórico-naturales, collpas, islas marino-costeras) de ocho ANPs peruanas. Actualmente se apoya además la elaboración de la Estrategia Nacional de Turismo de ANPs y su Reglamento de Uso Turístico, generando un escenario de manejo desde un nivel micro en sitios turísticos a un nivel macro para el Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas.

Palabras-Clave: Planificación; Áreas Naturales Protegidas; Turismo Naturaleza.

PERFIL, PERCEPÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DA EXPERIÊNCIA DOS VISITANTES DA SERRA DO CIPÓ (MG)

Renata Ferreira Campos; Ferdinando Filetto

Universidade Federal de Lavras.

E-mail: renata001@gmail.com

O presente trabalho analisou o perfil, a percepção ambiental e a qualidade da experiência dos visitantes da Serra do Cipó, distrito de Santana do Riacho/MG. A região da Serra do Cipó dista pouco mais de 100km de Belo Horizonte e possui duas unidades de conservação: O Parque Nacional da Serra do Cipó e, em seu entorno, a Área de Proteção Ambiental (APA) Morro da Pedreira. Este trabalho apresenta um breve histórico do desenvolvimento das Unidades de Conservação no Brasil e no mundo; os conceitos de ecoturismo, seu papel e o da educação ambiental; e a relação entre turismo sustentável e o desenvolvimento local. Com o propósito de buscar informações que contribuam com o planejamento turístico do local, foram analisados 134 questionários, que foram aplicados entre os meses de março e maio de 2009. Verificou-se que a maioria dos visitantes pode ser considerada como “ecoturista”, pois o perfil encaixa-se dentro do comumente proposto na literatura. Predominam os visitantes jovens, com alto nível de escolaridade, provenientes de Belo Horizonte e região metropolitana, que viajam acompanhados por amigos, permanecendo no local apenas durante o final de semana. A maioria dos entrevistados tomou conhecimento da existência do destino por meio de divulgação pessoal, e foi motivada pelo contato com cachoeira e/ou rio e pelas trilhas em si. Dentre outros resultados, a pesquisa mostrou que os visitantes possuem um bom grau de consciência ambiental. A maioria está de acordo com as taxas de visitação cobradas e também com o estabelecimento de limites de entrada nos atrativos (capacidade de carga); além de estarem dispostos a seguirem regras de conservação em favor da natureza. Muitos dos entrevistados costumam fazer outras viagens à natureza e, inclusive, visitam outras unidades de conservação. De uma maneira geral, os visitantes da Serra do Cipó mostraram-se satisfeitos com os serviços oferecidos na região e com a visita, como um todo. A quase totalidade dos entrevistados apresentou a intenção de retorno à região. Dessa forma, a utilização dos questionários se mostrou eficiente para caracterizar o perfil dos visitantes e forneceu subsídios para endossar os objetivos de conservação ambiental e direcionamento das atividades de planejamento turístico e de monitoramento da satisfação do visitante, bem como de educação e interpretação ambiental. Acredita-se que o rótulo de ecoturístico não cabe a um destino qualquer por si só. Ecoturística deve ser a atitude da pessoa que vai fazer a viagem, qualquer que seja o destino.

Palavras-Chave: Serra do Cipó; Perfil de Visitantes; Ecoturismo.



ESTUDO DO POTENCIAL DE ATRATIVIDADE DE UM ROTEIRO TURÍSTICO AMBI- ENTAL NA CIDADE DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA ANALISE DA INFRA- ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA ENVOLVIDAS.

Gabriel de Lima Firmino; Sérgio Domingos de Oliveira

Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: gabriel_limaunesp@yahoo.com.br

Este artigo abordará como temática principal à análise dos equipamentos que compõe a infra-estrutura localizada em parques e museus da cidade de São Paulo e a capacidade destes equipamentos suportarem o processo de maximização através da proposta de implementação de um roteiro turístico cultural-ambiental, assim como a análise e levantamento dos equipamentos ligados ao sistema de transporte metroviário e rodoviário existente na cidade de São Paulo que estarão envolvidos no roteiro. Os dados foram obtidos através de visitas in loco, posteriormente foram mensurados de modo qualitativo e quantitativo, as conclusões e diagnósticos foram obtidos através de análises-comparativas entre os equipamentos existentes e parâmetros adotados. Os sítios envolvidos no roteiro turístico proposto possuem um alto potencial turístico relacionado ao uso público, quando relacionado à qualidade das infra-estruturas e superestruturas existentes, o roteiro apresenta um grande potencial de atratividade turístico ambiental e cultural, adotando-se uma linha de desenvolvimento sustentável fundamentada na exploração do turismo ambiental, promovendo um planejamento responsável fundamentado em diretrizes do ecoturismo.

Palavras-Chave: Roteiro Turístico; Desenvolvimento Sustentável; Uso público.

POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ECOTURISMO NA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE

Marina Duarte Gomes Silva; Luis Felipe Umbelino; Roberta de Souza Ramalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus de Itaperuna e Campus Centro.

E-mail: msilva@iff.edu.br

O objetivo deste trabalho é analisar o panorama das políticas territoriais aplicadas ao desenvolvimento do ecoturismo. As ações governamentais do setor turístico são fundamentais no sucesso ou no entrave da atividade em uma dada localidade. Além de regulamentar as ações da iniciativa privada, limitando-as ou incentivando-as, estimulam a integração dos diferentes segmentos da atividade turística, planejam e executam melhoria da infraestrutura necessária para a satisfação do turista, como acesso às localidades, segurança, saneamento e energia. Atualmente, as políticas públicas além do enfoque promocional, visam contribuir para a preservação do patrimônio natural e cultural, incrementar a renda dos moradores das regiões, ampliar a receita dos municípios, gerar empregos e dinamizar a economia. A primeira integração entre os municípios da região Noroeste Fluminense surgiu a partir da elaboração de um estudo do potencial turístico dos municípios de Itaperuna, Porciúncula, Natividade e Varre-Sai, realizado em 2006 pelo SEBRAE/RJ. O projeto visou identificar as potencialidades de cada município e as oportunidades de atuação em um segmento que detém condições de contribuir para o desenvolvimento social e econômico local. Os resultados indicaram investimentos municipais em ações pontuais, ligadas ao ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e eventos e a necessidade de um planejamento estratégico regional com a definição de ações conjuntas entre as prefeituras, os empresários, as associações empresariais e as instituições que atuam em apoio ao setor. Posteriormente, o SEBRAE/RJ promoveu oficinas participativas para incrementar e dinamizar o turismo local, ampliar o período de estadia dos visitantes e movimentar a economia de todos os municípios envolvidos. Denominado de “Águas do Noroeste”, o projeto está associado às potencialidades turísticas e paisagísticas existentes neste recorte territorial fluminense, bem representado pela vasta rede hidrográfica. Recentemente, o CIDE formulou uma nova proposta de regionalização que ainda se encontra em discussão, na qual sua denominação se intitula Região Agropecuária do Pombo, Muriaé e Itabaiana, corroborando esta “paisagem ecoturística”. Por enquanto, a região Noroeste Fluminense não foi eleita como *locus* de atração turística que seja necessário estabelecer uma divisão regional. Contudo, as diversas ações desenvolvidas pelo projeto Águas do Noroeste possibilitarão uma melhor organização do ecoturismo e do turismo de aventura já que algumas atividades como a canoagem, o voo livre (parapente e asa delta), caminhadas, escaladas e o rapel já vêm sendo desenvolvidas na Região Noroeste Fluminense.

Palavras-Chave: Políticas territoriais; Ecoturismo; Noroeste Fluminense.



DIAGNÓSTICO DE TRILHAS INTERPRETATIVAS NA MICRORREGIÃO DA SERRA DO TEIXEIRA (PB): SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

Perla de Sousa Alves; José Augusto de Lira Filho; Izaque Francisco Candeia Mendonça; Delmarcos Lino da Silva

Unidade Acadêmica de Engenharia Florestal/UFCG.

E-mail: flordecraibeira@gmail.com

As áreas naturais com características relevantes são importantes para a conservação ambiental e, também, para a promoção do contato direto do ser humano com a natureza. Dentre as atividades que propiciam esse contato, o ecoturismo vem se destacando mundialmente, por ser considerado de baixo impacto, gerador de conhecimentos e de conscientização ambiental. Assim, considerando-se a importância dessa atividade como potencial para a sustentabilidade de áreas naturais, o presente estudo se propõe a averiguar a ocorrência de trilhas interpretativas na microrregião da Serra do Teixeira-PB e avaliá-las sob o ponto de vista das potencialidades ecoturísticas, visando subsidiar programas de desenvolvimento territorial. Neste sentido, optou-se pela pesquisa de duas trilhas bastante freqüentadas na região e exploradas sem quaisquer planos de manejo, sendo uma de curta distância e a outra de média distância, respectivamente com 3 km e 10 km de extensão. Utilizou-se como referencial teórico o Método Indicador de Atratividade de Pontos Interpretativos/IAPI preconizado por Magro e Freixêdas (1998), o qual visa facilitar a seleção de pontos de interpretação em áreas onde o potencial dos pontos é semelhante além de prevê o uso de indicadores que refletem a atratividade do sítio. Na oportunidade, procedeu-se o mapeamento através do georreferenciamento de 61 pontos onde estão inseridos 24 sítios, tendo-se definido os pontos de interpretação através do levantamento dos recursos naturais e paisagísticos locais. Os resultados evidenciaram a ocorrência de 11 pontos de atratividade turística na trilha de curta distância, enquanto que na de média distância obteve-se 13 pontos de atratividade. No que concerne aos elementos ecoturísticos, detectou-se que os indicadores de atratividade com maior peso nas trilhas foram a presença de rochas e vegetação, além da ocorrência de sombras. As trilhas mapeadas são de fácil a médio grau de dificuldade para caminhada, sendo quase planas com alguns trechos apresentando declividades, os quais são de grande potencial para atividades esportivas na natureza. Verificou-se que se faz necessária e urgente inserção da Serra do Teixeira-PB no circuito ecoturístico regional subsidiado por pesquisas científicas que permitam a preservação dos recursos naturais e paisagísticos.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Desenvolvimento Territorial; Caatinga.

ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE: REFLETINDO O CONTEXTO ATUAL A PARTIR DO OLHAR DOS “BADJECOS”

Larissa Fernandes de Oliveira Biccas; Marta de Azevedo Irving

Programa Pós-Graduação Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia da UFRJ.

E-mail: larissafob@hotmail.com

O ecoturismo compreende, dentre outras atividades na natureza, a visitação turística em Unidades de Conservação e/ou em Áreas Protegidas. Com o objetivo de analisar o contexto atual do ecoturismo desenvolvido no Parque Estadual da Ilha Grande-RJ, este Estudo de Caso envolveu os atores sociais locais, ao investigar sua percepção ambiental e interpretação turística. Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no campo epistemológico da Psicologia Social, a partir de análise qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental, observação direta, realização de entrevistas semi-dirigidas a interlocutores selecionados e realização de uma “roda de conversa” para apresentação e discussão dos resultados. Na interpretação dos moradores locais, o turismo atualmente desenvolvido no parque é contraditório e incompatível com a proposta de preservação da natureza, pois está associado ao crescimento desordenado, tanto da oferta quanto da demanda turística. Os resultados obtidos revelaram ainda a pluralidade de percepções e interpretações sobre o tema, a falta de informação sobre as normas e leis ambientais, as tensões de identidade e subsistência do autóctone em seu território de “pertencimento”, bem como o sentimento de insegurança e de alijamento dos moradores locais do processo de proteção da natureza. De modo geral, os moradores locais reconhecem a importância do desenvolvimento do turismo porque estão vinculados à atividade econômica. No entanto, a maioria não interpreta a natureza preservada pelo parque como uma das principais motivações turísticas da ilha e desconhece que o conceito de ecoturismo pressupõe o envolvimento das populações locais e a promoção do seu bem-estar.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Área Protegida; Atores Sociais Locais.

ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: APLICAÇÃO DA ECOECONOMIA PARA REDUÇÃO DE IMPACTOS TURÍSTICOS

Mariana Madureira

Universidade de São Paulo; Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

E-mail: marianamadureira@usp.br

O turismo é uma atividade em ascensão¹ que acarreta uma série de impactos, tanto positivos quanto negativos². Sampaio³ acredita que a principal causa dos impactos negativos seja a hipertrofia da dimensão econômica, que impede que aspectos socioculturais e ecológicos sejam abordados com parcimônia e respeito ao princípio da sustentabilidade. Os custos socioculturais e ambientais são externalizados, isto é, não contabilizados no valor do produto turístico. Em outras palavras, poucos empreendedores lucram enquanto a sociedade paga o preço, convivendo com as mazelas da atividade. O dogma básico da economia tradicional infligi que a mesma cresça sempre, o que é catastrófico quando se trata de recursos limitados. A ecoeconomia sugere que busquemos ciclos mais próximos aos naturais, aproximando do equilíbrio perdido. Os conceitos da ecoeconomia podem ser encontrados no turismo de base comunitária. Trata-se da atividade turística realizada em comunidades, valorizando como atrativo seu modo de vida. Esse segmento objetiva o desenvolvimento local sustentado e a experiência autêntica do turista. Utiliza como insumos bens naturais e culturais locais e a estrutura existente, criando adaptações mínimas. Ao contrário de espaços turistificados⁴ onde as novas estruturas conflitam com tudo que existia previamente, as casas de moradores se transformam em hospedarias, quintais em restaurantes rústicos, pequenas vendas em pontos de artesanato, etc. A organização desse turismo ocorre, quase sempre, através do associativismo. A formação de uma rede de turismo de base comunitária aumenta o grau de organização social e garante continuidade aos projetos coletivos. Grande parte das iniciativas de desenvolvimento tem como alicerce o poder público e, findo os mandatos políticos, se desintegram. Uma forma eficiente de criar permanência é empoderar a população para gestão autônoma de sua atividade. Além disso, a rede apresenta-se como uma forma eficaz de centralização e divulgação de informações. O modelo de gestão mais comum é o solidário (termo oriundo da economia solidária⁵) que contribui para o fortalecimento do capital social e para a construção de bases éticas para o desenvolvimento, que, em outras circunstâncias, ocorre através de concorrência desleal e competitividade degradante. Para Sampaio (*op cit*) a sustentabilidade no turismo depende de quatro postulados: priorização das finalidades sociais, valorização da autonomia (*self-reliance*), busca de uma relação simbiótica com o ambiente e efetividade econômica. Esses fins podem ser encontrados no turismo de base comunitária quando realizado idealmente, ou seja, através de um planejamento participativo e uma gestão solidária.

Palavras-Chave: Turismo de Base Comunitária; Ecoeconomia; Economia Solidária.

Notas:

¹Seja pelos avanços tecnológicos que proporcionaram uma *compressão do tempo-espaço* (Harvey, 1989), pela necessidade de evasão dos densos centros urbanos ou pela mudança da relação sociedade-viagens, banalizando-as e tornando-as uma forma de aquisição de *capital simbólico* (BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998).

²Do ponto de vista ecológico, há quem afirme que a atividade seria correspondente a uma "indústria sem chaminés". Essa denominação ignora, no entanto, os impactos das visitas nos ecossistemas, principalmente quando realizadas em massa. Do ponto de vista econômico, é considerado uma panacéia. No entanto, se por um lado cria empregos e gera renda, por outro tende a aumentar a informalidade, os subempregos e impulsionar a inflação. Socialmente o turismo traz benefícios econômicos, mas muitas vezes a custos como aumento da prostituição, do uso de drogas e da violência de um modo geral. A sustentabilidade cultural é uma das mais difíceis de abordar pela própria subjetividade da cultura. A noção de sustentabilidade cultural está relacionada a manutenção da identidade local e das referências físicas existente no território que propiciam a rememoração e a transmissão do saber fazer ao longo do tempo.

³SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como Fenômeno Humano: Princípios para se pensar socioeconomia. Edunisc, 2005. Termo utilizado por Kanafou (In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.62-74) para designar a urbanização e transformação do espaço em decorrência da atividade turística.

⁴Ver *Introdução à Economia Solidária* de Paul Singer.

EVOLUÇÃO DO TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ALGODOAL-MAIANDEUA (PA)

Adriana Oliveira Maués Ferreira

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará.

E-mail: adrianamaues@yahoo.com.br

A partir da década de 80, a atividade turística vem se efetivando intensamente e de forma desordenada. Houve um significativo aumento no fluxo turístico para a área de Proteção Ambiental de Algodoal-Maiandeuá sendo que o caráter “ecoturístico” preexistente, não mais predomina, dando lugar ao turismo de massa. No contexto de dificuldade de planejamento e de gestão eficazes, somando-se a problemática dos resíduos sólidos, o poder público tem enfrentado dificuldades para fazer cumprir as diretrizes jurídicas que regem institucionalmente a APA. Portanto este trabalho teve o objetivo de subsidiar as decisões e a elaboração de propostas de manejo do ecoturismo, assegurando desenvolvimento da atividade com uma elevada qualidade de visitação/recreação de forma sustentável. Tendo por base os diagnósticos do meio físico, biótico e socioeconômico, foram realizadas duas pesquisas de campo com empreendedores turísticos locais, e com visitantes da unidade, uma no ano de 2006, com 50 entrevistados e 2009 com 700 entrevistados, guardando a proporcionalidade, para se obter uma análise comparativa do panorama evolutivo da atividade do turismo na APA. Segundos dados fornecidos pelos empreendedores locais, os meses de maior taxa de ocupação são: Abril, julho e dezembro, com média de ocupação nesses meses em torno de 85%, porém informam ainda que há fluxo de visitação durante todo o ano, e que os visitantes que mais procuram atividades relacionadas ao ecoturismo, como trilhas ecológicas e passeios de barco por furos e igarapés são oriundos de fora do estado do Pará. Os resultados mostraram que a população local acredita que o turismo é uma atividade positiva e que tem contribuído para melhora da qualidade de vida da comunidade em geral. O turismo na APA é considerado de base comunitária, pois 90% dos empreendedores turísticos são moradores locais, que anteriormente hospedavam e forneciam alimentação e passeios informalmente. Quando perguntados aos moradores sobre qual a destinação do lixo, houve um aumento percentual de 60% dos entrevistados que informou que separa, e reutiliza os resíduos inorgânicos. Foi constatado que a comunidade vem assumindo o papel de protagonista na gestão do ecoturismo, através das associações locais que se organizaram por atividade produtiva, ordenando as principais atividades oferecidas aos visitantes. O conselho gestor desta unidade de conservação presidido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, tem tido papel fundamental durante todo o processo, proporcionando a população, oportunidades de capacitação, incentivo a diversificação das cadeias produtivas locais, e, sobretudo compartilhando as decisões com os moradores locais.

Palavras-Chave: Turismo; Gestão comunitária; Área de Proteção Ambiental.

ECOTURISMO: DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA PARA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Renata Brasileiro Franco; Barbara Verrenose Copque

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

E-mail: renatabrasileirofranco@hotmail.com

A cidade de São José dos Campos esta localizada no interior de São Paulo, na região do Vale do Paraíba e é conhecida por ser um pólo industrial, sendo assim a principal segmentação turística é o Turismo de Negócios, a cerca de 60 km do centro, esta situada São Francisco Xavier, um distrito do município, o qual faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Geograficamente a cidade se encontra em um local estratégico próximo da capital São Paulo, Campos do Jordão, sul de Minas Gerais, e litoral Norte de São Paulo, havendo grande acessibilidade por via das principais rodovias brasileiras. O Ecoturismo na região surgiu através da demanda de cidades próximas e até mesmo da própria cidade, que cansadas de suas vidas agitadas, devido ao grande estresse das cidades grandes, procuram locais interioranos, que os fazem respirar ar puro, e estar de encontro com a natureza, para passar os finais de semana e feriados. São Francisco Xavier é um distrito com três cachoeiras, doze trilhas para alcançar picos e até mesmo estar em outro estado, sendo uma delas a travessia Santa Cruz, que ao caminhar alguns km na trilha da pedra redonda chegará à travessia, e logo depois em Monte Verde, Minas Gerais, mais outros atrativos como: fazendas, rios, rampas para pratica de vôos livres, hospedagem e gastronomia requintada. Com tudo São José dos Campos ganhou mais uma segmentação para o turismo local, utilizando o Ecoturismo como um incremento na economia. Os moradores e a prefeitura fazem um trabalho conjunto para que haja fiscalização e preservação, fortalecendo o desenvolvimento ecológico e econômico sustentável da população que a reside. O ecoturismo é uma enorme fonte de renda, que utiliza atrativos naturais para seduzir a demanda, fazendo com que o investimento local seja menor, pois os atrativos já existem e contam com o apoio do turista para que haja conservação ambiental, menos impactos possíveis, atividades recreativas com um valor natural a fim de apreciar e desfrutar a natureza. São Francisco Xavier esta melhorando a sua infra-estrutura investindo em seus hotéis e pousadas a fim de abrigar melhor o turista que à procura.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Desenvolvimento; Economia.



ANÁLISE DA DENSIDADE POPULACIONAL DE *Ocypode quadrata* Fabricius, 1787 (CRUSTACEAE, DECAPODA) SUJEITA À AÇÃO ANTRÓPICA PELO ECOTURISMO EM PRAIAS DE USO EXTENSIVO E INTENSIVO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA, UBATUBA (SP)

Danielle A. Gomes; Denise R. Toledo; Karina S. Santos; Valentin G. Suhogusoff

Centro Universitário São Camilo.

E-mail: dani_almeidagomes@ig.com.br

No Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) são desenvolvidas aos turistas atividades de Educação Ambiental ao ar livre que visam incentivar a importância da conservação e preservação da natureza. É imprescindível que o ecoturismo utilize de forma sustentável o patrimônio natural e cultural para promoção do bem estar do ecossistema no qual esta inserido o próprio ser humano. O presente trabalho tem como objetivo correlacionar o uso de espaços públicos para ecoturismo numa Unidade de Conservação com o impacto que esse tipo de atividade pode causar sobre uma população de caranguejos que habita as praias do Parque. As populações normalmente se encontram em equilíbrio na natureza, no entanto, interferências antrópicas podem causar desequilíbrios nesse delicado processo. O caranguejo *Ocypode quadrata* é caracterizado como um bioindicador de impacto antropogênico, visto que a sua densidade populacional poder variar em função da presença humana como descreve o atual estado da arte. O grande fluxo de turistas na zona supra litorânea pode diminuir a densidade populacional desses caranguejos conforme ocorra um pisoteio, em contra partida, estudos têm mostrado que no período noturno pode ocorrer um favorecimento para a população de *O. quadrata* devido aos restos de alimentos deixados pelos turistas no local, que acabam servindo também de alimento aos caranguejos. O presente estudo que esta sendo realizado no Parque Estadual da Ilha Anchieta nas Praias do Presídio e Palmas de uso intensivo e, na Praia do Sul, como uso extensivo. Estão sendo realizadas dez contagens aleatórias com um quadrado de 5m² nas primeiras horas do amanhecer nos finais de semana entre março de 2009 a março de 2010 na extensão de cada praia onde é contado o número de tocas observadas dentro de cada quadrante antes e após a visita dos turistas. A correlação será estabelecida com o número de visitantes presentes no Parque nas datas de coleta de dados através do teste de correlação de Pearson. Espera-se encontrar uma menor densidade populacional de *O. quadrata* nas praias de uso intensivo e maior densidade na praia de uso extensivo nos meses de maior visitação de turistas.

Palavras-Chave: Bioindicador; *Ocypode quadrata*; Ecoturismo.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL ATRAVÉS DO ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE PIRAMBÚ (SE)

Jailde Fontes Vasconcelos; Maria Rosane Prado de Almeida; Raquel dos Santos Dias

Universidade Federal de Sergipe; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

E-mail: jailde_geobr@yahoo.com.br

Localizado no litoral norte sergipano e distante 76 quilômetros da capital, o município de Pirambú tornou-se um paraíso para o ecoturismo em Sergipe. É composto por nove povoados numa região caracterizada pela planície litorânea e fluvio-marinha apresentando uma vegetação rasteira, com campos de dunas, mata de restingas e manguezais além do recorte hidrográfico, onde encontramos belíssimas lagoas, com os rios Japarutuba, Pomonga e Siriri e o Oceano Atlântico. O ecoturismo na região surgiu como estratégia para um desenvolvimento econômico e humano onde o meio ambiente fosse preservado, pois, esse fator é de vital importância para o crescimento da economia local que tem como principal atividade a pesca e esta possui o desempenho afetado a partir da degradação do ecossistema costeiro. Outro fator que exige a boa relação entre proteção e desenvolvimento é que o litoral do município é o maior sítio no Atlântico Sul de desova da espécie *Lepidochelys Olivacea*, a menor tartaruga do mundo, o que requer um cuidado maior com relação à prática do predadorismo e de turistas desavisados. Existe ainda no município a Unidade de Conservação Ambiental Santa Isabel, criada justamente para proteger as tartarugas, reserva florestal remanescente da mata atlântica, ecossistema que possui no estado de Sergipe o seu maior grau de devastação. O seguinte artigo propõe a análise da forma como é planejado o ecoturismo na região de maneira que ele traga para a população local estratégias de sobrevivência e conscientização ambiental através de políticas públicas, projetos e eventos organizados pelas entidades atuantes no local. Para a realização do estudo e abordagem dos aspectos humanos, econômicos e ambientais dentro de um planejamento urbano, pois a cidade e a população crescem a cada dia, foi necessário um amplo estudo bibliográfico sobre a geografia local, planejamento e ecoturismo além de um detalhado trabalho de campo junto à população do município através de questionários e entrevistas para a comprovação de dados e argumentos descritos e defendidos. De olho em seus potenciais naturais para o ecoturismo a cidade vem explorando esse setor e junto com o IBAMA estimula a produção do artesanato local, buscando a partir desse segmento uma nova fonte de renda e emprego para uma melhor qualidade de vida da população local implantando a conscientização ambiental nos habitantes.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Ecoturismo; Planejamento.

ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO POVOADO TAIÇOCA DE FORA NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO (SE).

Jailde Fontes Vasconcelos, Maria Rosane Prado Almeida

Universidade Federal de Sergipe; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

E-mail: jailde_geobr@yahoo.com.br

Em uma contextualização marcada pela degradação dos ecossistemas torna-se necessária a devida conscientização sobre educação ambiental para conseqüente transformação social e melhoria de qualidade de vida. O trabalho a seguir propõe através da implantação do ecoturismo, alternativas de desenvolvimento para a comunidade Taíçoca de Fora, localizada no município de Nossa Senhora do Socorro o qual passou por grandes transformações urbanísticas a partir da década de 1980. A sede da cidade passou por grandes alterações e os povoados, áreas antes de mangues e pouco povoadas, tornaram-se aos poucos alvos da especulação imobiliária conseqüente do projeto Grande Aracaju que visa fortalecer a economia do Estado. Para uma melhor abordagem dos aspectos teóricos e práticos da comunidade em questão, foi necessário primeiramente um levantamento bibliográfico seguido do método exploratório para a confirmação empírica, mediante relatos e imagens, dos argumentos apresentados. O Ecoturismo utiliza o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista gerando movimentação de divisas além de despertar a população para a busca de conhecimentos, valorização, conservação, beneficiamento e crescimento da auto-estima do local. A localidade chama a atenção pelas suas potencialidades que reúnem as fundamentações do ecoturismo em uma comunidade que possui pescadores e marisqueiras de estreita e intensa relação com os ambientes naturais formados por manguezais e coqueirais e que fortalecem sua luta em defesa dos mesmos. A culinária apresenta forte presença dos mariscos, crustáceos e peixes enquanto o folclore está enraizado no samba de côco e nas quadrilhas. Um traço marcante desse povo é a simpatia, serenidade e capacidade de acolher bem, para além de seu espírito de resistência frente à degradação do meio ambiente e a luta cotidiana para preservar seus bens ambientais e conquistar a valorização e soberania dessas culturas. O Ecoturismo aliado a educação ambiental surge nesse cenário como alternativa de renda e de conscientização da busca pela preservação e conservação ambiental.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Desenvolvimento Socioeconômico.

ECOTURISMO E ARTESANATO DE RENDA IRLANDESA: RENDA QUE GERA "RENDA" NO MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA (SE)

Amâncio Cardoso Santos Neto, Érika Santana Melo Martins, Jailde Fontes Vasconcelos, Maria Rosane Prado Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: acneto@infonet.com.br

O objetivo dessa pesquisa é analisar as relações existentes entre o ecoturismo, o artesanato e o modo de vida das artesãs de renda irlandesa de Divina Pastora e fazer uma análise desse grupo de rendeiras que tem esse tipo de artesanato como fonte geradora de renda. Neste município, por tradição, várias artesãs bordam a renda irlandesa. Originada na Idade Média, no continente europeu, ela foi trazida para a localidade pelas missionárias irlandesas. Desse modo, o artigo apresentou a renda irlandesa existente na comunidade, analisou a atividade das rendeiras, o convívio e a organização deste grupo, as tipologias das rendas, a forma de produção e confecção da renda, buscando conhecer os ganhos provenientes desta atividade, verificou as possibilidades e/ou impactos do Ecoturismo nesse tipo de artesanato, a importância e influência deste artesanato no modo de vida da comunidade, como também, a produção desse artesanato como uma alternativa para o desenvolvimento do Ecoturismo no município. Para melhor compreensão deste grupo cultural foram realizados o levantamento das informações documentais, e uma pesquisa participativa com a observação direta na comunidade e também na Associação para o Desenvolvimento de Renda Irlandesa de Divina Pastora (ASDEREN), como também entrevistas e questionários. Assim, após este percurso demonstrou-se a viabilidade do desenvolvimento dos princípios básicos do Ecoturismo, a partir da valorização cultural e da sustentabilidade do artesanato de renda irlandesa na cidade de Divina Pastora.

Palavras-Chave: Artesanato; Ecoturismo; Modo de vida.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL EM VARGEM (SP)

Almerinda Antonia Barbosa Fadini; Evandro da Silva Fermino; João Luiz Höeffel; Cristiane Ferraz e Silva Suarez; Edivaldo Giovani Capodeferro

Centro de Estudos Ambientais – Sociedades e Naturezas / Universidade São Francisco; Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais / Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: almerinda.fadini@saofrancisco.edu.br

O turismo desempenha um papel fundamental na proteção de Unidades de Conservação, tendo como um dos grandes desafios, a implementação de uma gestão baseada na participação social, na ética e na sustentabilidade dos seus recursos naturais. Além disso, o planejamento e a gestão desta atividade vêm apresentando-se como uma grande preocupação para todos os envolvidos neste processo. Tal preocupação se fundamenta nos inúmeros exemplos de impactos socioambientais, econômicos e culturais existentes, decorrentes do crescimento desordenado da atividade turística. Visando um crescimento turístico ordenado, Vargem (SP) que está inserida na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, busca consolidar a atividade turística como uma fonte de renda mais sustentável e complementar para o município. A APA do Sistema Cantareira é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e seus objetivos relacionam-se com a manutenção e melhoria da qualidade da água na região, especialmente dos municípios no entorno dos reservatórios do sistema, que abastece quase a metade da Região Metropolitana de São Paulo. Este artigo é parte integrante de uma pesquisa que vem elaborando estudos relacionados ao planejamento do turismo e suas políticas públicas, como parte deste planejamento foi realizado o inventário turístico da localidade, onde este buscou identificar o potencial turístico, os atrativos naturais e culturais e a infraestrutura básica e turística, além de uma completa caracterização geral da área de estudo. Neste sentido, este artigo vem apresentar algumas reflexões sobre a importância de práticas participativas e mecanismos voltados para a articulação dos mais diversos atores sociais, promovendo assim o desenvolvimento de um processo mais participativo. Os resultados desta etapa vêm sendo discutidos em audiências públicas, que visam obter uma contribuição da sociedade no decorrer desta pesquisa. Nas audiências foram apresentados o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável, além da atuação de algumas instituições, foram apresentadas também as próximas etapas do projeto destacando a potencialidade turística do município. A metodologia foi baseada na coleta de dados com a população local, órgãos governamentais e não governamentais e instituições de pesquisas. Além de pesquisas de campo e registros fotográficos, de forma a identificar as características do município. Busca-se desta forma contribuir para a implementação de um turismo sustentável que gere benefícios como a preservação dos recursos naturais, a manutenção da história do local viva e a promoção da qualidade de vida para a população local. Este projeto integra o programa de Políticas Públicas financiado pela FAPESP (Processo: 200651790-8).

Palavras-Chave: Turismo Sustentável; Participação Social; Políticas Públicas.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM: INSTRUMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO

Camila Cabral de Castro; Roberta de Sousa Ramalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

E-mail: milinhapitanga@hotmail.com

O diagnóstico da percepção ambiental de uma população é um instrumento capaz de revelar aspectos de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade turística com fins à promoção da sustentabilidade econômica e ambiental local. A percepção ambiental é um ato natural mobilizado pelos sentidos humanos, que apresentam conotações múltiplas de acordo com as experiências vividas, os saberes acumulados e a cultura, de uma maneira geral. Assim, identificar como os elementos potenciais turísticos são percebidos por uma comunidade torna-se chave para que possam ser implementadas medidas públicas e privadas catalisadoras dos fluxos turísticos. Esses elementos potenciais turísticos ou paisagens estão sobremaneira relacionados ao sentido da visão. A paisagem quando percebida acaba produzindo reações topofílicas nos sujeitos, que podem ser tanto moradores locais, como visitantes ou turistas. Essas reações topofílicas, afetivas, ganham vulto quando evocam princípios de conservação e preservação ambiental. Por outro lado, se os impactos negativos produzidos pelas atividades turísticas ou se as paisagens já estão degradadas e tais fatos não são percebidos, quer seja por seus moradores locais, quer seja pelos visitantes o processo turístico estará fadado ao colapso. O Município de Cardoso Moreira se destaca como característico da Região Noroeste Fluminense, com paisagens típicas de pastagens, economia pautada na agropecuária e comércio varejista. Assim, através do diagnóstico da percepção ambiental nesse município foi possível detectar a relação entre a população e a paisagem regional, com fins a caracterização de potencial turístico e ao incentivo dessa atividade como promotora da revitalização da paisagem e da economia local. Os resultados foram obtidos a partir de entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos moradores. Quanto às referências de beleza cênica 23% da população identificam as paisagens rurais como as mais belas na região, outros 22% não responderam e o restante de 55% apontaram estruturas construídas que se relacionam com a história local e regional. Quanto as atividades turísticas 72% percebem a visitação. Entretanto, os moradores não fazem referência ao estado de degradação das paisagens rurais, nem das carências de infra-estrutura e prestação de serviços. E, além disso, os dados obtidos evidenciaram a necessidade de investimentos que promova um aquecimento na economia regional através de ações que gerem trabalho e renda para população. Assim, pôde-se detectar que o Noroeste Fluminense apresenta potencial turístico, sobretudo ecológico, porém, recomenda-se que sejam desenvolvidos através das secretarias municipais de educação e meio ambiente programas de educação ambiental apoiados em estudos da geografia local.

Palavras-Chave: Percepção Ambiental; Educação Ambiental; Paisagem.

INTERAÇÃO COM BOTOS-VERMELHOS: A ATUAÇÃO DOS GUIAS DE TURISMO CONTRIBUI PARA A CONSERVAÇÃO DESSES GOLFINHOS?

Fernanda Carneiro Romagnoli; Vera Maria Ferreira da Silva; Glenn Shepard Jr.; Sherre Prince Nelson

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Museu Paraense Emílio Goeldi; Centro Universitário do Norte.

E-mail: feromagnoli@ig.com.br

O turismo voltado para a observação de cetáceos cresce rapidamente no mundo e tem sido considerado potencial medida de conservação; no entanto, se desordenado, pode causar efeito inverso. Na Amazônia brasileira, a espécie-alvo é o boto-vermelho, *Inia geoffrensis*. Recentemente, capturas intencionais assim como o turismo desordenado tornaram-se ameaças à espécie. Diante da necessidade de se adotar medidas para sua conservação, o ecoturismo pode ser uma ferramenta, sensibilizando turistas por meio da interpretação ambiental, intermediada por guias de turismo. O trabalho desses profissionais influencia diretamente a qualidade das visitas e os resultados da interpretação. Assim, o objetivo do estudo foi verificar a atuação de guias de turismo quanto às visitas aos botos-vermelhos em dois locais do Amazonas: um restaurante flutuante no Parque Nacional de Anavilhanas e um hotel de selva. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas a 13 guias. Todos nasceram na região: nove em áreas urbanas e quatro em comunidades indígenas ou ribeirinhas. Seis declararam ter nível superior (nem sempre completo); dois concluíram o ensino médio e cinco não terminaram o ensino fundamental. Uma das dificuldades de trabalho levantada por 36% dos entrevistados foi “falta de qualificação”. Foi questionado quais informações sobre botos eram transmitidas aos turistas. A maioria dos guias (90%) deu respostas genéricas, como: “anatomia do boto”, outras não correspondiam ao conhecimento científico. Apenas um guia afirmou fazer explicação formal. Os demais (92%) esperam que turistas perguntem: “se surge alguma pergunta, a gente fala”. Oitenta por cento dos guias consideraram que seu conhecimento não é suficiente e que gostariam de saber mais: “falo pros meus clientes que não conheço sobre botos e não tenho muito que passar. Precisava aprender muito”. Apesar disso, 90% afirmaram ter aprendido sobre os animais desde que começaram a trabalhar com eles. Uns buscaram informações em livros, outros aprenderam a partir das observações constantes. Apenas um disse que nada aprendeu: “não tenho conhecimento sobre botos, nunca fiz curso, nunca pesquisei sobre eles”. Assim, verificou-se que os próprios guias reconheciam a necessidade de melhorar seu conhecimento. Durante as visitas, a preocupação principal é a prevenção de acidentes, feita por meio da transmissão de regras para interação. A atividade interpretativa é deixada de lado. Dessa forma, a atuação desses profissionais pouco tem contribuído para a conservação dos botos-vermelhos. Para que esse objetivo seja atingido é necessário que se invista em sua formação quanto aos animais e quanto à importância da interpretação ambiental.

Palavras-Chave: Guias de Turismo; Boto-Vermelho; Conservação.

PERFIL DOS VISITANTES NO PARQUE MUNICIPAL FAZENDA LAGOA DO NADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MG)

Michael Bruno; Débora Majorie Amaral de Melo; Ramon T. Nascimento de Araújo; Renaldo Ferreira dos Santos; Cinthia Tamara Vieira Rocha

UNIBH.

E-mail: michaelbrunomb@bol.com.br

Belo Horizonte (MG) apesar de ser uma das quatro maiores capitais do Brasil, tem o privilégio de contar com 53 parques municipais distribuídos por suas regionais, abrangendo uma área total de 6,8 milhões de metros quadrados, com grande potencial de agregar qualidade de vida a sua população, seja de maneira direta ou indireta. O Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado é um destes parques urbanos criado na década de 80 tendo como propósito aumentar a interação do homem com áreas naturais e também de apoiar e difundir a cultura da região. Apresenta uma de 300.000 m², tratando-se de uma região ecotonal entre dois *hotpots* mundiais: Mata Atlântica e Cerrado. Com o propósito de obter informações que otimizem o planejamento do programa de uso público, efetuou-se um diagnóstico do perfil de seus visitantes, através da aplicação de 300 questionários e entrevistas semi-estruturadas. A amostra contemplou grupos de estudantes, de famílias, de amigos e de indivíduos que foram sozinhos ao parque. Os resultados apontam uma leve predominância de visitantes do sexo masculino, a faixa etária predominante é de 25 a 45 anos, a maioria dos visitantes vão acompanhados pela família, somente 20% estavam visitando a área pela primeira vez. A busca de lazer e diversão, a prática de esportes e a observação de fauna e flora são os motivos mais declarados para visitação, e de um modo geral, as oportunidades vivenciadas apontam para o estreitamento da rela o do homem e a natureza.

Palavras-Chave: Perfil de Visitantes; Planejamento; Ecoturismo.

LAZER DE AVENTURA NA CIDADE DE SANTA TERESA: ANÁLISE SOBRE OS ELEMENTOS INFLUENCIADORES DA SUBUTILIZAÇÃO DO TURISMO DE AVENTURA

Andréia Silva; Carla Rosa Felipe; Cátia Rosa Felipe

Escola Superior São Francisco de Assis.

E-mail: carlarosafelipe@yahoo.com.br

Atualmente, verifica-se uma crescente valorização das vivências de Lazer na natureza, as quais encontram no turismo na natureza seu maior representante. Este maior desenvolvimento do turismo na natureza ocorre como uma consequência da insatisfação com as formas convencionais de turismo, que ignoram os elementos sociais e ecológicos de certos destinos, concentrado estritamente no lucro. O ecoturismo é um tipo de turismo na natureza que abrange em sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto as atividades de aventura presentes no turismo de aventura configuram-se como um dos principais elementos que fortalecem a economia do Estado do Espírito Santo. Mesmo com todo o potencial natural e cultural desse Estado, notamos uma estagnação no que tange as ações para o desenvolvimento dessas atividades em sua região centro-Serrana. Dentre as cidades que compõem tal região, destacamos a cidade de Santa Teresa, a qual possui descendência Italiana e 40 % de sua cobertura vegetal preservada. Por suas características de relevo, a cidade possui um grande potencial para o desenvolvimento de atividades de aventura, o que pode ser incrementado com sua cultura, gastronomia e arquitetura. No que tange aos investimentos recebidos a subutilização desse potencial natural e cultural, o qual é concretizado apenas por ações isoladas fruto de iniciativas privadas sem comprometimento com a cultura local. Para tanto, estabelecemos como objetivo geral apontar e analisar os elementos influenciadores da subutilização do turismo de aventura da referida cidade. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: tecer considerações sócio-históricas sobre a constituição dessas atividades de aventura na cidade de Santa Teresa; analisar o entendimento da comunidade e autoridades da cidade sobre o desenvolvimento das atividades de aventura; Verificar, impasses, conflitos e contradições presentes no desenvolvimento de tais atividades; Verificar a relação das atividades de aventura com as formas de Lazer da comunidade e de seus visitantes; apontar elementos para constituição de novas políticas de turismo, lazer e aventura na cidade, que potencializem o desenvolvimento dessas atividades, levando em consideração a cultura e comunidade local. A presente pesquisa possui natureza qualitativa, sendo do tipo exploratória, com procedimento de pesquisa de campo. Para os instrumentos de coleta de dados utilizaremos a entrevista guiada e a observação participante. A discussão dos dados será realizada mediante a análise de conteúdos. A pesquisa atualmente encontra-se em fase de levantamento bibliográfico e aprofundamento teórico.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Lazer; Economia.

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA NATUREZA E ECOTURISMO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE SUA INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Andréia Silva; Carla Rosa Felipe; Cátia Rosa Felipe

Escola Superior São Francisco de Assis.

E-mail: carlarosafelipe@yahoo.com.br

As práticas corporais de Aventura na Natureza (PCAN's) manifestam-se atualmente como práticas de lazer e/ou esportivas tais como surf, tirolesa, rapel, escalada, trekking, etc. De certa forma, pode-se notar que a procura por essas práticas pertencentes ao ecoturismo, sofreram um aumento significativo, principalmente no início da década de 80. No entanto, poucos estudos têm abordado o ecoturismo e as PCAN's na área escolar, focando-os como conteúdos a serem abordados nas aulas, uma vez que, possuem uma construção histórica, com significados e sentidos próprios, as quais vem se manifestando na sociedade contemporânea, revelando relações e influências sócio-culturais. Além disso, não podemos deixar de destacar sua forte possibilidade pedagógica, o que pode contribuir na formação do indivíduo e na sua prática social. Pretendemos, a partir daí, realizar uma análise acerca da problemática envolvendo as PCAN's, no caso o *trekking*, como conteúdo pedagógico nas aulas de Educação Física, uma vez que faz parte deste componente curricular, tratar das práticas corporais culturalmente construídas pelo ser humano ao longo de sua existência. O *trekking* possibilita o relacionamento com o meio, experimentação do novo, superação de desafios, autoconhecimento, percepção das relações com os demais, além de motivar a uma maior sensibilização frente as questões ambientais. Diante disso, nosso objetivo geral é analisar as possibilidades de inserção das práticas corporais de aventura na natureza, caracterizando-o como um conteúdo a ser explorado pelos professores de Educação Física Escolar. E os objetivos específicos são: tecer considerações sócio-históricas da construção dessas práticas em relação com os conteúdos da Educação Física Escolar; Verificar e analisar as possibilidades educacionais das PCAN's, caracterizando-as como conteúdo da Educação Física escolar; Repensar a prática pedagógica a partir do contexto das aulas de Educação Física através das PCAN's. A pesquisa possui natureza qualitativa, sendo do tipo exploratória e descritiva. O procedimento escolhido será a pesquisa de campo nas escolas de Ensino Fundamental da cidade de Santa Teresa e Santa Maria de Jetibá. Como instrumentos de investigação utilizaremos entrevista e observação participante e ministração de aulas sobre o *trekking*. A pesquisa atualmente encontra-se em fase da elaboração do Referencial teórico, construção de roteiros pilotos de entrevistas e observação e, formulação de planos de aula.

Palavras-Chave: Educação Física; PCAN's; Escola.



PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE: PROPOSTA DE METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO ECOLÓGICA RÁPIDA (AER) DE DANOS SOCIOAMBIENTAIS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM NO ECOTURISMO.

Marcelo Teixeira César de Oliveira; Sueli Angelo Furlan

Ipá Ti-uá Vivência Ambiental; Centro Universitário São Camilo; Universidade de São Paulo.

E-mail: marcelotco@usp.br

O ecoturismo é hoje uma atividade crescente em várias regiões do mundo. Nas atividades junto à natureza já foram elaborados e testados parâmetros, indicadores para capacidade de suporte e de carga de trilhas; regulamentadas as funções das atividades monitoradas em áreas naturais e de práticas de esportes radicais em alguns pólos de ecoturismo; aplicados cursos de treinamentos e capacitação para o trabalho com visitantes em Unidade de Conservação entre outras iniciativas. Mas, pouco se avançou no sentido da certificação ou normatização dos meios de hospedagem em ecoturismo no Brasil. A presente pesquisa em andamento tem como objetivo principal propor uma metodologia transdisciplinar para o diagnóstico da implantação e gestão de meios de hospedagem em ecoturismo. Através disso, desenvolver uma lista de verificação que permita avaliar impactos positivos e negativos para estabelecer escalas de tolerância de danos dos empreendimentos que sirva de modelo para o desenvolvimento de melhores metodologias de análise de danos sócio-ambientais. O estudo está em fase de revisão bibliográfica e webgráfica em separatas científicas bem como em documentos oficiais e processos de avaliação e certificação em outros países, permitindo assim identificar e explanar a fundamentação teórico-empírica acerca da implantação e gestão de meios de hospedagem, identificar metodologias e insuficiências presentes no que se refere à implantação e gestão de meios de hospedagem, analisar as perspectivas metodológicas transdisciplinares existentes e indicar as etapas para os meios de hospedagem em ecoturismo. A elaboração do questionário para avaliação ecológica rápida (AER) encontra-se neste momento na fase de construção das matrizes quali-quantitativas transdisciplinares sendo que já foram definidos alguns critérios de escolha para os locais onde a mesma será testada em campo. Para a elaboração da proposta de metodologia de avaliação estão sendo consideradas as seguintes etapas: determinação do escopo da avaliação; elaboração do questionário e definição das orientações; aplicação em campo buscando garantir a precisão das informações; análise dos dados; verificação da eficácia do questionário na avaliação de danos e adequação final da metodologia de AER e recomendações. Embora a definição de indicadores adequados enfrente as dificuldades no tratar as subjetividades inerentes de alguns parâmetros, por tratar-se de uma questão de seleção de valores mais do que uma questão técnica, acredita-se que o resultado final poderá ter grande relevância no desenvolvimento das atividades de ecoturismo.

Palavras-Chave: Avaliação de Impactos Ambientais; Metodologia de Avaliação; Hotelaria.

ESPAÇOS DE DIÁLOGO NA COMUNIDADE PARA O (ECO) TURISMO: A ILHA MEM DE SÁ, ITAPORANGA D'AJUDA (SE)

Cleberton Santos Souza; Layslene Ferreira de Araújo; Cláudio Roberto Braghini

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

E-mail: cleberton@ig.com.br

As áreas naturais constituem-se um dos principais destinos turísticos e, ao mesmo tempo, se encontram em redução. O ecoturismo é a viagem a natureza que almeja contribuir com a conservação ambiental e o desenvolvimento das comunidades receptoras. Em seu desenvolvimento é necessário a integração dos interesses comunitários possibilitando espaços de diálogo com participação direta das populações locais. Este estudo visou mostrar a importância dos espaços de diálogos na comunidade da Ilha Mem de Sá, para que se apropriem do ecoturismo como forma de conservação ambiental e fonte de renda. Nesta perspectiva implementou-se, na comunidade, através do Projeto Re-Conhecer Pedra Bonita, um espaço de discussão sobre turismo no município de Itaporanga D'Ajuda, que não apresenta roteiros turísticos. Para tal, utilizou-se da técnica de DRP denominada mapa falado, como principal ferramenta para disparar o diálogo, onde os moradores identificaram potenciais atrativos turísticos da sede municipal representando-os graficamente. A contribuição comunitária adquirida pelo diálogo permitiu gerar e executar o Roteiro Pedra Bonita. A participação da população na execução do roteiro estabeleceu novo espaço de diálogo, aprimorando a escolha dos potenciais atrativos e o próprio roteiro. Os moradores puderam refletir sobre os ambientes e aspectos culturais de seu hábitat, possibilitando uma nova visão sob a ótica do ecoturismo.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Participação Comunitária; Dialogicidade.

ECOTURISMO: DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E DISCURSOS HEGEMÔNICOS

Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

E-mail: guilhermefdcv@gmail.com

O turismo faz parte da história do homem desde seus primórdios, assumindo diferentes formas ao longo do tempo e acompanhando os modos de organização da sociedade, sempre atrelado aos meios e relações de produção. O despertar da consciência ambiental, acelerado pelos problemas e grandes catástrofes ambientais oriundos da intensificação da atividade antrópica, também é seguido pela valorização de áreas naturais preservadas, nas quais a atuação humana ainda não é tão clara. Uma demanda latente pela visita a essas áreas começa a se consolidar e é logo percebida por investidores e empreendedores do turismo. Devido à idiosincrasia das localidades, inerente ao turismo, e ao posicionamento de mercado diferenciado dos variados segmentos, surgem diversas tipologias de turismo, dentre elas, o ecoturismo. Em meio a um emaranhado de diferentes significados atribuídos por acadêmicos, órgãos oficiais e mercado, os princípios fundamentais do ecoturismo necessitam de esclarecimento tendo em vista a falta de embasamento teórico no uso de alguns termos. O ecoturismo, associado à idéia de desenvolvimento sustentável, encontra na economia ambiental o arcabouço teórico necessário para a sua justificação. Entretanto, não passa de uma abordagem mercadológica, ratificada pela valoração dos recursos do ambiente, que nem sempre podem ser economicamente calculados. Pressupõe-se também, que esta atividade é embasada na ética ambiental intrínseca aos indivíduos que a praticam, decorrente da conscientização ambiental e conseqüente compromisso personalíssimo preservacionista, tendo como objetivo a permanência da vida e de suas expressões. O presente estudo visa, portanto, a uma contribuição teórica para o amadurecimento das definições de ecoturismo, assim como dos seus princípios fundamentais, muitas vezes empregado de maneira inadequada pelos discursos hegemônicos. Assim, busca-se desmistificar as análises superficiais que velam as contradições existentes na comercialização dos recursos naturais e culturais com a preservação ambiental. Para tal, foi feita uma pesquisa bibliográfica acerca das principais contribuições nacionais e internacionais sobre a temática 'ecoturismo', buscando identificar os notáveis pontos comuns a fim de elucidar as divergências existentes entre as definições e os seus fundamentais princípios orientadores.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Meio Ambiente; Sustentabilidade.

ESTUDO DE CASO: A PRÁTICA DO ECOTURISMO NAS COMUNIDADES DE SANTANA DO ARARI E TARTARUGUEIRO NO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS/MARAJÓ (PA)

Andreia Dantas Costa

Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará.

E-mail: andreiadantas26@yahoo.com.br

As comunidades de Santana do Arari e Tartarugueiro localizam-se no município de Ponta de Pedras, na Ilha de Marajó – Pará. As duas comunidades são remanescentes de quilombolas e com, aproximadamente, 150 famílias, sobrevivem do extrativismo e da pesca e buscam no turismo uma opção geradora de emprego e renda. Apesar de saberem que o turismo pode trazer vantagens para a comunidade, a relação delas com o turismo, que é recente, é insatisfatória. As comunidades durante certo período recebiam grupos de turistas internacionais, os quais vinham através de uma agência de viagens. No entanto, a visita de turistas nas localidades sempre gerou discussão entre os moradores. Os moradores reclamam que o tempo de permanência dos turistas nas comunidades é muito curto e desse modo o turista não tem a oportunidade de conhecer a história e vivenciar o cotidiano dos moradores. Devido a essa questão do fator tempo, a comunidade está desestimulada com o turismo, pois a visita dos turistas não gerava renda para a comunidade a qual se preparava para receber bem esses grupos. Os moradores ensaiavam as danças típicas, produziam as biojóias, preparavam o lanche com frutas regionais tudo para agradar o turista. Porém, tudo o que planejavam para a recepção não chegava a ser apresentado e nem comercializado. Esse fato ocasionou desconforto para os moradores ao ponto de não se empenharem mais em recepcionar os turistas. Por tudo o que passaram os moradores acreditam que para a atividade turística começar a gerar renda para as comunidades seria necessário que o turista permanecesse mais tempo na localidade. É perceptível a insatisfação dos moradores com o modelo de turismo que lhes foi apresentado. O turismo que tiveram contato foi aquele programado por empresas particulares, no qual a duração das visitas é toda cronometrada não dando oportunidade para o grupo de turistas conhecer o modo de vida da comunidade, saber um pouco da cultura, trocar experiências, dentre outras coisas que a comunidade proporciona. Portanto, o turismo ideal para as duas localidades é o ecoturismo de base comunitária, onde a comunidade é responsável pelo seu desenvolvimento, desde o planejamento até a execução, permitindo assim a geração de emprego e renda.

Palavras-Chave: Comunidade; Turismo; Tempo.

ECOTURISMO, GEOTURISMO E GEOPARQUE: UMA PROPOSTA DE GESTÃO DO TURISMO PARA A REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO (MG)

Mayana Silva Vinti; Úrsula Ruchkys de Azevedo; Rose Lane Guimarães; Lana Iracy Duarte da Cunha

Projeto Geopark do Quadrilátero Ferrífero (FAPEMIG/PUC Minas).

E-mail: mayana.vinti@gmail.com

As discussões a respeito do turismo sustentável, modelo de desenvolvimento do turismo baseado no conceito de desenvolvimento sustentável, ganharam espaço a partir dos anos 80. De modo abrangente o desenvolvimento sustentável não diz respeito apenas aos fatores econômicos, se estende também aos sistemas culturais, às sociedades e ao meio ambiente natural, biótico e abiótico. O reconhecimento da necessidade de buscar estratégias para o desenvolvimento sustentável da atividade turística é perceptível na conceituação de alguns segmentos do turismo, como por exemplo o ecoturismo, já inserido nas políticas públicas de turismo do país e o geoturismo. Este último, recentemente introduzido no Brasil, tem como foco a conservação e a promoção do patrimônio geológico por meio de sua utilização turística, incentivando a valorização social. A prática, entretanto, nem sempre corresponde à teoria. São raros no Brasil os casos onde o desenvolvimento do turismo no meio natural associa a proteção do meio ambiente à premissa de geração de benefícios para as comunidades receptoras. Buscando encontrar novas estratégias para reverter esta situação, surgiram nos últimos anos algumas iniciativas, em âmbito nacional, voltadas para a implantação de geoparques, instituídos nos moldes da UNESCO. Os geoparques são territórios bem delimitados que compreendem sítios de especial valor geológico, arqueológico, ecológico, histórico ou cultural capazes de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar das comunidades envolvidas. Uma destas iniciativas, inserida no Projeto Geoparques do Brasil da CPRM, está direcionada à região do Quadrilátero Ferrífero, localizada na porção centro-sudeste do Estado de Minas Gerais. O Quadrilátero Ferrífero, composto por municípios que tem sua história relacionada ao desenvolvimento de atividades de extração dos recursos minerais, compreende características e predados patrimoniais que se adequam aos principais parâmetros para a criação de um geoparque da UNESCO. Aplicadas no Quadrilátero Ferrífero, as premissas indicadas pela UNESCO para a criação de geoparques, podem possibilitar o estabelecimento de um cenário de equilíbrio entre atividades econômicas, como a mineração, e a proteção do meio ambiente, por meio da utilização de ferramentas como a interpretação do patrimônio e o geoturismo. Podendo ser entendidos como uma nova proposta de gestão integrada do turismo, inserida no contexto da regionalização, os geoparques contribuem de modo efetivo para a busca da sustentabilidade nos territórios onde estão inseridos, promovendo o desenvolvimento associado à presença do patrimônio geológico, influenciando as condições de vida das comunidades permitindo que participem da revitalização dos valores do patrimônio natural e cultural.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Geoparques; Quadrilátero Ferrífero.

CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS, ESTRUTURAS E IMPORTÂNCIA

Camila de Brito Antonucci Benatti Braga; Lígia Melo Vidal; Melissa Miho Kunitake

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: cabenatti@hotmail.com

Centro de Educação Ambiental (CEA) é um espaço físico, com equipamentos e entorno, no qual há uma equipe educativa, projetos políticos e pedagógicos, e estratégias de sustentabilidade. Estes possuem diversas denominações, e cada uma apresenta diferenças em sua estrutura, entre outras finalidades específicas. O presente artigo define o que são estes centros, quais são os seus objetivos e fundamentos, e o principal: sua importância. Através de reflexões teóricas e estudos de caso, esta pesquisa mostra como deve ser a estrutura do CEAs, seus objetivos, planejamento e gestão, o papel desempenhado por eles e seus deveres para com a sociedade, a comunidade onde se localiza, os turistas e o meio ambiente.

Palavras-Chave: Centros de Educação Ambiental; Deveres Socioambientais; Turismo.

TURISMO E TERRAS INDÍGENAS: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS.

Camila de Brito Antonucci Benatti Braga

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: cabenatti@hotmail.com

A atividade turística causa nas sociedades indígenas elementos que podem gerar “artificialização” ao modo de vida tradicional. Esta questão faz com que muitos especialistas sejam contra o turismo em sociedades humanas. Através de referências teóricas e estudos de caso, o presente artigo estuda e analisa os conceitos, impactos e consequências do turismo em terras indígenas. Tendo o objetivo de contribuir para a resolução de conflitos nestas, causados por desapropriamento de terras, turismo e invasões, defendendo o direito dos índios e sua terra, para que esta e sua cultura não sejam degradadas pela a atividade turística e pelos visitantes, levando a desenvolver o melhor planejamento para que esta atividade possa ser realizada, e se não tiver como ser, justificando-a e mostrando os impactos que podem ser gerados, mostrando a importância desta etnia e chegando a uma solução justa para esta problemática.

Palavras-Chave: Turismo; Terras Indígenas; Impactos.

ECOTURISMO COMO FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DE FLUXO TURÍSTICO PARA A CIDADE DE PONTAL DO PARANÁ (PR)

Barbara Verrenose Copque; Renata Brasileiro Franco

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

E-mail: babicopque@hotmail.com

O município de Pontal do Paraná está localizado no litoral do estado paranaense, em 1995 conquistou sua emancipação do município de Paranaguá pela Lei nº 11.252 de 20 de dezembro de 1995 e implantado em 01 de janeiro de 1997. Suas principais atividades econômicas são o turismo, comércio, pesca e artesanato. O turismo de sol e praia é sua forma mais atrativa de turismo, mas vemos na região um grande potencial para a prática de ecoturismo, o que pode ser uma saída à baixa temporada, alguns estudos mostram o problema da sazonalidade turística em determinada época do ano em áreas litorâneas, como por exemplo, a comunidade que se sustenta com o comércio no verão e durante todo o resto do ano tem que dividir o rendimento desta época. Em todo litoral paranaense encontramos a maior faixa de mata atlântica intacta ou pouco alterada de todo o país, além de ter parques como o Parque Natural Municipal do Perequê, uma área de manguezal e a Estrada Ecológica do Guaraguaçu, onde se tem o Rio Guaraguaçu, um Sambaqui de aproximadamente 20 m de altura e uma comunidade indígena onde são vendidos artesanatos fabricados por eles. O ecoturismo é uma atividade crescente dentro do turismo, é uma forma das pessoas deixarem a agitação dos grandes centros e entrarem em contato com a natureza, onde elas podem respirar ar puro e apreciar a calma do meio natural, atrai pessoas para lugares de grande valor natural e cultural, possibilitando a observação da natureza em todo seu esplendor, como a observação de aves, contato com culturas indígenas, etc. A maior demanda de turistas da cidade de Pontal do Paraná é da cidade de Curitiba, a maior parte delas tem o que chamamos de segunda moradia ou casa de veraneio instalada na cidade. O desenvolvimento deste nicho de mercado seria uma saída para épocas fora da temporada, onde as famílias vão passar as férias escolares e até mesmo estudantes de universidades etc., e vão encontrar mais uma forma de aproveitar suas férias no litoral, movimentando a economia local e propiciando a todos conhecerem um pouco mais da natureza que ainda se tem preservada no litoral.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Sazonalidade; Turismo de Sol e Praia.

DELMIRO GOUVEIA: ECOTURISMO, TURISMO EDUCACIONAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS

Iracema Santos Carvalho dos Anjos; Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnológica de Pernambuco, campus Recife.
E-mail: iracemacarvalho2008@gmail.com

Delmiro Augusto da Cruz Gouveia nasceu no Ceará. Criado em Recife, Pernambuco, onde instalou empreendimentos inovadores e modernizadores, após desentendimentos políticos com o Governo, transferiu-se, em 1902, para Vila da Pedra, Alagoas. (MAYNARD, 2008). Instalou nessa vila uma Fábrica de linhas empreendimento inédito no sertão nordestino. Para isso era necessária energia elétrica e o Governo de Alagoas concedeu a exploração da cachoeira do Rio São Francisco. Delmiro, portanto, ao planejar a Usina de Angiquinhos, num ambiente ainda hoje inóspito, onde o exotismo da natureza é característica desafiadora, aproveitou o ecossistema para a produção de riquezas, e benefícios ao homem do semiárido. Causando, entretanto, impactos ambientais mínimos, considerando a simplicidade da obra. Antecipou, assim, o planejamento sustentável hoje, responsável, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento humano. (BARRETTO, 2005). O município de Delmiro Gouveia, Alagoas, antiga Vila da Pedra, conserva o Sítio Histórico de Angiquinho. Há, nesse sítio infra-estrutura turística adequada à paisagem, como trilha sinalizada e guias bem informados. Notadamente, o patrimônio material do Sítio impressiona pela magnitude da natureza; pelo cânion, e pela força que moveu Delmiro. Além da antiga hidroelétrica de Angiquinho, compõe esse cenário exótico e singular, o cânion do Rio São Francisco, o ecossistema do semiárido, e a Furna do Morcego, caverna de 50 metros de profundidade e 100 metros de comprimento. Esse cenário constitui, assim, sítio natural e material adequado à prática de ecoturismo para a educação, educação ambiental, e histórica sobre Delmiro Gouveia. A visita turística à história de Gouveia contribui para a compreensão dessa história, e o seu caráter educacional na atualidade. A concepção de sustentabilidade, a fixação do homem em seu espaço geográfico, a valorização do ambiente através das propostas de educação ambiental já era uma realidade em 1913, no povoado de Pedra. Assim, há viabilidade de análise, pelos estudantes, da importância de ações planejadas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente à época. Seguindo Reigota (1994), a educação ambiental deve ser educação política, e de autogestão, além de ética nas relações sociais e com a natureza. Delmiro Gouveia transcendeu os padrões adotados em sua época, e transitou assim, no ambiente no século XX. Portanto, através da visibilidade oferecida pelo ecoturismo e turismo educacional à personagem e a essa época, promovemos o resgate de nossa história, ao mesmo tempo em que fomentamos atividades num setor produtivo em expansão, e contribui para sustentabilidade da atividade turística no Nordeste Brasileiro.

Palavras-Chave: Delmiro Gouveia; Educação ambiental; Ecoturismo.

ECOTURISMO: REFLEXÕES SOBRE O PERFIL DO “TURISTA VERDE”

Luciana Priscila do Carmo; Keila Carla de Jesus

PUC Minas; Projeto TEIA.

E-mail: viajantetur@yahoo.com.br

O ecoturismo busca a participação dos agentes envolvidos na conservação dos recursos naturais e culturais, promovendo uma consciência crítica aos turistas sobre a importância dos ambientes natural e cultural para a sustentabilidade do turismo. Diante destes princípios, outros pontos são subsequentes para aqueles que pretendem investir em ecoturismo como um segmento de mercado que atenda às necessidades e desejos dos turistas potenciais e ao mesmo tempo atenda aos princípios de proteção do meio ambiente e que seja um negócio viável e rentável para o empreendedor. O ecoturismo planejado para os turistas potenciais de determinada localidade, tipo de negócio e produto turístico, consegue prever as preferências e gostos de seu cliente facilitando a criação de produtos específicos que atendam às suas necessidades e desejos, maximizando o valor do produto e minimizando os impactos negativos gerados pelo turismo. Estudar o comportamento do consumidor pode ser uma tarefa difícil. Considerando que o consumidor, neste caso, o turista, tem como fatores determinantes para a escolha de sua viagem a motivação, o dispêndio de tempo e de gastos e um dos fatores mais importantes: a experiência de vida que o turismo irá lhe proporcionar. Mesmo tendo tanto esforço para a busca do empreendimento ideal para um público-alvo, não se deve segmentar e personalizar tanto, ao ponto de tornar a atividade turística excludente e oferecer turismo de qualidade apenas a preços exorbitantes. Até mesmo neste aspecto deve-se buscar pela harmonia no negócio ecoturístico. Além do estilo de vida, pode haver várias influências sobre os turistas, assim como os turistas podem ter escolhas diferentes entre si. Desta forma considera-se que o “Turista Verde” não se enquadra como um grupo homogêneo com características totalmente similares, mas como um segmento em que se encontram vários grupos de “Turistas Verdes” com características específicas. O turista verde é um objeto de estudo complexo e diversificado. São várias nomenclaturas utilizadas para denominar os tipos de turista, mas que todos os que aqui serão explorados, além de serem “turistas verdes”, turistas de aventura e ecoturistas, se enquadram dentro do perfil de turistas ecológicos. Diante desta contextualização sobre os tipos de turistas já existentes e até defendidos por diversos autores das áreas de conhecimento que englobam o turismo não há uma pretensão de se impor idéias, mas de discutir conceitos, pesquisas e tendências para a responsabilidade socioambiental do ecoturismo e sua relação com os perfis psicográficos dos ecoturistas potenciais, ou seja, dos “Turistas Verdes”.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Perfil Psicográfico; Turista Verde.

PARQUE DO VARVITO: POTENCIAL PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Aline Lopes Ramalho; Mara Aristeu Pessoa

Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba.

E-mail: aline_347@yahoo.com.br

Com a elaboração das diretrizes da Agenda 21 que a atividade turística passou ser pensada e planejada considerando as questões sociais, culturais e ambientais dos destinos. E, a partir disso, o Ecoturismo passou a ser considerado um escape às atividades até então desenvolvidas, e tem como pressupostos a conservação dos recursos naturais, a educação ambiental e benefícios às comunidades receptoras. O termo Educação Ambiental surgiu na 1ª Conferência Mundial Sobre o Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento (1972), sendo um marco da inclusão das questões ambientais no Turismo. Educação Ambiental é um processo de aprendizagem no qual os indivíduos tomam consciência, pela sensibilização, da importância do meio ambiente e sua preservação e adquirem conhecimento através das experiências na natureza¹. Pode-se aplicar essa discussão, na realidade do Parque do Varvito, situado no município de Itu – SP, e inaugurado em 1995. Sua área foi uma pedreira extratora do varvito, atualmente tombada pelo CONDEPHAAT, em razão de sua importância enquanto patrimônio do Brasil. Varvito é uma rocha que contém repetitivos depósitos sedimentares pela variação das estações do ano. Estima-se que a formação do varvito de Itu, a mais importante exposição conhecida desse tipo de rocha na América do Sul, ocorreu em um período de 300 anos, na Era Paleozóica². O parque, grande museu a céu aberto, pode ser considerado como ponte entre o conhecimento teórico e experiência prática, proporcionando assimilação de conceitos e então provocando mudanças de comportamento. Nesse sentido, a Educação Ambiental serve como instrumento para (re)descoberta desse meio. Sendo assim, apresenta-se como proposta, um Programa de Educação Ambiental, cujos objetivos são: despertar o entusiasmo do grupo, preparando para as atividades mais sensíveis; concentrar a atenção do grupo desenvolvendo a habilidade de percepção; proporcionar uma experiência direta; compartilhar a inspiração no intuito de ampliar a experiência individual; criar condições para que a comunidade encontre possibilidades de diversão e aprendizagem, para sentir, pensar e atuar, e; sensibilizar para interagir a comunidade e natureza. Serão aplicados métodos do aprendizado sequencial, que são divididos em quatro fases: despertar o entusiasmo, concentrar a atenção, obter uma experiência direta com a natureza e compartilhar a inspiração com os colegas da equipe³. Deve conter atividades recreativas e lúdicas para viabilizar, com a associação dessas atividades, a aprendizagem significativa. Identificou-se então, que a cidade de Itu possui uma “jóia rara” que precisa ser lapidada para se tornar um local referência em Educação Ambiental.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Turismo Sustentável; Parque do Varvito.

Notas:

¹DIAS, G.F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. – 9 ed. – São Paulo: Gaia, 2004.

²ROCHA CAMPOS, A. C.. Rocha Moutonnée de Salto, SP. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. 2000.

³CORNELL, Joseph. Vivências com a natureza; título original: Sharing Nature with Children by Dawn Publications. Tradução: Arianne Brianezi, Claudia Perusso Nardi, Júlia Dojas, Rita Mendonça. São Paulo: Aquariana, 2005.

TRILHAS INTERPRETATIVAS COMO INSTRUMENTO PARA A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SANTA MARIA (RS)

Gabriela Fantoni Soberón, Adriano Severo Figueiró

Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: gabisoberon@yahoo.com.br

O trabalho foi desenvolvido com quinze professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antonio Xavier da Rocha (Santa Maria, RS), visando discutir o uso pedagógico de trilhas interpretativas como instrumento de resgate da história do bairro e de construção de cidadania. Considerando que o bairro onde se localiza a escola, detém um enorme patrimônio histórico, cultural e natural a ser resgatado/preservado, a proposta das trilhas foi de abordar a complexidade dos problemas ambientais a partir da realidade do local que, apesar da riqueza da estrutura paisagística, desconhece a sua história e enfrenta um presente de problemas sociais, econômicos e ambientais. Em meio a isso, as trilhas interpretativas colocam-se como ferramenta para conhecer mais acerca da realidade do bairro, com o intuito de trabalhar a Educação Ambiental no processo de construção da cidadania. A partir disso, e tendo por referência um trabalho prévio com os professores, sobre a imagem de satélite e a maquete do bairro, foram elaboradas duas trilhas interpretativas no Bairro Itararé, envolvendo os roteiros: 1) Vila Pérsio Reis e a Barragem do DNOS e, 2) Vila Nossa Senhora Aparecida e o Morro Cechela. A abordagem de uma metodologia interdisciplinar permitiu que diversas dimensões da paisagem pudessem ser trabalhadas, desde questões referentes ao resgate da história ambiental do local e a percepção da paisagem atual, até a identificação de conflitos socioambientais presentes na área, como a questão do lixo, qualidade da água e preservação dos recursos hídricos, exclusão social e ocupação de áreas de risco, desmatamento, dentre outras. Cabe destacar a ênfase dada ao processo de organização social, por meio da visita e discussão do papel das Associações Comunitárias das vilas, que podem servir como espaços coletivos de decisão e de reivindicação de melhorias para o local; considerando a importância da conservação deste grande fragmento florestal (contíguo a uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) em meio à expansão acelerada e pouco planejada da área urbana de Santa Maria, o trabalho foi fundamental para despertar, nos professores, a necessidade de construir alternativas pedagógicas de compreensão e discussão dos problemas locais.

Palavras-Chave: Trilhas Interpretativas; Educação Ambiental; Cidadania.

PARQUE ESTADUAL DO UTINGA – PEUT (BELÉM-PA): O CENÁRIO ECOTURÍSTICO DO TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO BATALHÃO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL – BPA

***Danielle de Nazaré Miranda de Andrade; Luciana de Almeida Silva;
Luiz Wagner da Silva Monteiro***

Universidade Federal de Pará

E-mail: dani.nazare@hotmail.com

A educação, fundamental ao ser humano, deveria ser intrínseca, porém necessita de acompanhamento pedagógico e até mesmo social, influenciada pelos novos parâmetros mundiais, fez-se necessário a educação ambiental visando não somente a convivência, mas a futura sobrevivência do indivíduo em sociedade. A educação ambiental procura despertar a sensibilização e a preocupação com as questões ambientais, mostrando caminhos a serem seguidos para a conservação da natureza. Este artigo objetiva apresentar e analisar o trabalho de educação ambiental do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) atrelado ao potencial ecoturístico do Parque Estadual do Utinga (PEUt). Este parque é considerado o maior parque ambiental em região metropolitana na Amazônia e um dos maiores do Brasil. A criação do parque, através do Decreto Estadual nº. 1.552 do ano de 1993, tem como foco principal assegurar a potabilidade dos lagos Bolonha e Água Preta (que abastecem grande parte da região metropolitana de Belém) através do manejo, da recuperação das áreas degradadas, preservação dos animais, propiciando um espaço de lazer para a comunidade e possibilitando o desenvolvimento de atividades científicas, culturais, educativas e turísticas. Para alcance do objetivo foi realizado levantamento documental, acompanhamento de atividades práticas e entrevistas, in loco, com o Sub-tenente Rocha (responsável pelas atividades desenvolvidas no PEUt), e com o Soldado Admar (responsável por apresentar didaticamente o trabalho do BPA). Durante a pesquisa foram identificadas as metodologias utilizadas pelo BPA, buscando o enfoque à otimização das atividades de fiscalização e controle ambiental, que são: palestras, visitas técnicas, caminhadas e trilhas, além da realização de suas atividades habituais (rondas, fiscalizações e apreensões) neste sentido destacamos o BPA, como agentes multiplicadores em educação ambiental, os quais desenvolvem trabalhos diariamente, com escolas públicas, privadas do Ensino Fundamental ao Superior, entidades e comunidades, relacionados à importância da conservação da fauna, flora e dos mananciais que abastecem grande parte da região metropolitana de Belém, onde são desenvolvidas as atividades, além de atuarem em todo o Estado do Pará.

Palavras-Chave: Educação ambiental; Ecoturismo; Polícia Ambiental.



AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS RESPONSÁVEIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Sérgio Domingos de Oliveira; Letícia Vieira

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus experimental de Rosana.

E-mail: sedo@rosana.unesp.br

O turismo é uma atividade em desenvolvimento em todo o mundo, apresentando diversas modalidades. Dentre elas, destaca-se o Turismo em áreas de proteção ambiental, que apresenta grande potencialidade no Brasil. Entretanto, como desenvolver atividades de uso público e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção dos atributos destas áreas? A certificação, aplicada em diversas outras atividades de produção, é apresentada como uma alternativa para o desenvolvimento do Turismo em áreas de proteção brasileiras, baseada na responsabilidade de seus gestores. Este tem por objetivo promover parcerias e interação com comunidades, órgãos e empresas privadas, bem como buscar uma melhoria na qualidade de vida das populações locais, ao incumbir responsabilidades sociais, econômicas e ambientais às partes. A Planilha de Certificação do Turismo Responsável em Unidades de Conservação – CTRUCs, fundamentada nas pesquisas efetuadas em quatro Programas de Certificação Turística Sustentável existentes na América Latina e baseada no conceito construído de Turismo Responsável em Unidades de Conservação, é a ferramenta de aplicação para avaliar e monitorar o grau de responsabilidade turística nas áreas de proteção. Espera-se assim que o uso público das unidades de conservação seja ampliado, bem como incentivada a valorização destas áreas com a participação das comunidades locais. A Planilha deve ser aplicada por especialistas em Turismo no momento do ingresso da unidade para o Programa de Certificação Responsável do Turismo, e/ou gestão da unidade intencionada a desenvolver atividades turísticas responsáveis e, posteriormente no monitoramento das atividades desenvolvidas no local. Para a avaliação dos indicadores adotam-se parâmetros, tanto quantitativos quanto qualitativos, buscando minimizar a subjetividade inerente do processo, que pode influenciar o resultado final. As questões são agrupadas em cinco diferentes dimensões para que se possam avaliar os impactos negativos relacionados com o uso público da área. São elas: dimensão institucional, ambiental, de infra-estrutura e social da unidade, assim como suas condições gerais para o uso turístico. A indicação do nível de cumprimento compreende uma escala com cinco diferentes possibilidades de respostas: ótimo, bom, regular, ruim ou inexistente. Aplicando os indicadores e parâmetros propostos nas cinco dimensões da planilha, é possível obter-se um panorama do seu estágio de responsabilidade, recomendando-a como uma importante ferramenta para o desenvolvimento do Turismo em áreas de proteção, independentemente da estrutura logística, pessoal e financeira das mesmas.

Palavras-Chave: Turismo; Áreas de Proteção; Responsabilidade.

MANEJO DE TRILHAS PARA CICLOTURISMO NO PAQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO (SP)

Vinicius Slavez Torres

Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: vikiutorres@hotmail.com

O assunto escolhido para o artigo é o cicloturismo em unidades de conservação, caso específico do Parque Estadual do Morro do Diabo (PEMD) local propício para prática da atividade, localizado na região denominada Pontal do Paranapanema, município de Teodoro Sampaio-SP. O relevo da região é plano com ondulações de inclinação de 1 a 3 graus de altitude, vegetação caracterizada como “Floresta Estacional Semidecidual”, mistura de mata atlântica e cerrado. A UC é margeada pelo rio Paranapanema ao sul onde existe local para banho que somados as características citadas demonstra sua beleza cênica. O uso público destinado ao turismo consiste em quatro trilhas para caminhada, atividades na sede como visitas ao museu e educação ambiental, porém existem trilhas na UC que embora sejam carroçáveis não são utilizadas para visitação, apenas para pesquisas e patrulhamento. O cicloturismo tem cada vez mais adeptos no mundo, por vários benefícios comprovados pela sua prática, nos quais o bem estar físico e mental que esta atividade em meio natural proporciona, também pouco impactante por ser realizado com bicicletas. Mesmo considerado uma forma menos danosa deve-se tomar alguns cuidados na sua prática, limitando as trilhas para não se impactar regiões protegidas, conscientizar os turistas para a prática responsável do ciclismo respeitando o ambiente e a segurança de seus praticantes. A proposta é de manejar as trilhas já existentes no PEMD para o cicloturismo. O manejo será realizado embasado em dados do plano de manejo da UC, em bibliografias sobre cicloturismo, normas para prática e informações preliminares ao turista que são normalizadas pela ABNT (NBR 15509:2007 e NBR 15286) somado com pesquisa em loco para a escolha das trilhas e elaboração dos circuitos. Para isso será necessário a implantação de sinalização nas trilhas de acesso ao parque e dentro do parque, um mapa onde informe quais as trilhas que serão disponibilizadas ao cicloturismo, divulgação e internet e folder para praticantes, um sistema de controle que registre a fluência de turistas, elaborar material de educação ambiental para utilização no caso de visitas de grupos e capacitação dos guias para a condução de cicloturistas. O resultado esperado é tornar viável a prática do cicloturismo no PEMD oferecendo mais uma opção de ecoturismo para a UC, divulgar essa modalidade de esporte na região e trabalhar a consciência ecológica dos visitantes e dos locais disponibilizando mais uma forma de conhecer a região.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Manejo e Cicloturismo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSERVAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL EM ITANHAÉM (SP)

Camila Welch Costa; Tábata Larissa Gialorenço; Rebeca Helena Sauretti

Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: camilawelch@hotmail.com

Cidade rica em Mata Atlântica e com uma área de 27 km de praias exuberantes, Itanhaém é a segunda cidade brasileira mais antiga, localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, possui uma extensa área de atrativos turísticos não explorados. Os turistas na sua quase totalidade procuram Itanhaém como destino turístico pelos atrativos naturais que a cidade oferece; porém não há um planejamento adequado para o uso desses recursos. Assim o Ecoturismo sendo um segmento da área do Turismo, que cresce consideravelmente, é fundamental para o desenvolvimento do município. A implantação deste setor é uma forma de atrair os turistas para a cidade de Itanhaém, e utilizar a riquíssima área de Mata Atlântica não explorada segundo os preceitos sustentáveis do ecoturismo, pois sem o cuidado necessário pode haver um esgotamento do atrativo turístico. Realizar um trabalho de sensibilização com os turistas e autóctones é a forma mais eficaz de se promover uma atividade que almeje a sustentabilidade. Trilhas moldadas de forma a utilizar a Educação Ambiental, que acarretam num maior interesse dos turistas pelas tribos indígenas locais – a mais conhecida é a tribo do Rio Branco - são meios de se aproveitar os recursos da região sem deixar de lado a rica cultura existente. A ONG Ecosurfi - Entidade Ecológica dos Surfistas realiza um trabalho de educação ambiental em toda a Baixada Santista, especialmente em Itanhaém. Sua finalidade é sensibilizar os moradores locais e turistas da importância de se manter os principais atrativos turísticos da cidade em condições adequadas. Idealizada por surfistas, em defesa do meio ambiente e da sustentabilidade planetária, a ONG age em eventos com parcerias públicas e privadas, campanhas educativas e em mobilizações populares. O grande propósito da entidade é usar o surf sustentável como atrativo, e também como forma de atrair maior fluxo de turistas dispostos a usufruírem de um recurso natural visando sua preservação. A atividade turística pressupõe de um desenvolvimento local, econômico, social, cultural e ambiental, isso se esta for desenvolvida através de um planejamento contínuo e adequada para determinada localidade. Uma possibilidade para o turismo sustentável é a qualificação da própria população local, introduzindo-a na atividade turística de forma participativa, e para que isso ocorra, os indivíduos dessa sociedade devem estar sensibilizados com a importância dos atrativos como potenciais de desenvolvimento econômico. Assim ao invés de aculturação da comunidade local, os turistas devem resultar na integração de valores para com os caiçaras.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Itanhaém.

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL PARA HOTÉIS E DESTINOS ECOTURÍSTICOS

Jomane Casagrande; Leodimila Valente; Maria Lucinéa da S. Carneiro

Centro Universitário UMA.

E-mail: jomane@yahoo.com.br

Este trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória onde foi utilizado como procedimento para coleta de dados um levantamento bibliográfico e documental, objetivando investigar a adoção de sistemas de gestão ambiental e o desenvolvimento de programas de certificação dos destinos ecoturísticos incluindo hotéis e cidades. A pesquisa visa trazer uma reflexão sobre a importância das certificações ambientais como fator de diferencial para escolha de um destino turístico, que inclui tanto localidades como também a rede de hospedagem, bem como a preocupação do meio onde os hotéis ou roteiros estão inseridos. Também, é apresentado no trabalho os fatores de sustentabilidade e interação do turismo com as comunidades.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental; Sustentabilidade; Certificação Ambiental.

DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE SANTA MARIA MADALENA COM BASE NA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO

Paulo Victor Pinto Rodriguez Rivera; Roberta de Sousa Ramalho; Bruna Lourenço Ribeiro; Camila Cabral de Castro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

E-mail: pauloriver@hotmail.com

O município de Santa Maria Madalena, dotado de atrativos turísticos naturais capazes de atender a multiplicidade das novas dinâmicas turísticas, pode servir como base no norte do Estado do Rio de Janeiro para o desenvolvimento do ecoturismo, notadamente os segmentos da contemplação e observação. Uma vez que, as práticas do ecoturismo apontadas com adequadas a esse município, de relevo montanhoso e rios encachoeirados, se apóiam fundamentalmente na paisagem, desenvolveu-se o diagnóstico da percepção ambiental da população local visando-se apontar prioridades em projetos para promoção, estímulo e desenvolvimento do ecoturismo. O diagnóstico evidenciou as interações da população com as paisagens e com as atividades turísticas já vigentes no município. Tal fato ficou destacado com os resultados obtidos onde 32% da população percebem como elemento atrativo turístico a igreja matriz, a praça e o centro da cidade, contra outros 51% que destacam as cachoeiras, o relevo e as matas que fortemente marcam a paisagem local. Esses, entre outros dados, foram obtidos a partir de entrevistas semi-estruturadas e inventário de paisagem registrado por fotografias digitais. Sob essa perspectiva espera-se que o estímulo às atividades turísticas sustentáveis minimize impactos ecológicos e sociais, além de promoverem a dinamização econômica e ambiental local, bem como um maior envolvimento comunitário. Importa destacar que o Município abriga a sede do Parque Estadual do Desengano, um dos maiores fragmentos contínuos de mata atlântica preservada do Rio de Janeiro e esse fato apareceu em apenas 2% das respostas. Entretanto, observa-se que as secretarias municipais, bem como organizações e investidores privados não terão restrições da comunidade local para promoverem o ecoturismo no município de Santa Maria Madalena devido à percepção que a população tem de seu patrimônio natural e seu potencial como atrativo turístico.

Palavras-Chave: Turismo Sustentável; Percepção Ambiental; Envolvimento Comunitário.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO: LEGISLAÇÃO QUE REGULA A ATIVIDADE

Ludmilla Felisberto; Mariana Marques de Lima; Pollyana Christina Cota Peret

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: lud_felisberto@hotmail.com

Em 1985 surgiu oficialmente o nome “ecoturismo” e desde então esse segmento vem crescendo consideravelmente em todo o país. Segundo a Organização Mundial do Turismo, enquanto o turismo cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo cresce mais de 20% e estima-se ainda que mais de meio milhão de pessoas pratiquem a atividade no país, que deve empregar cerca de 30 mil pessoas, através de, no mínimo, 5 mil instituições privadas. Embora toda localidade se sinta nas condições de implementar sozinha alguma atividade turística somente com planejamento e gestão é possível desenvolver o turismo em uma região, principalmente se tratando do ecoturismo cuja definição, segundo a EMBRATUR(Instituto Brasileiro de Turismo), pode ser resumida como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. Mas como saber se um destino está realmente oferecendo o ecoturismo? Quais são as leis e normas que determinam que um local está apto a oferecer esse tipo de atividade? O presente estudo buscou, por meio de pesquisa bibliográfica, levantar informações acerca da legislação vigente no Brasil e no Estado de Minas Gerais que tratam do meio ambiente e do ecoturismo especificamente. Compreender o que é ou não permitido no meio ambiente e conhecer as normas e diretrizes para a implantação do ecoturismo é uma importante ferramenta para realizar um planejamento e uma gestão adequada das áreas destinadas a essa segmentação. Ao fim do estudo será possível compreender se a legislação vigente atende ou não as necessidades da prática do ecoturismo, analisando ainda se essas normas caminham para o que se chama desenvolvimento sustentável, uma prática que propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Planejamento; Legislação.

TURISMO DE BASE LOCAL: UMA REALIDADE OU UMA UTOPIA

***Fransisco Fransualdo de Azevedo; Luiza Márcia Tavares do Nascimento;
Maria Lucia Bastos Alves; Raquel Fernandes de Macedo; Viviane Costa
Fonseca de Almeida Medeiros***

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: ffazevedo@gmail.com

O presente artigo trata de um ensaio teórico conceitual focalizado nas relações do ecoturismo com o processo de globalização e as contradições que envolvem crescimento econômico e desenvolvimento. Nos procedimentos metodológicos levantou-se a seguinte hipótese: o turismo de base local ou comunitário centrado no ecoturismo é um aliado do processo de construção do desenvolvimento das populações autóctones. Para tanto trabalhou-se questões que envolvem o turismo como atividade econômica, e também as contribuições do turismo comunitário ligado as práticas ecológicas para com o processo de intitulação socioeconômica das populações nativas. Nesse sentido o presente estudo aborda questões sobre o ecoturismo de base local, questionando o imperativo do desenvolvimento na formação do bem estar dos seres humanos, bem como observando as perspectivas que envolvem o ecoturismo e o turismo de base local ou comunitário. Assim sendo foi trabalhado um enfoque que considera o turismo de base local a saída mais plausível para que as comunidades locais tenham participação nos benéficos advindos do turismo, bem como, considerando que por meio do ecoturismo pode-se alcançar a conservação do meio natural.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local; Globalização. Ecoturismo.

ANÁLISE SWOT APLICADA À VISITAÇÃO DA GRUTA DA LAPINHA – PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO (MG)

Renan Marcheto; Gabriela de Azevedo Pinto Rocha; Bruno Pereira Bedim

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: renan.marcheto@gmail.com

O artigo aborda a estrutura turística da Gruta da Lapinha, localizada no Parque Estadual do Sumidouro, dentro da região arqueológica de Lagoa Santa. Essa região compõe o circuito das Grutas, apresentando um grande potencial turístico que pode ser atribuído ao amplo Patrimônio Arqueológico, Paleontológico e Espeleológico da região Carste. Sua proximidade à capital mineira também contribui para o grande fluxo de turistas na região. A Gruta da Lapinha atualmente é gerenciada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e foi descoberta em meados de 1835, pelo cientista Peter Lund. O cientista explorou mais de 200 cavernas na região Carste de Lagoa Santa, descrevendo cerca de 115 espécies de animais. Em 1843, Lund encontrou na região vestígios de homens pré-históricos, cujos estudos definiram posteriormente, as características daquele grupo humano que se tornaria conhecido como o homem de Lagoa Santa. Foi realizado um trabalho de campo entre os dias 27 e 28 de maio de 2009. Foram recolhidos dados na observação dos atrativos visitados, bem como o aproveitamento das informações fornecidas pelo guia do local durante o trajeto. Além disso, registrou-se aspectos da infra-estrutura dos atrativos em mídias digitais, para posterior análise. Pesquisas bibliográficas complementaram a observação. Tais dados foram utilizados posteriormente para a realização da análise SWOT, que consiste em analisar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de determinado objeto de estudo. Sua metodologia consiste em técnicas de análise, e previsão de cenários, comumente utilizada em empresas. No entanto, essa técnica vem sendo aproveitada também como ferramenta para estabelecer o nível de desenvolvimento turístico em que se encontram as localidades e os atrativos turísticos, analisando suas características internas e externas. Dessa forma, durante a pesquisa, analisou-se os procedimentos metodológicos e práticos de visitação, bem como infra-estrutura de acesso, aspectos de segurança, sinalização, história do local, entre outros. Esses dados foram analisados e posteriormente compuseram a análise SWOT.

Palavras-Chave: Espeleoturismo; Parque Estadual do Sumidouro; Análise SWOT.

TURISMO E SUBVERSÃO HISTÓRICA DO ENTORNO RURAL DE PARQUES NACIONAIS: REVISITANDO AS POPULAÇÕES CAMPONESAS DAS ZONAS DE AMORTECIMENTO

Bruno Pereira Bedim

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: brunobedim@yahoo.com.br

A demarcação jurídica de porções territoriais rurais enquanto Parques nacionais e seu subsequente uso turístico potencialmente desestruturam a prática cotidiana de relações socioculturais diferenciadas, de acordo com os diferentes usos, costumes e tradições que muitos camponeses têm de tais áreas. A discussão apresentada se baseia nos resultados preliminares da tese de doutoramento desenvolvida pelo autor. Foram levantados os casos de oito Parques de Minas Gerais (PARNA'S Caparaó, Serra da Canastra e Serra do Cipó; Parques Estaduais: Ibitipoca, Rio Preto, Serra do Brigadeiro, Pico do Itambé e Biribiri/MG), e ainda, Reserva Ecológica do Juatinga/RJ). Efetuou-se trabalhos de campo em alguns desses parques e revisões bibliográficas envolvendo estudos pretéritos realizados sobre os mesmos. O interesse em focar o estudo nesse tema surgiu com a necessidade de se conhecer melhor a relação entre o uso turístico de áreas protegidas, o processo de transformação dos territórios rurais adjacentes a essas áreas e suas respectivas interfaces com as populações camponesas das zonas de amortecimento. O que se assiste, a partir da criação de parques e reservas, é uma ressignificação de suas paisagens e de suas áreas limítrofes, em que novos valores estéticos insurgem em detrimento dos usos agrícolas até então dominantes. Na sequência, não raro assiste-se à crescente valorização de terras e aos emergentes mecanismos de especulação fundiária que circundam tais áreas, submetendo assim o valor de uso aos termos da troca. O não planejamento territorial do entorno dos parques é o motivo pelo qual as populações locais são duplamente afetadas, atualmente. De pronto, sofrem os processos diretos decorrentes da implantação dos parques e reservas (desapropriação, restrições punitivas no uso do solo, etc.). Num segundo momento, são vítimas de processos indiretos – como a chegada de novos atores sociais e a subsequente especulação imobiliária deflagrada nos entornos, a qual envolve a expropriação de muitos agricultores que não vêem outra alternativa senão vender suas terras. Ao intervir direta ou indiretamente nas dinâmicas socioambientais das zonas de amortecimento, os Parques representam muito mais do que simples categorias jurídicas de organização espacial – sendo necessário olhar para além de suas fronteiras. Compreender os processos socioculturais desencadeados pelo turismo em espaços limítrofes às áreas naturais protegidas equivale a reconhecê-las como fenômeno de cultura, fenômeno com espírito social, cujo viés ambiental e econômico são tão importantes quanto os demais – e cuja vertente funcional tende a transformar as suas adjacências em territórios de lazer socialmente construídos.

Palavras-Chave: Turismo; Campesinato; Parques Nacionais.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA VISITAÇÃO PÚBLICA NO PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI (MG)

Bruno Pereira Bedim; Fahrenheit Barbosa Amarante; Tatiana Corres Vidal

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: brunobedim@yahoo.com.br

O artigo aborda a trajetória dos programas de visitação pública do Parque Estadual do Itacolomi, tendo em vista os modelos de gestão compartilhada implantados a partir de 2004. Este Parque Estadual é uma importante Unidade de Conservação do Estado de Minas Gerais, cuja administração é de responsabilidade do IEF – Instituto Estadual de Florestas. Criado pela Lei Estadual nº 4.493 de 14 de junho de 1967, o parque possui uma área de 7.543 ha, abrangendo a maior parte da Serra do Itacolomi, a qual é um dos componentes do limite sul da mais antiga formação geológica do Brasil – a Cadeia do Espinhaço. O ponto culminante do parque é o Pico do Itacolomi, com 1772 m de altitude, que serviu de referencial geográfico para os primeiros bandeirantes paulistas que chegaram às regiões auríferas no final do século XVII. Localizado a 100 km de Belo Horizonte, o parque integra a chamada Região dos Inconfidentes, e está entre os municípios de Ouro Preto e Mariana (MG), compondo o entorno dessas duas cidades históricas, monumentos mundial e nacional, respectivamente. Tal posição privilegiada aliada à existência de monumentos históricos em seu território conferem ao Itacolomi um considerável valor cultural e turístico. Além disso, a ocorrência de ecossistemas típicos deste trecho da Serra do Espinhaço – um bioma de transição entre a mata atlântica e o cerrado que abriga espécies raras da fauna e flora – marcam sua importância ecológica (IEF, 1993, p. 01). A primeira gestão do Parque Estadual do Itacolomi era compartilhada entre IEF e FEOP – Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto, e baseava-se no escopo do programa denominado Protur-Peit – Programa de Turismo do Parque Estadual do Itacolomi. De caráter pioneiro entre os parques estaduais de Minas, tal modelo de gestão compartilhada propiciou a abertura do Itacolomi à visitação pública, em 30 de abril de 2004. Subseqüentes a esse modelo, foram implementadas, até 2008, estruturas organizacionais de gestão, porém, sem alcançar os resultados esperados pelos órgãos gestores. No ano de 2009 a ADOP – Associação de Desenvolvimento de Ouro Preto – assumiu a parte operacional da gestão da visitação no parque, dando continuidade ao modelo supracitado. A partir do momento que tais mecanismos de gestão compartilhada são conhecidos e estudados, torna-se possível formatar instrumentos de planejamento que subsidiem a melhoria desses modelos de gestão, compreendendo-os e transformando-os no sentido de sua humanização.

Palavras-Chave: Parque Itacolomi; Políticas de Gestão; Visitação Pública.

EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DO PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI: ANÁLISE DOS ATRATIVOS CONSTRUÍDOS

Caiki Flaeschen de Campos; Tatiana Corrêa Vidal; Bruno Pereira Bedim

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: brunobedim@yahoo.com.br

Este artigo consiste em uma pesquisa descritiva baseada no estudo de caso da oferta turística do Parque Estadual do Itacolomi. Em termos metodológicos, adota-se o modelo de diagnóstico da EplerWood International (2007), articulando-o à proposta do inventário do MTUR – Ministério do Turismo. Em tempo, o Ecoturismo é o segmento do turismo que apresenta o maior crescimento nos últimos tempos, aumentando assim a demanda por destinos que contemplem áreas naturais protegidas. A prática do ecoturismo engloba diferentes tipos de atrativos – e dentre eles estão os atrativos construídos. De acordo com Goeldner *et al.* (2002), o atrativo construído corresponde a toda construção desenvolvida (todo tipo de instalação) subterrânea ou superficial com perspectiva de longo prazo. Já a superestrutura turística, por sua vez, abrange todas as estruturas de apoio à visitação (hospitais, ruas, rodovias, ônibus, etc.) que facilitem o acesso. Nos atrativos construídos do Parque Estadual do Itacolomi foram levantados dados empíricos sobre a superestrutura turística e sobre os componentes operacionais do Parque, a partir da metodologia de inventário que consistiu na categorização dos meios de hospedagem (área de camping e alojamentos), alimentos e bebidas, eventos, serviços, transportes, edificações, instalações e atrativos culturais.

Palavras-Chave: Equipamentos Turísticos; Atrativos Construídos; Parque Itacolomi.

GIS-WEB APLICADO AO MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O MAPEAMENTO ECOTURÍSTICO DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (PEPB-RJ).

Vancler de Assis; Vivian C. da Costa; Jean de C. Silva; Lucas M. de A. G. Correia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: vanclerssss@gmail.com

O objetivo da presente pesquisa é desenvolver mecanismos de análise geográfica no sentido de divulgar digitalmente, através da internet, os principais atrativos e atividades ecoturísticas, tomando como área piloto a segunda maior unidade de conservação do município do Rio de Janeiro – o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), localizado na zona oeste da cidade – e o recém formado Parque Natural Municipal do Curió (PNMC, 2002), localizado em Paracambi (RJ). Um dos enfoques metodológicos principais do projeto é realizar mapeamento através de ferramentas de GIS-WEB que possibilitarão a disseminação do Banco de Dados Geográfico (BDG) da referida unidade de conservação, utilizando para tal as geotecnologias recentemente disponíveis tanto através de softwares comerciais como os não comerciais ou de acesso livre (OpenGIS). O projeto está sendo desenvolvido nas seguintes etapas: a) Etapa 1 – Levantamento bibliográfico, das bases digitais cartográficas e imagens de satélite do PEPB (COSTA, 2002 e 2006; IPP, 2003) e do PNMC. b) Etapa 2 - Criação de mapas para a Web com uso SIG comercial (ArcGis), do Global Mapper e livres (Alov Map, Open Jump, Map Server/I3Geo) e divulgação através do site Guia Digital: <http://www.guiadigital.infotrilhas.com> e do Wikiloc/Google Earth. c) Etapa 3 – Aferição de dados cartográficos através de trabalho de campo (Utilização de equipamentos e GPS para marcação dos pontos de atrativos e áreas impactadas a serem manejadas). Como resultados foram obtidas informações dos atrativos ecoturísticos das trilhas do Camorim (subsede) e do Rio Grande (sede). Nossos resultados demonstram uma maior facilidade na utilização de mapas veiculados através de SIG-WEB utilizando a plataforma do Wikiloc/Google Earth, por este ser de maior interação com os usuários da internet. Contudo, novos testes estão em fase inicial de realização através do Map Server/I3Geo para que os gestores do PEPB e do PNMC possam usar, de forma plena e mais detalhada, o BDG em GIS-WEB não comercial como subsídio ao planejamento e manejo das atividades ecoturística nesta UC.

Palavras-Chave: UCs; BDG; GIS-WEB.



ESTUDO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE TURISMO: ANÁLISE DO VALOR POTENCIAL DOS ATRATIVOS NATURAIS

Carine Moreira; Glaucy Tugumia; Grislayne Guedes; Luca Reuben; Thalita Lima

Universidade de São Paulo.

E-mail: gris-guedes@uol.com.br

O presente trabalho está sendo desenvolvido pelos alunos do 4º ano do curso de Turismo da ECA, como atividade curricular da disciplina de Planejamento e Organização do Turismo (POT), da Universidade de São Paulo. A proposta é desenvolver o Plano Diretor de Turismo de Municípios que apresentem um grande potencial turístico em diversos segmentos, contribuindo para o desenvolvimento turístico das localidades, apoiados pelos atores locais. Este grupo selecionou o município de Descalvado, localizado no interior do Estado de São Paulo, próximo aos Municípios de Santa Rita do Passa Quatro, Porto Ferreira, São Carlos e Analândia, como objeto de estudo, com ênfase na busca, observação e análise dos atrativos naturais existentes. O local não apresenta atividade turística consolidada, pois é uma região com grandes fazendas e atividade econômica ligada ao cultivo de produtos agropecuários. E apesar destas atividades econômicas, ressalta-se a importância do estudo dos atrativos naturais e do futuro desenvolvimento de atividades turísticas, devido ao fato de que 50% do município está dentro dos limites traçados pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Descalvado, definida pelas bacias do Rio Ribeirão do Pântano e Rio Mogi-Guaçu. Esta que é uma Unidade de Conservação que não atinge a área urbana e região onde estão localizadas as indústrias, serve como protetora dos recursos naturais e qualidade da água; local ideal para a prática de ecoturismo possui vários elementos paisagísticos ainda não conhecidos pelos visitantes. Refletindo sobre como deverá ser o aproveitamento do local para o turismo, buscou-se por meio de pesquisa bibliográfica de dados secundários conhecer o Município e por meio de pesquisas de campo, ainda em andamento, levantar informações para o desenvolvimento do inventário da oferta turística. Neste caso, constatou-se a real importância do mapeamento da região para a criação de roteiros e facilidades de sinalização para acesso aos atrativos. A não existência de mapas atualizados e dificuldade de contato com moradores das áreas rurais são problemas que dificultam o trabalho levado a campo. Portanto, verificou-se que a região possui uma vasta área com a presença de elementos propícios ao aproveitamento turístico e alguns atrativos naturais encontrados foram selecionados como pólos de atração de demanda futura, tais como o Morro do Descalvado, o Salto do Pântano, o Rio Mogi-Guaçu, a cachoeira da Bocaina, a cachoeira do Índio, entre outros. Após os trabalhos levados a campo no momento, serão diagnosticados às necessidades, realizados encontros com a comunidade e o governo local para que o cenário futuro seja definido e as estratégias de ação sejam priorizadas. Desta forma, serão fornecidas as diretrizes básicas para o desenvolvimento sustentável das atividades, principalmente atividades de ecoturismo no Município integrado à região.

Palavras-Chave: Planejamento; Atrativos Naturais; Turismo.

ECOTURISMO COMO FERRAMENTA PARA A CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES DA FAUNA

Letícia Vieira; Sérgio Domingos de Oliveira

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Experimental de Rosana.

E-mail: leticia@rosana.unesp.br

Biologia da conservação e Ecoturismo são áreas acadêmicas em plena expansão, com intenções claramente distintas, mas viavelmente complementares. Na biologia da conservação procura-se entender os efeitos da atividade humana sobre espécies, comunidades, ecossistemas e, desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies e reintegrar aquelas ameaçadas ao seu ecossistema original. Já o ecoturismo provê benefícios para a comunidade autóctone, oferece a educação ambiental para o visitante e proporciona suporte financeiro local e muitas vezes internacional para as áreas protegidas ao utilizar como atrativo os recursos naturais e espécies ameaçadas de extinção. O ecoturismo descrito desta forma pode ser considerado uma importante atividade para o desenvolvimento do setor socioeconômico e proteção ambiental de uma região. Entretanto, o ecoturismo pode contribuir efetivamente para a conservação de espécies ou é somente empregado como marketing turístico? De fato a educação ambiental e a sensibilização acerca da importância dos recursos naturais auxiliam para que esta atividade promova a conservação de espécies. Mas para isto é necessário que empresários que utilizam a biodiversidade como atrativo economicamente comercializável atuem com responsabilidade, visando a conservação da biodiversidade e não somente a geração de lucro imediato proveniente de atividades turísticas exploratórias. Existe um grande número de autores que sugerem que os impactos negativos do ecoturismo sobre áreas naturais são maiores que os positivos. Outros tantos descrevem e defendem os inúmeros benefícios desta atividade para a conservação. Embora existam argumentos fortes para os impactos positivos e negativos, o ecoturismo voltado para a conservação da fauna, deve ser pautado primeiramente nas bases da sustentabilidade. Desta forma, a atividade não deve colocar uma área ou uma espécie em risco em um futuro previsível. A estimativa de impacto desta prática sobre a fauna e recursos deve ser prevista para que os efeitos esperados sejam os impactos positivos, ao prover um incentivo econômico indireto para a comunidade local, diminuindo a pressão exploratória sobre as espécies e assim contribuindo para a proteção efetiva da fauna. Um projeto de ecoturismo que pode ser considerado sustentável quando modifica minimamente o comportamento de uma espécie, não havendo interferência no seu ciclo reprodutivo ou sobrevivência. Espécies da fauna consideradas bandeiras, carismáticas e/ou espécies símbolo de campanhas conservacionistas são o maior meio de divulgação dos programas de conservação da biodiversidade, portanto o sucesso de um projeto de ecoturismo pode também agregar a fauna local ameaçada ou carismática como atrativo, desde que sejam atendidas as necessidades reais para sua proteção.

Palavras-Chave: Conservação da Biodiversidade; Espécies Bandeira; Turismo Sustentável.



ANÁLISE DAS EXIGÊNCIAS IMPOSTAS PELA ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS ARGENTINOS, ÀS AGÊNCIAS QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES TURÍSTICO-RECREATIVAS DENTRO DOS PARQUES: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA DE VIAGENS E TURISMO QUEHUMANQUE E O PARQUE NACIONAL LOS ALERCES, LOCALIZADO NA PROVÍNCIA DE CHUBUT, PATAGÔNIA ARGENTINA.

Winni Corrêa Galvão do Rio Apa

Faculdades Integradas ASSESC

E-mail: wirioapa@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar as exigências impostas pela Administração de Parques Nacionais Argentinos, às agências que desenvolvem atividades turístico-recreativas dentro dos Parques, considerando as atividades desenvolvidas pela Empresa de Viajes y Turismo Quehumanque dentro do Parque Nacionais Los Alerces. A metodologia empregada foi o estudo de caso. O trabalho foi desenvolvido em três etapas. A primeira apresenta o tema a partir da revisão teórica, elaborado com a leitura e exploração de revistas, pesquisas na internet, consulta de livros e outras fontes primárias e secundárias, que objetivou criar uma base conceitual para a análise do estudo de caso. A segunda é a caracterização do Parque e sua legislação vigente, e a última apresenta uma análise sobre a legislação apresentada, tendo objetivo verificar se estas exigências são condizentes com as necessidades e interesses dos atores envolvidos (Parque, Empresas de Turismo e comunidade local).

Palavras-Chave: Turismo; Parques Nacionais Argentinos; Agências de Viagens e Turismo.

ECOTURISMO NA COMUNIDADE INDÍGENA DO BANANAL (RR): ENTRAVES E POSSIBILIDADES PARA A AUTOGESTÃO

Jordana de Souza Cavalcante; Venina dos Santos; Eweline Monteiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
E-mail: veninasantos@hotmail.com

A maioria das comunidades indígenas do Estado de Roraima possui atrativos naturais que podem concorrer para a implantação do Ecoturismo, porém as que estão mais favorecidas com este potencial ecoturístico são comunidades evangélicas, que por esta condição sofrem restrições que impedem a implantação do Ecoturismo. A Comunidade Indígena do Bananal localizada na Reserva Indígena São Marcos, Estado de Roraima, é uma dessas comunidades evangélicas e está interessada em trabalhar com o Ecoturismo devido aos seus atrativos naturais em potencial e pela necessidade de buscar outra fonte de renda que dê à comunidade auto-sustentabilidade. A partir destes interesses demonstrados através de conversas e entrevistas informais com as lideranças e membros da comunidade e por ser esta uma comunidade Evangélica, é que se desenvolveu esta pesquisa com a finalidade de identificar até que ponto a religião pode ser um entrave ou uma possibilidade para a implantação e implementação do Ecoturismo, balizando quais seriam estes entraves e possibilidades; além de desenhar um plano de ações ecoturísticas a ser desenvolvido pela mesma, com a finalidade de sensibilizar a comunidade e suas lideranças para a importância e a necessidade da implementação de medidas e de parcerias com diferentes instituições públicas e privadas para que possam desenvolver a autogestão e a auto-sustentabilidade. A pesquisa foi realizada em três etapas: na primeira tratou-se da religião evangélica na comunidade; na segunda se fez um referencial teórico do Ecoturismo e o levantamento dos recursos e atrativos naturais e culturais da comunidade e finalmente na terceira fase, se desenhou um plano de ações ecoturísticas que poderá auxiliar a comunidade na decisão de implantar ou não o Ecoturismo.

Palavras-Chave: Religiões Evangélicas; Comunidades Indígenas; Ecoturismo.



AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA INFRAESTRUTURA DE USO PÚBLICO PARA ECOTURISMO NO NÚCLEO ENGORDADOR, PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA (SP)

Michelle F. Garcia; Vanesca B. Lima; Juliane Q. Novo; Marcelo T. C. Oliveira

Centro Universitário São Camilo; Ipá Ti-uá Vivência Ambiental; Depto de Geografia/FFLCH - Universidade de São Paulo.

E-mail: mj_garcia2@hotmail.com

O Parque Estadual da Serra da Cantareira (PEC), criado pelo Decreto nº 41.626/63 e da Lei nº 10.228/68, localiza-se entre as coordenadas geográficas 23 21' a 23 27'S e 46 29' a 46 42'W e possui 7.916,52 ha. Trata-se de uma Unidade de Conservação de proteção integral considerada a maior floresta tropical urbana do mundo e que compõe a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo reconhecida pela UNESCO, protege mananciais e remanescentes do ecossistema Mata Atlântica e está inserida na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) composta pelos municípios de São Paulo, Guarulhos, Mairiporã e Caeiras. Apresenta quatro núcleos administrativos e descentralizadores: Pedra Grande, Águas Claras, Cabuçu e Engordador. O trabalho teve por objetivo levantar as condições de infraestrutura para visitantes e conhecer o programa de uso público do núcleo Engordador, a fim de avaliar estes aspectos e sugerir melhorias. Foram realizadas pesquisa bibliográfica e webgráfica, registros fotográficos, visitas diagnósticas e notação de relatos de funcionários deste núcleo localizado na zona norte do município de São Paulo. Observou-se que o núcleo apresenta infra-estrutura de instalações adequada para receber e atender aos visitantes, como estacionamento, centro de visitantes, auditório, sanitários, museu, playground, área de piquenique, trilhas bem sinalizadas, bancos e lixeiras para coleta seletiva. A localização dessas instalações é estratégica e encontram-se próximos a entrada do parque, interligadas por várias vias de fácil acesso bem sinalizadas com placas indicativas, explicativas e restritivas. Na portaria e bilheteria, o visitante encontra exposto em diversas placas, o regulamento de visita e mapas das áreas incluindo os equipamentos de apoio ao turista. Um aspecto deficitário identificado foi à falta de recursos humanos, com poucos monitores e educadores ambientais treinados, o número pequeno de vigias tornando ineficiente o atendimento de projetos de educação ambiental. Visitas monitoradas para escolas e pequenos grupos de interesse podem ser agendadas para os dias de semana somente, atendidos por apenas dois monitores voluntários que se revezam. O único projeto de educação ambiental aplicado na área o "criança nas férias" é executado por iniciativa dos funcionários e moradores do entorno. Por meio desta pesquisa considera-se que o núcleo Engordador tem bom potencial para realização de programas de educação ambiental e outras atividades monitoradas como o Ecoturismo, mas para isso deveria haver mais investimento na contratação, capacitação e treinamento de monitores para atender a demanda de visitantes. Os programas de educação ambiental deveriam ter sua oferta ampliada para sensibilizar a comunidade do entorno, os moradores em geral e inserir mais escolas da região para auxiliar na conservação desta área.

Palavras-Chave: Parque Estadual da Serra da Cantareira; Educação Ambiental; Ecoturismo.

ECOLOGIA DE VEGETAÇÃO NO ENTORNO DA TRILHA DA CACHOEIRA FAROFA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA CIPÓ (MG): UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO

Douglas P. Soares; Cinthia Tamara V. Rocha; Máisa de Carvalho; Felipe Guimarães Silva; Débora Majorie Amaral de Melo; Múcio do Amaral Figueiredo

UFMG; UNIBH; UFF; FAPEMIG.

E-mail: douglasecologia@yahoo.com.br

Os parques nacionais devem funcionar como grandes centros de educação ambiental e neste contexto trilhas interpretativas devem ser sempre planejadas no sentido de facilitar a interação homem e meio natural. O próprio plano de manejo já considera que devem ser oferecidos meios para as pessoas que queiram excursionar para os lugares mais remotos de um parque possam assim fazer, mas para cada parque deve fazer um planejamento de trilhas e um sistema de sinalização adequado. No planejamento das trilhas a categorização e classificação das espécies da flora ao longo da trilha aguçam a curiosidade dos excursionistas para a diversidade biológica funcionando como uma importante ferramenta de atração. Neste sentido o objetivo do presente estudo é realizar um estudo fitossociológico e de ecologia de vegetação no entorno da trilha da Cachoeira da Farofa em uma área de cerrado sensu stricto no Parque Nacional da Serra do Cipó-MG sendo elaborado posteriormente um guia para o visitante. Foram amostrados até presente momento 900 espécimes distribuídos em 25 espécies, 31 gêneros e 21 famílias. As famílias com maior número de espécies foram Fabaceae (7) Apocynaceae (3), Asteraceae (3), Vochysiaceae (3), Annonaceae (2), Bignoniaceae (2) e Myrtaceae (2). As espécies que até o presente momento destacaram-se no que se refere às taxas de abundância foram: *Qualea multiflora* (64), *Eugenia dysenterica* (47), *Rapanea guianensis* (46), *Zeyheria digitalis* (38), *Hymenaea stiorcapa* (26), *Annona crassiflora* (19) e *Caryocar brasiliense* (16).

Palavras-Chave: Trilhas Interpretativas; Flora; Ecoturismo.

SENSORIAMENTO REMOTO COMO FERRAMENTA DE APOIO NO GEOPLANEJAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Marcela R. Nunes; Marcelo T. C. de Oliveira; Fernanda M. F. C. da Cruz; Evelynne N. L. Moreira; Heloisa P. S. Borges

Universidade de São Paulo; Rede SIADES; Centro Universitário São Camilo; Ipá Ti-uá Vivência Ambiental; UNESP/Rio Claro.

E-mail: marcelanunes@usp.br

O geoplanojamento considera a territorialidade, a espacialidade dos fenômenos e suas características ambientais no planejamento de determinada área geográfica. O geoprocessamento torna viável o geoplanojamento, pois constitui um conjunto de tecnologias para coleta e tratamento de informações espaciais através de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). SIG é uma ferramenta com recursos para estocagem, gerenciamento, manipulação e análise das informações georreferenciadas, que permite a geração de mapas, relatórios e arquivos digitais. O sensoriamento remoto (SR), uma das técnicas de geoprocessamento, caracteriza-se pelo conjunto de atividades de aquisição e análise de dados obtidos através de sensores remotos. Por permitir uma visão integrada dos diferentes elementos da paisagem, o uso do SR no planejamento turístico em Unidades de Conservação (UC) pode ser estrategicamente aplicado no geoplanojamento. Com base nisso, objetivou-se identificar estudos que corroborassem com o uso efetivo dessa tecnologia como subsídio para a determinação de áreas potenciais para atividades ecoturísticas em UC no Brasil. Para tanto, realizou-se pesquisa em livros, teses, dissertações e artigos científicos. Observou-se que, atualmente, técnicas de geoprocessamento, através de SIG, tornaram-se ferramentas poderosas nos estudos ambientais. São utilizados, de forma crescente, como contribuição para mapeamentos temáticos, diagnósticos ambientais, avaliação de impacto ambiental e ordenamento territorial. No âmbito das UC, a falta de planejamento turístico pode acarretar descaracterização dos aspectos histórico-cultural, natural e ambiental. Neste contexto, a localização de cada atividade a ser desenvolvida deve ser determinada segundo as potencialidades e capacidade de carga do meio. A análise espacial do território contribui de forma significativa nos processos de gestão do uso do solo, criação de planos de manejo e desenvolvimento de atividades ecoturísticas. É desejável, portanto, que o processo de tomada de decisão leve em consideração informações obtidas através do SR, devido ao seu potencial na produção de mapas, avaliação de trilhas para preservação ou minimização de impactos causados pela atividade, e na criação de banco de dados que permitam acompanhar periodicamente as condições locais. Em análise de trilhas, o SR se mostra efetivo também na determinação de graus de dificuldade e horários e períodos do ano mais apropriados para visitaçào. Desta forma, o adequado geoplanojamento, utilizando SR, tem grande importância no fortalecimento da prática do ecoturismo de baixo impacto. A mais, atividades ecoturísticas planejadas adequadamente diminuem os impactos sócio-ambientais, pois contribuem com a sensibilização ambiental e formação de multiplicadores.

Palavras-Chave: Sensoriamento Remoto; Geoplanojamento; Ecoturismo.

CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL

Marcela R. Nunes; Marcelo T. C. de Oliveira; Fernanda M. F. C. da Cruz; Evelynne N. L. Moreira; Heloisa P. S. Borges

Universidade de São Paulo; Rede SIADES; Centro Universitário São Camilo; Ipá Ti-uá Vivência Ambiental; UNESP/Rio Claro.

E-mail: marcelanunes@usp.br

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é um dos instrumentos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que a prevê como uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, de caráter privado, perpétuo e de criação voluntária. A partir do reconhecimento da reserva, o proprietário do imóvel rural possui a vantagem de obter a isenção do Imposto Territorial Rural e de poder realizar um manejo heterogêneo. Dessa forma, podem-se desenvolver, sem obrigatoriedade, atividades que combinem conservação, pesquisa científica, turismo sustentável e educação ambiental. Além disso, para o desenvolvimento de tais ações, uma vez estabelecida a RPPN, o proprietário dispõe do apoio de diferentes fontes, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente, e de instituições, como o Ministério do Meio Ambiente. Com base nos dados mencionados e, aliado ao fato de que o turismo sustentável é o ramo do turismo que mais apresenta crescimento no Brasil, objetivou-se discorrer sobre a importância e a contribuição do ecoturismo para a conservação dos recursos naturais nas RPPNs. Para tanto, além do acesso aos websites governamentais pertinentes ao tema, realizou-se a pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos. O levantamento mostrou que, atualmente, o Brasil possui 856 RPPNs, que ocupam cerca de 6.275,96 km², constituindo mais de 50% das Unidades de Conservação brasileiras. As solicitações para o reconhecimento e regularização dessa categoria têm crescido nos últimos anos e, considerando que grande parte dos ecossistemas brasileiros se encontra em áreas privadas, torna-se primordial o estabelecimento de RPPNs para a conservação da biodiversidade, do solo e dos recursos hídricos. O turismo sustentável apresenta seu foco nos elementos naturais e culturais da região e representa o tipo de atividade mais realizada nas RPPNs, pois, além de permitir o contato humano com os espaços naturais, propiciando a integração entre ecoturismo e educação ambiental, garante ao local a sustentabilidade econômica, fato importante, principalmente, se na área existir população tradicional e/ou residente. A geração de renda por meio das atividades turísticas pode ocorrer também como alternativa econômica aos proprietários que desejam desenvolver negócios sustentáveis ou aos proprietários cujas terras sejam inadequadas ao uso agrícola. Desta forma, o turismo sustentável em RPPNs é uma alternativa extremamente viável, uma vez que pode contribuir com a conservação dos recursos naturais e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade econômica e a valorização sócio-cultural.

Palavras-Chave: RPPN; Manejo e Conservação; Turismo Sustentável.

FORMATAÇÃO DA FAZENDA SERRINHA COMO PRODUTO TURÍSTICO – BRAGANÇA PAULISTA (SP)

Nayra de Moraes Gonçalves; João Luiz Höeffel

Universidade São Francisco.

E-mail: nayragoncalves@gmail.com

Em meio a tantas conseqüências do uso inadequado dos recursos naturais e da falta de planejamento das atividades turísticas, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos e projetos que minimizem tais impactos e que proporcionem ambientes agradáveis àqueles que desejam vivenciar experiências singulares em meio a natureza preservada, porém com infra-estrutura básica apropriada. Desta forma o presente projeto propõe a formatação da Fazenda Serrinha, uma propriedade particular localizada na cidade de Bragança Paulista, com grande beleza cênica e diversos recursos naturais, como produto turístico sustentável. Bragança Paulista localiza-se a 90 Km de São Paulo, estando estrategicamente localizada na região mais desenvolvida do país, no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A Fazenda Serrinha possui uma área de 15 hectares convertidos em RPPN - Reserva Particular de Patrimônio Natural e tem imensa vocação para atividades ecológicas devido à existência de diversos recursos naturais, da biodiversidade dos fragmentos de mata, da escarpa rochosa, que proporciona uma beleza cênica singular, além de se encontrar em uma importante área de mananciais, às margens da represa Jaguary/Jacareí. A vocação natural da área, os equipamentos turísticos existentes no local, compostos por restaurante, alojamento, pousada e ateliê, e as atividades que já são desenvolvidas, como a realização periódica de eventos culturais e artísticos, constituem o potencial turístico da fazenda, que atualmente é subutilizado. As metodologias utilizadas na elaboração deste trabalho foram pesquisas bibliográficas, seguidas por visitas de campo, que possibilitaram a realização de um inventário dos equipamentos e recursos naturais disponíveis, além de pesquisa de demanda real e potencial. De acordo com os dados coletados foram elaboradas propostas para a estrutura física e atividades a serem realizadas. Com relação a estrutura física as medidas sugeridas visam a adequação da fazenda com as necessidades dos turistas, lhes proporcionando maior conforto e segurança. As atividades propostas foram caminhada interpretativa, atividades lúdicas e oficinas de educação ambiental, que serão aplicadas a grupos escolares, empresariais e demais visitantes. Estas atividades terão como objetivo o desenvolvimento de visão crítica através do envolvimento com o meio ambiente e da troca de experiências e reflexões. Desta forma, a formatação da Fazenda Serrinha como produto turístico proporcionará o aproveitamento de seu potencial para consolidação de um instrumento para o fortalecimento da conscientização ambiental e o desenvolvimento do turismo nos moldes da sustentabilidade.

Palavras-Chave: Produto Turístico; Educação Ambiental; Sustentabilidade.



RACIONALIDADES E SENSIBILIDADES: PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TRILHAS INTERPRETATIVAS DE PARANAPIACABA-SANTO ANDRÉ (SP)

Luciana de Oliveira Silva; Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Centro Educacional Leonardo da Vinci; Centro Universitário Fundação Santo André; UNICAMP.

E-mail: luciana_bio@ig.com.br

Este estudo tem por objetivo promover uma análise sobre as trilhas da Vila de Paranapiacaba-Santo André e Santos (SP), propondo estratégias alternativas de educação ambiental visando à formação de monitores ambientais para atuar em atividades ecoturística, tendo como diferencial a relação entre racionalismo científico e abordagens sensibilizadoras e reflexivas. O local escolhido é um patrimônio de grande importância histórico-cultural/ambiental deste modo recebe grande demanda de visitantes. Para atuar na preservação e conservação local estuda-se a possibilidade da sensibilização como meio de interceder na problemática ambiental partindo de um reconhecimento da relação entre o emocional e o racional para uma leitura profunda e crítica do ser humano diante do meio ambiente. Utilizou-se o método de narrativa visual, onde as fotos tiradas durante as atividades serviram para contar o desenvolver da mesma e para um reconhecimento da imagem utilizou-se do imaginário-didático-poético das trilhas criando-se uma cadeia de palavras ligada à temática ambiental, tendo como base o imaginário poético bachelardiano. Foi desenvolvida uma observação direta em campo aplicada com três grupos no local (alunos de turismo e biologia). O primeiro grupo seguiu para observação de uma atividade monitorada para estruturar e planejar a proposta, os demais grupos foram participar da experiência-piloto, desenvolvida através de atividades dinâmicas aplicadas durante o percurso. Nestas atividades os participantes em contato direto com a natureza puderam reconhecê-la através dos sentidos apurando-os para uma observação mais detalhista e apreciativa, em uma leitura poética da vida, buscando conhecer a si, ao outro e reconhecer-se na natureza como parte dela. Para análise das representações sociais foi aplicado um questionário orientado para uma abordagem quantitativa e qualitativa que abrangia diversas questões com relação ao local. Dentre os resultados obtidos notou-se nos envolvidos pontos positivos e negativos com relação à região e sugestões como meio de atuar para melhorias. Concluiu-se que as atividades sensitivas foram significativas, já que o grupo identificou-se com as mesmas, porém levou-se em consideração que as reações assim como a aceitação ou apreciação é um processo individual. Pensando nisso elaboramos atividades distintas, buscando atingir a todos. Assim as atividades apontam para a possibilidade da implantação de uma trilha perceptiva e interpretativa na região, visto que é necessário um planejamento, mapeamento e preparação das mesmas visando a segurança dos envolvidos.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Sensibilização; Trilhas Interpretativas.

PERCEPÇÃO ECOTURÍSTICA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE JAMARAQUÁ NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS/BELTERRA (PA)

Sandra Maria Sousa da Silva; Jackson Fernando Rego; Paulo dos Santos Pires; Júlio César Rodriguez Tello

Universidade Federal do Amazonas; Instituto Esperança de Ensino Superior; UNIVALI.

E-mail: sandra@iespes.edu.br

A comunidade de Jamaraquá localiza-se na margem direita do rio Tapajós, no Oeste do Estado do Pará, município de Belterra, em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável - Floresta Nacional do Tapajós que abrange os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, com uma área de aproximadamente 545.000 ha. Nesta UC podem ser observadas florestas de terra firme, praias, lagos, sítios históricos, campos naturais e tradições culturais. Dentre as comunidades que desenvolvem o ecoturismo na Flona Tapajós, Jamaraquá foi a segunda após Maguari. Este trabalho apresenta dados referentes à percepção ecoturística dos moradores de Jamaraquá. No período de 19 a 21 de julho de 2004 foram aplicados questionários junto aos representantes de 16 famílias, totalizando 27 moradores. Os principais resultados permitiram constatar que 66,7% dos entrevistados não sabiam o que é ecoturismo. Apesar da grande maioria não saber conceituar o que é ecoturismo, há o conhecimento de que são desenvolvidas atividades ecoturísticas na comunidade. Em relação aos turistas visitando a área, 48,2% consideraram-se amigáveis. Com o desenvolvimento do ecoturismo, 96,3% dos entrevistados afirmaram que ocorreram mudanças na comunidade, tais como: mais recursos financeiros, preservação da natureza e limpeza. O ecoturismo, de acordo com os relatos de 92,6%, é um fator importante para o desenvolvimento da comunidade, pois beneficia o local gerando renda, oportuniza novos conhecimentos, oportuniza ao turista conhecer o local e é possível investir em infraestrutura. Quanto aos benefícios percebidos pelos entrevistados, o ecoturismo proporciona novos conhecimentos para os moradores locais, preserva a natureza, movimenta a economia local, melhora a qualidade de vida e gera emprego. Sobre os problemas gerados pela visita de turistas, 40,7% relataram que o ecoturismo não prejudica, pois observavam mais benefícios gerados pela atividade do que problemas. Sobre a questão se o ecoturismo melhorou a sua condição de vida, para 55,6%, não houve melhora, pois não se beneficia diretamente com a atividade, isto é, não ganha renda. Quando questionados sobre se o ecoturismo melhorou as condições de vida da população geral, 96,3% perceberam melhora. A opinião para aumentar a quantidade de pessoas visitando Jamaraquá foi de 77,8%, pois para eles, esse fator ajudaria beneficiar cada família e mais renda à comunidade. A sustentabilidade do ecoturismo em Jamaraquá deve ser o principal objetivo almejado pelos atores envolvidos, através de um processo que assegure um planejamento, uma gestão e um monitoramento de maneira compartilhada e efetiva, onde os benefícios possam ser maximizados a todos da comunidade.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Unidade de Conservação; Comunidade Tradicional.

IMPLANTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TRILHAS NO PARQUE ESTADUAL DO RIO PRETO (MG)

Cecília F. Vilhena; Cristiane Fróes; Benito Drummond

IEF-MG.

E-mail: cecilia.vilhena@meioambiente.mg.gov.br

Criado em 1994, o Parque Estadual do Rio Preto abrange uma área de 12.185ha e possui uma das mais completas infra-estruturas em unidades de conservação de Minas Gerais. A partir de pesquisas realizadas com visitantes, foi identificada a necessidade de oferecer uma diversificação dos atrativos abertos à visitação. Nesse sentido, e com base nas diretrizes propostas no plano de manejo da UC, foi elaborado o Projeto de Implantação de Trilhas do PERP, pioneiro entre as UC's de Minas Gerais, visando a criação de roteiros temáticos contemplando não só a abertura de novas trilhas, como também a interpretação ambiental e proposição de intervenções, estas no intuito de conter processos erosivos e garantir maior conforto e segurança dos visitantes. Foram propostos quatro roteiros temáticos visando despertar a curiosidade dos visitantes sobre os recursos naturais e culturais existentes e aumentar a qualidade da experiência da visitação. O Roteiro Convivência com a Fauna e Flora contempla duas trilhas interpretativas que têm como tema central a fauna e flora do Parque e as interações existentes entre as espécies. São elas, a Trilha do Cerrado e a Trilha das Crianças, esta última com painéis interativos e foco no público infantil. O Roteiro Praias de Rios e Cachoeiras engloba o Circuito das Cachoeiras e a Trilha das Corredeiras. Devido ao alto grau de dificuldade das trilhas foram propostas neste Roteiro apenas intervenções e sinalização indicativa. O Roteiro Pinturas Rupestres propõe a abertura de três sítios arqueológicos dos 32 identificados na UC. Cada um contará com sinalização interpretativa e intervenções como decks e guarda-corpos. Não haverá placas indicativas para este roteiro uma vez que a visitação só será permitida com o acompanhamento de um condutor devidamente qualificado. Por fim, o Roteiro dos Mirantes visa proporcionar visões privilegiadas de diferentes paisagens da UC. Foram identificados cinco mirantes que contarão com placas de interpretação da paisagem abordando aspectos geomorfológicos do local. Intervenções como colocação de corrimão e decks também foram planejados em alguns casos. Com a implantação deste projeto o Parque irá ampliar sua oferta de atrativos garantindo maior permanência e satisfação dos visitantes; minimizar o impacto ambiental negativo causado pelo pisoteio nas trilhas; proporcionar maior conforto e segurança aos visitantes; bem como uma maior vivência do visitante com o meio ambiente e, conseqüentemente, agregar valor à visita. A proposta foi elaborada por uma equipe interdisciplinar do IEF-MG e sua implantação deverá ser iniciada no início de 2010.

Palavras-Chave: Roteiros; Interpretação Ambiental; Unidade de Conservação.

ROTA DO SAL: PROPOSTA DE ROTEIRO TURÍSTICO NA ANTIGA ESTRADA DÓRIA, ENTRE SALESÓPOLIS E SÃO SEBASTIÃO (SP)

Alexandre da Silva; Sidnei Raimundo

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

E-mail: alexandre.lzt@gmail.com

Este trabalho objetiva a proposição de um roteiro turístico, numa antiga estrada do período colonial e imperial, entre os municípios de São Sebastião e Salesópolis, no litoral e reverso da Serra do Mar, no estado de São Paulo. Tratou-se de levantamento vinculado ao programa Ensinar com Pesquisa, da Pró-reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo, pesquisa em nível de iniciação científica. Foram analisados os aspectos naturais, históricos, geográficos e sócio-culturais desta rota comercial - A Rota do Sal, também conhecida como Estrada Dória -, levando em consideração os significados e as características que reúne para se transformar num roteiro turístico. Numa primeira fase realizou-se pesquisa bibliográfica em manuscritos dos séculos XIX e revisão da literatura para uma elaboração conceitual. Usou-se ainda a entrevista com uma empresária e pesquisadora das questões que envolvem a Estrada Dória na região. Na segunda etapa, houve um estudo das possibilidades de implantação da rota, a partir da literatura em turismo na área de planejamento e segmentação de mercado. Percorreu-se também todo o percurso da Estrada da Petrobrás (que utilizou parcialmente o traçado da antiga Estrada Dória), a fim de identificar as potencialidades, além de verificar as características naturais e sócio-culturais presentes, por meio da observação empírica. A partir deste contexto, que envolvia as questões referentes ao uso e importância da estrada junto ao objetivo de remontar essa história, conhecer a importância, utilização e os vínculos que a rota estabelecia, verificou-se que essa fase foi de extrema importância para o embasamento e coesão da proposta da rota. Grande parte do que antes era a Estrada Dória, hoje é a Estrada da Petrobrás, assim como resultado obteve-se também um mapeamento dos principais atrativos, e a definição de segmentos do turismo que poderiam ser trabalhados ao longo da rota. Com base na atividade turística que pode ser ali exercida, é necessário o Planejamento Turístico, como ferramenta para se alcançar a melhor organização deste produto. As bases desse planejamento devem aliar valores de conservação da natureza à valorização sócio-cultural, características importantes na sociedade pós-moderna, nesse momento de busca ou re-encontro com a natureza e a características culturais distintas do mundo urbano. Diante da proposta apresentada, acredita-se que os objetivos propostos foram alcançados, estabelecendo relações com os atrativos presentes e confrontando essa discussão com as possibilidades associadas ao lazer e do turismo, contribuindo bastante para possíveis estudos relacionados à Estrada Dória e ao turismo na região.

Palavras-Chave: Planejamento Turístico; Roteiro Turístico; Estrada Dória.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO PLANEJAMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SALESÓPOLIS (SP)

Alexandre da Silva

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

E-mail: alexandre.lzt@gmail.com

Salesópolis é um município da região metropolitana de São Paulo, conhecido por abrigar atrativos de cunho natural, com destaque para a nascente do Rio Tietê. Partindo disto, observa-se sua especial posição no que tange ao turismo, principalmente regional, relacionado à áreas protegidas ou de temática ambiental. A atividade turística identificada em Salesópolis tem raízes fortemente ligadas ao meio ambiente, sendo o segmento eco-pedagógico um dos principais destaques do município. A atuação governamental na preservação de algumas áreas como o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Estadual das Nascentes do Rio Tietê propiciou o interesse e o desenvolvimento turístico na região. O fato da cidade ser protegida pela Lei de Proteção aos Mananciais teve como consequência uma regulação do uso do solo com grandes restrições, o que também acabou por constituir outro elemento de atração turística. Este município possui, ainda, desde 2001, o título de Estância Turística, o que traz à cidade verba direcionada à ações no campo do turismo, com foco na infra-estrutura. No intuito de organizar e regular de forma sustentável a atividade turística em Salesópolis e no seu entorno foi aprovada a lei nº 1.369, de 07 de abril de 2.003, que trabalha claramente com a noção de capacidade de carga da localidade, pois limita e condiciona a entrada de turistas na cidade, fato que permeia as atividades das agências e dos guias de turismo locais. Foi constituído um Fundo de Turismo no município. Estas características peculiares favorecem um estudo das políticas públicas que norteiam o turismo que o município desenvolve, inclusive no que tange a possíveis impactos da atividade turística e as ações de sustentabilidade evidenciadas na legislação de proteção e controle do meio ambiente, a exemplo da estabelecida pelo município, com a idéia de que, desta forma, é possível haver um desenvolvimento racional e responsável e que esta responsabilidade deve ser compartilhada entre o Poder Público, o setor privado e a sociedade civil.

Palavras-Chave: Planejamento Turístico; Políticas Públicas; Lei de Turismo.

ECODESENVOLVIMENTO: UMA NOVA VERTENTE PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO

Lana Camila Ferreira Pinheiro

Universidade Federal do Pará.
E-mail: lanacamila@gmail.com

Seja há nível global ou mesmo nacional, os ditos conceitos convencionais de desenvolvimento que são pautados na iniquidade e na ideologia de um crescimento fortuitamente ilimitado e que foram adotados pelos governos capitalistas, causaram grandes repercussões. A luta desenfreada por retorno financeiro desencadeou um forte processo de degradação do meio ambiente e do seu ecossistema levando à redução considerável dos recursos naturais, além dos graves impactos gerados na população mundial, como: fome, miséria e desigualdade social. Mediante a este complexo contexto socioambiental, torna-se altamente relevante o desenvolvimento de ações que não necessariamente eduquem, uma vez que educação é um processo contínuo e grande parte deste é construído no ambiente familiar, mas que sensibilizem o indivíduo quanto a importância da relação homem-homem e como esta pode modificar a relação homem-natureza. A partir dessa necessidade de sensibilização totalmente perceptível em sociedades do mundo inteiro, destaca-se a importância do planejamento e da gestão de uma localidade e mais ainda a inserção do conceito de ecodesenvolvimento nas estratégias a serem adotadas para efetivação do crescimento e desenvolvimento local. Frente a este processo, encontram-se atores sociais de relevante importância, os planejadores e gestores. Estes que incumbidos de pensarem e efetivarem ações que levem a melhoria da qualidade de vida da população, devem ou pelo menos deveriam levar em conta o desenvolvimento como um processo aberto de criação e preservação da diversidade cultural, o conceito do estilo de vida, a saúde ecológica, os princípios de planejamento participativo, dentre outros. Dentro destas ações, destaca-se a atividade turística e mais especificamente o ecoturismo que já é considerado uma alternativa de desenvolvimento local. Ressalta-se que a estruturação de uma localidade para a implantação de tal atividade gera impactos positivos e negativos. No entanto, quando esta é pautada nos princípios do ecodesenvolvimento, ela pode se tornar um instrumento não apenas de geração de renda, mas de valorização social, cultural e, principalmente, ambiental. Sendo assim, acredita-se que a partir do ecodesenvolvimento, a gestão ecologicamente prudente de uma dada localidade pode ser efetiva, beneficiando com isso a comunidade autóctone, o espaço, o turismo a partir do ecoturismo e o ecoturista.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Ecodesenvolvimento; Ecoturismo.

ARVORISMO: INTERAÇÃO ENTRE ATIVIDADE FÍSICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nélio Soares Machado

Universidade de Brasília.

E-mail: neliobio@unb.br

O arvorismo surgiu nos anos 80 na Costa Rica, onde um grande circuito da floresta equatorial vem ganhando notoriedade mundial. No Brasil, apesar de ainda não tão difundida, a prática dessa modalidade ocorre em diversas cidades. A idéia do arvorismo nasceu da pesquisa do ecossistema das copas das árvores, feita por biólogos especialistas ambientais que adotaram formas e equipamentos para permanecer e se deslocar pelo alto das árvores, evitando as constantes e demoradas subidas e descidas. Posteriormente, cogitou-se praticá-lo como esporte radical, inicialmente na França e Nova Zelândia. Com o passar do tempo, a atividade foi se desenvolvendo, proporcionando aventura aos participantes, além da possibilidade de integração do homem com a natureza. O arvorismo permite a oportunidade de se aventurar e a possibilidade de se explorar um novo ambiente, até então exclusivo de animais que vivem nesse habitat. Portanto, além de proporcionar diversão, trabalhar o equilíbrio e estimular a concentração do participante, a prática do esporte contribui com a preservação ambiental. Por se tratar de modalidade de esporte radical, sua prática propicia fortes emoções. A travessia de uma árvore a outra ocorre através de pontes móveis - chamadas "falsas baianas" - feitas com toras de madeira fortemente atadas a cordas especiais, altamente resistentes. Seus praticantes atravessam o percurso de diferenciadas maneiras, onde a criatividade é o limite da diversão. Contudo, é importante ressaltar que, para garantir a segurança dos praticantes, o esporte deve ser realizado com equipamentos certificados e instrutores qualificados. É recomendado que os adeptos de tal esporte utilizem roupas leves, tênis confortável e protetor solar. O trabalho objetiva despertar a idéia da prática do arvorismo como ferramenta de interação entre atividade física e educação ambiental, uma vez que tal modalidade radical proporciona, simultaneamente, qualidade de vida, descoberta e exploração de ambiente bucólico, sem deixar de lado a expressão da arte e da técnica. Atualmente ainda é modesto o número de circuitos de arvorismo em Parques Ecológicos e Hotéis-Fazendas no turismo rural. Entretanto, o baixo custo de implantação e mão-de-obra é um fator determinante para levar os empresários a vislumbrar rápido retorno de investimento. O campus da Universidade de Brasília, especialmente a região próxima ao Centro Olímpico da UnB – local onde, até 2012 será construído um Centro de Convenções, certamente seria um local perfeito para futuro projeto de implantação da modalidade, o que certamente beneficiaria toda a comunidade acadêmica.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Integração Homem-Natureza; Preservação

SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PARQUES URBANOS: O CASO DO PARQUE SERRA DO CURRAL DE BELO HORIZONTE

Gisele Assis Mafra

Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte.

E-mail: giselemafra@pbh.gov.br

Os parques urbanos são áreas de preservação ambiental que têm como diferencial o objetivo de serem áreas de lazer para os moradores dos centros urbanos e não simplesmente áreas de preservação ambiental. Em Belo Horizonte, há 69 parques municipais, com diferentes especificidades e formas de manejo, geridos pela Fundação de Parques Municipais – FPM. Em 2008, a FPM iniciou a implantação do Parque Serra do Curral. Ocupando uma área de 40 hectares ao longo da Serra do Curral, o parque conta com 10 mirantes para observação da fauna e flora e contemplação da Serra e seu entorno. O plano de manejo ainda está sendo elaborado mas o projeto de sinalização interpretativa já está finalizado e pretende despertar o interesse do visitante sobre recursos ambientais e culturais preservados pelo parque. Para enriquecer a experiência do visitante, em oito mirantes serão implantadas placas que auxiliarão a interpretação do que é avistado daquele ponto, através de fotos panorâmicas e texto. Nessa sinalização serão enfocados elementos com importância histórica e cultural para a cidade e o estado de Minas, tais como a Lagoa da Pampulha, as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, a Serra do Rola-Moça, o Pico do Itabirito e a Avenida Afonso Pena. Também será trabalhada a questão ambiental com a abordagem da biodiversidade local. Junto ao marco de tombamento da serra realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, será, ainda, apresentada a relação da Serra do Curral e a história da cidade. O objetivo do projeto é que os visitantes, além de entenderem a importância de se preservar a Serra do Curral através de um parque, possam admirar a paisagem, identificar locais familiares na massa urbana da RMBH e, dessa forma, se entender como parte dessa realidade, e ainda, através da sinalização interpretativa, se sensibilizar para a importância desses elementos. É uma forma também de estimulá-los a, posteriormente, conhecer mais sobre os locais avistados dos mirantes. A sinalização promoverá um contato dos visitantes com a história, cultura e recursos naturais não só do parque, mas da RMBH, podendo, dessa forma, ser um instrumento de educação patrimonial que desperte nas pessoas o interesse e a preocupação pelo patrimônio local. O presente artigo pretende apresentar o projeto de sinalização criado para o Parque Serra do Curral e discutir como seu conteúdo poderá ser uma ferramenta de educação patrimonial com seus visitantes.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial; Parque Urbano; Sinalização Interpretativa.

PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL: POR UMA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE

Darlyne Fontes Virgínio; Anna Karenina Chaves Delgado; Josemery Araújo Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: darlynefontes@yahoo.com.br

Em função da expansão do turismo como atividade de lazer e liberação do estresse cotidiano das pessoas no momento em que viajam, é necessário observar e acompanhar os avanços econômicos e os benefícios sócio-ambientais desempenhados nesse sistema. Muito se fala de desenvolvimento, crescimento econômico e sustentabilidade, mas até onde o turismo melhora ou contribui para que a prosperidade social seja também alcançada? Será que os inúmeros empregos e renda que gera suprem as carências da população local, além de aliar o uso dos recursos naturais à falta de um planejamento? E, principalmente, será que as empresas do setor turístico encaram todos esses entraves com responsabilidade? A inclusão social e a gestão correta do meio ambiente fazem-se medidas a serem encaradas com urgência pelos diversos atores envolvidos no turismo, através da análise e identificação de ações de responsabilidade sócio-ambiental praticadas pelos empresários da hotelaria situados na Via Costeira de Natal/RN, configurando-se como objetivo desse estudo é que se buscou realizar o trabalho proposto. Que se trata de uma pesquisa de natureza essencialmente qualitativa, a qual contou com a realização de entrevistas junto aos gestores desses empreendimentos. O presente trabalho alcançou os objetivos propostos no que se refere à existência de ações de cunho social e ambiental praticadas em prol da sociedade e do meio; ações essas que mostram e destacam a presença de fatos isolados em cada hotel estudado, mas que somados aos demais, representam muito para o turismo, a sociedade e o meio ambiente, como por exemplo, o aspecto de que todos praticam algum tipo de política ambiental em seu empreendimento e, pelo menos, 70% ajudam alguma instituição social. Acredita-se que a responsabilidade social e ambiental é um conjunto de ações que depende única e exclusivamente da vontade do Governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada em estabelecer ações de cidadania e solidariedade para com os demais, principalmente numa atividade como o turismo que infere relações muito próximas entre as comunidades locais e os turistas, assim como destes com o meio natural, com o intuito de buscar um desenvolvimento mais igual e, portanto, sustentável para a maioria.

Palavras-Chave: Inclusão Social; Meio Ambiente; Turismo.

PROJETO MONITORES MARINHOS (MOMAR)

Flavio Pavan Filho; Hudson Pinheiro

Flamar; Voz da Natureza.

Email: laviodive@terra.com.br

Com o aumento populacional, turístico e econômico pelo litoral brasileiro, cada vez mais é necessária a realização de levantamentos prévios de comunidades biológicas e seus fatores governantes bióticos ou abióticos, também sendo importantes os estudos que auxiliem o entendimento de como os fatores antrópicos podem interferir nas comunidades biológicas. Entretanto identificar os fatores e os problemas causados pelos distúrbios das ações antrópicas nem sempre é possível através de observações diretas, tendo que se realizarem levantamentos da comunidade biológica e estudos de sua dinâmica espacial. A preservação dos ambientes marinhos se torna cada vez mais necessária diante a problemática encontrada em nossos sistemas recifais. O primeiro passo em direção a preservação é o conhecimento acerca do que se pretende preservar. O conhecimento é fundamental para que se estabeleçam ações visando à educação ambiental. Conhecendo os ambientes marinhos é possível levá-lo as populações demonstrando a verdadeira importância ecológica e turística dos oceanos. Iniciativas de monitoramento marinho vem sendo desenvolvidos em projetos como o *Reef Check*, Coral Vivo entre outros buscando a compreensão dos sistemas recifais. O projeto MOMAR – vem como mais uma iniciativa, com o objetivo de aplicar metodologias novas e não destrutivas, buscando formar uma base de dados que auxilie a conservação dos ambientes marinho do estado do Espírito Santo, área de alta prioridade para conservação (MMA), que não conta com iniciativas de monitoramento. O projeto conta com o intuito de estabelecer monitoramento a longo prazo conhecendo e divulgando a realidade de nossos ambientes para a sociedade, fornecendo subsídios aos gestores ambientais para o manejo de sistemas recifais, além de oportunidades de estudos científicos para estudantes e pesquisadores do estado. A divulgação dos resultados acontecerá por meio de cartilhas, palestras em faculdades, escolas, congressos e simpósios além da produção de material para distribuição em escolas da rede público e privada. Os dados servirão também para a produção de material para conscientização dos praticantes de pesca e caça submarina e de mergulho autônomo para um maior conhecimento dos organismos encontrados durante a pratica. As campanhas para a coleta de dados serão realizadas utilizando metodologias de censo visual e de fotoquadrante. Os dados coletados serão colocados em planilha padrão para futuras análises, para confecção de trabalhos científicos e divulgação de dados para a sociedade em geral. A base de dados proporcionara a confecção de guias de identificação de peixes com informações sobre a situação de ameaça (IUCN), informações sobre os grupos tróficos, ecologia e hábito. Além da confecção de guias de bentos separados em grupos, para o aumento da produtividade em campo. A efetivação do projeto MOMAR permitira a criação de um registro oficial da diversidade, criando um inventário marinho. O monitoramento constante de áreas permitira a constatação do estado de conservação e ajudara a garantir a proteção, manutenção e o conhecimento da vida marinha.

Palavras-Chave: Mergulho Autônomo; Técnica Não Destrutiva; Inventário Marinho.

EDUCANDO PARA UMA GESTÃO AMBIENTALMENTE CORRETA

Darlyne Fontes Virginio; Anna Karenina Chaves Delgado; Josemery Araújo Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

darlynefontes@yahoo.com.br

No ambiente urbano, a escola, além de outros meios de comunicação é responsável pela educação do indivíduo e conseqüentemente da sociedade. A população está cada vez mais envolvida com as novas tecnologias e com cenários urbanos, de modo que reflete no ambiente de trabalho dos indivíduos tudo aquilo que ele assimila a sua volta, sejam comportamentos ou atitudes. Estes necessitam ser monitorados e difundidos em prol do bem estar dos demais, adquirindo conhecimentos e agregando valores que definam sua conduta perante a sociedade como cidadão. Assim, a preocupação com o meio ambiente passa a ser enfatizada, esta ilustrada pelas relações estabelecidas do homem com a natureza ao longo dos séculos. Para tanto, é preciso educar os indivíduos de hoje como forma de garantir um futuro melhor. A educação ambiental tem como proposta atingir os cidadãos num processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, sendo a crítica considerada como a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais. No sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida, inclusive nas relações entre empregadores e empregados. O elemento humano é um componente de extrema relevância, porque se alguma coisa sai errada, o bom profissional procura corrigir oferecendo excelência no atendimento, é isso que faz o cliente se sentir valorizado. É sabido que algumas pessoas têm maior facilidade para lidar com situações que envolvam interação, enquanto outras são melhores para práticas operacionais. Qualificar e capacitar pessoas é o que garante um retorno satisfatório para os negócios. Os gestores devem incluir além do processo de educação ambiental, tido como essencial na adoção de ações ambientalmente responsáveis, os seguintes fatores: qualidade nos serviços; treinamento constante para os funcionários; assistência no trabalho e fora dele; promoção de seu crescimento, incentivando-os a trabalharem mais e melhor. Todos esses aspectos aliados a uma gestão eficiente dos gestores de turismo podem garantir um desenvolvimento que percorra os moldes de participação, organização, educação e fortalecimento de pessoas como intermediadoras nesse processo, pois o desenvolvimento sustentado não é centrado na produção, e sim nas pessoas.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Turismo; Qualidade.

ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA ONG "ONDA VERDE", NO BAIRRO DE TINGUÁ / NOVA IGUAÇU (RJ)

Márcia Luiza Figueiredo Machado; Roberta Mariana Ferreira Mori Pinto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: marcialuizafm@terra.com.br

Ecoturismo e Educação Ambiental configuram-se, atualmente, como elementos primordiais para o estabelecimento de uma nova dinâmica ambiental. Neste contexto, o Centro Integrado de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis "Onda Verde", desempenha um papel fundamental no que tange a conservação ambiental de Tinguá, sobretudo, através do incentivo à prática do ecoturismo. Tinguá é um bairro localizado, no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro. O bairro abriga remanescentes de Mata Atlântica, sendo que parte foi transformada na Reserva Biológica Federal do Tinguá e no Parque Municipal de Nova Iguaçu, ocupando ao todo 35% da área total do município. Devido suas características físicas, naturais e também histórias, Tinguá recebe a visita de milhares de turistas por ano, o que pode alterar significativamente o equilíbrio ambiental do bairro, causando impactos negativos, se não houver um acompanhamento das atividades turísticas e projetos que visam promover um turismo consciente ou mesmo o ecoturismo. Portanto, o presente trabalho tem por finalidade refletir acerca das contribuições e limitações da ONG "Onda Verde" para o desenvolvimento do Ecoturismo e da Educação Ambiental, no bairro de Tinguá.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Conservação Ambiental.



ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO DE RESTINGA DA ORLA DE ITAPARICA, VILA VELHA - ES, COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Maria Alice Costa da Silva; Christian Boudou

Centro Universitário Vila Velha.

E-mail: alice_bis@hotmail.com

O presente artigo traz um mapeamento da orla de Itaparica, destacando os espaços por vegetação nativa e exótica. Objetiva-se mostrar o papel da vegetação de Restinga como estabilizador de erosão e como um potencial natural para o desenvolvimento econômico e social local, através de atividades de educação ambiental ligadas ao turismo, em particular ao Ecoturismo. A metodologia utilizada baseou-se principalmente em cálculos cartográficos efetuados "in loco" em setembro de 2009. Foi calculada a área parcial e total de ocupação de duas diferentes espécies de vegetação e o percentual relativo e total do equilíbrio e estabilidade que a quantidade do mosaico de plantas nativas pode oferecer ou ser responsável em relação à erosão no espaço analisado. Com fundamentos nos dados obtidos, tabulados e analisados, disponibiliza informações de alerta a situação do atual quadro fotossintético da orla de Itaparica quanto à questão da preservação e conservação da vegetação de Restinga. Define plantas nativas e exóticas, cita leis de proteção e esclarece a importância e funcionamento básico sobre a vegetação de Restinga.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Vegetação de Restinga.

ECOTURISMO: UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Carla Neves Almeida Gomes; Pablo Campos de Oliveira; Rafaela Costa Vieira

Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: carla_nag@yahoo.com.br

Meio ambiente pode ser entendido, segundo CONAMA 306:2002, como: o conjunto de condições, leis, influencia e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, desta forma, no Brasil, há uma legislação específica para se tratar do assunto e é previsto no artigo 255 da Constituição Federal que todos tem direito a um meio ambiente em boas condições. A educação ambiental por sua vez, é uma alternativa para amenizar os impactos ambientais causados pelo homem, buscando através da mesma atingir a sustentabilidade do sistema. Desta forma, a educação conservacionista recomendava a conservação do meio ambiente, a partir do fato de que poderia faltar algo para o homem no futuro, ao passo que a educação ambiental entende o sistema como um todo, visando assim a conscientização dos seres humanos, para o bem de todos os seres vivos, educação esta que também é prevista em lei como obrigação do governo. (Constituição federal, artigo 255, primeiro parágrafo, inciso VI). O ecoturismo, cuja definição, segundo a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), pode ser resumida como um “segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”, vem crescendo em números significativos nos últimos anos e pode ser uma alternativa para ampliação da educação ambiental de forma lúdica na qual o turismólogo pode de forma informal pode agir também como educador, transformando a atividade em algo mais dinâmico, buscando uma visão mais crítica e ampla do turista após a atividade ecológica. Ao fim do estudo será possível compreender melhor tais conceitos, e serão apresentadas formas criativas de o turismólogo como um possível educador ambiental.

Palavras-Chave: Meio Ambiente; Educação Ambiental; Ecoturismo.

CAMINHADA NO ENTORNO DA BARRAGEM DO JUNDIÁ

Sebastião Ferreira, Marirlei do Nascimento

Universidade Federal do Espírito Santo/UFES; Professora da Rede Pública Municipal de Jaguaré-ES.

E-mail: tiaof@hotmail.com

O paradigma moderno que fragmenta, que especializa e que alimenta o imediatismo, tem interferido no processo de mudanças em vários contextos. Contrapondo este, emerge na atualidade um novo paradigma, que questiona e propõe a tradução epistemológica vivenciada. A Educação Física Escolar, na sua evolução, esteve vinculada a fins biológicos e esportivos, caracterizado pelas tendências pedagógicas de cada época, e no momento está emergindo uma nova concepção desta Disciplina Escolar, *com uma nova antropologia, onde os movimentos estão de acordo com a cultura do país*. A LDB de 1996 mostra o caráter essencial de sua prática, bem como a integração com outras disciplinas da Educação Básica. Assim surge este trabalho interdisciplinar entre as Disciplinas de Educação Física e de Técnicas Agrícolas, com o apoio dos(as) professores(as) titulares das turmas, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Santa Catarina”¹, Jaguaré-ES, intitulado de “Caminhada no entorno da Barragem do Jundiá”², com o objetivo de trabalhar de maneira interdisciplinar temas ambientais e por compreender que o meio ambiente é um tema complexo e recorrente. Este trabalho começou a ser desenvolvido no ano de 2004, na referida escola. Ao longo de todas as atividades, os alunos são estimulados a refletir, questionar, criticar, observar a realidade e propor alternativas para uma qualidade de vida melhor. A avaliação é feita durante a execução das atividades, por meio de observações e diálogos entre os estudantes e os professores(as) que participam do projeto e ao final é feita discussão em grupo, abordando os pontos positivos e desafios para melhorar a qualidade de vida local. De acordo com o explorado durante as atividades é feito um relatório, com ilustração, de caráter avaliativo/qualitativo. A questão ambiental na atualidade é assunto pertinente a qualquer área do ensino e requer estudo crítico sobre o uso do meio ambiente pela humanidade. A exploração do meio ambiente como “recurso natural” e a desigualdade social alavancam as crises socioambientais contemporânea, e a implementação da interdisciplinaridade, por meio da Educação Ambiental, possibilita uma nova racionalidade sobre o meio ambiente, visando a formação do educando com responsabilidade social e ambiental, o que não minimiza a qualidade do ensino, pelo contrário produz efeitos que contribuirão no seu desenvolvimento formativo integral e de forma solidária, rumo a uma ética integradora de *pertencimento* – rompendo com fragmentação e dualidades – o que por sua vez promove melhor qualidade de vida a todos os seres vivos.

***Palavras-Chave:* Interdisciplinaridade, Meio Ambiente, Educação Ambiental.**

Notas:

¹A EMEF “Santa Catarina” atende as séries iniciais do Ensino Fundamental.

²É da Barragem do Córrego do Jundiá que é captado a água que abastece a população urbana do município de Jaguaré.



ESTUDO PRELIMINAR DA INFRAESTRUTURA E DO USO PÚBLICO DA BASE VARGEM GRANDE, NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA, PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR.

Letícia S. Cruz; Fernando M. Cestari; Pablo Campregher; Marcelo T. C. Oliveira

Centro Universitário São Camilo; Universidade Federal de São Paulo; Universidade de São Paulo; Ipá Ti-uá Vivência Ambiental.

E-mail: zeustecrie@hotmail.com

O Parque Estadual da Serra do Mar, criado pelos Decretos nº 10.251/77 e 13.313/79, possui 315 mil hectares compreendendo vinte e três municípios e oito núcleos administrativos, sendo a maior Unidade de Conservação de remanescentes de Mata Atlântica do país. Em seu território de relevo escarpado e serrano, encontram-se floresta ombrófila densa, manguezal, vegetação de restinga, duna e várzea servindo como um grande corredor ecológico para a fauna e flora, estendendo-se desde a divisa com o estado do Rio de Janeiro até o Vale do Ribeira, SP. O presente trabalho objetivou avaliar, de forma preliminar, a infra-estrutura, os equipamentos, a visita monitorada, e as condições das trilhas da área de uso público. Imagens fotográficas e anotação de relatos de funcionários do parque serviram como registro da visita diagnóstica. O levantamento de informações foi complementado através de pesquisa bibliográfica, webgráfica e consulta a documentos e a legislação. A área investigada foi a base Vargem Grande do Núcleo Santa Virgínia com seus 17 mil hectares e localizada no município de São Luiz do Paraitinga, SP. O acesso foi feito a partir do Km 65 da Rodovia Oswaldo Cruz por estrada de terra em mau estado não possuindo placas de sinalização. O atendimento de visitantes necessita de agendamento prévio, deve respeitar o horário de visitação, é gratuito e feito em grupos de até dez pessoas acompanhadas por um funcionário do Parque. Os percursos abertos ao público cortam áreas de Mata Atlântica. Dentre eles estão as trilhas do Pirapitinga, Poço do Pito, Ipiranga, Garcez, Rio Grande e Pico do Corcovado com placas identificando-as e informando a extensão da mesma. Os visitantes podem banhar-se nas cachoeiras e corredeiras e ainda praticar *rafting* em dois trechos de rio. Nas instalações administrativas encontram-se um painel contendo mapa do Parque e do núcleo com as trilhas demarcadas, um pequeno estacionamento de uso preferencial dos funcionários e da vigilância terceirizada e banheiros coletivos. Não foram encontradas lixeiras, bancos, bebedouros, auditório, museu, maquetes, áreas de piquenique ou outros equipamentos. As instalações para pesquisa misturam-se as de visitação, provocando interferência do fluxo de pessoas no andamento de estudos desenvolvidos. A monitoria para visitantes é adequada, mas a infraestrutura do núcleo é compatível apenas há um número pequeno de pessoas para a prática do ecoturismo sendo ainda inadequada para atividades de educação ambiental com grupos de estudantes.

Palavras-Chave: Conservação da Natureza; Unidade de Conservação; Parque Estadual.

PROJETO ESPAÇO AGITO NA PRAIA 2010

Ana Maria Borges de Olinda

Caetê Ecolazer – Educação Ambiental e Ecoturismo.

E-mail: caeteecolazer@hotmail.com

São Sebastião compõe com os municípios de Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, o Litoral Norte Paulista. A população em torno de 75.000 habitantes está distribuída em seus 110 km de extensão entre praias e a Serra do Mar, ao sul Bertioga e ao norte Caraguatatuba, com cerca de 85% de área protegida de Mata Atlântica. A partir da década de 60, com a instalação do terminal da Petrobrás, no centro de São Sebastião e a abertura da estrada SP-55, Santos-São Sebastião, os setores imobiliário e hoteleiro, iniciam sua expansão. Até a década de 70-80, os costumes ainda eram tradicionais, a maioria caiçara (nativo da praia). A população vivia da pesca e lavoura artesanal, do serviço público, ou migravam para os centros urbanos. A partir dos anos 90, as belas praias atraíam todo o tipo de empreendimento turístico (hotéis, pousadas e condomínios). Na temporada de verão a população cresce cinco a seis vezes, entre veranistas e turistas vindos de toda parte. É o momento de se fazer o marketing do Turismo Sustentável na região e a divulgação da importância de boas atitudes votadas para os ambientes naturais da Mata Atlântica existentes na região. Em São Sebastião, as taxas de visitação no Núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar, ainda são pequenas. A falta de infra-estrutura e monitoramento constante impulsiona uma série de problemas, como: erosão, a extinção de espécies, abertura de novos caminhos, ocorrência de atos ilícitos e de lixo. Uma equipe de monitores estará de forma itinerante em pequenos períodos de dias, entre as praias de Jaqueí, Camburi, Boiçucanga, Maresias, Guaecá e Barequeçaba, e outra equipe de monitores estarão fixos na entrada da Trilha do Ribeirão do Itú, em Boiçucanga, ambas equipes para recepcionar, agendar e monitorar as pessoas para atividades ao ar livre como: trilhas ecológicas e culturais, esporte aventura, passeios náuticos, jogos e brincadeiras de praia e ações ecológicas. Além de apresentação em painéis de assuntos pertinentes à Educação Ambiental como: aquecimento global, economia de água e luz, coleta seletiva de resíduos e informações sobre a Agenda 21 e outras políticas públicas. As atividades serão executadas por uma equipe de monitores de ecoturismo e recreação, norteados pelas premissas básicas do ecoturismo como: respeito à biodiversidade e à diversidade cultural, aliada ao desenvolvimento sustentável e educação ambiental que norteiam as atividades de todos os envolvidos nesse projeto.

Palavras-Chave: São Sebastião; Turismo Sustentável; Biodiversidade.

RIO DE JANEIRO: UMA METRÓPOLE COMO CENÁRIO PARA O ECOTURISMO

Marcello Tomé

Universidade Federal Fluminense.

E-mail: marcello@turismo.uff.br

A cidade do Rio de Janeiro é considerada uma das maiores metrópoles do mundo, além de ser um dos mais importantes centros turísticos latino americanos, sendo considerada a 35ª cidade com maior fluxo turístico receptivo internacional no Mundo, segundo pesquisa realizada em 2006, produzida em conjunto pela World Tourism Organization, e o Euromonitor International. Além disso, pesquisas preliminares realizadas para esta investigação apontam que o Rio de Janeiro é a única entre as principais metrópoles mundiais (foram investigadas as 30 maiores metrópoles do mundo) que está associada intensamente com a natureza, tendo sido constantemente citado na pesquisa as suas florestas, suas montanhas e suas praias. Mais precisamente 64% das indicações em relação ao Rio de Janeiro citavam seus elementos naturais, comprovando que a natureza faz parte do imaginário urbano carioca. Esta realidade é corroborada pelo fato da cidade possuir as duas maiores florestas urbanas do mundo, a saber: a Floresta da Tijuca, com 39,72 km² e a Floresta da Pedra Branca, com uma área de 125 km². Para fins de comparação, a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, possui um dos mais conhecidos parques urbanos do mundo, o Central Park, que possui uma área de 3,4 km², sendo 11,7 vezes menor que a Floresta da Tijuca e 36,7 vezes menor que a Floresta da Pedra Branca. A marca ecológica da Cidade do Rio de Janeiro é muito forte e propicia, não apenas a atração de turistas para o tradicional segmento turístico de “Sol e Praia”, mas também de turistas que desejam um contato maior com a natureza, sem perder as facilidades do espaço urbano. Entre os tipos de turismo realizados em espaços naturais adaptados, está o Ecoturismo. Este pode ser um importante instrumento de Educação ambiental, a partir do momento que possibilita a interpretação ambiental, a construção de uma consciência ambiental e de uma conduta ambiental positiva. Para isso os espaços naturais adaptados da Cidade do Rio de Janeiro precisam de elementos que viabilizem a interpretação ambiental e funcionem como instrumentos de Educação Ambiental. Assim sendo, teriam os espaços naturais adaptados do Rio de Janeiro - principalmente suas unidades de conservação – equipamentos e materiais adequados e mão de obra capacitada para viabilizar a interpretação ambiental e os demais efeitos multiplicadores do ecoturismo?

Palavras-Chave: Ecoturismo; Rio de Janeiro; Metrópole.

A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DOS IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO NA RPPN DO CARAÇA (MG)

Camilo Rezende Milagres; Daniel Franco Parreiras

Projeto TEIA – Educação Socioambiental e Turismo / PUCTUR Jr.

E-mail: camilomilagres@hotmail.com

Ao longo do tempo houve uma queda gradativa da qualidade de vida das grandes cidades, provocada pela grande concentração de pessoas, automóveis, poluição do ar, sonora e visual e violência, além do stress das longas jornadas de trabalho. O homem do século XX começa a procurar descanso e lazer no campo, em contato com a natureza e longe das grandes metrópoles durante o tempo livre. Sendo assim, o fluxo de turistas e visitantes para espaços com amplas áreas verdes, com cachoeiras e vegetações nativas aumenta muito e de forma descontrolada. Isto gera uma série de problemas para o meio ambiente natural. Além do impacto gerado pelo número de pessoas nestes ambientes, tem-se ainda o impacto que a falta de educação ambiental gera. A partir do momento que a atividade turística se instala em determinada localidade é inevitável que esta deixe de gerar alguns impactos. Impactos estes que podem ser tanto negativos quanto positivos. No entanto, se bem ordenada e praticada de forma correta e planejada pode ser a solução para a proteção ambiental. Como redução dos impactos negativos na Trilha da Cascatinha na Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caraça – RPPN do Caraça propõe-se neste trabalho um projeto baseado nos princípios da interpretação ambiental. Importante ressaltar que esta é a trilha mais freqüentada da Reserva e a que possui impactos negativos vigentes. O planejamento interpretativo compreende a adoção de algumas medidas que estão diretamente ligadas ao Turismo, particularmente a alguns de seus segmentos, dentre eles, o ecoturismo. A educação ambiental e patrimonial podem ser citadas como exemplos de medidas adotadas no Ecoturismo e que cooperam diretamente para a proteção ambiental. O desenvolvimento da trilha interpretativa da Cascatinha na RPPN do Caraça é de extrema importância para a reserva, turistas, visitantes e população local. Por meio da trilha interpretativa, as visitas tornam-se mais enriquecedoras para os visitantes e ainda cooperam para a conscientização e sensibilização. A implementação da trilha pode gerar oportunidades de trabalho para guias locais além de ampliar os conhecimentos e proporcionar lazer para os moradores do entorno, escolas e outros. A trilha guiada e com interpretação ao vivo coopera ainda para o manejo sustentável da reserva. Esse trabalho é a proposta de ação de um estudo realizado durante os anos de 2005, 2006 e 2007: “Impactos do Turismo na RPPN do Caraça”.

Palavras-Chave: Turismo Sustentável; Educação Ambiental; Planejamento Interpretativo.

A IMPORTÂNCIA DA EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO COMO GEOINDICADOR PARA O PLANEJAMENTO DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – APLICAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (RJ).

Rodrigo Silva da Conceição; Nadja Maria Castilho da Costa; Vivian Castilho da Costa

Laboratório de Geoprocessamento, Departamento de Geografia Física, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: rsc_geo@yahoo.com.br

As atividades de ecoturismo vêm sendo amplamente difundidas, praticadas e associadas aos ecossistemas das áreas legalmente protegidas, através da contemplação e contato com os seus recursos naturais. Os denominados geoindicadores podem ser entendidos como formas de avaliação de condições e tendências, como uma alternativa para o estudo do ecoturismo sustentável. O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, corresponde ao Maciço da Pedra Branca acima da cota altimétrica de 100 metros e abarca a maior floresta urbana do mundo. Nas últimas décadas, vem recebendo uma pressão originada a partir dos processos de uso e ocupação em seu entorno, relacionado em grande parte à expansão urbana. Este trabalho objetiva avaliar a importância do geoindicador de evolução do uso do solo na UC e seus parâmetros relacionados (a exemplo, o de área de atrativos ecoturísticos), com base na aplicação dos mesmos no PEPB através de geoprocessamento. Metodologicamente, foram selecionados, através de uma carta dos principais geoindicadores para a sustentabilidade do ecoturismo em UC's, aqueles que, quando mensurados e cruzados, podem oferecer um entendimento maior em relação ao estado atual do meio ambiente da UC em questão com base nas condicionantes de uso do solo e ocupação do território. Para a aplicação do geoindicador de evolução do uso do solo e área de atrativos adotou-se como unidade de medição, o percentual de perda da categoria floresta com relação às demais categorias de uso do solo, em distintos períodos. Foram utilizadas as bases de dados de uso do solo de 1984, 1992 e 2001 (levantamentos realizados pela Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro - SMAC), tratadas no programa ArcGis, as quais subsidiaram as análises de monitoria ambiental realizadas no SAGA (Sistema de Análise Geo-Ambiental), bem como os mapeamentos de atrativos ecoturísticos e o buffer de 100 metros de seu entorno. Como principal resultado Constatou-se uma diminuição de floresta da ordem de 64,56% - 46,52% no período de 1984 – 2001. Através do cruzamento entre os mapas verifica-se que, no PEPB a maioria das áreas de atrativos e proximidades (42, 86%) encontra-se assentada na categoria de uso "Floresta". O geoindicador em questão se mostrou uma poderosa ferramenta para o planejamento das práticas ecoturísticas, ao direcionar o poder público no ordenamento das ações e transformações territoriais ocorrentes no PEPB e em outras UC's.

Palavras-Chave: Geoindicador; Monitoria Ambiental; Uso do Solo.

O QUILOMBOLA: DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DA CULTURA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Rosiane Ferreira do Sacramento; Ananda Bermudes Coutinho; Arthur Luiz Ferreira; Lizandra Motta; Tessa Chimalli

Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos; Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo; Associação Ambiental Voz da Natureza; Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES).

E-mail: anandabcoutinho@hotmail.com

A Comunidade Quilombola de Retiro de Mangaraí está localizada no município de Santa Leopoldina-ES. Esta comunidade estabeleceu como meta do seu “Plano de Ação de Desenvolvimento Comunitário”, o fortalecimento da cultura negra, sendo constatada também a sua vocação natural para o turismo. Atualmente está sendo desenvolvido nesta comunidade o Projeto “O quilombola: desenvolvimento através da cultura e conservação ambiental”, patrocinado pela Empresa EDP – Energias do Brasil, e desenvolvido em parceria pela ONG “Associação Ambiental Voz da Natureza”, o “Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo” e pela comunidade, representada pela “AQHBPA – Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos”, tendo ainda a parceria da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina. O projeto foi iniciado em março de 2009, e tem como objetivo promover o desenvolvimento da Comunidade Quilombola de Retiro de Mangaraí, tendo como pilares o fortalecimento étnico cultural e conservação ambiental. Dentre as atividades que estão sendo desenvolvidas pelo projeto, estão: 1) Formação de um grupo de atividades culturais afro-brasileiras, com atividades de capoeira angola, maculelê e dança-afro; 2) Diagnóstico das potencialidades turísticas na comunidade, onde foram ouvidos cinquenta moradores e foi realizada a primeira reunião de Diagnóstico Participativo com a comunidade; 3) Educação Ambiental, com uma campanha de coleta de lixo e palestras sobre consumo sustentável de energia elétrica, realizada pela EDP-Energias do Brasil e sobre destinação final de resíduos sólidos, realizada pelo IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Além dessas atividades realizadas, estão previstos outras atividades de educação ambiental, o fechamento do diagnóstico participativo com a comunidade e duas outras atividades interligadas: 4) Intercâmbio com a comunidade quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim); e 5) A formação do grupo de mobilização para implantação do turismo étnico-cultural e ambiental na comunidade. Como resultados das primeiras atividades realizadas, foram apontados pelos moradores que dentre os principais pontos negativos internos e externos da comunidade estão o lixo, falta de emprego, pouca organização social, falta de estrutura nos pontos turísticos e guias, e dentre os pontos positivos, internos e externos estão a cachoeira, a banda de congo, culinária local, artesanato, produtos artesanais, capoeira, o acolhimento, a união e a mata atlântica.

Palavras-Chave: Quilombola; Ecoturismo; Santa Leopoldina.

ROTEIRO ECOTURÍSTICO BINACIONAL: PROPOSTA PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DE FRONTEIRA DO BRASIL COM PARAGUAI

Elina Rodrigues Alarcon; Solange Franco; Simone Mamede

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade Universitária de Jardim.

E-mail: mamedesimon@uems.br

O presente trabalho vem sendo realizado junto às comunidades de Bela Vista-MS (Brasil) e Bella Vista Norte (Paraguai) desde março de 2009, tendo como principal objetivo a construção participativa de um roteiro ecoturístico binacional na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, além de detectar o interesse destas comunidades a respeito da educação ambiental junto às atividades turísticas. Para o levantamento de dados relacionados aos locais viáveis para atividades ecoturísticas foram aplicados questionários junto às comunidades dos dois países, além da técnica de observação in loco e registros fotográficos dos atrativos potenciais para tais atividades. Entre os atrativos selecionados como de maior relevância para o ecoturismo estão: Praia do Pompilho (N=63), Lago Azul (N= 60), Balneário Fazenda Margarida (N=48), Museus (N=) e Casarios (Igrejas) (N= 59). Dos entrevistados 66% consideram o ecoturismo essencial para a região, 26% consideram a atividade importante e 2% não consideram o ecoturismo como fator de importância. 98% afirmam que a produção de um roteiro binacional contribuirá para a divulgação de pontos turísticos transfronteiriços e 69% abordam que o mesmo contribuirá para um planejamento integrado na região de fronteira. Em relação à educação ambiental 98% abordam a importância da integração de práticas de sensibilização em ações ecoturísticas, afirmam ainda, que o roteiro deve conter informações e orientações sobre conduta consciente. A partir desta pesquisa vem sendo elaborado um roteiro ecoturístico binacional, este roteiro consiste em um material impresso e ilustrativo, contendo o mapeamento dos principais pontos para o ecoturismo, os quais foram definidos junto às comunidades, assim como outras informações relevantes ao turismo responsável. Os dados apontam que a região de fronteira do Brasil com o Paraguai consiste em uma área propícia para o ecoturismo, uma vez que apresentam belezas naturais de grande relevância cênica, as quais permitem que o visitante tenha um contato direto com a natureza, a cultura e a história local. O roteiro binacional além de permitir a contribuição efetiva nas práticas de ecoturismo, também fortalece a integração das comunidades do Brasil e do Paraguai em ações sustentáveis e participativas que garantam a melhor qualidade de vida destas comunidades.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Educação Ambiental; Sustentabilidade.

GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Rubens José Mário Júnior; Carolina Estéfano; Marcela Riccomi Nunes

Prefeitura do Município de São Paulo; Redes de Educação Ambiental do Grande ABC/SP;
SIADES – Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável.

E-mail: r.mariojunior@uol.com.br

Acredita-se que a agenda de autoridades, chefes de governo e de entidades não-governamentais nunca esteve tão pautada pela questão do ambiental como atualmente. Há um movimento ao redor do globo sem precedentes no sentido de debater, discutir, sensibilizar e promover o equilíbrio entre as demandas da sociedade e a responsável exploração dos recursos naturais. Faz-se necessário ações imediatas para conservação, proteção e recuperação da biodiversidade e uso sustentável desses recursos. Estudos mostram que as Unidades de Conservação (UCs) são instrumentos efetivos na conservação da natureza. Entretanto, muitas apresentam problemas em seu processo de criação e gestão, comprometendo sua efetividade a médio e longo prazo. Observa-se também a importância dos aspectos sócio-econômicos e culturais associados às UCs que devem ser abordados, inseridos e geridos dentro do Plano de Manejo que considere a UC, comunidade local e entorno. Porém, no contexto atual das UCs, os aspectos de localização e relevância ecológica, participação social, proteção ao patrimônio histórico-cultural e promoção do desenvolvimento sócio-econômico sustentável não são contemplados pelos Planos de Manejo. Nesse contexto, objetivou-se identificar benefícios e melhorias após a criação do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba (PNMNP) para a comunidade da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André/SP devido às ações em gestão ambiental que passaram a integrar investimentos e atividades de ecoturismo dentro do PNMNP como educação ambiental e turismo cultural. Realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através de entrevistas com a comunidade local (monitores ambientais, empreendedores, representantes do Poder Público e moradores) para identificar o reflexo dessa gestão ambiental integrada. Pôde-se observar a boa satisfação das pessoas com a inserção de trilhas monitoradas, por proporcionar aos jovens locais formação como monitores. Porém, a comunidade se mostrou insatisfeita com a falta de fiscalização nas entradas do PNMNP e com o desrespeito dos turistas em relação à cultura e tradições locais. Apesar do zoneamento da UC contemplar a divisão em 8 zonas e do fomento da economia, a gestão integrada no local não contempla de forma satisfatória, para a comunidade, as dimensões eco-sócio-ambientais devido à inserção do turismo na UC. Sugere-se a revisão e oficialização do Plano de Manejo com olhar atento às atividades sociais e econômicas preservando tradições e cultura locais, bem como a fiscalização mais efetiva como forma de manter a qualidade do ecoturismo no PNMNP sem comprometer a cultura local.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Ecoturismo; Gestão integrada.



PERFIL DOS TURISTAS DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO (PESB): SUBSÍDIOS PARA O TURISMO COMUNITÁRIO.

Werter Valentim de Moraes; Guido Assunção Ribeiro; Virgílio Furtado Dornelas; Renato Miranda Cardoso; Ivanete Freitas

Universidade Federal de Viçosa; Associação Amigos de Iracambi; CEPEC.

E-mail: wvmoraes@hotmail.com

O turismo de base comunitária vem se destacando no cenário turístico nacional, devido principalmente à disponibilização de valores agregados à economia local inserida com a atividade turística. Assim, o projeto boas práticas com o turismo comunitário no território da serra do brigadeiro desenvolvido pelo – Centro de Pesquisa e Promoção Cultural – CEPEC, financiado pelo Ministério do Turismo, visa maximizar valores agregados, demonstrando que a região com sua organização social e ambiental, apresenta condições de organizar a cadeia produtiva do turismo através da agricultura familiar, aliando-se ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB com seus atrativos naturais. A área de abrangência desta pesquisa é o entorno do PESB, que limita com o município de Araponga, sede da administração da referida unidade de conservação. A proposta é conhecer o usuário da unidade de conservação com o intuito de conhecer os atrativos turísticos visitados e sua infra-estrutura, valorizando a aptidão da região com sua agricultura familiar. Os dados iniciais indicam a pré-disposição dos turistas pelos produtos e serviços da agricultura familiar e a necessidade de uma melhor organização dos empreendedores locais e agricultores familiares para um melhor intercâmbio e possibilidades de comercialização.

Palavras-Chave: Unidade de Conservação; Pesquisa de Mercado; Território.

A INCLUSÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DO ENTORNO DAS UCs DE ITAMONTE (MG): GESTÃO PARTICIPATIVA MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Larissa Fernandes de Oliveira Biccas; Isabel de Andrade Pinto

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Itamonte.

E-mail: larissafob@hotmail.com

O Município de Itamonte está integrado ao Corredor Ecológico da Mantiqueira e ao Mosaico da Serra da Mantiqueira, com 80% de seu território inserido em Unidades de Conservação da Natureza: Parque Nacional do Itatiaia, 22% do território do município; Parque Estadual da Serra do Papagaio, 15% do território do município; Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira, 52% do território do município. Além disso, grande parte de seu território apresenta Área de Preservação Permanente (APP), justificado pela abundância de recursos hídricos e alta declividade. Contudo, o desenvolvimento endógeno do município encontra-se limitado em função do contexto ambiental legalmente restritivo caracterizado pelas áreas protegidas, e também, devido ao relevo montanhoso, que dificulta a utilização de técnicas tradicionais no uso do solo. O que torna iminente a busca de alternativas que promovam não apenas a proteção dos recursos naturais e a conservação dos recursos hídricos, mas também, o desenvolvimento endógeno das comunidades locais, sobretudo através do ecoturismo. A população deste município, com menos de 15 mil habitantes, apresenta elevado grau de ruralização, 45% de população rural em relação à sua totalidade (IBGE, Censo 2002). Atualmente, o município se destaca como promissor para investimentos no setor de turismo, associado à natureza, e vem sendo estruturado e construído como sistema turístico integrado aos circuitos da região. No âmbito do poder público municipal, o maior desafio é compatibilizar a preservação e a conservação da natureza, com o desenvolvimento socioeconômico da população, associado principalmente aos recursos endógenos da região, naturais e culturais. A Prefeitura Municipal de Itamonte, através da SMAMA, vem construindo e desenvolvendo a política ambiental do município de forma participativa e incluyente da população local. Através, especialmente, de dois espaços políticos privilegiados para se exercer a gestão participativa, que são os seguintes: o Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Itamonte – CODEMA – com principal foco de atuação na zona urbana da cidade de Itamonte; e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS – voltado para a zona rural. Atualmente, vem sendo desenvolvido o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itamonte, o qual foi elaborado com base no Diagnóstico Rural Participativo realizado em 2008 pela EMATER e PMI/SMAMA.

Palavras-Chave: Inclusão Social; Ecoturismo; Áreas Protegidas.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL MARATAÍZES

Aline Chaves Pereira; Isabella Ribeiro Marinuzzi; Renata Medeiros Ferraz; José Rubens Brumana; Renato Gomes Alves

Prefeitura Municipal de Marataízes (ES).

E-mail: alinechp2003@yahoo.com.br

O nome “Marataízes” quer dizer “canais que levam ao mar”, na linguagem dos índios que, primeiramente, povoaram a região. A geografia do município, distribuída por 132 Km² de área total, é recortada por lagoas e lagunas, falésias e mais de 20 km de litoral. Como atrativos turísticos naturais, além das praias e lagoas, o município possui três Ilhas, a de Itaputera, Ilha dos Ovos e Ilha das Andorinhas, possui também a foz do rio Itapemirim, com seus manguezais ainda preservados, além de manguezais de laguna e de mar. Os recursos hídricos da região constituem precisos recursos naturais, mas o rio Itapemirim sofre com o assoreamento e a poluição e as lagoas e lagunas que ainda existem, estão poluídas ou já em vias de degradação. O clima é tropical litorâneo, a altitude média fica em torno de 3m e a cobertura vegetal predominante é composta por vestígios de Mata Atlântica, vegetação litorânea, banhados e manguezal. Hoje o município vive um contexto de poucas oportunidades, tanto profissionais quanto de crescimento e aprimoramento pessoal. A maioria dos moradores locais tem pouca escolaridade, baixa renda, tendo como principais atividades a pesca, a comercialização de produtos locais, prestação de alguns serviços, além do cultivo de mandioca, cana-de-açúcar e abacaxi. Essa última prática, por ser realizada sem o manejo adequado, tem causada degradação ambiental através do uso de agrotóxicos, que acabam contaminando as lagoas da região. Essa contaminação, associada a outras práticas como o lançamento de esgotos e resíduos nas lagoas, a falta de saneamento básico em muitas regiões e as invasões a áreas de preservação ambiental, têm piorado a qualidade de vida da população local. O projeto de Consciência Ambiental Marataízes torna-se importante por despertar a consciência dos moradores para suas práticas diárias e para alertá-los sobre como elas podem causar prejuízos ambientais e sociais. Tem como objetivo conscientizar a comunidade sobre temas ambientais da região, mobilizando-a para a transformação de suas práticas e para o despertar de sua consciência de coletividade. Desta forma, espera-se que cada morador possa atuar de maneira mais consciente, ampliando a sua visão sistêmica e exercendo também o papel de agente de educação ambiental na região. Através das informações e ferramentas adquiridas no programa, acreditamos que os participantes serão multiplicadores de práticas sustentáveis, uma vez que compreendem melhor o contexto em que estão inseridos e aumentam a sua capacidade de ação e transformação da realidade atual.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Qualidade de Vida; Marataízes.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA O ECOTURISMO COMO SUBSÍDIO À IMPLANTAÇÃO DE ESTRADA – PARQUE NO JALAPÃO (TO)

Lúcio Flavo Marini Adorno; Eliane Marques dos Santos; Paula Benevides de Moraes

Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: drlucioflavo@uft.edu.br

A região do Jalapão tem se transformado no principal destino indutor de ecoturismo no Estado do Tocantins, ano a ano aumentando o seu fluxo turístico doméstico e internacional, ainda que careça de infra-estrutura e equipamentos. Justamente pelo aumento dessa demanda e de sua operação local muito polarizada, esta área vem sofrendo uma crescente pressão antrópica, gerando sérios danos ambientais. Diante destes fatores, essa pesquisa tem por objetivo subsidiar um ordenamento territorial conservacionista diante das políticas ambiental e turística do Estado do Tocantins que incorporou no seu SEUC a implantação de estradas-parque e que foi prevista no Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão, um diagnóstico do Programa de Desenvolvimento Ecoturístico da Amazônia Legal – PROECOTUR¹. A área estudada é a Rodovia TO 030 (que liga os municípios de Novo Acordo e São Félix do TO) por possuir elementos da paisagem como potencial cênico e elementos sociais², diante das características propícias de conciliar conservação e uso sustentável da região, esboçando uma análise de sua viabilidade enquanto estrada-parque. A metodologia para seleção dos indicadores seguiu sete fases: revisão de literatura, visita ao Jalapão, avaliação através da percepção ambiental, visita técnica a estradas-parque do Mato Grosso, elaboração da matriz de indicadores, consulta a especialistas e matriz final de indicadores. Como resultado, foram apresentados vinte e oito indicadores considerados necessários para a implantação e manejo de estrada-parque no Jalapão. Os indicadores estão classificados em quantitativos (36%) e qualitativos (64%), estes se apresentam em prevalência devido aos fatores relacionados à metodologia de percepção ambiental utilizada neste estudo diante dos elementos da paisagem aos elementos sociais (moradores e visitantes).

Palavras-Chave: Ecoturismo; Estrada-Parque; Jalapão.

Notas:

¹RUSCHMANN CONSULTORES. Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão – PROECOTUR. São Paulo, 2002.

²DUTRA, V. C. et al. Proposta de Estradas-Parque como unidade de conservação: Dilemas e diálogos entre o Jalapão e a Chapada dos Veadeiros. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 1, p.161-176, jun. 2008.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER O GEOTURISMO NA APA ESTADUAL PEDRA DO ELEFANTE, MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA (ES)

Everaldo Nunes Junior

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo; Área de Proteção Ambiental Estadual Pedra do Elefante.

E-mail: everaldonunes@yahoo.com.br

A Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Pedra do Elefante localizada no município de Nova Venécia, foi instituída pelo Decreto nº 794-R, de 30 de julho de 2001. Em seu decreto a APA essencialmente tem como objetivos básicos, proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Porém o ambiente desta Unidade de Conservação (UC) não se compõe somente pela biodiversidade, temos mais um atributo a considerar; a geodiversidade. Esta UC se singulariza pela presença expressiva de afloramentos rochosos de Granitos e Charnokitos que sustentaram toda essa importante biodiversidade. A geomorfologia da APA de feições graníticas arredondadas, tem sua geoforma mais reconhecida denominada como Pedra do Elefante que é o símbolo do Município. Este Patrimônio Geológico foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura através da Resolução 04/84, esta importante resolução aconteceu motivado pela demanda popular e pela mineração que ocorria na ocasião, este fato demonstrou o conflito dos valores da geodiversidade na APA, ficando claro a contradição de até quando o valor econômico é mais importante do que os valores estéticos, culturais, educativos e turísticos deste para a sociedade. Este caso drástico fica registrado na memória dos Venecianos como um alerta para as ameaças ao patrimônio geológico e geodiversidade do município. Estas formas geomorfológicas citadas integram uma fisiografia regional, um tanto endêmica no Brasil, definidos pelas feições geomorfológicas de “pães de açúcar” conhecidas regionalmente como os “Pontões Capixabas”, formadas por associações de granitos. A geodiversidade de Nova Venécia e Pontões Capixabas vem impulsionando a economia, que atualmente vive o “ciclo do granito” e devido a estas jazidas minerais e empresas mineradoras, Nova Venécia é conhecida como a capital nacional do granito. Atualmente iniciativas de ordenamento da atividade do turismo na região criaram a “Rota da Pedra, Pão e Mel”, nota-se que o patrimônio geológico fica evidente sempre, mesmo que ainda sem o rótulo de Geoturismo. A Proposta da APA é que os conhecimentos da geologia contribuam como mais uma alternativa de turismo. A idéia é com base na vocação da APA e em parceria com o Município, desenvolver o geoturismo de forma pioneira no Estado, através do fomento de pesquisas e estudos aproximando estudantes e universidades, para futuramente desenvolver um programa de geoconservação e geoturismo, criando painéis interpretativos, trilhas geológicas e material didático-pedagógico criando o saber geocientífico local, e provocando na comunidade o reconhecimento e apropriação do patrimônio geológico.

Palavras-Chave: Geodiversidade; Geoconservação; Geoturismo.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM OPERAÇÕES DE TURISMO: MEIO PARA UMA NOVA POSTURA MERCADOLÓGICA

Aristides Faria Lopes dos Santos; Lucas Siqueira; Renato Marchesini; Renata Antunes da Cruz

Escola de Educação Profissional Microlins, Unidade São Vicente (SP); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Cubatão; Caiçara Expedições.

E-mail: aristidesfaria@rhemhospitalidade.com

O turismo caracteriza-se como um fenômeno social que proporciona contato entre visitantes e visitados, logo, estes momentos – e os decorrentes do mesmo – podem incorrer em embates. O presente artigo tem como objetivo relacionar os conceitos de EA e turismo e gerar reflexão acerca daquilo que seria uma operação sustentável no segmento de lazer e viagens. Este trabalho caracteriza-se como qualitativo. Para sua fundamentação, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa na rede mundial de computadores. A partir da pesquisa, verificou-se que os temas centrais deste estudo fundem-se no campo do turismo sustentável, ou seja, aquele que promove o consumo do espaço, seja urbano ou não, sem comprometer a capacidade de carga ambiental, social ou cultural. Conclui-se que ao tomar conhecimento e despertar a consciência socioambiental, o empresário tende a adotar uma postura mais comprometida quanto a sustentabilidade de suas operações.

Palavras-Chave: Operações Turísticas; Educação Ambiental; Postura Mercadológica.

REFLEXÕES ACERCA DO ENCONTRO ENTRE VISITANTES E VISITADOS, O ESPAÇO E O TEMPO EM QUE ACONTECEM ESTES DIÁLOGOS

Aristides Faria Lopes dos Santos; Lucas Siqueira; Renato Marchesini; Renata Antunes da Cruz

Escola de Educação Profissional Microlins, Unidade São Vicente (SP); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Cubatão; Caiçara Expedições.

E-mail: aristidesfaria@rhemhospitalidade.com

Ao deslocar-se, o Homem visita, percebe e interage com pessoas, comunidades e espaços. Concomitantemente, é alvo de visitas, percepções e interações por parte desta gente. Este processo, que é de comunicação, tem via dupla e gera compreensões múltiplas sobre os mesmos encontros: visitante e visitado, o espaço e o tempo em que acontecem estes diálogos. Acredita-se que a globalização da economia, a difusão da informação, assim como a massificação – sucedida pela estratégia de segmentação – do mercado turístico são fatores que convergem a um novo olhar do consumidor-turista sobre a oferta que estará à sua disposição na viagem. A padronização dos meios de hospedagem, por exemplo, oportuniza ao viajante projetar em sua mente parâmetros de qualidade sobre o que encontrará no destino. Assim, parece ser o dinamismo social, a leitura personalista do ambiente e das pessoas, bem como o diálogo com os atores deste processo comunicacional que parecem justificar o referido deslocamento.

Palavras-Chave: Encontros; Espaço; Tempo; Deslocamento; Globalização.

VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE TRILHA INTERPRETATIVA NO CLUBE DE ÁREA DE LAZER DOS CABOS E SOLDADOS DA 4ª COMPANHIA DE ENGENHARIA E COMBATE MECANIZADO (4ª CIA DE ENG. CMB MEC) EM JARDIM (MS)

Madirlene Freitas Benites Aréco; Simone Mamede

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

E-mail: mamedesimone@uems.br

O presente trabalho foi desenvolvido no período de dezembro de 2008 a março de 2009 tendo como objetivo avaliar a viabilidade de implantação de uma Trilha Interpretativa na área de lazer dos cabos e soldados da 4ª Cia de Eng. e Comb. Mec. Este trabalho visou identificar ainda, a possibilidade da área se tornar além de um atrativo turístico para os visitantes, um instrumento para a prática da educação ambiental junto à comunidade que se utiliza desta área de lazer. Diante da possibilidade do desenvolvimento de uma atividade em meio à natureza envolvendo a Educação e Interpretação Ambiental, realizou-se um levantamento sobre a infra-estrutura, o espaço físico, a vegetação e a fauna local. Para este inventário foram realizadas observações periódicas in loco e os dados foram registrados fotograficamente e em caderneta de campo. Para o traçado da trilha foi utilizado um receptor GPS. Constatou-se através desta pesquisa a necessidade de adequações na trilha pré-existente na área, bem como, na infra-estrutura local. Os ricos potenciais relacionados à paisagem e à biodiversidade destacam-se como fatores de grande relevância cênica e indicam possíveis pontos de interpretação e percepção ambiental. Os dados levantados confirmam a viabilidade da trilha interpretativa desde que seja efetuado previamente um planejamento que assegure o mínimo impacto sobre o ambiente natural e o funcionamento de seus respectivos ecossistemas. A trilha, uma vez implementada, constituirá em ferramenta importante para a educação e sensibilização das comunidades a respeito da conservação dos diversos ambientes naturais existentes no bioma Cerrado.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Interpretação Ambiental; Trilha Interpretativa.

CONFLITOS NA CONSERVAÇÃO: A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CASO DO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS

Marcella Nunes Tavares

Email: marcellanune@hotmail.com

Os Parques Nacionais são Unidades de Conservação (UC's) de Proteção Integral que visam à preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. No entanto, sua gestão parece ser o maior desafio encontrado no mundo e particularmente no Brasil. Tal desafio, segundo diversos autores, é motivado pela exclusão das populações locais no processo de gestão desses parques, sendo este realizado apenas pelas instituições governamentais. Os conflitos sócioambientais em sua grande maioria surgem durante esse processo de criação, onde as populações locais paradoxalmente acabam por desenvolver uma postura anticonservacionista, passando a desenvolver práticas predatórias do meio ambiente como único meio de garantir sua subsistência. O presente estudo, inserido neste contexto, ocorreu na Vila de Itaúnas, distrito de Conceição da Barra, extremo Norte do Estado do Espírito Santo, local composto por uma população de aproximadamente 1.900 habitantes, que moram dentro e no entorno do Parque Estadual de Itaúnas. Desta forma, o trabalho buscou investigar e descrever as diferentes percepções e diferentes discursos dos atores sociais em relação ao conflito. O trabalho baseou-se em um método de pesquisa qualitativa, associada à observação participante, além de uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, seguida de entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais representantes das tensões existentes na comunidade. Desta forma foi possível concluir que a diversidade de historicidades, interesses e perspectivas das pessoas provocam não só um conflito socioambiental, mas também a busca por legitimidade e justiça social e que há a necessidade de cooperação entre os poderes públicos estadual e municipal, na busca de políticas públicas mais justas e eficientes que possam minimizar esses conflitos.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Parque Estadual de Itaúnas; Conflitos Sócio-Ambientais.

ESTUDO DA GEOQUÍMICA DE METAIS EM ECOSSISTEMAS DE MANGUEZAL APLICADO AO ENSINO MÉDIO

Ester Batista Ceschini; Wilson Machado; Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira

Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: esterceschini@yahoo.com.br

No ensino de ciências, os objetos da ciência não são os fenômenos da natureza, mas construções desenvolvidas pela comunidade científica para interpretar a natureza. O papel do professor de ciências é o de atuar como problematizador entre o conhecimento científico e os alunos, ajudando-os a conferir sentido pessoal à maneira como as asserções do conhecimento são geradas e validadas. A proposta fundamentou-se em aplicar no ensino médio um estudo que reunisse simultaneamente, de modo sintético e numa linguagem acessível, os diferentes pontos de vista de cada disciplina (física, química, geografia e biologia) sobre um tema em comum: a geoquímica de metais em ecossistemas de manguezal. As atividades realizadas foram: projeção de um filme, visita à sede da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim e ao manguezal na Praia de Piedade em Magé, apresentação de um estudo através de slides e confecção de pôsteres. Foi realizada uma diagnose e uma avaliação final através de questionário para saber se houve aprendizagem significativa. O estudo foi realizado com alunos do ensino médio do C. E. Prof^a. Alda Bernardo dos Santos Tavares, situado em Piabetá na cidade de Magé, Estado do Rio de Janeiro. Observamos uma evolução no conhecimento sobre: importância de se estudar a geoquímica (71,7%); o estuário (71,7%); a geoquímica ambiental (64,2%); a importância do manguezal para os ecossistemas vizinhos (60%); o manguezal (55,4%); a importância da vegetação para o solo (24,8%); as disciplinas necessárias para se realizar um estudo sobre contaminação ambiental (9,4%); contaminação ambiental (5,9%). As atividades propostas, por trabalharem a dinâmica e a criatividade, tornaram-se motivadoras e potencializaram a capacidade de articulação e efetivação de parcerias entre os alunos. Os resultados alcançados possuem um alto grau de coerência em relação aos tópicos tratados em sala de aula, indicando que houve construção do conhecimento por parte dos alunos.

Palavras-Chave: Ensino de Ciências; Conhecimento Científico; Interdisciplinaridade.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOBRE O PRODUTO TURÍSTICO 'EXPEDIÇÃO AO PICO DO ITACOLOMI'

Anne Karollyne Ferreira; Pedro Rodrigues; Bruno Pereira Bedim

Universidade Federal de Ouro Preto.
E-mail: itacolomi.annekarollyne@gmail.com

Tendo em vista o plano de manejo e o programa de uso público do Parque Estadual do Itacolomi (MG), este artigo aborda a "Expedição ao Pico do Itacolomi", discutindo-a enquanto produto turístico a agregar valor à visitação do parque. Na sequência, são analisados, pormenorizadamente, os aspectos organizacionais relativos à atual formatação da Expedição. Planejar estrategicamente um local para o desenvolvimento socioeconômico do turismo não é tão simples, requer conhecimento prévio do local a ser planejado, uma leitura geoecológica do meio natural e cultural contemplados, de forma focada no público-alvo. Isso tudo para se buscar um alto nível de qualidade e para se atender às novas exigências e demandas do mercado. Assim, por meio de pesquisa de campo, da análise dos roteiros descritivo e operacional, além de um suporte bibliográfico ligado ao tema proposto, o artigo diagnostica o formato da atual Expedição ao Pico do Itacolomi, indicando possíveis mudanças estratégicas na gestão deste produto turístico. O Parque Estadual do Itacolomi desempenha seu papel como importante Unidade de Conservação do Estado de Minas Gerais. Administrado pelo IEF – Instituto Estadual de Florestas, o Parque localiza-se, geograficamente, ao sul da Serra do Espinhaço e a sudeste do Quadrilátero Ferrífero, centro do Estado de Minas Gerais. A região, encravada em uma zona de transição entre floresta Atlântica e Cerrado, foi povoada no final do século XVII. Pertencente aos municípios de Ouro Preto e Mariana, o Parque foi criado em 14 de junho de 1967, pela Lei Estadual nº 4.495, e sua altitude alcança 1.762 m.

Palavras-Chave: Produto Turístico; Atrativo Natural; Parque Itacolomi.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CAPACITAÇÃO - PROJETO APRENDENDO COM A NATUREZA

Camila Camara Pianca; Paula Daniel Fogaça; Aldo Fogaça Balboni

Associação Parque do Zizo.

E-mail: camila@parquedoZizo.com.br

A Associação Parque do Zizo (APAZ), organização mantenedora do Parque do Zizo, uma área de preservação dentro dos remanescentes da Mata Atlântica no município de São Miguel Arcanjo, sudoeste do Estado de São Paulo, criou e coordenou o projeto de educação ambiental “Aprendendo com a natureza”, de 2004 a 2007. Em parceria com o Parque Estadual Carlos Botelho, órgãos públicos municipais, e patrocinado pela Petrobras. O projeto é parte do programa de Educação Ambiental e capacitação profissional com dois objetivos centrais: desenvolver nas crianças e pré-adolescentes conceitos sobre ecologia, educação e conservação ambiental e estimular e despertar o interesse em trabalhar com turismo ecológico, dando noções básicas sobre a profissão de monitor ambiental. A iniciativa buscou conscientizar o público alvo da importância de preservar os recursos naturais. Despertar esse interesse é criar as bases para o florescimento de um mercado de trabalho emergente e promissor. Participaram do projeto estudantes do ensino público do município, jovens de instituições carentes do município e do entorno do Parque do Zizo, entre 7 e 14 anos, preferencialmente de famílias de baixa renda. O projeto, anualmente, beneficiou 110 crianças, divididas em grupos de 12 integrantes (módulos semanais), a participarem durante 3 dias, de atividades educacionais e lúdicas relacionadas com a natureza, abrangendo educação ambiental, cidadania, conhecimentos da fauna e da flora, monitoria ambiental e o contato direto com o ecossistema da Mata Atlântica. Foram temas das palestras: O consumo consciente da água, a destinação do lixo, reciclagem e a importância das ações individuais e coletivas na manutenção da limpeza da sua cidade. As aulas nas trilhas apresentaram a Mata Atlântica, seu papel e seu estado de preservação atual, abordou-se também o conceito, papel e a importância das Unidades de Conservação. No total, 440 crianças visitaram os dois parques resultando em inúmeros relatos, declarações, depoimentos dos participantes, pais e professores demonstrando a disseminação de atitudes e conceitos de preservação ambiental por parte dos jovens e das crianças, junto às suas famílias e amigos para a melhoria da qualidade de vida de todos. Além do interesse da comunidade na continuidade do referido projeto, no retorno aos parques e interesse na profissão de monitor ambiental. Iniciativas e parcerias como esta são capazes de educar e formar futuros cidadãos, mais conscientes e agentes multiplicadores de cidadania. Porém, para que ocorram as mudanças consolidadas de atitudes e de comportamentos, faz-se necessário a continuidade das atividades de mesmo cunho nessa comunidade.

Palavras-Chave: Educação; Comunidade do Entorno; Mata Atlântica.

GESTÃO DO ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA POR MEIO DE PARCERIAS FORMAIS E INFORMAIS

Carolina Rodrigues Bio Poletto; Ginessa Corrêa Lemos

Fundação Florestal; Parque Estadual de Ilhabela.

E-mail: carolinabio@uol.com.br

O Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), abrange uma área de 27.025 ha que corresponde cerca de 85% do município de Ilhabela, sendo um de seus principais atrativos. O município de Ilhabela está inserido na região do Litoral Norte do Estado de São Paulo, que apresenta como principal característica a vocação turística, recebendo por ano, aproximadamente, um milhão de visitantes. Dentre suas 6 trilhas oficiais e a Estrada de Castelhanos, o PEIb recebe em torno de cem mil visitantes ano. Seus atrativos encontram-se espacialmente distribuídos em diferentes regiões da Ilha, iniciando-se não só no interior da UC, como em áreas municipais e particulares. Tais características conferem ao parque uma dinâmica descentralizada, singularidade essa que o difere de outras UCs e faz com que diferentes formas de gestão e manejo do ecoturismo sejam constantemente criadas e readequadas. As dificuldades de controle e monitoramento dos atrativos incentivaram a procura por novas alternativas para gestão da visitação. Assim, a administração do PEIb vem investindo esforços para a consolidação de parcerias formais e informais com atores de diferentes esferas, envolvidos no desenvolvimento e comercialização do turismo no município. Dentre os exemplos, estão a parceria formal estabelecida com uma OSCIP, com o objetivo de estruturação e monitoramento de uma das trilhas do PEIb. Outro caso que vem apresentando resultados satisfatórios é a parceria informal firmada com uma empresa privada. Neste caso, o acesso à trilha envolve duas propriedades particulares com diferentes proprietários. Inicialmente a parceria se deu entre o PEIb e o proprietário do local onde se tem o início da trilha, envolvendo a manutenção e a contagem de visitantes. Em um segundo momento, o parque foi procurado pelo proprietário da outra área pela qual passa parte da trilha, com uma proposta de estruturação e controle de visitantes do atrativo. Está segunda parceria ainda está sendo firmada. Encontra-se também em andamento a consolidação de uma parceria formal entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e o PEIb, que envolve a adequação e controle de um dos atrativos mais visitados do parque e do município. Atualmente, esta trilha não possui nenhuma estrutura de apoio ao visitante ou condições de controle dos mesmos, o que acarreta na degradação do local. As parcerias vêm se mostrando uma ferramenta eficiente na gestão do Ecoturismo. Beneficia os parceiros e permite uma maior articulação e harmonia entre o PEIb e os demais atores envolvidos no desenvolvimento do Ecoturismo.

Palavras-Chave: Gestão; Ecoturismo; Parcerias.



A IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONOMICO DO VISITANTE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO E O MANEJO SUSTENTÁVEL DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA (RJ)

Breno Platais Brasil Teixeira; Leandro Almeida de Barros Rosa; Aguinaldo César Fratucci

Universidade Federal Fluminense.

E-mail: brenoplatais@gmail.com

Este é um trabalho de definição de perfil socioeconômico de visitantes do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Apresenta resultados parciais da pesquisa de demanda efetiva realizada em Julho de 2009 com 231 entrevistados, quando deixavam seus principais pontos de visita, o que corresponde a uma amostra de 10% dos visitantes. O Grupo de Turismo em Áreas Protegidas (GTTAP) do Departamento de Turismo da UFF foi responsável pela execução desta pesquisa, atendendo à solicitação do diretor do PESET, Adriano Melo. Melo entende que, com aproximadamente 50.000 visitantes por ano, a Serra da Tiririca é um importante atrativo para os municípios fluminenses de Niterói e Maricá. O PESET, que abriga um trecho do caminho percorrido por Charles Darwin e duas comunidades tradicionais, é uma área de preservação urbana a beira-mar importante na preservação do bioma da mata atlântica. A análise dos resultados, que poderão embasar decisões de manejo pela diretoria do parque, averiguou que, apesar de turistas estrangeiros também terem sido entrevistados, o parque é um espaço de lazer importante para Niterói, a principal cidade emissora de visitantes. Os principais motivos de visita são: prática de atividades físicas e esportes radicais, especialmente por jovens entre 18 e 25 anos. Percebemos também que o perfil dos visitantes é fortemente influenciado pelo frequentador da praia de Itacoatiara, estigmatizada como praia da juventude das classes A e B de Niterói. O nível de escolaridade dos entrevistados é altíssimo, com 70% sendo, no mínimo, universitários. Outro dado importante é que a renda familiar mensal média é superior a seis salários mínimos, o que pode explicar que a maioria dos visitantes cheguem de carro e que os grupos de visitantes sejam, geralmente, de duas ou três pessoas. Nos chamou atenção que, apesar do alto nível de escolaridade dos visitantes, existe um desconhecimento geral, tanto do bioma quanto do legado histórico do PESET. A grande maioria declara nem ao menos saber que a Mata Atlântica é a principal vegetação do parque. É notável que, ao incentivar pesquisas científicas, estudos e monitoramento do PESET, Adriano Melo pretende proteger as características naturais e culturais do parque. Assim, para que os visitantes passem a ter mais consciência sobre o local que visitam e se tornem parceiros da gestão no tocante à preservação, é necessário criar programas que favoreçam a educação ambiental, a interpretação do patrimônio natural, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Palavras-Chave: Pesquisa de Perfil da Demanda Efetiva; Parque Estadual da Serra da Tiririca; Educação Ambiental.

TURISMO, CAÍÇAS E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO NÚCLEO PICINGUABA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR

Bruna de Brito Mendez Calderon; Sidnei Raimundo

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.
E-mail: brunacalderon@usp.br

O ecoturismo, além do papel de promover a preservação ambiental através da recreação, do contato com a natureza e da educação, tem também a proposta de valorizar a cultura local das comunidades tradicionais e tê-las como parceiras na gestão da atividade. O Núcleo Picinguaba, localizado no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, pertence à Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Esta pesquisa realizou uma análise das atividades de educação ambiental e ecoturismo do programa de Uso Público (do Plano de Manejo) do PESM, associando-as ao modo de vida das comunidades tradicionais caíças. Com o início do turismo e com as restrições ambientais advindas da criação do Parque, após a abertura da BR-101 (déc. 1970), os caíças aos poucos foram sendo afastados de suas atividades de subsistência (roça, pesca, caça,...) e de suas manifestações culturais. Assim, iniciou-se a especulação imobiliária e atividade turística sem planejamento e sem nenhum incentivo à organização comunitária que valorizasse sua cultura e até mesmo o seu conhecimento empírico da natureza; Pelo contrário, por sua situação econômica e cultural vulneráveis, foram iludidos pelos benefícios que o turismo traria a curto prazo. Porém, perceberam mais adiante que não eram os principais beneficiários da atividade, e que restavam-lhes apenas subempregos de baixa remuneração que servem como alternativas de renda, especialmente na alta temporada. A escassez de programas educativos e de inclusão das comunidades na gestão do turismo, intensificam a distância criada historicamente entre o Parque e os moradores. Um dos desafios enfrentados pelo Parque é o de minimizar os impactos sócio-ambientais e maximizar seus benefícios, através da integração equilibrada do uso público (visitação em geral, ecoturismo e educação ambiental), das comunidades locais e da conservação. Um dos Temas de Concentração Estratégica do Programa de Uso Público (SEMA, 2006, p.59) é o de apoiar e incentivar as atividades relacionadas ao turismo que possam ser desenvolvidas em parceria com a comunidade local. Neste sentido, demonstra-se um avanço com a existência de projetos em implantação em duas localidades de Núcleo: o Cambury e a Vila da Picinguaba. Porém, ainda há a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas e de incentivos a parcerias com o terceiro setor, empresas privadas e universidades, que contribuam para ampliar os investimentos em projetos que valorizem a cultura caíça e que incluam essas comunidades locais como parceiras no desenvolvimento do turismo sustentável.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Núcleo Picinguaba; Comunidades Tradicionais.

PROJETO JOVENS ECONSCIENTES NO PARQUE ESTADUAL CAMPINA DO ENCANTADO

***Márcia Santana de Lima; Mayara Rangel; Afrânio José Soriano Soares;
Carina Mariano Vieira; Carlos Henrique da Rosa Pereira;
Hetienne Juliani Pontes de Aguiar; Josenei Gabriel Cará.***

Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo; Fundação Florestal.

E-mail: marcia.par@hotmail.com.br

O Projeto Jovens Econscientes foi implantado no Parque Estadual Campina do Encantado, situado no município de Pariqueira - Açú, região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo. Desde seu início, em novembro de 2006, vem se mostrando como valiosa alternativa de desenvolvimento para jovens entre 15 e 17 anos, pois aos pouco está os inserindo na comunidade. Em seu primeiro ano, o projeto realizou palestras temáticas, cursos de capacitação, desenvolvimento de estratégias de comunicação, mobilização comunitária, plantios de árvores e produção de material informativo de divulgação e de sensibilização ambiental, direcionados às populações locais. Com isso, o projeto tinha como principal objetivo iniciar um processo de formação de jovens líderes em sustentabilidade ambiental para atuação local/regional em questões socioambientais na comunidade local, de forma a atuarem como monitores ambientais (multiplicadores) e guardiões da biodiversidade. A metodologia utilizada para a realização do trabalho dividiu-se em 03 etapas: (1) Processo seletivo - por meio de inscrição e entrevista com jovens residentes no entorno do parque, visando a formação de um grupo de “meninos ecológicos”, composto por 15 alunos; (2) Processo de capacitação e formação ambiental - compreende o processo de habilitação do grupo para a atuação na comunidade local. É composta por diversas atividades sócio-educativas direcionadas à capacitação e a formação dos participantes visando aumento de conhecimentos, habilidades e sensibilização para as ações voltadas a sustentabilidade a serem proporcionadas às comunidades locais; (3) Atividades de intervenção na comunidade - à ação aos participantes do programa junto à comunidade local, no desenvolvimento de atividades sócio-educativas que contribuam para uma melhor compreensão do conceito de sustentabilidade e sua interface com o cotidiano das pessoas. O programa Jovens Econscientes se justifica pela necessidade urgente de promover a busca contínua do envolvimento e da participação da sociedade em geral nas questões socioambientais relacionadas à sustentabilidade. A idéia é que todos os cidadãos se sintam capacitados a lidar com as demandas existentes em suas realidades locais.

Palavras-Chave: Socioambiental; Comunidade; Capacitação.

VISITANTES E CONSUMO: AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A REDUÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO – PRADO (BA)

Fabiana Faxina; Salete Vieira

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: fabi_fa@hotmail.com

Na Costa das Baleias, Zona Turística localizada no Extremo Sul do Estado da Bahia, parte da população tem como base do seu sustento os recursos naturais, seja por meio de atividades tradicionais (pesca, agricultura e extrativismo), seja pela visitação turística, que caracteriza uma alternativa econômica para a região. No município de Prado, como ocorre em outros destinos, a atividade turística contribui para a degradação ambiental, gerando conflitos socioambientais tais como o comércio de subprodutos da flora e fauna (artesanatos em madeiras de lei, brincos de penas de aves silvestres, consumo de palmito) extraídos ilegalmente da natureza. O Parque Nacional do Descobrimento (PND), localizado no município citado e considerado como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO, é alvo desse tipo de prática, resultando por abastecer o comércio local com produtos cujos insumos provêm de meios ilícitos. Assim, o presente trabalho objetivou analisar o perfil de consumo dos visitantes e turistas do município de Prado, a fim de verificar o conhecimento sobre a origem dos produtos e a relação com o interesse em consumi-los. A pesquisa foi realizada nos meses de dezembro de 2007 e janeiro de 2008 no stand promocional montado pelo PND na praça principal da cidade. O questionário foi aplicado por exaustão com 200 visitantes que passaram pelo stand. A maioria se tratava de famílias originárias dos estados de São Paulo, Minas Gerais e da região do Distrito Federal. Os resultados mostraram que a maioria do público pesquisado, ao saber da origem ilegal dos produtos, demonstrou-se desinteressada em adquiri-los, pois diminuindo a procura desses poderiam contribuir com a conservação ambiental. Assim, esse trabalho propõe que ações de educação ambiental sejam promovidas com os visitantes e turistas do município, no intuito de que estes tenham conhecimento da origem de grande parte dos produtos artesanais ali comercializados e do impacto que representam para o PND. Porém, verifica-se a necessidade de formatação de políticas públicas voltadas para as comunidades do entorno desse Parque, uma vez observado o conflito socioambiental entre visitantes e visitados (comunidade que explora ilegalmente o PND e o próprio PND). Contudo, evidencia-se tal necessidade no intuito de promover alternativas econômicas que conciliem o desenvolvimento dessas comunidades e a conservação dos elementos naturais, já que as ações de educação e sensibilização ambiental propostas almejam a redução do consumo dos produtos artesanais de origem predatória, o que resultaria na diminuição da renda destas pessoas, podendo, até mesmo, originar outros tipos de conflitos.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Consumo; Conflitos Socioambientais.

FORMACIÓN DE GUIAS DE TURISMO DE NATURALEZA EN URUGUAY

Diana Musitelli

Programa de Conservación de la Biodiversidad y Desarrollo Sustentable en los Humedales del Este (PROBIDES).

E-mail: diana.musitelli@probides.org.uy

Desde sus inicios en el año 1993, el Programa PROBIDES ha impulsado el turismo de naturaleza a través del asesoramiento técnico a instituciones públicas y empresarios privados, la difusión de diferentes propuestas y la capacitación de recursos humanos. De esa forma se pretendía promover un uso sostenible de los recursos naturales y colaborar con la conservación de la biodiversidad. En 1994 se editaron los primeros cursos de educación ambiental a través de la modalidad a distancia, comenzando a trabajar en la Formación de Guías de Turismo de Naturaleza para el área de la Reserva de Biosfera Bañados del Este. En el año 2007 PROBIDES realizó un trabajo de consultoría en el que se detectaron necesidades de capacitación y fortalecimiento de los operadores y propietarios de establecimientos que se dedican al ecoturismo. En esa línea, y en respuesta a las numerosas demandas recibidas en los últimos dos años, surge la iniciativa de actualizar e implementar a la brevedad el Curso de Guías, pero esta vez para todo el territorio nacional. Se presenta la propuesta de capacitación al Ministerio de Turismo, quién lo avala a través de un convenio que se firma con el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. Para su implementación se cuenta con apoyo financiero del BID, el Proyecto de Fortalecimiento para la Implementación del Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) y el Programa de Pequeñas Donaciones (GEF/PNUD). El objetivo del curso es contribuir a la formación de recursos humanos para desarrollar actividades de turismo de naturaleza con un enfoque de turismo responsable. Fomentar la participación de las comunidades locales en la gestión turística y en los esfuerzos de conservación, y contribuir a divulgar los valores naturales, históricos y culturales que conforman el patrimonio natural, como base para la creación de un producto turístico de calidad. Comprende nueve módulos los cuales abarcan diferentes temas que se entiende debe conocer un guía: conceptos generales de ecosistemas, biodiversidad, conservación y desarrollo sostenible, áreas protegidas, turismo, interpretación ambiental, introducción al conocimiento y reconocimiento de flora y fauna, difusión ambiental, patrimonio cultural, aspectos legales y seguridad en las visitas guiadas. El curso tiene una duración de tres meses y se replicará en tres regiones del país: Este, Litoral Oeste y Centro. En setiembre de 2009 se inició el curso en la región Este, comprendiendo los Departamentos de Canelones, Maldonado, Lavalleja, Rocha, Treinta y Tres y Cerro Largo.

PALABRAS-CLAVE: Ecoturismo; Guías; Educacion Ambiental.



DEFICIENTES MOTORES E IDOSOS: GERADORES DE MUDANÇAS, ADAPTAÇÕES E DIVISAS NO ECOTURISMO DE AVENTURA BRASILEIRO

Heloisa P. S. Borges; Evelyne N. L. Moreira; Fernanda M. F. C. da Cruz; Marcela R. Nunes

Centro Universitário São Camilo; Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

E-mail: heloisa.passarelli@gmail.com

Turismo de Aventura é um segmento do setor turístico cujo atrativo principal é a prática de atividades de aventura com caráter recreativo, podendo ocorrer em espaço natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não. Prenderemo-nos exclusivamente ao Turismo de Aventura enquanto modalidade ecoturística. As aventuras contendo experiências físicas e sensoriais podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer, superação, dependendo da expectativa, assim como da experiência dos participantes, além do nível de dificuldade de cada atividade. Em se tratando de deficientes físicos, a falta de acessibilidade dos locais de hospedagem e dos pontos de turismo propriamente ditos desestimula a sua prática. Com este trabalho, objetivou-se mapear os pontos turísticos de aventura brasileiros que já adequaram sua infra estrutura para a acessibilidade, visando a inclusão tanto dos deficientes físicos quanto de pessoas com capacidade motora reduzida, como os idosos. Realizou-se levantamento bibliográfico junto ao Ministério do Turismo, à Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo, a publicações especializadas na área e ao IBGE. Há no Brasil cerca de 24 milhões de deficientes físicos, além dos idosos, por vezes com capacidade motora reduzida, um público financeiramente atrativo para o setor turístico de aventura. Já existem projetos consolidados e em atividade que tornaram o turismo de aventura mais acessível, sendo preciso, no entanto adequação e até improvisação de acordo com o caso, pois não há um padrão específico para as deficiências existentes. Pequenas adaptações nas atividades desenvolvidas, assim como nos hotéis e pousadas que precisam passar por pequenas reformas podem assimilar esses “novos aventureiros”. O Ministério do Turismo investe R\$ 1,3 milhão no programa “Aventura Segura” e em obras de adaptação, envolvendo até o momento mais de 260 empresas. A cidade de Socorro (SP) é considerada a cidade modelo em acessibilidade, tornando-se o primeiro destino turístico do país adaptado a pessoas deficientes e com mobilidade reduzida, os quais também fazem parte: Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Bonito (MS), Chapada Diamantina (BA), Chapada dos Veadeiros (GO), Florianópolis (SC), Vale Alto Ribeira (SP), Serra do Cipó (MG), Foz do Iguaçu (PR), Brotas (SP), Manaus (AM), Recife (PE) e Lençóis Maranhenses (MA). O desenvolvimento de projetos nesse nicho turístico específico, além de envolver toda a sociedade, pode ampliar e melhorar a infra-estrutura turística, aquecendo o mercado, gerando novos postos de trabalho e, acima de tudo, possibilitando um turismo de aventura digno, incluindo quem normalmente não teria condições de fazê-lo.

Palavras-Chave: Turismo de Aventura; Deficientes Motores; Idosos.



A DEFINIÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ATRAVÉS DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO

Luciana Fernandes Fonseca Rocha; Miriam Rosas Mangueira

Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Estácio de Sá.

E-mail: luciana.rocha.es@gmail.com

O crescente interesse por atividades voltadas para a natureza incluiu o turismo ecológico em um relevante setor econômico. O ecoturismo tem sido apontado como uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento, a geração de renda e a inclusão social. Entretanto, no que tange às unidades de conservação, muitas vezes o turismo constitui um problema de gestão, visto que constantemente é realizado sem o adequado planejamento. Neste contexto, este trabalho objetiva dissertar sobre a importância do planejamento integrado das atividades turísticas em unidades de conservação, através da definição de unidades de paisagem, utilizando como técnica o geoprocessamento. O geoprocessamento é uma ferramenta que permite a captura, análise, manipulação, modelagem e exibição de dados georreferenciados para solucionar, planejar e gerenciar problemas e tomadas de decisão, oferecendo produtos digitais básicos aplicados para análise da situação ambiental. Para o planejamento do turismo em unidades de conservação, o primeiro passo consiste na definição dos potenciais turísticos locais, devendo ser feito de acordo com o plano de manejo da unidade de conservação (quando houver), ocorrência de visitação por parte dos frequentadores, ou definição do Conselho Gestor e um turismólogo. Os levantamentos ambientais resumem-se em três procedimentos: a definição de base de dados geocodificados; as planimetrias para o reconhecimento da extensão das categorias registradas nas legendas dos planos de informação; e o resgate das características ambientais de áreas predeterminadas. Na definição da base de dados geocodificados, devem ser utilizados mapas de dados básicos como altimetria, declividade, geomorfologia, unidades litológicas, solos e cobertura vegetais. É fundamental a individualização em micro-unidades paisagísticas e a definição da articulação dinâmica de cada unidade de paisagem com as demais no seu entorno. O procedimento para realização das avaliações passa pela atribuição de pesos aos diferentes mapas, conforme grau de significância. Para o processamento da avaliação ambiental adota-se um algoritmo classificador, aplicável à estrutura matricial, na qual cada célula corresponde a uma unidade territorial, utilizando-se o algoritmo de média ponderada. Considera-se, desta forma, fundamental a implantação de um processo de planejamento contínuo e integrado, que tenha por base metodologias consolidadas e instrumentos de gestão que busquem conciliar a conservação ambiental ao turismo, bem como atender os anseios das populações locais que vivem no entorno de áreas protegidas. As unidades de paisagem, dentro de uma unidade de conservação, devem ser bem exploradas, estimulando uma visitação distribuída ao longo das diferentes áreas da unidade e auxiliando na diminuição do impacto.

Palavras-Chave: Paisagem; Ecoturismo; Geoprocessamento.



ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ROTEIROS TURÍSTICOS DE BASE COMUNITÁRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM (MMIB)

Eliana Cruz Bezerra; Patrícia Sousa dos Santos; Liliane Amando Oliveira das Dorés

Universidade Federal do Pará.

E-mail: elianabezerra2006@yahoo.com.br

Este trabalho analisou a implementação de dois roteiros turísticos de base comunitária na Ilha de Cotijuba, localizada na Região Metropolitana de Belém, Pará realizado pelo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Para isso, utilizou-se uma metodologia quanti-qualitativa para a revelação de dados que conduzem à compreensão de que esse turismo é possível desde que haja a participação e responsabilidade dos atores sociais envolvidos. Assim, a atividade turística na Ilha de Cotijuba ainda ocorre de forma desordenada impulsionada pelo turismo de massa, principalmente, nos meses de férias escolares, deixando de gerar de maneira uniforme benefícios sociais, econômicos e ambientais para a comunidade. Neste cenário, o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém percebendo as potencialidades turísticas somadas as suas bases políticas consegue investir no turismo comunitário como forma de promover inclusão social, geração de renda e o uso racional dos recursos naturais. Nestes termos, pretendeu-se analisar a iniciativa empreendedora desse grupo de mulheres como possibilidade de consolidação mercadológica desses roteiros para um mercado de economia solidária, onde o turismo comunitário aparece como meio de contribuir para o desenvolvimento local sustentável e, no caso da Ilha de Cotijuba, fortalecer as relações de gênero no processo de formação de capital social como instrumental importante nesse processo de desenvolvimento mais justo e igualitário.

Palavras-Chave: Roteiro turístico; Sustentabilidade; Turismo de Base Comunitária.

A CRISE AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DO BACHAREL EM TURISMO NO SÉCULO XXI

Luciana Thais Villa Gonzalez

UNESP, campus de Rio Claro; UFRRJ.

E-mail: ltvgonzalez@yahoo.com.br

A emergência que os problemas ambientais evocam na atualidade tem obrigado as sociedades ocidentais contemporâneas a refletir e a questionar suas posturas, formas de agir, viver e pensar o mundo. A relação sociedade-natureza está em xeque, e, na busca de novos caminhos para se repensar a realidade, a Educação Ambiental, torna-se uma importante alternativa para que melhoremos a qualidade de vida de todos os seres vivos. Neste trabalho, procuramos olhar para a Educação Ambiental no ensino superior, posto que este nível de ensino é um importante espaço de produção do conhecimento em nossa sociedade. Assim, voltamos nosso olhar para os cursos superiores de Turismo, pois este curso forma profissionais em uma atividade que apresenta contínuo e notável crescimento em todo o mundo, e que, muitas vezes, por estar se expandindo, provoca danos ambientais graves exigindo que os profissionais formados para atuarem nesta área levem em consideração às questões ambientais em sua prática profissional. Assim, discutir as relações entre Educação Ambiental à formação dos futuros bacharéis em Turismo faz-se necessária e essencial em um cenário que prevê ampla expansão do Turismo no Brasil, com a realização de eventos de grande magnitude como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. As facilidades para se realizar uma viagem só fazem aumentar e as pessoas cada vez mais enxergam na prática do Turismo uma alternativa para viver novas experiências de vida. Sendo assim, acreditamos que o Turismo é uma atividade que pode contribuir para a busca que se faz tão necessária por novas formas de relação sociedade e natureza no século XXI. Cremos que, em países como o Brasil, em que o Turismo começa a crescer, esta atividade pode contribuir para novas formas de relação entre sociedade-natureza. Pode contribuir, sobretudo, na busca por uma sociedade mais crítica, participativa, solidária, justa e igualitária. Acreditamos que de fato, os profissionais envolvidos nessa atividade podem desempenhar um papel importante para a definição dos rumos que o Turismo tomará em nosso país, e quais contribuições poderá trazer para o alcance de novas formas de relação sociedade-natureza.

Palavras-Chave: Turismo, Ensino Superior.

PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM GRANDE POTENCIAL TURÍSTICO: LEVANTAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA APA DE ALGODOAL-MAIANDEUÁ, MARACANÃ (PA)

Adriana O. Maués Ferreira; Joyce Angélica Silva Lameira

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA-PA).

E-mail: adrianamaues@yahoo.com.br

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Algodoal-Maiandeuá foi criada pelo Governo do Estado do Pará pela Lei nº 5.621 de 27/11/1990, e situa-se no litoral do nordeste, Município de Maracanã-PA. Com área de 2.378 ha e constituída de duas ilhas (Algodoal e Maiandeuá), a APA destaca-se pelos ecossistemas, manifestações de carimbó, rica culinária e comunidades de pesca artesanal. Por isso, é considerada o quarto lugar mais visitado do Estado (segundo Companhia Paraense de Turismo – PARATUR), chegando a ser visitada por mais de 30.000 turistas em julho. Em virtude da elaboração do Plano de Manejo e da necessidade de ordenar o turismo, a SEMA-PA, através da Coordenadoria de Unidades de Conservação, realizou em julho de 2009 o levantamento da atividade turística na APA para identificar o perfil dos visitantes e dos empreendedores locais de hospedagem e alimentos/bebidas. A coleta de dados deu-se no período de 09/07 a 03/08/2009, com a aplicação de questionários semi-estruturados com perguntas abertas e fechadas, de acordo com o método amostral aleatório. Os questionários continham aproximadamente 25 perguntas, sendo divididos em três grupos. Os visitantes responderam sobre sua identificação (procedência, escolaridade), sua viagem (acesso, motivação) e o destino escolhido (hospedagem, infraestrutura). Os empreendedores locais responderam sobre sua identificação, a infraestrutura de seu empreendimento (suporte de carga, divulgação) e serviços. Na entrevista de 711 visitantes, foi identificada a predominância de visitantes oriundos da Capital do Estado e de municípios vizinhos, e que, dentre os estrangeiros há predominância dos de língua francesa. Dentre 47 estabelecimentos de hospedagem entrevistados, identificou-se a existência de 513 quartos, 608 camas e 4 redários. Quanto aos serviços oferecidos, menos de 8% oferecem pacotes ecoturísticos e menos de 10% oferecem informações sobre APA. Nos 66 estabelecimentos de alimentos/bebidas entrevistados, identificou-se que a rede oferece em média 8 opções de pratos e que menos de 20% dos funcionários participaram de cursos de manipulação de alimentos. O levantamento da atividade turística da APA fez com que o órgão gestor se posicionasse diante de uma atividade de grande importância, porém desenvolvida desordenadamente e que tem gerado impactos negativos às populações local e visitante, comprometendo assim a qualidade ambiental da UC. A implementação da gestão de UC demanda tempo, dedicação e recursos (financeiros e humanos). Aos poucos, a gestão da APA de Algodoal-Maiandeuá vem sendo consolidada, prova disso é o levantamento realizado, considerado inédito na região e que subsidiará o Plano de Manejo da UC.

Palavras-Chave: Planejamento; Turismo; Área de Proteção Ambiental.

ECOTURISMO E PRESERVAÇÃO CULTURAL COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Marina Ramos Plastino; Denise de Castro Pereira; Marlete da Glória Martins Maia; Danielle Alves Lopes

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

E-mail: redeapasul@pucminas.com.br

No contexto de um projeto que visa implementar uma rede socioambiental em regiões de intensiva atividade mineiro-metalúrgica, desenvolvem-se ações voltadas para a mobilização social, diagnóstico rápido participativo e articulação entre quatro comunidades adjacentes à RPPN Santuário do Caraça. Esta unidade de conservação objetiva a preservação ambiental agregando-se o turismo educacional e recreacional. Reconhecida em âmbito mundial, compõe um complexo turístico advindo de sua rica biodiversidade, santuário religioso e outros atrativos histórico-culturais, o que implica na visita de milhares de pessoas anualmente. A região, ademais, possui riquezas minerais, exploradas historicamente através do garimpo que perpetua atualmente pelas grandes empresas, cujos impactos se mostram preocupantes nos relatos dos moradores das comunidades do entorno, seja na diminuição e assoreamento dos cursos d'água, seja nos ruídos e tremores decorrentes das detonações. Tais localidades, cuja origem remonta das Bandeiras do século XVIII, mantêm características tradicionais no modo de vida, no manejo dos recursos naturais e na religiosidade. Apresentam resquícios de construções históricas e manifestações culturais, muitas vezes não valorizadas ou reconhecidas como atrativos turísticos pelos moradores, o que acarreta em abandono ou destruição. Identifica-se como diversificação econômica o ecoturismo de base comunitária, aliado à interpretação dos elementos naturais, culturais e históricos. Tal segmento, ampliado a partir do epicentro turístico representado pela RPPN Santuário do Caraça, incorpora o modo típico dos moradores e promove o desenvolvimento local por meio da visita, da melhoria da infraestrutura, da prestação de serviços e da venda de produtos artesanais e agrícolas. Propõe-se o planejamento turístico participativo e compartilhado por meio da formação de uma rede local, composta pela Unidade de Conservação e suas comunidades do entorno, pelos órgãos públicos, sociedade civil e iniciativa privada. Essa rede contribui para a discussão dos problemas encontrados, promove a articulação de idéias e propicia a conservação ambiental aliada ao desenvolvimento autóctone.

Palavras-Chave: Planejamento Turístico; Comunidades do Entorno; RPPN Santuário do Caraça; Formação de Rede Socioambiental.

CICLOTURISMO ASSOCIADO À CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES NATURAIS E À HISTÓRIA REGIONAL: EPISÓDIO DA RETIRADA DA LAGUNA, FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI

Robmar Farinha, Simone Mamede

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

E-mail: pmrobmar@hotmail.com

O Episódio conhecido como Retirada da Laguna ocorreu em 1867, período da guerra entre Brasil e Paraguai (1865-1870). O evento se deu quando a tropa brasileira precisou recuar à batalha percorrendo 200 km em 35 dias sob condições mínimas de sobrevivência. Partindo da Fazenda Laguna (atual Estância Arroyo I, Paraguai), o percurso da Retirada contemplou os municípios de Bela Vista, Jardim, Guia Lopes e Nioaque, território de Mato Grosso do Sul. Assim, com base em registros históricos, este trabalho objetiva avaliar a viabilidade e propor o cicloturismo em ambientes naturais, reconstruindo o percurso da Retirada da Laguna como prática do Turismo Sustentável associado à Educação Ambiental. A pesquisa teve início em junho de 2009, contando com um levantamento bibliográfico sobre a história regional e um levantamento de campo relacionado às condições ambientais do trajeto. Para a coleta de dados vem sendo utilizado um formulário pré-estabelecido que, a cada ponto histórico da Retirada, é preenchido com os registros: tipos de unidades de paisagem em raio de 50m, tipo de vegetação predominante, elementos da fauna, locais de apoio ao cicloturista, grau de dificuldade, locais de relevância para sinalização quanto à localização e à interpretação ambiental, e as práticas turísticas mais viáveis para cada trecho ou ponto histórico. Para o mapeamento do percurso é utilizado um receptor GPS e todas as informações supracitadas são registradas em coordenadas geográficas UTM. Até o momento foram percorridos e coletados dados de um percurso de 80 km, com registro de oito pontos históricos da Retirada da Laguna, quais sejam: Fazenda Laguna (atual Estância Arroyo I), Córrego Apa-Mi, Travessia do Rio Apa, Monumento Nhandipá, Córrego José Carlos (atual Machorra), Rio das Cruzes (atual Piripocu), Fazenda São Luiz (atual Fazenda Nova) e Fazenda São Candido. Em relação à vegetação do trajeto e pontos históricos já avaliados, 62,5% caracterizam-se por Cerrado, 12,5% refere-se à área de transição de Chaco/Cerrado, 12,5% transição de Pantanal/Cerrado e 12,5% de Cerrado fortemente antropizado. Quanto às unidades de paisagem destacam-se baías, matas de galeria, praias, córregos, rios, lagoas e área urbana. Foi identificado um número significativo de representantes da fauna, principalmente aves e mamíferos, os quais constituem importantes atrativos às atividades ecoturísticas. O percurso propicia várias alternativas de turismo, por exemplo, o de contemplação, observação da vida silvestre, birdwatching, lazer e de aventura. A prática do cicloturismo associada à história ou às belezas naturais pode representar estratégia que visa garantir qualidade de vida das comunidades concomitante à conservação ambiental, utilizando a bicicleta como meio de transporte não-poluente.

Palavras-Chave: Cicloturismo; História; Planejamento.

PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TRILHA NA CHÁCARA SERRO AZUL – NIOAQUE (MS)

Diane Regina Trelha Jacques, Simone B. Mamede

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

E-mail: mamedesimon@uems.br

O município de Nioaque apesar de ter grandes potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo e uma localização privilegiada, ainda não foi explorado de forma sustentável para esta atividade. Este trabalho teve a intenção de não somente planejar e implantar uma trilha na Chácara Serro Azul em Nioaque-MS, causando os menores impactos ambientais possíveis, como também despertar na comunidade, a idéia de se trabalhar com o turismo ecológico na região, seguindo as premissas da conservação do ambiente. Realizado no período de março a maio de 2008 o trabalho de planejamento e a implantação da trilha buscou subsidiar-se através do levantamento dos elementos biofísicos, do contexto, social, tipos de usuários da trilha, análise do sítio e levantamento de elementos potenciais para interpretação e educação ambiental. Para a implementação da trilha foram respeitados e analisados os fundamentos do design, a drenagem, declividade, entre outros elementos importantes para a concretização da mesma. Todas as instalações ocorreram seguindo as orientações de autores da área de turismo em ambientes naturais e planejamento de trilhas e ainda contando com o auxílio do conhecimento empírico de membros da comunidade local. Para a utilização da trilha em práticas de educação ambiental foram classificadas onze espécies arbóreas e constatada a presença de inúmeras espécies de mamíferos e aves, o que demonstra a rica biodiversidade local e seus diversos elementos de contemplação e interpretação ambiental. O trabalho resultou na implantação de uma trilha linear de 1.494m como vários pontos de atividades de interpretação ambiental, destacando-se a beleza cênica da região, em especial da cachoeira localizada na área de estudo e a diversidade de elementos contemplativos da fauna e flora que constituem ricos potenciais para o ecoturismo e a educação ambiental. Parte da infra-estrutura, como pontes, deques, passarelas e corrimãos serão implantados posteriormente.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Planejamento; Trilha.

A RELEVÂNCIA DO TURISMO RURAL COMO APOIO AO ECOTURISMO DESENVOLVIDO EM RPPN

Evelyne N. L. Moreira; Heloisa P. S. Borges; Fernanda M. F. C. da Cruz; Marcela R. Nunes

Centro Universitário São Camilo; Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista;
Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

E-mail: evemoreira@gmail.com

Segundo a EMBRATUR, turismo rural é “uma atividade desenvolvida no campo, comprometida com a atividade produtiva, agregando valor a produtos e serviços, e resgatando o patrimônio natural e cultural da comunidade”, devendo estar inserido em espaço rural, ao ar livre, com o intuito de aproximar o homem urbano de práticas campestres. Esse segmento turístico destaca-se recentemente no Brasil não apenas como fonte adicional de renda, mas como prática sustentável e de preservação da natureza. Objetivou-se realizar um levantamento de propriedades que ofereçam o turismo rural como atividade de apoio ao ecoturismo desenvolvidos em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), no território nacional, visando verificar as vantagens eco-sócio-econômicas decorrentes de sua implantação. Realizou-se o levantamento bibliográfico referente aos temas turismo, ecoturismo e turismo rural (Ministério do Turismo, Associação Brasileira de Turismo Rural). O Brasil oferece condições que potencializam o exercício da atividade turística no campo, como clima e geografia. Da mesma forma, a legislação propicia aos proprietários rurais a criação de RPPNs onde podem ser desenvolvidas atividades de ecoturismo e educação ambiental. No levantamento realizado, verificou-se 117 propriedades cadastradas nas cinco regiões do país, sendo: 16 na Norte, 28 na Nordeste, 14 na Centro-oeste, 37 na Sudeste e 22 na região Sul. O lucro com essa atividade é significativo. Cada local possui atrativos e infra-estrutura diferentes, fazendo com que as diárias cobradas oscilem bastante. Exemplos de sucesso do turismo rural são vistos no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia. Concluiu-se que o turismo rural, inserido no Plano Nacional de Turismo apenas em 2003, pode contribuir para diversificar a oferta turística nacional, aumentando postos de trabalho, valorizando as diferenças regionais, melhorando as condições de vida das famílias rurais, integrando campo e cidade, além de promover a conservação de recursos naturais por meio de uma gestão integrada entre propriedade rural, RPPN e modo de produção agrícola. Entretanto, faz-se necessário que essas atividades sejam bem planejadas e executadas, atenda à legislação, não degrade o ambiente, possua atuação de profissionais capacitados. O turismo rural, em especial o que ocorre integrado às atividades nas RPPNs ocupa na atualidade papel relevante no panorama eco-sócio-econômico brasileiro, surgindo como uma alternativa sustentável entre as múltiplas formas de práticas turísticas existentes.

Palavras-Chave: Turismo; Turismo Rural; RPPN.

ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS (GO-MS)

Isabela Barbosa Frederico; Maria Carolina Ruas Vernalha; Poliana Bassi Silva

Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba.

E-mail: isabf_tur@yahoo.com.br

O Parque Nacional das Emas, importante unidade de conservação da região centro-oeste do Brasil, resguarda uma das maiores áreas legalmente protegidas do bioma cerrado (aproximadamente 132 ha). Localizado nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, o parque abrange os municípios de Chapadão do Céu (GO), Mineiros (GO) e Costa Rica (MS). O presente estudo tem como principal objetivo a análise das estratégias de educação ambiental existentes no parque, a fim de analisar a possibilidade de uma real transformação e sensibilização dos visitantes em prol do meio ambiente e da importância de sua preservação. Nesse sentido, as atividades de educação ambiental realizadas devem promover uma aproximação do indivíduo com a natureza. A educação ambiental emergiu na década de 70 através do início das discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento (Conferência de Estocolmo), como uma modalidade capaz de sensibilizar os seres humanos para a causa ambiental e para a aquisição de atitudes mais responsáveis e compreensivas perante a natureza. No caso do PNE, os programas de educação ambiental que constituem este trabalho são: o Núcleo de Educação Ambiental (possui livros sobre o assunto, jogos ecopedagógicos e objetos feitos de materiais reciclados); a Sala Verde (montada em escolas, eventos da região e no próprio PNE, e tem por função difundir a importância do Bioma Cerrado); o Programa Fala Cerrado (programa de rádio que apresenta noções de preservação ambiental e questões ligadas ao PNE); o Centro de Visitantes (que expõe a realidade da região e do bioma a partir de fotos e animais taxidermizados). Para a obtenção dos dados para este trabalho foram realizadas visitas ao local no mês de janeiro de 2007 e julho de 2008, cada uma por um período de um mês, onde foram levantados materiais sobre o local, seu plano de manejo e a metodologia utilizada foi a de observação participante. Percebeu-se que grande parte da população residente na região nunca visitou o parque, além da realidade apresentada ao seu redor também ser distinta da objetivada por seus programas de educação ambiental. Entretanto, a escolha do Parque Nacional das Emas como estudo de educação ambiental apresentou uma estratégia diferenciada da Unidade de Conservação em relação a outras, uma vez que os programas ocorrem não somente nas dependências da UC, mas também em diversos outros pontos ao redor, o que tem colaborado para que a população conheça o Bioma de sua própria região e adquira noções de conservação.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Parque Nacional das Emas; Sensibilização Ambiental.

ECOLOGIA DE VEGETAÇÃO DO PARQUE URBANO AGGEO PIO SOBRINHO: UMA FERRAMENTA NO PLANEJAMENTO INTERPRETATIVO DE TRILHAS ECOTURÍSTICAS

Douglas P. Soares; Bruno Viveiros T. Cruz; Cinthia Tamara Vieira Rocha

UFMG; UNIBH.

E-mail: douglasecologia@yahoo.com.br

O levantamento da vegetação em parques urbanos tem um papel crucial no processo de planejamento de trilhas interpretativas voltadas para educação ambiental de diferentes tipos de público nestas áreas verdes urbanas. Conhecer as espécies pelo nome, suas origens, observar a periodicidade de floração e frutificação (fenologia) são processos que aproximam as pessoas do meio natural e esta aproximação acaba culminando num maior respeito e desejo de conservação dessa natureza palpável. Este trabalho teve como objetivo avaliar a formação vegetacional do parque urbano Aggeo Pio Sobrinho (Belo Horizonte-MG), procurando correlacionar a distribuição das espécies com as variáveis ambientais. O método utilizando foi o método de parcelas com amostragem do tipo sistemática, a área estuda foi de 0,5 hectares de uma Floresta Estacional Semidecidual. As famílias mais representativas no fragmento foram Annonaceae, Boraginaceae, Lauraceae, Moraceae, Mrytaceae, Rutaceae, Tiliacea, Urticaceae e Vochysiaceae. A análise canônica apontou a existência de quatro áreas bem distintas dentro do parque e os dados reforçam o caráter ecotonal do fragmento apresentando espécies típicas da Mata Atlântica e do Cerrado. Estas informações serão trabalhadas e usadas nas trilhas interpretativas para chamar atenção do público para a importância da biodiversidade e da conservação destas áreas verdes urbanas.

Palavras-Chave: Trilhas Interpretativas; Flora; Ecoturismo.

DIAGNÓSTICO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA (RJ)

Luana das Chagas Abreu; Hamilton Cassiano Dias; Roberta de Sousa Ramalho

Instituto Federal Fluminense.

E-mail: luana_sjb@yahoo.com.br

A dinâmica das atividades turísticas envolve tanto elementos da sociedade (turistas, firmas e comunidade local), como também as dinâmicas de deslocamentos (origem/destino) e de logística, capacidade de carga e ofertas de serviços nas áreas receptoras. Nesse contexto, a atividade turística pode contribuir para o aumento da geração da renda e melhorar a qualidade de vida de uma população. Sob essa perspectiva a participação da população do local receptor é de grande importância no desenvolvimento das atividades turísticas sustentáveis. O Litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro carece de levantamentos de dados e conseqüentes orientações voltadas ao desenvolvimento turístico regional. Decorrentes dessas, entre outras carências, são observados nessa região fluxos turísticos sazonais e desordenados, se desenvolvendo em localidades desprovidas de infra-estrutura e políticas capazes de fortalecer o ramo de atividade e mesmo fixar recursos e investimentos. Visando a produção de informações orientadoras ao segmento do turismo no Norte Fluminense, foi desenvolvido um diagnóstico baseado na caracterização sócio-econômica regional, levantamento de paisagens e atrativos naturais e percepção ambiental da população local. Esse último método de investigação assumiu proporção de destaque no estudo frente às observações extraídas da comunidade local referente ao Município de São Francisco do Itabapoana, situado no litoral norte fluminense entre as fozes dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana. Tais resultados demonstraram que a percepção dos moradores locais sobre as paisagens que tem potencialidades para o atrativo turístico corrobora com aquelas são utilizadas pelos visitantes, como, a Lagoa Doce, a Foz do Delta do Rio Paraíba do Sul, a Praia de Guaxindiba, a Praia de São Francisco e a Barra do Itabapoana. Contudo, apenas de forma sazonal (verão) e de caráter endógeno. Assim, destaca-se a importância de ações de planejamento do poder público e instituições privadas e a outros interessados na utilização das potencialidades paisagísticas no incremento do turismo de forma sustentável no município de São Francisco do Itabapoana-RJ.

Palavras-Chave: Turismo sustentável; Percepção ambiental; Paisagens Geográficas.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE SOBRE O ECOTURISMO NA REGIÃO DO RIO MIRANDA, JARDIM (MS)

Paula Camila Borges; Rosana Furtado Aranda; Sonilda Fernandes; Simone Mamede

UEMS. camilinhathborges@hotmail.com

O Rio Miranda se caracteriza como um dos mais importantes rios da bacia hidrográfica do Alto Paraguai, suas principais nascentes estão localizadas na confluência dos municípios de Jardim e Guia Lopes da Laguna - MS, no encontro dos córregos Fundos e Roncador. Sua área física é de aproximadamente 43.787 km, contemplando municípios de Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bodoquena, Bonito, Maracaju, Porto Mortinho, Miranda, Anastácio, Aquidauana e Corguinho. O trabalho, ora, apresentado foi realizado junto à comunidade de Jardim no período de junho a agosto de 2009 tendo como objetivos; Identificar a percepção ambiental da comunidade urbana e ribeirinha; diagnosticar junto a estas comunidades as potencialidades ecoturísticas do Rio Miranda; sondar a receptividade de trabalhos relacionados à Educação Ambiental que visem à sustentabilidade e conservação do rio Miranda, assim como avaliar quais as atividades turísticas mais viáveis nesta área. Para realização deste trabalho foram aplicadas entrevistas junto à comunidade, tanto ribeirinha quanto urbana, visitas técnicas para observação in loco e registros fotográficos dos ambientes relacionados ao rio Miranda e sua utilização. Foram entrevistados 60 moradores de Jardim (47% homens e 53% mulheres), os quais de alguma forma usufruem do rio Miranda. Destes, 70% afirmam ter conhecimento sobre educação ambiental e 30% desconhecem a terminologia. No entanto, 85% dos entrevistados já tiveram acesso ao rio Miranda e o utilizam para diversas formas de lazer. A maioria (60%) considera o rio Miranda essencial à comunidade e 41,7% consideram as águas turvas, resultantes do assoreamento, como águas poluídas. Quanto a propostas de Educação Ambiental, 88% afirmam ter interesse em participar de ações em defesa do rio Miranda e 12% não demonstraram interesse. Em relação às potencialidades para o Turismo, 60,3% afirmam que a região é rica para atividades de lazer, 38,3% apontam o turismo de pesca, 30% a canoagem, 23,3% o ecoturismo, 8,3% as dinâmicas de educação ambiental e 1,7% o rafting. Observa-se certa confusão no entendimento da comunidade a respeito do real significado do ecoturismo o que demonstra a necessidade do fortalecimento de políticas públicas visando o esclarecimento e o envolvimento da mesma num planejamento de turismo de base local que garantam ao mesmo tempo o uso de recursos naturais como o rio Miranda e sua conservação para as futuras gerações.

Palavras-Chave: Bacia Hidrográfica; Ecoturismo; Base Comunitária.

ECOTURISMO E EDUCAÇÃO: PROGRAMA EDUCATIVO DE VISITA GUIADA À FLORESTA NACIONAL DE IPANEMA (IPERÓ-SP) PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Mayara Roberta Martins; Thais Felipe Rosa

Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Sorocaba.

E-mail: mayara_tur_ufscar@yahoo.com.br

A proposta possui o objetivo de facilitar a acessibilidade dos jovens com deficiência visual, através da contemplação de um ambiente natural, Inicialmente será usado como cenário a "Floresta Nacional de Ipanema - Iperó (FLONA - Ipanema), localizada na Região Administrativa de Sorocaba, interior do Estado de São Paulo. Para entender o perfil sócio-econômico e psicossocial dos jovens com deficiência visual, e suas necessidades para as atividades de lazer em áreas naturais, foi realizada uma entrevista utilizando o método de análise do discurso, ao coordenador geral da Associação Sorocabana de Deficientes Visuais (ASAC), localizada na cidade de Sorocaba. Como resultados obtidos levantou-se que: há falta de programas e atividades para este público e, principalmente, em áreas naturais. A instituição atende cerca de 120 pessoas de diferentes idades. Os jovens se interessam por atividades em áreas naturais, mas a instituição não tem recursos para a realização. O coordenador ressalta que, existe falta de investimento público e privado e, portanto, as atividades recreativas são limitadas dentro da área urbana, tais como passeios em shoppings e parques. A única experiência de visita a uma área natural foi em uma fazenda perto da cidade, onde eles puderam ter mais contato com animais, natureza e a vida no campo. Considerando as dificuldades apresentadas pelo coordenador da ASAC, e propõem-se o seguinte programa de educação ambiental com roteiros, de no máximo duas horas, com os princípios de educação ambiental inserida pelos jogos de Joseph Cornell, em conjunto com a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner. O objetivo será alcançar os diferentes perfis de inteligências (lingüística, musical, lógica, matemática, espacial, cinestésica, interpessoal e intrapessoal). Haverá uma avaliação inicial, antes e depois de serem executadas as atividades para que os alunos comuniquem e expressem as diferentes percepções alcançadas com a visita. O objetivo é que este programa educativo, aliado ao ecoturismo e a educação ambiental, seja um instrumento de inclusão social para o jovem com deficiência visual e assim, promover o seu acesso a outras oportunidades, experiências, sentimentos e aprendizagem em ambientes naturais, com o início na FLONA de Ipanema e que possa ser ampliada para outras unidades de conservação.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Jovens com Deficiência Visual; Floresta Nacional de Ipanema.

A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA O PROCESSO COLABORATIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ENTRE ACADEMIA E EQUIPE GESTORA DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA E A INTERFACE COM A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Breno Platais Brasil Teixeira; Leandro Almeida de Barros Rosa; Aguinaldo César Fratucci

Universidade Federal Fluminense.

E-mail: brenoplatais@gmail.com

Este trabalho discute a importância da iniciação científica articulada com a extensão universitária para estudantes de graduação em Turismo analisando o caso da criação do Grupo de Trabalho de Turismo em Áreas Protegidas (GTTAP) do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), sua interação com a Administração do Parque Estadual da Serra da Tiririca e os desdobramentos desta parceria. Em um bom projeto universitário a delimitação entre Pesquisa, Docência e Extensão Universitária se confundem. Isto se dá pela interdependência entre pesquisar o novo, oferecer auxílio a comunidade e propiciar o aprendizado teórico com base na realidade local, que pode ser vista criticada e discutida pelo estudante. A retroalimentação deste sistema é constante e ininterrupta. O GTTAP surgiu como consequência da necessidade da administração do PESET de conhecer a realidade da visitação de suas dependências. Dada a oportunidade de treinar estudantes, publicar artigos e auxiliar a gestão de parques, dando ciência do perfil dos visitantes, estudando capacidade de carga das trilhas, a interação das comunidades que circundam unidades de conservação ou vivem em seus limites, o Departamento de Turismo da UFF, na figura do Professor Aguinaldo Fratucci, iniciou o GTTAP, em junho de 2009. Através do Grupo de Trabalho pretende-se solidificar um grupo de pesquisa entre os professores, despertar a vocação científica e buscar novos talentos entre estudantes de graduação com interesse em áreas de conservação de interesse turístico. Com base nos métodos do campo científico interdisciplinar do Turismo pretende-se que os estudantes e professores sejam capazes de avaliar os impactos, positivo e negativo, da atividade turística para localidades que contam com atrativos com características naturais e sociais relevantes, protegidos ou carentes de proteção e produzam ou auxiliem na produção de artigos científicos, livros, estudos de monitoramento, consultorias e políticas públicas. Como resultados dos 5 primeiros meses de trabalho do GTTAP, temos: a Solidificação do GTTAP, a realização da primeira pesquisa de campo, a análise dos dados que permitiram sua transformação em informação para os gestores do parque, o reconhecimento da importância da pesquisa e da análise dos dados. Podemos concluir que esta é uma estratégia que beneficia a tríade docente-discente-poder público na medida em que atende a demandas de todas essas esferas, posto que estudantes aprendem, professores cumprem com suas atribuições de ensino, pesquisa e extensão e o gestor recebe informações que embasam suas decisões.

Palavras-Chave: Ensino-Pesquisa-Extensão; Parque Estadual da Serra da Tiririca; Gestão Pública.

O ENTENDIMENTO DO TURISTA NO PLANEJAMENTO DO ECOTURISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA

Fabiane Nagabe; Ginessa Corrêa Lemos

Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão; Fundação Florestal, Parque Estadual de Ilhabela.

E-mail: fabf.foganca@gmail.com

Eleger ou não um local como lugar turístico depende de várias determinantes como, por exemplo, esforços do poder público, investimento privado, iniciativa da população residente, um programa de marketing adequado, fatores culturais dos envolvidos, dentre muitos outros. Porém um dos pressupostos básicos para o desenvolvimento de um destino turístico é o turista, assim para compreendermos a dinâmica de um lugar turístico precisamos conhecer o turista que o frequenta. Nesse sentido, Krippendorff discorre que o ser humano tem uma necessidade natural de equilíbrio, onde dois pólos distintos devem estar em harmonia. O que acontece atualmente com a maioria das pessoas é que um desses pólos encontra-se muito mais forte que o outro, gerando certo desequilíbrio e trazendo a tona sentimentos de insatisfação, saturação e carência, esses ainda agravados pela rotina cotidiana. Em contrapartida sentem a vontade de reagir, radicalizar e extravasar desejos, anseios e prazeres como se isso fosse mudar a sua rotina diária. O Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), compreende cerca de 85% da área total do município de Ilhabela no litoral norte do estado de São Paulo, recebendo por volta de um milhão de visitantes ano. Apesar de o principal atrativo ser segmento Sol e Praia, a unidade de conservação (UC) está intrinsecamente ligada ao potencial turístico do município. O PEIb procura, no planejamento das oportunidades de recreação atender à demanda com o apoio do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica e o Programa Trilhas de São Paulo, gerenciados pela Fundação Florestal, e vem buscando estruturar seus 6 atrativos oficiais de forma a direcionar os turistas de acordo com o perfil. Dentre as opções, estão sendo estruturadas trilhas para famílias com crianças e adaptadas a deficientes, para observadores da natureza e ainda para turistas esportistas e aventureiros. A infra-estrutura de cada uma das seis trilhas está sendo elaborada de acordo com o perfil pretendido, por exemplo a trilha para famílias tem uma estrutura para descanso, escadas e corrimão, já a trilha destinada à turistas esportistas e/ou aventureiros, apresenta alto nível de dificuldade e estrutura que prevê apenas a segurança do visitante. Como agente ativo ou como coadjuvante, o turista ocupa o lugar principal em qualquer discussão sobre o turismo. Ele é o principal elo dessa cadeia, é ele quem dá sentido a todas as redes intrinsecamente relacionadas desta atividade. Assim devemos nos atentar para características que explicam o turista, e que não o reduza a faixas e números. Devemos considerar critérios como seu comportamento, motivações e influências e é fundamental para que qualquer planejamento turístico tenha êxito.

Palavras-Chave: Planejamento; Ecoturismo; Unidades de Conservação.

ECOTURISMO COMO FERRAMENTA DE MANEJO E CONSERVAÇÃO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO (TO)

Erick da Silva Santos; Marissônia Lopes de Almeida

Centro Universitário UNA; Instituto Natureza do Tocantins.

E-mail: erick.viagens@yahoo.com.br

A utilização sustentável dos recursos naturais tem sido um dos maiores debates gerados na atualidade, sendo entendido como o grande desafio do terceiro milênio. Uma das estratégias encontradas para a proteção do patrimônio natural foi a criação de unidades de conservação da natureza (UCs). Entretanto, a sociedade brasileira não detém ainda, uma real clareza prática sobre a gestão das mesmas. Dentre as categorias de UCs, a categoria Parque, por permitir a visitação para fins de educação ambiental, recreação e ecoturismo, apresenta-se como uma das mais procuradas pelos visitantes. Porém, destaca-se que a finalidade principal de um Parque é a proteção da natureza em detrimento de qualquer outro tipo de atividade que possa ocasionar o contrário. Neste contexto, o objetivo primordial deste trabalho é analisar e refletir as atividades de visitação pública que vem ocorrendo no Parque Estadual do Jalapão (PEJ), localizado no extremo leste do Estado do Tocantins. Ao longo dos seus somente oito anos de criação, o Parque tem experimentado um vertiginoso crescimento na visitação pública, ao ponto que transcendeu do anonimato para o reconhecimento no âmbito nacional e internacional, servindo de cenário para realização de reality show, eventos esportivos, documentários, reportagens e até considerado dentre os dez destinos top no Brasil que fizeram o país levar o título de melhor destino de aventura 2009 pela prestigiada revista National Geographic Adventure. Contudo, percebe-se na pesquisa que a visitação pública tem ocasionado dissonâncias entre os objetivos de criação do PEJ e o próprio princípio do desenvolvimento sustentável, o qual reza a utilização dos recursos naturais em harmonia com a conservação dos mesmos. E como um dos principais problemas enfrentados pelos gestores de UCs é a falta de qualificação de equipes e recursos financeiros, o ecoturismo deve apresentar-se como uma ferramenta de manejo que promova a conservação da biodiversidade dos ecossistemas envolvidos, auxiliando assim, na gestão das áreas protegidas.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Unidades de Conservação; Parque Estadual do Jalapão.

COMPACTAÇÃO DO SOLO EM TRILHAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ (MG)

Múcio do Amaral Figueiredo; Ícaro de Assis Brito; Raquel Cristina Takeuchi; Cinthia Tamara Vieira Rocha

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH).

E-mail: amucio.figueiredo@gmail.com

A compactação do solo é um principais impactos relacionados à abertura e utilização de trilhas. A diminuição do tamanho dos poros do solo pode desencadear outros impactos, tendo o leito da trilha e suas imediações como cenário. Uma trilha tem geralmente uma disposição longitudinal onde ocorre o trânsito de pessoas, veículos e animais. Com o passar do tempo, seu peso concentrado numa área restrita (a trilha) promove a compactação do solo local, resultando numa diminuição da quantidade de poros. Os poros são vazios existentes no solo, sendo necessários para a infiltração da água, oxigenação do solo, crescimento de raízes de vegetais, etc. Quando o solo sofre compactação, há uma diminuição na quantidade de poros por cm², implicando nos fenômenos citados e favorecendo outros. O presente trabalho procura mostrar a diferença entre os índices de compactação verificados dentro e fora de uma trilha situada no Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais. A trilha investigada é a mais utilizada para a prática de atividades ecoturísticas e recreacionais. Utilizou-se um penetrômetro de cone com anel dinamométrico para a determinação dos índices de compactação entre 0 e 10 cm de profundidade, em pontos equidistantes em 200 m, ao longo de um trecho da trilha conhecida por Trilha da Farofa. Os índices de compactação (ou penetrometria) são obtidos em Kgf e transformados em MPa, unidade de medida comumente utilizada na literatura técnica internacional. Os resultados encontrados apontam para uma significativa diferença de índices penetrométricos dentro e fora do leito do trecho de trilha investigada. Tais índices sugerem que a Trilha da Farofa, assim como outras trilhas próximas, detêm as condições necessárias para o estabelecimento de diversos impactos relacionados à compactação da superfície do solo. Alguns impactos podem ser visualizados facilmente, tais como erosão concentrada (sulcos, ravinas e voçorocas) desenvolvendo-se nas imediações de vários locais ao longo da trilha. Isso evidencia não somente a necessidade de um manejo adequado, mas também a necessidade de estudos científicos mais específicos envolvendo pedologia, geomorfologia, botânica e, principalmente, gerenciamento dos tipos de uso (andarilhos, ciclistas, cavalos de montaria, automóveis, etc.). O tipo e a intensidade de uso de cada grupo usuário, associado às características de solo e vegetação, entre outros caracteres fisiográficos, são fatores determinantes nos índices de compactação da trilha investigada e são, em sua maioria, ainda desconhecidos na área investigada.

Palavras-Chave: Compactação do Solo; Trilhas; Unidades de Conservação



SUSTENTABILIDADE DA VISITAÇÃO PÚBLICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DO PLANO DE NEGÓCIOS DO PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI (MG)

Rodrigo Burkowski; Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão

Universidade Federal de Ouro Preto; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

E-mail: rodrigoburkowski@yahoo.com.br

O presente estudo apresenta reflexões teóricas que partiram da experiência de elaboração de um plano de negócios para o uso público do Parque Estadual do Itacolomi, em Ouro Preto-MG. Tal plano foi encomendado e financiado em 2007 pela FEOP, sendo esta a gestora do uso público no período de 2004 a 2008. Um dos principais objetivos desse artigo é discutir a viabilidade da conciliação dos múltiplos fatores necessários para se encontrar o ponto de equilíbrio entre a sustentabilidade econômica, os interesses e direitos dos visitantes na utilização do parque e as diretrizes de preservação do Plano de Manejo da Unidade sob a responsabilidade do IEF-MG. Para tal, o simples cálculo dos custos totais da prestação dos serviços dividido pela previsão de demanda de visitação, com o intuito de fixar um do valor de entrada, não é suficiente e nem deve ser o principal aspecto a ser considerado nesta situação. Entende-se, portanto, que as Unidades de Conservação são um bem público e devem ser acessível a um maior número de pessoas possível, respeitando naturalmente os estudos de capacidade de carga, e não devendo ser o fator socioeconômico o principal obstáculo à democratização do desfrute deste bem. Assim, foram propostos serviços opcionais diferenciados, de modo que o ônus de uma taxa de ingresso abaixo do custo real de visitação por visitante pudesse ser compensado pela renda ocasionada por outros serviços de livre escolha do visitante, tais como o turismo pedagógico. Tal análise foi subsidiada com estudos sobre o perfil do ecoturista e nos estudos e previsões de demanda para tais produtos, além de considerar a visitação turística já existente em Ouro Preto. A tentativa de viabilidade da gestão é proposta através de uma estrutura funcional enxuta, associada a uma profunda integração do parque com a comunidade do seu entorno. Além disso, parcerias com federações e associações de montanhismo para monitoramento e regulamentação das atividades de montanha, assim como a formação de um grupo voluntário de busca e resgate, são essenciais além do vínculo com universidades e grupos de pesquisa. Nesse sentido, considerando a importância do parque para o homem e os serviços ambientais que o mesmo lhe fornece, levanta-se a questão da real necessidade da viabilidade econômica de tal unidade, se a mesma deve ou não ser subsidiada e de que maneira as Parcerias Público Privada poderiam solucionar tais problemas levantados.

Palavras-Chave: Unidade de Conservação; Visitação Pública; Parque Estadual do Itacolomi.

DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS COMO ALTERNATIVA PARA A SAZONALIDADE NO TURISMO – O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DAS MARTÍRIOS / ANDORINHAS - PESAM - EM SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA)

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues de Almeida; Abel Pojo Oliveira; Fernanda Almeida Cunha

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará.

E-mail: caxiuana@gmail.com

O Parque Estadual da Serra dos Martírios / Andorinhas – PESAM, localizado na região Sudeste do Estado do Pará, entre as coordenadas geográficas aproximadas de 06° 03' 00" a 06° 23' 00", de latitude Sul e 48° 22' 30" a 48° 36' 30" de longitude Oeste, município de São Geraldo do Araguaia, palco da Guerrilha do Araguaia no período de 1973 a 1975, no episódio da história do País, em que revolucionários lutaram contra o regime militar de 1964 e utilizaram a Serra como esconderijo. A Unidade de Conservação foi criada através da Lei nº 5.982, de 25 de julho de 1996. Possui 158,39 km de perímetro (cartográfico), com uma superfície de 26.787,75 hectares e tem como principais biomas o Cerrado e o Amazônico. O Parque, além de ter sido palco de rica história possui uma beleza cênica admirável, com paisagem montanhosa e um cenário rico em gravuras rupestres localizadas na Ilha dos Martírios na proximidade da Serra das Andorinhas e pinturas rupestres encontradas ao longo de toda a região. Em 1590, os bandeirantes estiveram na região atrás de minas de ouro e associaram as gravuras rupestres existentes no local às passagens bíblicas que descrevem a morte de Jesus Cristo. Além dos atrativos arqueológicos e histórico-culturais, o PESAM é contemplado ainda com grandes cachoeiras, corredeiras, poços naturais, trilhas ecológicas, cavernas e pequenas grutas, desfiladeiros rochosos, praias de rio, e outros. Diante de tantas possibilidades é certo que não se pode contar que a transformação dos produtos turísticos também seja contemplada de forma anti sazonal, pois se devem levar em consideração os períodos de seca e de chuvas, tão marcantes e definidos na região amazônica. Para isso, está sendo desenvolvido no Parque um Programa de gestão e Planejamento do Ecoturismo, evidenciando os atrativos que atendam as necessidades do visitante, ao mesmo tempo em que envolve as comunidades do entorno da Unidade, primando pela conservação ambiental e cultural local.

Palavras-Chave: Unidade de Conservação; Conservação Ambiental e Cultural; Planejamento do Ecoturismo.

ESTUDO COMPARATIVO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS VISITANTES, TURISTAS E MORADORES DA ILHA GRANDE (RJ), COMO SUBSÍDIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO (ECO)TURISMO

Daniel de Carvalho Cananéa; Ismael Anderson de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: danieluerj@yahoo.com.br

O presente trabalho tem por objetivo analisar o perfil do morador e do turista/visitante da Ilha Grande, bem como avaliar comparativamente sua percepção acerca de como o (eco)turismo vem sendo realizado e suas implicações sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da população residente. A referida Ilha, pertencente a região denominada Costa Verde, no Estado do Rio de Janeiro, possui uma alta taxa de visitação turística, não somente nacional mas também, internacional. Metodologicamente, a pesquisa vem sendo desenvolvida a partir da aplicação de questionários (com questões discursivas e objetivas), tanto para os moradores das enseadas mais populosas, como para aqueles que visitam a Ilha por apenas um dia (não se caracterizando como turista, pois não realizam pernoite), além de turistas que permanecem por mais tempo. Dentre os resultados iniciais obtidos destacam-se algumas avaliações. Com relação a população residente: (a) a grande maioria dos entrevistados não tem vontade de sair da Ilha, pela beleza e tranquilidade do local. Os que querem sair, justificaram sua opção, alegando o alto custo de vida da Ilha; (b) são favoráveis ao turismo, mas ressaltam que a visitação à Ilha deve ser controlada, pela série de impactos que o turista traz aos recursos ambientais e a qualidade de vida dos moradores; (c) dentre os principais impactos/problemas gerados pelo turismo, destacaram: o lixo, a falta de segurança (violência e consumo de drogas) e falta de saneamento básico, alegando ser essa uma prática dos moradores de Abraão; (d) perguntados sobre o que é “ecoturismo”, uma parcela significativa dos entrevistados respondeu que não sabe. Dos que disseram que conhece o termo, responderam que significa: “o turismo com a preservação da natureza” e “turismo consciente”. No entanto, a grande maioria, respondeu com conceitos vagos, que não puderam ser efetivamente qualificados; (e) Apesar das respostas acima, acreditam que podem contribuir para um turismo mais consciente e menos agressivo ao meio ambiente, servindo como difusores de informações (guias) e protetores dos recursos naturais. Já o perfil e a percepção dos visitantes, se evidencia nos seguintes momentos: (a) comparativamente, o número de visitantes brasileiros é acentuadamente maior do que o de não brasileiros; (b) a grande maioria dos estrangeiros, vêm à ilha pela primeira vez. No caso dos turistas/visitantes nacionais, essa proporção é mais equilibrada, com uma pequena superioridade dos que já a visitaram anteriormente; (c) em ambos os perfis, nota-se uma acentuada predisposição a um pagamento de uma taxa de manutenção para visitação e conservação ambiental. Todavia, em muitos casos, os entrevistados enfatizaram a isenção dessa contribuição aos moradores da ilha (mesmo essa opção, não estando no questionário). Para esses dois perfis (nacional e internacional), um preço justo estaria em torno de 6 a 10 reais; (d) contraditoriamente, o quesito limpeza teve uma boa qualificação em uma das questões objetivas. Em várias ocasiões - durante a aplicação de questionários aos moradores - a situação do tratamento que é dado ao lixo, foi vista por eles, com muita insatisfação. Por fim, no que diz respeito aos recursos naturais da Ilha Grande, tanto moradores, como visitantes/turistas são unânimes em declarar que consideram fundamental que haja um rígido controle das atividades de uso público, por parte dos órgãos ambientais responsáveis pela gestão das áreas protegidas de toda a ilha, como forma de garantir a manutenção dos últimos remanescentes de Mata Atlântica insular de todo o estado do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Percepção Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

AS LEIS AMBIENTAIS E OS IMPACTOS DA FAUNA E DA FLORA

Isabela Barreto; Renata Gouveia; Rodrigo Burcowski

Universidade Federal de Ouro Preto.
E-mail: renatagouveia63@yahoo.com.br

As leis de um local são criadas para proteger e preservar o equilíbrio da comunidade com o meio. Em relação às leis ambientais, estas foram criadas para ajudar na preservação da nossa flora e da nossa fauna. Porém, como o seu cumprimento é falho e muitas vezes pouco fiscalizado, o meio ambiente acaba sofrendo intensa e constante exploração, o que acaba por desequilibrar a natureza como um todo. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais. Mas apenas as leis não são suficientes para manter a natureza preservada. Cada pessoa deve se esforçar para fazer um pouco pelo ambiente em que vive, e medidas simples geram grandes soluções. O ecoturismo, por exemplo, é um segmento do turismo que deve ser incentivado de maneira sustentável e informativa em relação à natureza, passando informações as pessoas em relação à educação ambiental inclusão social. É necessário o desenvolvimento de uma conduta e de uma postura ambiental que já deveria estar sendo aplicada pelas pessoas, a fim de controlar os impactos ambientais e assegurar que o cumprimento das leis está sendo feito. Apenas com uma conscientização geral da população é possível preservarmos aquilo que mais se usufruiu. Qualquer turista quando chega a um local deve ter informações suficientes para poder se portar de maneira adequada ao ambiente. E ainda assim, ocorrem vários problemas. Quando há instrução e sinalização, as pessoas já acham bem difícil seguir as regras ambientais, se não houver, geraria um caos. A sinalização pode existir em todo o equipamento turístico, mas deve se preocupar com a poluição visual, principalmente nas trilhas e locais mais frágeis do meio ambiente. Os ambientalistas preocupados com a fauna e a flora, estão requisitando que sejam realizadas novas pesquisas avaliando o impacto do ecoturismo sobre os animais e, dizem que esta atividade deve se desenvolver respeitando o meio ambiente. Desta forma, o cumprimento das leis ambientais deve ser extremamente rigoroso e observado por todos aqueles que vivem no meio, tanto órgãos públicos, privados, cada uma das pessoas e assim por diante. A preservação deve ser uma consciência de todo o mundo sem exceções porque senão o trabalho de preservação de alguns é anulado pelos diversos tipos de poluição gerados por outros.

Palavras-Chave: Leis Ambientais; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Conscientização; Pessoas.



FRAGILIDADE ECOTURÍSTICA EM ÁREAS DE ATRATIVOS NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (RJ): INDICADOR FÍSICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ECOTURISMO

Júlia Vicente Martins Ribeiro; Nadja Maria Castilho da Costa

Departamento de Geografia Física (UERJ).

E-mail: julia_vicente@hotmail.com

O ecoturismo vem sendo amplamente praticado em unidades de conservação brasileiras, a exemplo do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), localizado na cidade do Rio de Janeiro, mas suas práticas, em alguns casos, ocorrem em áreas vulneráveis a ocorrência de processos erosivos e movimentos de massa, impondo limitações às atividades e colocando os visitantes em situações de risco. A ausência de erosão nos atrativos é um importante indicador de desenvolvimento sustentável do ecoturismo, na medida em que garante a segurança do visitante, assim como, a conservação dos recursos naturais da área protegida. Nesse contexto, o objetivo do trabalho é destacar as áreas de fragilidade ecoturística do PEPB, definidas a partir das situações de vulnerabilidade aos processos citados, visando subsidiar o uso público no interior da unidade de conservação. Metodologicamente, foram identificados e mapeados os principais atrativos do Parque e as situações de vulnerabilidade à erosão em suas proximidades, utilizando o software ARC GIS versão 9.0 e o Sistema de Análise Geo-ambiental – SAGA/UFRJ. Foi realizado o mapeamento das feições erosivas componentes da área de estudo, bem como a criação de buffers para as cicatrizes de erosão e atrativos, ambos num raio de 100 m. Apesar da dominância de atrativos localizados em áreas de baixa vulnerabilidade erosiva, a identificação de locais de interesse à visitação em áreas de média e alta vulnerabilidade, não é desprezível. Nestes casos, a administração da área protegida deverá estabelecer diretrizes de monitoramento, não somente das atividades de lazer e recreação na natureza, mas simultaneamente das situações de vulnerabilidade aos processos erosivos, que poderão colocar em risco de acidentes os visitantes/turistas e o comprometimento dos recursos naturais, alvo principal do uso público.

Palavras-Chave: Fragilidade Ecoturística; Unidades de Conservação; Geoprocessamento.

ANÁLISE DA VEGETAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (RJ): UM INDICADOR BIÓTICO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO.

Leandra Fernandes Alves; Vivian Castilho da Costa

Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: leandrafernandes@yahoo.com.br

O ecoturismo utiliza os recursos da natureza das áreas legalmente protegidas para as suas atividades, dentre eles a cobertura vegetal. O ecossistema Mata Atlântica é um ambiente altamente favorável e propício as suas práticas e em crescente degradação. Para que suas atividades sejam ordenadas e estejam de acordo com a capacidade de limitação de uso do ambiente, o desenvolvimento de indicadores geoambientais torna-se essencial. Os recursos ambientais devem ser avaliados em termos de riqueza e degradação, assim como sua importância social, econômica e ecológica, para que políticas de manejo das áreas protegidas sejam implementadas e determinada a taxa de visitação afim de mitigar os impactos provenientes das atividades nesses ambientes. O objetivo desse trabalho é explorar o geoindicador cobertura vegetal nativa (presença de florestas em diferentes estágios sucessionais) e aplicá-lo no Parque Estadual da Pedra Branca, localizado na cidade do Rio de Janeiro, afim de determinar o seu nível de degradação e a sua viabilidade para a prática do uso sustentável do ecoturismo. A metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho baseia-se na análise do mapa de cobertura vegetal do PEPB, sendo considerada como unidade de medição a porcentagem de área coberta com floresta em diferentes estágios sucessionais, em relação a área total da área protegida. O referencial de avaliação é a presença de mais de 50% de área coberta por florestas. De acordo com o mapa de vegetação (2002), elaborado pelo INEA, o percentual de cobertura em estágio inicial, médio e avançado de regeneração soma mais de 60% da área em relação ao PEPB. O maior índice de regeneração é do estágio médio que compreende 37% da área do parque. Acredita-se que com a atualização do mapa de vegetação baseada na imagem ALOS de 2008, esse índice possa se tornar preocupante (abaixo de 50%) o que torna menos exequível a prática de turismo na natureza em bases sustentáveis na maior unidade de conservação da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Ecoturismo; Cobertura Vegetal; Unidades de Conservação.



TERRITORIALIDADES E REDES PROVOCADAS PELO ECOTURISMO NA SERRA DO CIPÓ (MG)

Maria Flávia Pires; Solano de Souza Braga

Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: pires_flavia@yahoo.com.br

Discutir sobre espacialidades, territorialidades e redes no contexto de uma “região turística” traz a oportunidade de representar, mesmo que em partes, a organização que os fluxos de pessoas, informações e capital confere a certos espaços e, ao mesmo tempo, como o espaço influencia no comportamento desses mesmos fluxos. Nesse contexto, a pesquisa tem buscado realizar um estudo de caso sobre as “novas territorialidades”: provocadas pelo turismo na região da Serra do Cipó, em Minas Gerais. Nessa região, a exploração do turismo tem gerado mudanças: o espaço, que antes era predominantemente agrário, torna-se, também, turístico; o ritmo de vida que antes era ditado pelas estações de seca e chuva, passa a ser regido, também, pela alta e baixa temporada, implicando a “nova construção social do rural”, a partir do encontro dos hábitos rurais com os urbanos. Nesse sentido, Santos (1997) contribui muito para o entendimento dos fatores presentes nessa (re)organização, marcada pela racionalização (provocada pelo turismo) no espaço, destacadamente em três aspectos: “O espaço geográfico assim remodelado é, aqui, considerado como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações; no plano global, as ações, mesmo “desterritorializadas”, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações. Assim, a “norma” que conduz as ações precisa abranger os subsistemas de fixos e dos fluxos; e, a partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta no Mundo, mas, também, o confronto, graças à sua própria ordem”(p. 267). Assim, partindo-se deste primeiro esboço sobre as territorialidades provocadas pelo turismo, espera-se definir as redes representativas das formas de interação existentes entre as localidades da Serra do Cipó estudadas.

Palavras-Chave: Transformações Sócio-Espaciais; Turismo; Territorialidades.

GESTÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO ECOTURISMO: UMA PROPOSTA DE MONITORAMENTO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE SERGIPE

Carlos Eduardo Silva

Instituto Socioambiental Árvore; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (AGES).
E-mail: carlos@arvore.org.br

A prática turística em áreas naturais, que vêm sendo desenvolvido na grande maioria das unidades de conservação, está muitas vezes desprovida de uma sensibilidade socioambiental, sendo comum perceber que os turistas causam impactos negativos nas áreas visitadas. Assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar as possibilidades de monitoramento, através de indicadores de sustentabilidade, da gestão integrada do ecoturismo e da educação ambiental em unidades de conservação, em particular, do sistema de conservação da natureza do Estado de Sergipe. A metodologia da pesquisa foi qualificada quanto aos seus objetivos como descritiva e explicativa, com base em coleta de dados primários (observação direta) e secundários (bibliográfico e documental). A fundamentação teórica do trabalho teve três momentos distintos: quando abordou os fundamentos da conservação da natureza; a concepção e construção histórica de indicadores de sustentabilidade; e a necessidade de integração e monitoramento da educação ambiental e do ecoturismo. Foi possível perceber, que dentre os modelos de monitoramento e avaliação de sustentabilidade, o mais adequado em relação a prática do ecoturismo e da educação ambiental em ambientes naturais é a matriz PEIR. Neste sentido foram propostos 12 descritores, 37 indicadores de sustentabilidade, e suas unidades de medida. Pode-se perceber que a educação ambiental e o ecoturismo são temáticas e práticas tratadas de maneira separadas, e mesmo em casos em que estão integradas não são mensuradas adequadamente.

Palavras-Chave: Indicadores de Sustentabilidade; Ecoturismo; Educação Ambiental.